

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP

ROSEMEIRE SALATA

**DESLOCAMENTOS LABORAIS, ESPAÇOS DE VIDA E
PROJETOS DE AUTONOMIA: trajetórias de mobilidade em
Santa Lúcia – SP.**



ARARAQUARA – S.P.

2017

ROSEMEIRE SALATA

**DESLOCAMENTOS LABORAIS, ESPAÇOS DE VIDA E
PROJETOS DE AUTONOMIA: trajetórias de mobilidade em
Santa Lúcia – SP.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.

2017

Salata, Rosemeire

Deslocamentos laborais, espaços de vida e projetos de autonomia: trajetórias de mobilidade em Santa Lúcia-SP / Rosemeire Salata – 2017
225 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

1. mobilidades. 2. deslocamentos laborais. 3. novos núcleos familiares. 4. redes sociais. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ROSEMEIRE SALATA

**DESLOCAMENTOS LABORAIS, ESPAÇOS DE VIDA E
PROJETOS DE AUTONOMIA: trajetórias de mobilidade em
Santa Lúcia – SP.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Data de defesa: 31/03/2017

MEMBROS TITULARES COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Darlene Ap. Ferreira – FCL/UNESP – Araraquara/SP (Orientadora e Presidente)

Professora Doutora Marilda Aparecida de Menezes – UFABC – Santo André/SP

Doutor José Carlos Alves Pereira – CEM – Centro de Estudos Migratórios

Professora Doutora Renata Medeiros Paoliello – FCL/UNESP – Araraquara/SP

Professora Doutora Ana Lúcia Castro – FCL/UNESP – Araraquara/SP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para meus pais, Elza e Wilmo. Resiliência, trabalho, amor.

Para André, por andar junto e querer ser tudo.

AGRADECIMENTOS

O momento de finalização deste trabalho implica também no fim de um longo ciclo, necessário para a construção de uma pesquisa e de uma pesquisadora. Para que chegasse até aqui, encadearam-se acontecimentos e encontros felizes com muitas pessoas, fundamentais para este percurso e para a concretização deste trabalho, tornando-o menos pesado. É verdade que tive bastante trabalho, mas tive igualmente sorte, aprendizados e alegria. Temo cometer injustos esquecimentos, pois tenho muito a agradecer e, também porque, quando se trata da memória, há sempre lembranças que são dominantes, verdadeiros pontos luminosos em meio a vagas nebulosidades.

Início agradecendo aos trabalhadores e trabalhadoras com os quais estabeleci diálogo e que se dispuseram sempre tão prontamente, e sem tantas perguntas, a responder às minhas. Tenho um profundo respeito por essas pessoas que, ao longo de suas vidas, vêm resistindo a vários golpes. Seja os golpes do facão, que por tantos anos desferiram para sua sobrevivência e concretização de seus desejos e necessidades, seja aqueles que parecem ser ainda mais bruscos e mais duros, que os grupos dominantes ao longo da história de nosso país insistentemente lhes aplicam.

Em especial, agradeço a José Carlos, o Zé, que trocou alguns de seus poucos dias de folga para me ajudar tão de perto, respondendo sempre tão atentamente às necessidades que lhe colocava enquanto pesquisadora. Acredito que não tenha como lhe agradecer devidamente.

À Laiana meus sinceros agradecimentos por ter me recebido tão bem em seu local de trabalho. Ajudou-me quanto pôde e partilhou comigo um pouco de sua história e de suas tardes, com amendoim e refrigerante.

Aos meus familiares, que sempre respeitaram, valorizaram e acreditaram em minhas escolhas. Acolhimento, descanso, cuidados, preocupação... agradeço por tudo! Aos meus pais, tios, irmãos, cunhados e ao Bruno, sobrinho querido. À minha avó (*in memoriam*) que sempre me pedia pra ter “cuidado com a vida”.

Ao André, meu grande amor, por cuidar tão bem de mim. Obrigada pela comida gostosa sempre à mesa, pela bebida, pelo cinema, por me animar nos exercícios físicos, por rir comigo, por ler capítulos, por ter ouvidos para tantas dúvidas, críticas e anseios...

Agradeço muitíssimo à Professora Darlene Ferreira, minha orientadora desde o mestrado. Sou imensamente grata pela confiança e autonomia a mim conferidas para a realização deste trabalho.

À Professora Renata Medeiros, também responsável, ainda que informalmente, pela orientação deste trabalho. Por sua generosidade sem igual no

meio acadêmico, todo meu respeito e admiração. Agradeço-lhe os diálogos e a leitura cuidadosa.

À Professora Marilda Menezes, agradeço a fina leitura de meu texto de qualificação, orientações e comentários que enriqueceram este trabalho e ajudaram em seu encaminhamento. Pelo respeito que tenho por sua longa trajetória de estudos na área, sua participação em momentos decisivos da pesquisa foi uma honra para mim.

À Professora Ana Lúcia Castro agradeço a disposição em participar desta banca. Agradeço também as indicações de leitura, empréstimos de livros e por me acolher tão bem no GEPAC.

Meus agradecimentos a José Carlos Pereira pela solicitude em contribuir para a finalização desta importante etapa de minha vida. Pelo trabalho de tantos anos que realiza junto aos migrantes, sua participação é de grande valor para mim.

Aos professores suplentes desta banca, Rafael Orsi, Géssica Pera e Lidiane Maciel, minha estima e gratidão.

Aos pesquisadores, amigos e parceiros do “Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo”: Gabriel Pereira, Ellen Correa, Leonardo Reis, Beatriz Mello, Giovana Pereira, Lilian Rosa, e a todos os outros colaboradores. Por todo o aprendizado, pela troca, e pelo esforço em levar adiante este importante projeto.

Giovana G. Pereira e Lidiane Maciel, agradeço-lhes em especial a generosidade, competência e a disposição para o trabalho conjunto.

Aos mais que queridos e especiais amigos do tempo do doutorado, e de antes,

Ariella Araújo, minha companheira nas mais divertidas viagens a congressos.
Beatriz Coutinho, saudades do café forte nas tardes quentes de Araraquara.
Géssica Pera e Juliana do Prado, a melhor “casa” já constituída em Araraquara.

Ana Luísa Vasconcellos, por cuidar tão bem do nosso Barthô, cachorrinho companheiro, nas minhas ausências.

Adriana Cardoso, pelas animadas visitas!

Pedro Barbosa, Ana Fernanda Oliveira, Maria Marta Santos, Camila Mainardi, José Antônio, Sandra Pereira, Nicholas Sana, Berto Brunetta, entre tantos outros, que mesmo às vezes distantes, sempre se fazem presentes.

Alexandre dos Santos, Carlos Ludwig (Carlão), Darbi Suficier, Jéssica Grava, sinto-me feliz por compartilharem comigo discussões, indignações, projetos de futuro, comida, bebida, risada. Pela amizade e companheirismo, obrigada!

Aos demais colegas de graduação e da pós que passaram por Araraquara, e aos professores do PPGCS que nesses anos todos trocaram comigo experiências e aprendizado, contribuindo com minha formação.

Aos funcionários e técnicos administrativos da FCLAr, que mantêm toda a estrutura necessária em funcionamento.

Aos moradores de Santa Lúcia, aos alunos, aos professores e aos demais colegas de trabalho da Escola Estadual Bento de Abreu, que me receberam muito bem. Com vocês também aprendi.

Meus agradecimentos finais a CAPES, pelo apoio financeiro indispensável para a realização de pesquisas.

A emigração não é simplesmente a exportação de força de trabalho. Não é a exportação de uma espécie de força de trabalho que está disponível para uso, e que está disponível para uso, porque não está sendo usada em casa. No entanto, é assim que os emigrantes são definidos, primeiro como homens desempregados, e depois como homens desempregados que emigram de forma a deixar de serem desempregados: nada mais e nada mais.

SAYAD (2004, p. 5)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo central a compreensão dos significados das práticas migratórias em um contexto de trabalho reestruturado nos canaviais paulistas. Para tanto, pesquisa empírica foi realizada no pequeno município de Santa Lúcia–SP, inserido na economia canavieira regional e, mais especificamente, no bairro Nova Santa Lúcia, onde é notável a presença de um “campesinato móvel”, oriundo majoritariamente do município de Gonçalves Dias–MA. A partir da reconstrução de trajetórias de mobilidade foi possível demonstrar as reconversões laborais e espaciais que ocorreram *pari passu* às reconfigurações do trabalho canavieiro. Na localidade paulista, reconstruíram-se redes de relações e espaços de vida, conformando um processo de ampliação dos lugares de pertença daqueles que se deslocam. Neste contexto, o principal sentido do qual estão investidas as práticas migratórias é a reprodução da família e da casa. A construção de casas de moradia na localidade paulista foi pensada não apenas em sua materialidade, mas como construtora de relações morais, centradas em novos casais e filhos. A construção de autonomia dos novos núcleos familiares desvelou-se, inclusive, nas práticas de consumo e na valoração positiva atribuída ao trabalho em *São Paulo*. Para a realização da pesquisa as redes sociais foram importantes operadores metodológicos, orientando o reconhecimento das próprias redes de relações existentes e, deste modo, foram privilegiadas perspectivas teóricas e metodológicas que tivessem nos símbolos e valores correntes entre os migrantes seu ponto partida.

Palavras-chave: deslocamentos laborais; mobilidades; redes sociais; novos núcleos familiares; projetos de autonomia.

RESUMÉN

Este trabajo tuvo como objetivo central la comprensión de los significados de las prácticas migratorias en un contexto de trabajo reestructurado en los cañaverales paulistas. Para esto, la investigación empírica se realizó en el pequeño municipio de Santa Lúcia-SP, inserto en la economía de la caña de azúcar regional y, más específicamente, en el barrio Nova Santa Lúcia, donde es notable la presencia de un campesinado móvil, oriundo mayoritariamente del municipio de Gonçalves Dias-MA. A partir de la reconstrucción de trayectorias de movilidad fue posible demostrar las reconversiones laborales y espaciales que se produjeron junto a las reconfiguraciones del trabajo. En la localidad paulista, se reconstruyeron redes de relaciones y espacios de vida, conformando un proceso de ampliación de los lugares de pertenencia de aquellos que se desplazan. En este contexto, el principal sentido que asumen las prácticas migratorias es la reproducción de la familia y de la casa. La construcción de casas de morada en la localidad paulista fue pensada no sólo en su materialidad, sino como constructora de relaciones morales, centradas en nuevas parejas e hijos. La construcción de autonomía de los nuevos núcleos familiares se desveló, incluso, en las prácticas de consumo y en la valoración positiva atribuida al trabajo en *São Paulo*. Para la realización de la investigación, las redes sociales fueron importantes operadores metodológicos, orientando el reconocimiento de las propias redes de relaciones existentes y, de este modo, fueron privilegiadas perspectivas teóricas y metodológicas que tuvieran en los símbolos y valores corrientes entre los migrantes su punto de partida.

Palabras clave: desplazamientos laborales; movilidades; redes sociales; nuevos núcleos familiares; proyectos de autonomía.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Estrada de ferro pertencente à Linha Tronco da Companhia Paulista	75
Foto 2: Terreno vazio ao lado de área construída	82
Foto 3: Terreno ao lado de área construída, utilizado para criação de animais	83
Foto 4: Jovens circulando pelas ruas do bairro a cavalo	84
Foto 5: Crianças utilizando a rua para jogo de futebol	85
Foto 6: Bar e mercearia no bairro Nova Santa Lúcia	85
Foto 7: Bar localizado no Nova Santa Lúcia	86
Foto 8: Família descansa na área externa da residência	86
Foto 9: Flocos de arroz	88
Foto 10: Farinha de puba	88
Foto 11: Comércio local. Mercado localizado próximo à praça central	89
Foto 12: Comércio local. Distribuidora de bebidas	90
Foto 13: Serviços locais. Salão de beleza	90
Foto 14: Comércio local. Perfumaria	90
Foto 15: Serviço público local. Unidade Básica de Saúde	90
Foto 16: Empreiteira de mão de obra localizada no bairro	92
Foto 17: Mulheres retornando do trabalho na colheita da laranja	92
Foto 18: Prédio da Igreja Assembleia de Deus	94
Foto 19: Placa indicando igreja	94
Foto 20: Prédio da Igreja Congregação Cristã no Brasil	95
Foto 21: Prédio da Igreja Batista	95
Foto 22: Prédio da Igreja Ide Pregai	95
Foto 23: Prédio da Igreja Só o Senhor é Deus	95

Foto 24: Trabalhadores deslocando-se da praça central do bairro, em direção ao ponto de ônibus	98
Foto 25: Trabalhadores dirigindo-se para o ponto de ônibus, localizado ao lado da praça central do bairro	98
Foto 26: Churrasco realizado após jogo de futebol	105
Foto 27: Vista externa da casa de Henrique, construída no Nova Santa Lúcia	118
Foto 28: Henrique na sala de sua casa	119
Foto 29: Vista externa casa de Wagno, construída no Nova Santa Lúcia	122
Foto 30: Vista externa casa de Wagno e Luziane. Destaca-se a transformação da fachada	123
Foto 31: Casal e filhas na sala da residência	124
Foto 32: Eugênio na cozinha da residência alugada no bairro central da cidade, onde vive com a esposa	129
Foto 33: Vista externa da casa de Francisco, construída no Nova Santa Lúcia	133
Foto 34: José Carlos e Francinaldo na sala da residência onde mora com a esposa e a sogra no bairro central da cidade	134
Foto 35: Vista externa da casa de Wagno	159
Foto 36: Francisco na sala de sua casa	161
Foto 37: Comércio local. Artigos de vestuário e variedades	170
Foto 38: Família passeando pelas ruas do Nova Santa Lúcia	171
Foto 39: Francisca no quintal de sua casa	196

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1 Principais fluxos migratórios – Anos 2000	65
Mapa 2 Malha urbana do Loteamento Nova Santa Lúcia	76
Figura 1 Santa Lúcia e localização do bairro Nova Santa Lúcia	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Evolução da média mensal do ano de trabalhadores canavieiros ocupados em empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo, 2007-2013	60
Tabela 2 Caracterização dos Movimentos Migratórios	63
Tabela 3 População não natural da UF por tempo de residência em Santa Lúcia/SP	78

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PEN – Partido Ecológico Nacional
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
PT – Partido dos Trabalhadores
RA – Região Administrativa
RG – Região de Governo
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SPM – Serviço Pastoral do Migrante
UF – Unidade da Federação
UNICA – União Nacional da Cana de Açúcar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
A paisagem da pesquisa, trajetória, tensões e intenções	18
INTRODUÇÃO	
Pressupostos teórico-metodológicos e principais problemas de pesquisa	24
Do trabalho em campo e da construção da pesquisa	32
1. PRÁTICAS MIGRATÓRIAS E TRABALHO REESTRUTURADO	
1.1 As teorias sociais e os “trabalhadores-migrantes-camponeses”: os trabalhadores como “objeto”	45
1.2 Das transformações na produção canavieira: o trabalho reestruturado nos canaviais paulistas	58
2. O <i>PÉ VERMELHO</i> : UM BAIRRO E SUAS REDES	72
3. A CASA PRÓPRIA: ESPAÇOS DE VIDA E A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS NÚCLEOS FAMILIARES	112
4. O <i>DINHEIRO DE SÃO PAULO</i> : CONSUMO E CULTURA MIGRATÓRIA	142
5. AS <i>TERRAS DOS OUTROS</i> E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	209
APÊNDICE	
APÊNDICE A – Roteiro utilizado para as entrevistas	222

APRESENTAÇÃO

A paisagem da pesquisa: trajetória, tensões e intenções.

Esta pesquisa tomou forma a partir da empreitada que assumi com os estudos do doutorado, e constituiu para mim possibilidade de continuidade e aprofundamento de uma trajetória de estudos e pesquisas realizadas de modo mais sistemático a partir do ano de 2011, com meu ingresso no mestrado.

Estabelecendo proximidade com as discussões realizadas à época por diversos pesquisadores, concernentes à temática mais ampla da sociologia do trabalho, pus-me em contato com um universo de pesquisa relativo às transformações nas formas de trabalho na sociedade contemporânea de modo geral e dediquei-me, de modo específico, a compreender de que maneira estas transformações apresentavam-se especificamente em um importante ramo do agronegócio brasileiro, a produção canavieira, que se espalha por todo o estado de São Paulo.

As questões que me conduziram a propor a presente pesquisa são fruto de um duplo movimento: um “objetivo”, se assim se pode dizer, referente às transformações neste setor produtivo que vim acompanhando especialmente na última década, e outro de caráter mais “subjetivo”. Este segundo movimento também pode ser desdobrado em dois outros, pois trata de certo desconforto produzido na pesquisadora, tanto pela experiência de campo conduzida durante o mestrado, quanto pela abordagem que até aquele momento eu realizava.

Pretendi realizar naquela ocasião, consideradas todas as limitações colocadas pelo mestrado, um estudo *stricto* sobre trabalho no sentido clássico que lhe foi conferido pela sociologia: o trabalho dentro das fábricas – ou usinas –, formas de sua organização e a descrição de processos de trabalho, que têm, além de outras, a obra de H. Braverman (1977) como referência. Preocupei-me com a análise de funções, rotinas e práticas de gerenciamento de recursos humanos que, a meu ver, acabam por assemelhar os estudos do trabalho às chamadas engenharias ou aos interesses da administração empresarial¹.

¹ Tratei na minha dissertação de mestrado - “Novas formas de organização da produção canavieira na região de Ribeirão Preto/SP: qualificação profissional e o Programa Renovação”

Fiquei convencida de que aquela perspectiva de análise não captava adequadamente toda a vivacidade e toda a heterogeneidade dos processos sociais nos quais estão envolvidos os trabalhadores, uma vez que a relação ou o conflito entre capital e trabalho não resume, e não esgota todo o conteúdo das relações sociais. Seus universos de significação, assim como suas identidades, são construídos alhures, muito além das funções que executam nos canaviais.

Reduzir homens e mulheres às funções que realizam, a autômatos, talvez seja uma tentativa sistemática que não pode ser alcançada tão facilmente, a despeito da confiança que muitos estudiosos críticos deste processo parecem depositar em tais investidas homogeneizadoras. O trabalho visto como necessidade pareceu revelar pouco sobre os sentidos atribuídos aos deslocamentos para o trabalho na atividade canavieira pelos próprios trabalhadores em questão.

É impossível antecipar, a partir do exercício da pesquisa de campo, a significância que algumas descobertas terão para o entendimento da vida social. Assim, materiais e impressões colhidos à época do mestrado e que não puderam ser tratados adequadamente naquele momento mostraram-se de grande importância e compuseram um campo de informações ao qual pude retornar, com novas questões. Apresentá-los, através de um exercício da memória, faz sentido aqui para tornar mais claros os caminhos pelos quais construí esta pesquisa.

Selecionar informações “relevantes” a partir de um todo de impressões para chegar aos objetivos previamente colocados por uma pesquisa é um trabalho árduo e ao mesmo tempo incômodo. Certamente recoloca para quem o realiza conhecidas problemáticas das ciências sociais, especialmente aquelas que dizem respeito à relação entre pesquisador e pesquisado (“sujeito-objeto”) e às (im)possibilidades de objetividade da pesquisa social.

– do processo de mecanização da atividade de colheita de cana de açúcar. Analisei as respostas empresariais e sindicais a este contexto tendo como foco o referido programa de qualificação, além de compreender os sentidos que assumia a qualificação para os trabalhadores que dela participavam.

Quando o Sr. Josias, maranhense de Coroatá, residente à época na cidade de Guariba/SP², agradeceu ao seu Deus por não ter passado fome na sua região, fato que se devia à sua condição de assentado, e que vinha todos os anos para o trabalho na cana em busca de uma poupança para abrir um pequeno negócio (uma pequena mercearia ou bar em Coroatá), já que o que conseguia com o assentamento “era mesmo só pra comer e vestir”, passei a questionar-me – à maneira de uma “versão simplificada” da crítica chamada pós-moderna – sobre os “estereótipos” propagados pelas teorias sociais na construção de seus “objetos”. Na pesquisa social pareceu-me, assim, que tudo se passava “como se” e, com o perdão do clichê sociológico, muitas vezes senti-me compartilhando de uma visão de mundo que trata “os outros por idiotas” (DE CERTEAU, 1998, p. 273).

Se analisado sob a ótica das determinações macroestruturais, o deslocamento do Sr. Josias poderia ser inserido no debate das diferenças entre localidades, que se expressariam na conformação dos chamados “lugares de expulsão” e “lugares de atração” de mão de obra, ou ainda, este mesmo trabalhador poderia ser reduzido a mais um morador de uma localidade que historicamente caracteriza-se por ser um “reservatório de mão de obra”. Em suma, imposições e constrangimentos da ordem econômica.

A fala do trabalhador revelou-me muito do reducionismo estrutural economicista presente em algumas análises que acabam por transformar uma realidade viva e heterogênea em modelos homogêneos e opacos. Sobre esta questão, o pensamento e a crítica propostos por Pierre Bourdieu (2013) me são inspiradores:

Basta ignorar a dialética das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas que se opera em cada ação prática para se enclausurar na alternativa canônica que, renascendo incessantemente sob novas formas na história do pensamento social, destina aqueles que pretendem tomar o caminho inverso ao do subjetivismo, como fazem hoje os leitores estruturalistas de Marx, a cair no fetichismo das leis sociais: converter em entidades transcendentais, que estão nas práticas na relação da essência com a existência, às construções às

² Entrevista realizada em maio de 2012 no Bairro Alto, município de Guariba/SP, ainda por ocasião das pesquisas para o mestrado. Para uma identificação e caracterização deste bairro enquanto local de concentração da população migrante, conferir o trabalho de Vetorassi (2006).

quais a ciência deve recorrer para explicar os conjuntos estruturados e sensatos que os acúmulos de inúmeras ações históricas produz significa reduzir a história a um processo sem sujeito, e substituir simplesmente o sujeito criador do subjetivismo por um autômato subjugado pelas leis mortas de uma história da natureza. Essa visão emanatista que faz da estrutura, capital ou modo de produção, uma enteléquia que se desenvolve a si mesma em um processo de auto realização, reduz os agentes históricos ao papel de suportes (*Träger*) da estrutura e suas ações a simples manifestações epifenomenais do poder que pertence à estrutura de se desenvolver segundo duas próprias leis e de determinar ou sobredeterminar outras estruturas (BOURDIEU, 2013, p. 69).

Quando indagado sobre as modificações no trabalho nos canaviais e a possibilidade de não mais encontrar os rendimentos que vinha buscar a partir do corte da cana, este mesmo trabalhador foi tranquilo em dizer que viria até que houvesse trabalho; quando não houvesse mais, haveria de “procurar outro rumo”, “encontrar outro lugar”.

Certo desembaraço e familiaridade com sua condição de mobilidade apareceram em sua fala. Não me foi evocada em nenhum momento a figura de um trabalhador constrangido, refém das mudanças que estavam em curso, tampouco uma condição de instabilidade e desenraizamento. Compreendi que se tratava do que Paoliello (1999) classificou como um “*habitus* de mobilidade”, que é, conforme o entende a autora, mais a expressão positiva de uma capacidade de reconstruir situações e redes de relações em condições objetivas adversas, do que fator causal de uma suposta sociabilidade esgarçada.

Apesar de uma ação orientada para a aquisição de um negócio próprio – uma referência para o futuro – algo como um *ethos* do “aqui e agora”, ou um comportamento que nega o planejamento econômico a longo prazo apareceu em sua visão de mundo. Notei algo próximo do que Douglas e Isherwood (2013) compreendem como uma “estruturação do tempo de curto prazo”, assentada em uma preferência subjetiva pelo presente, dada a falta de ativos.

Assim, interessei-me naquele momento, sobretudo, em compreender como os indivíduos tratam subjetivamente as condições “objetivas” de vida e trabalho que podem acessar. Como avaliam, manejam, jogam com os recursos que lhe estão disponíveis? Pareceu-me fundamental fazer a passagem das regras às estratégias, dos processos que ordenam deslocamentos às maneiras

pelos quais estes se realizam, dos fluxos e processos aos sujeitos concretos. Do caráter imposto da ordem econômica às motivações para o trabalho, valores e visões de mundo que organizam as práticas.

Menezes (2014) expõe demasiado bem o desconforto que me levou a propor este estudo quando fala sobre a noção de “reservatório de mão de obra”, com a qual muitos estudiosos trabalham e que, por mais que apresente potencial analítico para uma explicação histórico-estrutural dos deslocamentos laborais, acaba por reduzir os espaços sociais destes trabalhadores a meros locais de “fornecimento de mão-de-obra”. Definir um grupo social ou sua localidade por aquilo que ele não é, ou seja, pela falta, pela ausência, é uma postura que reproduz preconceitos e que está muito presente em teorias, tanto sociológicas quanto antropológicas.

Certamente, não se trata aqui de ignorar os condicionantes histórico-estruturais para a conformação dos deslocamentos laborais, mas de apontar que as subjetividades, percepções, práticas e experiências destes trabalhadores são construídas na e pela circulação constante em busca daquilo que Durham (2004) e Maciel (2013) apontaram como a categoria em torno da qual se condensam as práticas migratórias: “melhorar de vida”³. E o que isso significa?

Para Gecivaldo, baiano da cidade de Baixa Grande, residente no ano de 2012 no município de Américo Brasiliense/SP⁴, “melhorar de vida” carregava o seguinte sentido e continha uma aspiração: a possibilidade de poder se casar. Para tanto, seria necessário mostrar-se capaz de prover um lar, obtendo rendimentos suficientes para manter esposa e possíveis filhos, ou seja, para constituição de um novo núcleo familiar. Seus deslocamentos, primeiro para a capital São Paulo, como vendedor ambulante de livros, e após, como cortador de cana no interior paulista, renderam-lhe, em suas palavras, uma “motinha vermelha e um terreninho na Bahia”, onde iria construir sua casa. O corte da

³ Conforme Durham (2011) “melhorar de vida” é a forma usual e abrangente através da qual os grupos sociais por ela pesquisados expressavam sua motivação para migrar. Dada a imprecisão de seu significado, a autora aponta que esta forma geral precisa ser averiguada concretamente quando se analisam outros grupos sociais, já que o caso específico abordado pela autora são grupos do nordeste brasileiro que se deslocaram para a capital São Paulo em meados do século XX. Maciel (2013) analisa os sentidos que “melhorar de vida” adquire entre trabalhadores migrantes residentes em São Carlos/SP.

⁴ Entrevista feita na residência do trabalhador, ainda por ocasião de trabalho de campo realizado para o mestrado.

cana, no entanto, naquele momento não o favorecia mais, e o retorno à sua terra natal aparecia como possibilidade.

Nada autoriza o pesquisador a atribuir maior importância a determinados fatores que os próprios sujeitos com os quais dialoga. Enquanto eu lhe perguntava sobre trabalho, qualificação, seu cotidiano nas usinas e os impactos causados pela mecanização da sua função, com a consequente dispensa de trabalhadores, ele me respondia sobre casamento, redes sociais, amizade, laços de parentesco, familiaridade com sua situação de mobilidade. Contou-me, naquela ocasião, das saudades de seus pais e, com carinho e atenção de irmão mais velho, sobre sua “irmãzinha” que ficara em sua terra natal.

Ofereceu-me também um acarajé com bastante camarão na barraca de vendas de sua conterrânea, que se situava na praça ao lado de sua casa. Enquanto rememorava sua terra e me apresentava a ela através da comida, mostrava-me também a importância das redes de ajuda mútua que se constroem entre os “seus”, ao ir comprar na barraca da amiga. Mostrou-me também em seu quintal um veículo que havia adquirido há pouco tempo; como desejava ocupar uma nova função na usina, a de tratorista, achou bom que pudesse dirigir todos os dias a fim de treinar para os testes práticos da empresa.

Menezes (2009) ao estabelecer um recorte histórico-comparativo em relação às migrações de nordestinos para o ABC paulista na década de 1970 e o redirecionamento das correntes migratórias nas décadas seguintes, incluindo-se aqui os deslocamentos para os canaviais paulistas, avalia que estes deslocamentos recentes não fazem mais coincidir mobilidade espacial e mobilidade social. Não raro se ouve que “o pessoal vinha pra cá e ganhava um dinheirinho” ou, que tudo aquilo que se podia comprar era “graças ao *dinheiro de São Paulo*”⁵, deixando entrever que a coincidência entre estes dois tipos de mobilidade poderia estar comprometida. E é justamente para este cenário recente de deslocamentos que lanço o olhar, buscando compreender, então, os significados das práticas migratórias para aqueles que, vindos de outros estados, dirigiram-se para o trabalho nos canaviais paulistas na última década.

⁵ As expressões ou categorias nativas aparecerão ao longo de todo este trabalho em itálico.

INTRODUÇÃO

Pressupostos teórico-metodológicos e principais problemas de pesquisa

Esta pesquisa está inserida na discussão mais geral sobre mobilidades e trabalho. Trata de uma temática amplamente abordada por uma gama de estudiosos de variadas áreas e que compõe um mosaico de perspectivas e matizes de análise sobre os trabalhadores que, desde meados da década de 1980, deslocam-se para o *Sul* ou para *São Paulo*, formas usuais utilizadas entre os trabalhadores para fazerem referência ao Sudeste brasileiro⁶.

Nogueira (2013) ao reconstruir um quadro interpretativo da mobilidade nordestina brasileira, pontua que até as primeiras décadas do século XX os movimentos migratórios de nordestinos se dirigiam para lugares mais próximos de casa, tendo o retorno como parte constitutiva desses deslocamentos. Já com a intensificação das migrações a partir de 1930,

[...] os trajetos migratórios de nordestinos galgaram lugares mais distantes, com destaque para as regiões Sudeste e Norte do país. Era o período das grandes levas migratórias em direção ao ABC paulista, para o trabalho operário nas indústrias que ali se instalavam (Martins, 1986; Menezes, 1985; Silva, M., 1999; Singer, 1976), e dos deslocamentos dirigidos para a região Norte, impulsionados pelos projetos de colonização do governo federal (Velho, 1983). Processos migratórios que coincidem, ademais, com as transformações pelas quais vinha passando a própria região Nordeste, com especial destaque para as alterações nas relações de trabalho e de "morada" no interior dos engenhos e das usinas de cana-de-açúcar (Garcia Júnior, 1989; Palmeira; Almeida, 1977; Sigaud, 1979) (NOGUEIRA, 2013, s/p).

Silva (1999), em obra de referência sobre a migração da região do Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, para o trabalho nos canaviais paulistas, abordou o processo histórico subjacente a esta realidade – o qual a autora compreende enquanto um processo de “acumulação primitiva para o capital agroindustrial” – responsável pelo reordenamento das relações de trabalho no meio rural. Tal processo compôs um quadro de migração intensa

⁶ *São Paulo* é a forma pela qual os trabalhadores entrevistados para esta pesquisa referem-se às cidades do estado de São Paulo, que são tratadas indiscriminadamente desta maneira. O termo é utilizado de forma equivalente ao *Sul*, apontado por Garcia Jr. (1989) quando da realização de sua pesquisa junto a migrantes paraibanos na década de 1970.

nesta região, possibilitando a liberação do contingente de mão de obra necessário à expansão e consolidação da produção de açúcar e álcool no país.

Se, durante as décadas de 1980 e 1990, os canaviais da região de Ribeirão Preto/SP constituíram-se enquanto um grande polo de atração migratória, implicando em um contraditório movimento populacional, os anos 2000 vêm apresentando uma dinâmica contrária, qual seja, a do estreitamento destes fluxos para o trabalho agrícola na região, especialmente para o corte de cana. As mudanças nas formas de organização do trabalho geraram um quadro que passou a impor restrições às chamadas migrações temporárias ou sazonais.

As reconfigurações advindas do que se convencionou chamar de “reestruturação produtiva” na agroindústria sucroalcooleira implicam em processos diferenciados de inclusão e de exclusão de um grande contingente de trabalhadores migrantes, que historicamente compuseram a força de trabalho nesta atividade. A maioria teve seus postos de trabalho substituídos por máquinas colhedoras; outros ainda têm a possibilidade de fixação na região em função da contratação por tempo indeterminado na atividade, uma vez que este setor hoje passa a necessitar de um contingente de trabalhadores cada vez menor e fixo ao longo de todo ano.

A lógica deste mercado de trabalho reproduz aquela presente em outros setores da economia frente à continuidade e aprofundamento da reestruturação da produção, operando através da seleção do perfil mais adequado de trabalhadores, tanto para o corte manual, quanto para a ocupação de novas e antigas funções que dão suporte ao processo agora mecanizado (SALATA, 2013).

Os processos migratórios fazem parte de dinâmicas complexas, constituídas por múltiplas determinações – políticas, históricas, econômicas, ambientais, etc. Sendo assim, torna-se necessário, conforme sugere Haesbaert (2004) qualificar os inúmeros deslocamentos, haja vista que há tantos “tipos de migrantes” quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios.

Trato neste trabalho de deslocamentos laborais, ou seja, das migrações ditas “econômicas”, vinculadas à mobilidade para e pelo trabalho. Trata-se assim, não de uma mobilidade realizada “por cima”, aquela feita por

trabalhadores qualificados, por exemplo, mas de uma mobilidade feita “desde baixo”, já que me refiro a trabalhadores migrantes ditos “não qualificados”⁷. E ao abordar justamente deste tipo de mobilidade, parece necessário revisitar alguns paradigmas referentes à estrutura e à ação social, tendo em vista a abordagem que busquei privilegiar neste estudo.

Assim, ao resgatar de maneira breve e sucinta os estudos sobre o trabalho e os trabalhadores deste setor, é notável a presença de abordagens teórico-metodológicas que enfatizaram a precarização do trabalho (ALVES, 2007; NOVAES, 2007; SCOPINHO, 2000; SILVA, 2011; 2014) a dominação social a que estão submetidos os trabalhadores (SILVA, 1999; 2014) bem como a migração como processo determinado pela expulsão (ALVES, 2007; SILVA, 1999), ou seja, um fenômeno de mobilidade tido como compulsório. Convém ressaltar que o centro privilegiado de tais análises são os fatores histórico-estruturais a conformar as migrações para o trabalho na atividade canvieira. Acerca especificamente do labor nos canaviais, e em específico a atividade do corte manual de cana, a literatura produzida enfatizou seu caráter de precariedade no conjunto da esfera produtiva nacional.

Para os fins deste estudo, não se trata de desconsiderar tais análises, muito menos de negar sua pertinência, justamente por não considerar, como já foi dito, esta mobilidade como opcional. Não obstante, trata-se de questionar se este cenário degradado de trabalho esgota o leque de experiências possíveis, sobretudo se privilegiarmos a observação e a reconstrução de trajetórias concretas de mobilidade.

Dito de outro modo, desejei evitar que um dos desdobramentos deste trabalho fosse corroborar algumas visões que tendem a ver na mobilidade destes grupos apenas os reflexos de determinados modelos de desenvolvimento econômico, ou da dominação social à qual possam estar sujeitos. Tratar a mobilidade apenas a partir desta chave analítica me pareceu, ao longo de minha trajetória de estudos e de trabalho em campo, um

⁷ Para falar sobre “mobilidade feita por cima” ou “desde baixo”, inspiro-me em Haesbaert (2004) para quem os deslocamentos de executivos de grandes corporações transnacionais são realizados dentro de um circuito que tem seus riscos calculados e controlados, diferentemente dos “globalizados de baixo”, aqueles que, enquanto trabalhadores temporários e sem estabilidade, vivem viajando ou mudando de cidade em busca de emprego.

desrespeito às concepções destas pessoas, que produzem suas interpretações e conferem sentidos próprios às suas experiências de deslocamentos.

É importante também destacar a discussão acerca da mecanização da atividade da colheita da cana de açúcar, que não é recente e remonta, pelo menos, a meados da década de 1980, a partir da Greve de Guariba (ALVES, 1991). Intensifica-se, sobretudo, nos anos 1990 e passa a ganhar mais visibilidade no debate acadêmico na década de 2000, como reflexo das amplas transformações pelas quais vem passando o setor canavieiro. Em termos analíticos, o mote da “reestruturação produtiva” e da “produção enxuta” nos canaviais marcou profundamente as pesquisas das duas últimas décadas.

Os estudos realizados analisam a contento os impactos desta reestruturação para os trabalhadores assalariados rurais. Destacam-se os processos de intensificação do trabalho (ALVES, 1991; 2006; 2008), as estratégias empresariais utilizadas para o aumento de produtividade (NOVAES, 2007; PRADO, 2008), bem como o aumento das exigências de qualificação profissional para a ocupação de novas funções decorrentes da mecanização da colheita (MILANO, 2009; PERA 2011; SALATA, 2013).

Silva (2014) também apresenta a dinâmica produtiva reconfigurada dos canaviais e chama atenção para a degradação do trabalho ou para a “racionalidade/irracionalidade” do processo produtivo, que agora combina tecnologia de ponta com condições degradantes de trabalho, ocultadas pela grandiosidade da maquinaria empregada. Enfatiza, sobretudo, a dominação social, a exploração e a continuidade e aprofundamento da precariedade do trabalho no contexto agora mecanizado.

Ademais, este novo cenário de trabalho traz consigo elementos que já estavam presentes ao longo da década de 1990, mas que ganham nova intensidade e novos contornos a partir dos anos 2000. Baccarin e Camargo (2014) conduziram pesquisa quantitativa em 23 municípios canavieiros paulistas, apontando dados sobre sua economia frente ao fechamento de postos de trabalho. De acordo com a pesquisa, é possível averiguar a diminuição de trabalhadores migrantes e da sazonalidade do emprego frente às transformações tecnológicas deste setor. A maioria de seus entrevistados informou uma redução significativa na vinda de migrantes de outros estados

para o corte da cana e se indagam sobre os efeitos do avanço tecnológico e fechamento de postos de trabalho no local de origem desses trabalhadores.

Este cenário reconfigurado de trabalho nos canaviais paulistas constitui o pano de fundo desta pesquisa, que tem como objetivo central compreender quais os significados das práticas migratórias neste contexto. Busquei realizar tal objetivo colocando em evidência as representações, práticas e estratégias dos migrantes neste momento de transformações do trabalho, evitando assim reproduzir a partir de novos termos, o de um cenário reestruturado de trabalho, os constrangimentos estruturais que busco relativizar como explicação última acerca das mobilidades. O interesse esteve, sobretudo, em como vivem este processo, a fim de desvelar se e como estas transformações no trabalho modificam e interferem em projetos e territórios migratórios antes constituídos, atentando para a reconversão de mobilidades, tanto profissionais quanto espaciais.

Deste modo, a intenção não foi realizar um estudo sobre a dimensão estrutural deste processo, nem tão somente do processo de reconfiguração do trabalho, ainda que este seja o pano de fundo socioeconômico. E ainda, por se tratar de pesquisa de caráter qualitativo, não realizei uma abordagem com vistas a fornecer quadros numéricos, já que, a enquete estatística só encontra o homogêneo, deixando de fora de seu campo a proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem os *patchworks* do cotidiano (DE CERTEAU, 1994).

Gostaria de enfatizar ainda que os conceitos de “territórios migratórios” e de “projetos migratórios” são utilizados, pois se mostraram pertinentes a uma perspectiva que pretendeu privilegiar as valorações, escolhas e decisões nos deslocamentos. Destarte, empreguei aqui o conceito de territórios migratórios na esteira de Flores (2006). Em sua definição, o conjunto de lugares que compõem o território migratório não pressupõe pontos separados, ainda que geograficamente se encontrem dispersos. O que conforma esse território é tanto o lugar de origem quanto aquilo que vincula entre si os distintos lugares de migração.

Conforme a autora, a criação de novas formas de sociabilidade, a construção de redes, a elaboração de estratégias e o estabelecimento de vínculos entre agentes que possibilitam a inserção de trabalhadores em

distintos mercados laborais são características destes lugares, que tem atributos e qualidades objetivas, como o grau de acessibilidade, as oportunidades de trabalho, e também qualidades subjetivas, como a presença de familiares e conterrâneos. Deste modo, a cada lugar é atribuído um significado diferente, mesmo antes de ser vivido.

Em sentido correlato, apropriei-me também do conceito de projetos migratórios por considerar que este permite articular dimensões temporais, espaciais e simbólicas. Possibilita observar as intenções, estratégias e objetivos postos em prática, afastando dualismos e excludências contidos tanto numa perspectiva centrada nas estruturas sociais determinantes da mobilidade quanto naquelas teorias da ação ou escolha racional.

Por comportar os esquemas de percepção e apreciação que embasam as ações, a leitura dos projetos pode ainda afastar a ideia de circulação ou fluxo de grupos sociais realizados em face apenas das imposições de uma estrutura social, conforme as relações estabelecidas entre a mobilidade do capital e a mobilidade do trabalho, por exemplo.

Conforme aponta Maria da Gloria Marroni (2009) o projeto migratório tem três principais pontos de apoio: os motivos para migrar, o plano para se estabelecer e as expectativas de retorno (quando elas existem). Os projetos comportam ainda toda a reorganização familiar que é realizada a fim de permitir os deslocamentos, as negociações e decisões sobre aqueles que ficam e os que partem, o acionamento das redes sociais pelas quais os deslocamentos são facilitados, além das expectativas, sonhos e desejos de “melhorar de vida”.

Deste modo, contida nesta perspectiva analítica se encontra também a noção de rede social que, na tradição dos estudos migratórios, configura-se propriamente enquanto um conceito analítico. Dentro de uma perspectiva dos estudos antropológicos, costuma-se considerar que as redes sociais operam principalmente como uma categoria etnográfica.

De acordo com Paoliello (2007) seu uso desponta no paradigma da antropologia social britânica quando é reformulado e dinamizado o modelo de análise da estrutura social⁸. Torna-se, assim, importante ferramenta

⁸ A referência indicada pela autora são os estudos antropológicos de Barnes (1987) e Boissevain (1987).

metodológica para esta pesquisa, uma vez que possibilita operar entre os níveis da estrutura e da ação social.

[...] a análise de redes não se constitui como teoria formal, que formula leis e correlações, mas como estratégia para investigar os nexos entre estrutura e organização social, passando-se, a partir daí, a usar a categoria como intermediária nas relações entre os níveis macro e micro da sociedade, acentuando-se um nível ou outro nas diferentes vertentes teóricas que incorporam essa modalidade de abordagem (PAOLIELLO, 2007, p. 135).

Já no campo dos estudos que se dedicam à temática do trabalho, o emprego das redes sociais é consolidado quando se trata de estabelecer um contraponto à ênfase na burocratização crescente das organizações e à racionalização das formas de recrutamento da força de trabalho. A abordagem das redes destaca seu papel na obtenção de informações sobre trabalho e indicação pessoal nas empresas. As redes ainda têm sido analisadas na permanência na informalidade, na busca ou manutenção de emprego⁹ (LIMA, 2013).

No que tange propriamente aos estudos migratórios, o enfoque de redes é essencial para o entendimento das migrações enquanto processos sociais e opera, nesse sentido, como um conceito para a compreensão da estrutura social. Em uma perspectiva similar aos estudos dedicados à temática do trabalho, compreende-se que informações e recursos por meio de redes influenciam sobremaneira o processo migratório, incidindo sobre a escolha de destinos e na inserção no mercado de trabalho da sociedade receptora. Assim, “o conceito de redes concebe a sociedade como um conjunto de relações, e introduz uma dimensão da estrutura social entendida como estrutura de relações” (TRUZZI, 2008, p.214), compreensão que se mostra também pertinente ao enfoque que adotei neste estudo.

Assim, se a ideia de mobilidade compulsória, tal qual a apresento na esteira de Haesbaert (2004), é analiticamente válida e relevante quando se analisa uma dimensão que aqui é compreendida como da ordem das estruturas sociais de exploração e dominação, a opacidade social que dessas análises resulta obscurece, na vida cotidiana, processos que vão ganhando significados

⁹ A referência para os estudos sobre redes sociais no mercado de trabalho encontram-se em Granoveter (1995), além de Bott (1976) e Barnes (1987).

e valores diversos. Ademais, resta dizer, assim, que meu interesse não se situou na dimensão da dominação ou da resistência social, seja ela organizada via sindicatos, seja em formas “menos visíveis” de resistência cotidiana¹⁰.

Então, se num primeiro momento compreendo estes deslocamentos sob a égide da demanda por força de trabalho, também me preocupou colocar em evidência o papel dos próprios migrantes na gestão e manutenção deste processo. É neste sentido também que me utilizo da noção de práticas migratórias para fazer referência aos deslocamentos, uma vez que as compreendo em sua relação a um *habitus* de mobilidade, tal qual exposto por Paoliello (1999). Esta noção parece vir ao encontro da perspectiva deste trabalho uma vez que, conforme aponta Bourdieu (2013), as práticas não se configuram nem como precipitados mecânicos de ditames estruturais, nem como resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos.

Deste modo, desenvolvi a pesquisa buscando situar-me desde o ponto de vista dos migrantes e considerar assim, sua capacidade de circularem, construir e apropriarem-se de espaços, afirmando a ideia de autonomia do migrante, seu papel de ator responsável pelo funcionamento da migração, de arquitetos de um mundo vivo que se reconstrói a cada dia.

Interessou-me apontar para possíveis reconfigurações dos espaços de vida, de trabalho, e dos significados de suas práticas migratórias orientadas para o “*Sul*”. Seja este “*Sul*”, em suas dimensões objetivas e subjetivas, o “caminho do eito”, o “caminho do roçado”, o caminho da independência dos jovens em relação a seus pais, do casamento, do acesso a bens de consumo, da manutenção e reprodução da ordem econômica, social e moral dos seus locais de origem, ou do distanciamento desta mesma ordem.

Aproximei-me, sobretudo, de perspectivas compreensivas daquilo que considero como traços importantes que organizam e que perpassam os deslocamentos para a região no contexto aqui investigado. Destarte, com vistas a abordar os elementos que conformam estes deslocamentos e apresentar ao leitor os significados de tais práticas, dividi este trabalho em cinco capítulos.

¹⁰ Cf. Silva (2011).

O primeiro deles versa sobre as principais formas através das quais as migrações para o trabalho agrícola nos canaviais paulistas foram pensadas e interpretadas. Mais que apenas uma revisão conceitual e teórico-metodológica destas abordagens, tem a intenção de apontar como a literatura sobre a temática predominantemente destacou os processos de exploração e dominação social, tanto como eixo a orientar as interpretações das migrações, quanto com relação aos aspectos precários da atividade agrícola canavieira.

Diante destas formas de se pensar o fenômeno migratório, desejei destacar aquela que adotei para a realização da pesquisa, por compreender que tais aspectos não esgotam a realidade dos deslocamentos e do trabalho que, além de serem guiados por necessidades materiais, apresentam uma dimensão simbólica. Em subitem deste mesmo capítulo, busquei contextualizar o cenário atual de trabalho nos canaviais, menos com a intenção de caracteriza-lo detalhadamente e mais como forma de compor o pano de fundo da pesquisa, com vistas a inserir aqueles que a ele dão vida e dinamicidade.

O segundo capítulo é dedicado a caracterizar o local de vida e moradia da maioria dos trabalhadores que entrevistei para esta pesquisa. Início por uma caracterização geral do pequeno município de Santa Lúcia, local onde desenvolvi este estudo e, em seguida, apresento o bairro Nova Santa Lúcia enquanto um “microterritório” dos grupos migrantes, destacando a importância das redes sociais e as formas de sociabilidade e de apropriação espacial neste bairro específico.

O terceiro capítulo versa sobre a construção da casa própria, elemento de fundamental importância nos projetos migratórios. Apresento a dinâmica de construção de casas no município paulista, relacionando-a às redes sociais destes trabalhadores, sustentadas por relações de parentesco, de amizade, de origem comum e sobretudo, à constituição e sustentação de unidades familiares autônomas. A família enquanto relação moral ganha destaque como parte essencial das representações deste grupo, relação esta que é possível ser efetivamente concretizada através dos deslocamentos.

O quarto capítulo dediquei à discussão de outro elemento central nas práticas migratórias, qual seja, o acesso a bens de consumo. Para tanto, estabeleci diálogo com algumas interpretações correntes sobre os significados das práticas de consumo na contemporaneidade, com vistas a compreender a

importância do acesso a estes bens como parte daquilo que pode conformar e representar para estes agentes o desejado êxito em seus projetos migratórios, reforçando o projeto familiar que está intrinsecamente relacionado aos deslocamentos. Também aponto o consumo e seu caráter de mediação de relações sociais e de rituais importantes dos ciclos de vida, além da criação de diferenciações internas ao grupo migrante no município paulista.

Por fim, no quinto e último capítulo desta tese, discuto, a partir da categoria nativa *nas terras dos outros*, como os deslocamentos estão relacionados à busca de autonomia frente a relações de trabalho e esquemas de dominação presentes nos locais de partida que estão relacionados, sobretudo, à parceria e suas derivações. Relacionam-se também, como é recorrente, à autonomia da própria família nuclear em relação aos grupos domésticos de origem dos trabalhadores. A inter-relação entre a mobilidade e a busca pelo afastamento de esquemas de dominação desvela-se também em algumas trajetórias femininas, sobretudo quando, em seus locais de origem, estas mulheres encontravam-se na situação de ter de sustentar e organizar sozinhas seus núcleos familiares.

Destarte, esta tese está organizada de forma a apresentar os principais significados dos quais estão investidas as práticas migratórias no contexto pesquisado, com cada capítulo dando destaque a uma dimensão destes significados. Antes de passar a eles, contudo, apresento como o trabalho de campo foi realizado e os caminhos através dos quais obtive acesso ao material empírico que embasou este estudo.

Do trabalho em campo e da construção da pesquisa

Realizei esta pesquisa em Santa Lúcia, pequeno município paulista inserido na economia canavieira regional, em um bairro específico cujo nome é Nova Santa Lúcia, e que tem como principal característica ser formado especialmente por pessoas com origem em outros estados do país.

O material empírico a partir do qual construí esta tese é fruto de trabalho de campo realizado a partir do mês de outubro do ano de 2014 e que se estendeu, de forma intermitente, até os meses finais de confecção desta tese. De caráter qualitativo, este estudo se apoia em entrevistas que qualifico como

semiestruturadas, ou seja, tive por base um roteiro com questões previamente elaboradas referentes ao interesse da pesquisa¹¹, mas este se tornou aberto e flexível a mudanças circunstanciais, a partir de problemas empiricamente colocados durante as conversas. Foram realizadas 22 entrevistas, com duração aproximada de 50 minutos cada, das quais 20 foram com trabalhadores e trabalhadoras migrantes e duas realizadas com pessoas oriundas do próprio município de Santa Lúcia.

Além das entrevistas, realizei também diversas visitas à cidade e observações no bairro, seja circulando por suas ruas, seja permanecendo em um bar do local em algumas ocasiões. Durante estas visitas, pude também observar a dinâmica local e ter outras tantas conversas informais ou pontuais. Por trabalhar no município como professora e me deslocar de Araraquara para lá duas vezes por semana, também pude ter uma vivência maior na localidade para além dos momentos em que fui unicamente com vistas a permanecer no bairro e/ou realizar entrevistas. Desta forma, algumas afirmações e percepções presentes neste trabalho são fruto desta forma específica de inserção em campo.

Deste modo, a transformação do município de Santa Lúcia/SP em universo empírico de análise para as questões propostas e condutoras deste trabalho não se deu ao acaso. No momento do início do trabalho de campo, busquei retomar antigos contatos construídos durante o mestrado em minha breve e limitada incursão em campo. Busquei por telefones e endereços dos entrevistados no ano de 2012, mas não logrei encontrá-los. Considerei que o fracasso na busca pelos antigos entrevistados tenha se dado por conta das mudanças nas usinas, que ocasiona todos os anos mudanças no quadro de funcionários, e também em função dos constantes movimentos migratórios destes trabalhadores.

Ponderei ainda que a qualidade dos contatos estabelecidos naquele momento não contribuiria de maneira satisfatória para o desenvolvimento da pesquisa, haja vista que as entrevistas foram feitas de maneira muito pontual. Apesar de terem sido realizadas na residência dos trabalhadores, nosso

¹¹ O questionário utilizado para as entrevistas pode ser consultado no Apêndice deste trabalho.

contato não durou mais que o tempo das próprias entrevistas, que foram marcadas por certo distanciamento e formalidade.

Há que se considerar ainda que não realizei o presente estudo tendo como mediadoras instituições de representação dos trabalhadores, tais como sindicatos locais ou mesmo entidades como a SPM – Serviço Pastoral do Migrante. A escolha em construir o contato com os trabalhadores por outros caminhos se deu em função de minha própria experiência inicial em campo durante o período do mestrado, e por certa frustração gerada pela experiência de mediação destas entidades.

A minha primeira ida a campo se realizou por intermédio do SPM em 2012, na cidade de Guariba, onde existe uma subsede desta entidade. Nos anos 1980, esta cidade foi foco de intensas greves e paralisações dos trabalhadores canavieiros. Visitei ali, juntamente com uma agente voluntária designada pela Pastoral, o Bairro Alto, conhecido por concentrar a população migrante. Na ocasião, pretendia fazer uma exploração inicial, fazendo contato com alguns trabalhadores no intuito de marcar entrevistas posteriores. A receptividade dos mesmos, contudo, foi pouco satisfatória e marcada por grande estranhamento em relação à pesquisadora, muito em função da maneira como foram abordados pela agente da SPM, que adentrava as casas dos trabalhadores, logo após estes terem chegado exaustos do trabalho, com pouca ou nenhuma formalidade. Nenhuma explicação sobre minha presença era dada pela agente, gerando uma situação desconfortável com os trabalhadores, que se viam constrangidos a ter de responder aos questionamentos de uma estranha.

No caso da mediação realizada pelo sindicato, utilizei-a para contatar trabalhadores que realizavam cursos de qualificação aplicados pelas empresas em parceria com o movimento sindical rural. Alguns questionários foram aplicados na própria sala de realização do curso, na presença de um representante do sindicato. Ainda que posteriormente tenha realizado, após estes questionários iniciais, entrevistas na residência destes mesmos trabalhadores, minha entrada pelo sindicato me colocou numa posição ambígua, pois algumas vezes eu era associada ao próprio sindicato, outras vezes às empresas, que eram financiadoras dos cursos. Tal imagem acabou por colocar alguns empecilhos e transformou as entrevistas em uma espécie de

“jogo de cartas marcadas”, uma vez que os trabalhadores respondiam às questões de acordo com o que imaginavam ser mais adequado às minhas expectativas.

Compreendi, assim, que o papel dos mediadores no trabalho em campo é de fundamental importância para a construção de uma pesquisa. Cada mediador fornecerá uma dimensão da realidade que está sendo investigada e influenciará na construção de uma imagem para o pesquisador, que poderá estar baseada em uma maior confiança e abertura, ou em relações de estranhamento e desconfiança que não serão tão facilmente desconstruídas ao longo da pesquisa.

Pelos motivos expostos, julguei necessário para este estudo construir caminhos alternativos para minha entrada em campo, de modo a não ser associada a nenhuma instituição. Assim, tomei contato com a presença de trabalhadores migrantes em Santa Lúcia em meados do ano de 2014, momento em que passei a me deslocar para o município a fim de trabalhar como professora de sociologia na Escola Estadual Bento de Abreu. Ministrando aulas no período noturno, assumi uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), composta em sua maioria por pessoas que não estão em idade escolar regular, geralmente homens e mulheres na faixa etária de 30 a 45 anos de idade.

Ao longo das aulas, tomei conhecimento de que alguns dos meus alunos eram trabalhadores da usina localizada próxima à cidade e que alguns deles eram provenientes de outros estados. É comum hoje a presença de trabalhadores das usinas em cursos supletivos, onde a carga horária e os conteúdos são adaptados de forma que, em um ano de estudos, os alunos possam concluir duas séries. As exigências empresariais de aumento da escolaridade dos trabalhadores tem se refletido em uma maior procura por essa modalidade de ensino em Santa Lúcia.

O contato com José Carlos, um dos meus alunos neste curso, foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Em uma de minhas primeiras visitas à cidade, fui conduzida por ele ao bairro Nova Santa Lúcia. Conforme previamente havíamos acordado, cheguei à cidade por volta do meio dia de um domingo, dia de folga para uma parte dos trabalhadores da cana de

açúcar¹². Desci do ônibus intermunicipal na praça central da cidade e havia missa na igreja matriz. Imaginei que José Carlos pudesse estar assistindo à cerimônia dominical com a família, como faziam muitos da cidade. Contudo, antes desta chegar ao fim, avistei-o atravessando a praça central.

Eu já havia conversado com ele há três meses, quando ainda era meu aluno no curso de educação de jovens e adultos na escola estadual da cidade. Ele e Manoel, também meu aluno à época, haviam me encontrado naquela mesma praça, ocasião em que me apresentei a eles como pesquisadora, comunicando meu interesse em conversar com colegas de trabalho, amigos, vizinhos ou parentes que tivessem passado por experiências de deslocamentos e trabalho na região. O final de ano atribulado para pesquisadores, professores, alunos e trabalhadores impediu a continuidade imediata de nosso contato, que se retomara naquele domingo de março de 2015.

Como já estivemos juntos numa sala de aula, conheço-o pela sua alegria. É um homem bastante ativo e falante, mas naquele dia achei que tinha no rosto uma expressão mais séria e preocupada. Disse que iríamos atravessar a linha férrea que corta a pequena cidade, e procurar pelos colegas de trabalho no *Pé Vermelho*, como é localmente conhecido o Nova Santa Lúcia. Para quem tem origem rural, a maneira como é apelidado o bairro é imediatamente compreensível. Trata-se de um local que há quatro anos não tinha suas ruas pavimentadas e a situação dos pés de quem por ali circulava, especialmente nos dias de chuva, deu origem à denominação.

À medida que adentrávamos no bairro, muita gente que passava cumprimentava-o. Ele me disse que ali “estava em casa”, que conhecia todo mundo. “O *Pé Vermelho* é o bairro dos imigrantes aqui da cidade” [sic], me disse ele em tom jocoso, como lhe é habitual, achando graça em usar a denominação que “aprendeu” nas aulas de sociologia para identificar os moradores dali.

Minha presença pelas ruas, andando a pé, despertou a atenção das pessoas no bairro, dos homens que jogavam, bebiam e ouviam música nos bares. Esclarecemos que eu não era da prefeitura, conforme comentavam

¹² Há duas formas de se organizar o trabalho nas usinas hoje. Alguns trabalham no chamado sistema 6x1, e outros no sistema 5x1. O primeiro consiste em organizar o trabalho semanal de forma que depois de seis dias trabalhados, se descansa um. No sistema 5x1 a cada cinco dias de trabalho descansa-se um, sem considerar a folga aos domingos.

alguns, mas que se tratava de uma pesquisa para uma faculdade, o que não arrefeceu muito a curiosidade dos moradores.

De Coelho Neto, no Maranhão, José Carlos, hoje com 41 anos, saiu pela primeira vez com apenas 16 anos de idade, acompanhado de alguns colegas. Passou seis meses na cidade de Altamira, no Pará, onde trabalhou no corte de cana de açúcar. Depois foi para o Mato Grosso, onde passou curta temporada, voltou ao Maranhão, à cidade de Presidente Dutra, e em Gonçalves Dias, no mesmo estado, casou-se e foi com a esposa morar nas terras que pertenciam ao sogro.

Saiu tão cedo da cidade natal porque não queria trilhar o mesmo caminho dos pais e trabalhar nas *terras dos outros*. Disse que “morar no emprego não é bom, a gente trabalha muito, de segunda a segunda”, referindo-se às relações de moradia vigentes no Nordeste brasileiro¹³. Mais tarde, decidiu vir a *São Paulo*, pois morava nas terras do sogro, experiência que não julgou positiva. Em *São Paulo*, ele já *rodou*¹⁴ bastante também, de usina em usina: passou pelas usinas Tamoio, Zanin, Santa Fé, todas localizadas na região, e finalmente empregou-se na usina Santa Cruz, onde trabalhou como cortador manual de cana de açúcar *definitivo*¹⁵ nos últimos sete anos.

Reside com sua família, composta pela esposa e mais seis filhos, em um imóvel alugado no bairro central da cidade de Santa Lúcia, há quatorze anos. Contou-me que foi candidato a vereador na cidade, nas eleições de 2012, pois achava justo que houvesse em Santa Lúcia algum “representante dos maranhenses”. O projeto de construção de moradias populares de um dos candidatos a prefeito lhe pareceu positivo, o que o fez apoiar o candidato¹⁶. No entanto, ocorreu a mesma ideia a mais três homens da cidade, o que, segundo ele, provocou um “racha” na votação, fazendo com que fosse menos votado do que necessitava para se eleger.

Enquanto caminhávamos em direção à casa de um colega de trabalho, ele me dizia que o bairro ali estava “cheio de maranhense, cearense, mineiro,

¹³ Esta questão será melhor abordada no último capítulo desta tese.

¹⁴ Expressão muito comum utilizada para indicar que já se passou por vários locais.

¹⁵ *Trabalhar definitivo* é a expressão usada pelos trabalhadores para se referirem à mudança na forma de contratação pela empresa: de trabalhadores temporários ou safristas para trabalhadores por tempo indeterminado.

¹⁶ José Carlos era filiado no momento da disputa eleitoral ao PDT – Partido Democrático Trabalhista e apoiou o candidato a prefeito pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro -, eleito naquela eleição municipal.

piauiense, baiano, de gente de tudo que é lugar”, mas que isso tudo não se comparava “ao que era Santa Lúcia” há alguns anos atrás. Segundo ele, hoje, na época das festas de fim de ano, é difícil lotar um ônibus que parta para os estados da região Nordeste. Há alguns anos atrás, eram muitos ônibus chegando e partindo, muita gente na rua, carros de som contratados pelas usinas anunciando vagas de emprego.

Quando lhe perguntei sobre seu trabalho na usina, o motivo da expressão mais séria em seu rosto me foi revelado. Ele fazia parte da única e última “turma do corte manual” de cana-de-açúcar dos moradores de Santa Lúcia. As chamadas turmas de trabalho são compostas, em média, por 45 trabalhadores que têm normalmente seu trabalho acompanhado por um fiscal de turma, eleito entre os próprios trabalhadores e pela gerência da usina.

Composta por 32 trabalhadores que realizavam o corte manual, a turma estava sendo desfeita pela gerência do trabalho da Usina Santa Cruz, localizada no município vizinho, Américo Brasiliense. Sua preocupação pareceu diminuir ao me informar que iriam encaminhá-lo para o trabalho no “rastelo”. Tal atividade consiste em manejar um grande rastelo de metal usado para reunir os restos de cana que caem na passagem dos transbordos para os caminhões que levarão a cana até as usinas, evitando assim o desperdício da matéria-prima.

Ocorria que, ainda que existisse certa garantia de alguns remanejamentos – as informações obtidas junto aos fiscais de turma eram de que haveria remanejamentos da maioria dos trabalhadores para outras funções –, mais de vinte pessoas estavam em situação bastante incerta naquele momento. Esta condição comum de sua turma de trabalho chamou-me atenção e passei então a conduzir o estudo entrevistando alguns trabalhadores com os quais ele tinha mais proximidade e que compunham sua turma de trabalho. Assim, das 16 entrevistas que foram realizadas através de sua mediação, oito delas foram com trabalhadores que faziam ou fizeram parte de sua turma. As oito restantes foram realizadas com pessoas que também trabalhavam ou haviam trabalhado nas usinas, conhecidos e amigos de José Carlos, mas que não faziam parte da mesma turma de trabalho. No total, entrevistei nove pessoas com origem em Gonçalves Dias, no estado do Maranhão e, por seu intermédio, ainda entrevistei quatro pessoas com origem no estado do Ceará,

uma pessoa com origem no próprio estado de São Paulo, um trabalhador piauiense e um do estado de Minas Gerais.

Tal seleção, assim, diz respeito à condição comum compartilhada por eles, relacionada ao fato de serem/terem sido trabalhadores em uma mesma usina e comporem a última turma de trabalhadores que realizavam o corte de cana manualmente. Ademais, mesmo aqueles com os quais José Carlos não possui laços em virtude do trabalho, têm históricos de deslocamentos semelhantes, conforme se apresentará, e fazem parte de suas redes de amizade e conhecimento.

Ao bater nos portões das casas ou abri-los, já entrando, ele chamava pelos “irmãos”. Esclareceu-me que se chamam assim entre eles – por “irmão” ou “irmã” – por serem ou terem sido da mesma igreja. É considerável a presença de evangélicos entre a população santa-luciense. Chamou-me a atenção também a adesão de muitos trabalhadores migrantes a religiões neopentecostais. Laços muito fortes de amizade, confiança, respeito e solidariedade se mostraram entre eles. Todos trabalham juntos há pelo menos sete ou oito anos na mesma usina. Além da condição comum de trabalho que os une, há também uma identificação forte por serem de outros lugares e também lá compartilharem de condições de vida e trabalho semelhantes.

Minhas visitas ao bairro se deram nos dias de folga de José Carlos e foram agendadas previamente. Normalmente, o papel de comunicar minha ida aos colegas foi realizado por ele próprio. Ocorreram também ocasiões de chegarmos às casas dos entrevistados sem aviso prévio. Nestas situações sua presença durante nossas conversas deixou geralmente os entrevistados mais seguros e menos constrangidos frente aos questionamentos de uma estranha. Sua permanência no local das entrevistas também cumpriu papel importante à medida que ele e os colegas lembravam conjuntamente alguns episódios de suas vidas. Foram realizados nestas ocasiões interessantes e esclarecedores “exercícios de memória”, assim como a reconstrução compartilhada de suas trajetórias de vida. O quadro de possíveis demissões na usina onde trabalhavam também foi assunto de algumas conversas e motivo de preocupação.

José Carlos é representante de sua turma junto ao sindicato de sua categoria e participa mensalmente de reuniões no sindicato rural de

Araraquara, ligado à FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – transmitindo aos colegas de turma as informações necessárias.

Conversamos sobre a formação desse sindicato e sua respectiva Federação, e sobre a greve de Guariba, que lhe deu origem. Apesar de essa greve ser uma referência na história de lutas da categoria na região, ela não é um fato relevante ou presente em sua memória. A distância temporal é grande, e já se passaram trinta anos desde o acontecimento¹⁷. Ele chegou à cidade nos anos 2000 e, de 1984 até hoje, mudanças significativas ocorreram, tanto nas relações de trabalho quanto nas instituições que representam sua categoria. Pelo papel desempenhado como representante da turma e por sua inserção na política local, estes foram temas recorrentes nos diálogos.

Estas conversas foram importantes para minha compreensão dos usos desta inserção pelos trabalhadores. Visto que nas cidades de origem da maioria deles, o emprego público constitui uma das poucas possibilidades que têm de melhorarem sua condição de vida, a inserção na política é estratégia utilizada para acessar empregos e cargos junto às prefeituras.

A participação nos sindicatos locais também aparece como estratégia para a estabilidade no emprego e a construção de “influência” nas localidades. Conforme comentam os trabalhadores, quem participa de sindicato por lá é “muito forte”. Apreciações sobre as maneiras de “fazer política” no Maranhão e em *São Paulo* também foram feitas durante algumas conversas. Em outros momentos de maior descontração, ao final das entrevistas, José Carlos e os entrevistados, seus amigos, marcavam encontros nos dias de folga, seja para uma pescaria – prática comum entre os homens nos dias de folga e que substitui, muitas vezes, a ida aos bares da cidade – seja para organizarem churrascos dos quais a família toda participaria.

Assim, ao adentrar na vida do bairro e perceber que estes trabalhadores e suas famílias pouco saíam dele, seja porque lhes faltava tempo ou dinheiro, seja porque boa parte de suas necessidades de consumo ou de suas poucas horas de lazer se realizavam ali mesmo, me dei conta de que estava fazendo

¹⁷ Em agosto de 2014 ocorreu na cidade de Guariba/SP um evento comemorativo dos 30 anos da greve. O evento reuniu acadêmicos, professores e pesquisadores, representantes sindicais, agentes da Pastoral do Migrante (sediada na cidade). A presença de trabalhadores foi muito pequena, quase nula.

um estudo sobre uma periferia urbana, ainda que de um pequeno município. Em um primeiro momento, assim, julguei que fosse necessário incorporar ao trabalho algumas análises, categorias e conceitos que foram desenvolvidas a partir dos estudos de cidades e periferias. Sem dúvida, conforme apontarei em alguns capítulos, existem muitas similaridades entre as análises e conceitos que foram cunhados tendo como referência estudos de periferia e a realidade por mim observada no Nova Santa Lúcia.

Compreendi também que este é um desafio que se coloca para aqueles que realizam estudos migratórios, e que se vêem comumente impelidos à utilização de interpretações dos mais variados campos científicos, uma vez que este fenômeno contém raízes históricas, englobando variáveis e processos demográficos, econômicos, políticos, socioculturais, etc. Ademais, fez-se claro para mim, a partir desta experiência prática e imediata da pesquisa de campo, aquilo que muitos estudiosos já apontaram, ou seja, a impossibilidade de se compreender o universo rural como apartado do universo urbano. O inverso também é verdadeiro, uma vez que se torna impraticável compreender a formação e desenvolvimento das cidades sem ter em conta seu completo enraizamento e relação com as dinâmicas que são produzidas no campo.

Conforme aponte, a mediação realizada por José Carlos foi fundamental para a identificação de redes sociais em Santa Lúcia e da importância do Nova Santa Lúcia como local de moradia e sociabilidade. No entanto, por volta de meados de 2016, nosso contato foi se tornando mais escasso. Nos primeiros meses do ano, ele teve dificuldades de utilizar seus dias de folga para me acompanhar, já que a esposa foi visitar seus parentes no Maranhão, de modo que ele e sua filha mais velha ficaram responsáveis pela organização da casa e pelo cuidado dos filhos mais novos.

Passado este período, passou a frequentar, nos dias de folga, reuniões do novo partido ao qual se filiou, com vistas a lançar nova candidatura para o cargo de vereador. Todo o processo foi longo, e envolveu desde a escolha daqueles que lançariam candidaturas pelo partido¹⁸ até a confecção do material de campanha. Ele chegou a afirmar que, mesmo nos momentos em que estivesse realizando sua campanha em seu tempo livre, eu poderia

¹⁸ José Carlos filiou-se ao PEN – Partido Ecológico Nacional e concorreu ao cargo como “Irmão do PEN”, pela coligação PEN/PT. Não foi eleito no município.

acompanhá-lo em suas visitas às casas de seus conhecidos e amigos, já que desse modo poderia também ajudá-lo na divulgação da campanha. No entanto, percebi que neste período houve certo afastamento de sua parte, à medida que passou a não atender algumas ligações que lhe fazia ou mesmo a me informar que estava muito ocupado com outros afazeres.

Neste mesmo período, passei então a realizar idas ao bairro sozinha e, em um feriado, parei junto a um bar onde havia grande concentração de pessoas. Fui imediatamente reconhecida por uma ex-aluna, que me acenou de dentro do estabelecimento comercial. Laiana me informou que ela e o esposo tocavam o pequeno estabelecimento. Ambos são oriundos de Gonçalves Dias e, além dos empregos formais, cuidavam do bar em seus contra-turnos de trabalho. Ele é funcionário da usina Santa Cruz e, após anos trabalhando no corte manual, hoje é encarregado da aplicação de agrotóxicos após o plantio das mudas da cana de açúcar. Ela, tendo concluído o ensino médio no final de 2015, empregou-se na Cutrale, empresa do setor citrícola localizada na cidade de Araraquara, onde realiza a função de separar as frutas de melhor qualidade após a colheita. Desde então passei a ir ao bar de Laiana, o que foi de fundamental importância para uma ampliação de meu olhar sobre a dinâmica dos deslocamentos e as redes dos trabalhadores. Por seu intermédio fiz mais quatro entrevistas, incluindo aquelas que realizei com ela própria e com seu esposo.

Ao permanecer no bar por algumas horas, normalmente após as 15 h, horário em que abria, notei que aqueles o frequentavam apresentavam certa diferença em relação àqueles trabalhadores que tinha entrevistado por intermédio de José Carlos, o que abordarei mais detalhadamente no decorrer do trabalho. Também pude tomar contato com trajetórias femininas de migração, realidade que até então não tinha se feito presente com tanta força, uma vez que o olhar masculino fora predominante até então.

Nas entrevistas nas casas dos trabalhadores, normalmente os homens assumiam o papel de porta-vozes das trajetórias e as mulheres tiveram, em algumas ocasiões, um papel e uma fala de certa maneira secundarizados durante as conversas. Nestas ocasiões, figuravam como aquelas que realizaram os deslocamentos na esteira dos maridos, dentro de um projeto familiar já esboçado em seus locais de partida. Ao ouvir a trajetória de Laiana e

das demais entrevistadas, pude considerar outros elementos relacionados à migração feminina, que busquei também incorporar à análise.

Por fim, devo ressaltar que, do ponto de vista teórico-metodológico e da minha inserção em campo, considero ter construído um trabalho “híbrido”. Justifico tal procedimento na medida em que se relacionou ao meu intento de trazer à tona pessoas concretas, com suas particularidades e agências, e não apenas indivíduos abstratos, que poderiam facilmente compor amostras, estatísticas ou similares.

Assim, utilizei-me de conceitos e de formas de aproximação e de abordagem da realidade que desejei adentrar, provenientes de diversos campos de estudo das ciências sociais. Após a realização das entrevistas ou das minhas incursões em campo, busquei dialogar com autores, métodos e teorias que, segundo meu entendimento, mais se aproximassem das dinâmicas observadas. Não considero que o pesquisador chegue a campo sem um olhar previamente construído, mas é importante ressaltar que a construção deste trabalho teve como pressuposto uma “via de mão dupla”, em que procurei colocar em diálogo constante e estreita relação os dados empíricos, conceitos e pressupostos teórico-metodológicos.

1.PRÁTICAS MIGRATÓRIAS E TRABALHO REESTRUTURADO

As definições são ferramentas do pensamento e não verdades que duram para sempre.

Seyferth (2011)

1.1 As teorias sociais e o “trabalhador-migrante-camponês”¹⁹: os trabalhadores como “objeto”

Não foram poucas, e por vezes controversas, as formas como estudiosos buscaram conhecer e interpretar as condições de vida, trabalho e o comportamento político dos grupos sociais que empreendem práticas migratórias. Uma série de estudos buscou apontar as causas e consequências de tais deslocamentos, tratando-os muitas vezes como um problema a ser solucionado. (MARTINS, 1986; SILVA, 1999; ALVES, 1991; NOVAES, 2007).

Os “trabalhadores migrantes” também já foram considerados herdeiros e/ou deserdados do processo de modernização no campo e de suas origens rurais (FERRANTE, 1994). Além destas origens, sua condição de deslocamento permanente também rendeu análises que muitas vezes os colocaram como presas usuais do próprio imediatismo de suas necessidades.

Já foram vistos como passivos e politicamente apáticos, condição supostamente dada tanto pelas suas origens rurais, quanto pelas inúmeras estratégias de exploração e dominação a que sempre estiveram sujeitos. Desde outra perspectiva, esta centrada na dinâmica das classes em conflito, classificados como operários dotados de consciência (ALVES, 1991). Resistentes e ativos, embora se utilizando das “armas dos fracos” (MENEZES, 2002; SILVA, 2011) ou solidários e atuantes com base em uma “economia moral” (BARONE, 1996).

Conforme apontou Fontes (2004) ao tratar do processo de industrialização, a discussão sobre a adaptação do trabalhador migrante de origem rural foi balizada pela noção de modernização. Este jargão acadêmico orientou as

¹⁹ Tal categoria é utilizada por Menezes (2002) para classificar a heterogeneidade dos grupos que empreendem práticas migratórias, relacionando tais deslocamentos à proletarianização (trabalhadores-migrantes), à reprodução de sua condição camponesa (camponeses-migrantes) ou às constantes mudanças processadas nestas condições ao longo da trajetória de vida dos indivíduos.

pesquisas sobre o mercado de trabalho brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970, momento em que, de acordo com Guimarães (2009), havia que se investigar as chances de aparecimento de grupos que haviam forjado os arranjos societários típicos dos países chamados modernos ou de capitalismo originário²⁰. Neste contexto, este trabalhador, devido à sua recente origem rural, demonstraria um ajustamento precário à nova realidade, não se identificando com a chamada “condição operária”, já que se apresentava entre estes a ausência dos esperados padrões de ação coletiva e solidariedade de classe, comumente identificados nas classes urbano-industriais.

No caso específico dos deslocamentos de trabalhadores de áreas rurais para o trabalho na agroindústria canavieira ou para outras grandes unidades de exploração agropecuária – produtoras de café, laranja ou outros cultivos –, a noção de modernização também ocupou o centro das análises, ainda que tenha sido acompanhada do adjetivo “conservadora”, quando se tratou de tecer uma crítica à manutenção da grande concentração fundiária no país²¹.

Mas, uma vez que a migração se fazia de um universo rural para outro, o foco não recaiu na falta de adaptação deste trabalhador, pelo contrário. O ajuste de disposições é que passou a explicar as percepções e as práticas destes trabalhadores. A análise concentrou-se, assim, na mudança do padrão de emprego e exploração da força de trabalho e a concomitante expropriação das terras camponesas, compondo a chamada “acumulação primitiva para o capital agroindustrial” (SILVA, 1999).

Nestes termos, considerou-se que o fenômeno do trabalho assalariado no campo esteve vinculado ao avanço do capitalismo na agricultura e ao caráter conservador que assumiu a modernização do espaço rural brasileiro. Contudo, na interpretação de José de Sousa Martins (1986), o trabalhador assalariado rural nasce com a própria instauração do trabalho livre, no século XIX. Para este autor, a realidade das transformações ocorridas na situação do trabalhador rural não foi adequadamente interpretada, uma vez que:

²⁰ Produções importantes deste período são as obras de Juarez Rubens Brandão Lopes (1964; 1967).

²¹ Para conferir uma análise realizada a partir desta perspectiva e compreender o termo modernização conservadora, ver a obra de Graziano da Silva (1980).

[...] o proletário agrícola foi reinventado rapidamente. Esqueceu-se que o boia-fria nascera com a própria instauração do trabalho livre no século passado. Há documentos sobre bolsões de trabalhadores avulsos entre as fazendas de café. Há fotografias de boias-frias no começo do século. Há contratos impressos específicos para esta categoria de trabalhadores na mesma época. A real natureza das transformações na situação do trabalhador rural nas duas últimas décadas não foi efetivamente apreendida e explicada (MARTINS, 1986, p.97).

O fato é que a forte concentração destes trabalhadores nas grandes lavouras monoculturas provocou uma busca intensa dos estudiosos em definir o fenômeno do chamado “boia-fria”. Graziano da Silva (1980) relacionou o assalariamento rural às alterações processadas na base técnica da produção agrícola. A utilização de máquinas, equipamentos e insumos químicos na agricultura paulista teriam sido os principais responsáveis pela maior utilização da força de trabalho volante. Nesse sentido, o autor confere um peso maior ao progresso técnico e sua relação com a força de trabalho agrícola empregada²².

Da mesma forma que o trabalho assalariado temporário é compreendido a partir do desenvolvimento capitalista da agricultura, para este autor, ele também pode ser considerado expressão da insuficiência deste desenvolvimento. Ao avançar de maneira diversa na agricultura, em virtude de seus aspectos particulares, ou seja, em função dos próprios limites colocados pela natureza ao processo de valorização do capital, o trabalho temporário seria a expressão justamente da incompletude deste processo que, de forma diversa da indústria, não elimina o tempo de não-trabalho.

Cabe ressaltar que este processo histórico de consolidação do trabalho volante é visto por autores como Silva (1999) e Stolcke (1986) de uma perspectiva diversa. A expansão desta mão de obra específica não é vista apenas como resultado da modernização e industrialização da agricultura, mas pode ser bem compreendida quando analisadas as lutas políticas estabelecidas e o papel do Estado na formulação de legislações que propiciaram seu crescimento e permitiram dotá-la de seu caráter volante. Desta perspectiva, o ETR – Estatuto do Trabalhador Rural – criado em 1963,

²²“Fundamentalmente, o volante é um proletário, ou seja, um trabalhador desprovido dos meios de produção e, enquanto tal, obrigado a vender sua força de trabalho para garantir a subsistência, como é o operário urbano e/ou o trabalhador rural assalariado permanente” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.118).

estendendo os direitos trabalhistas ao campo, contribuiu de modo decisivo para a expansão do trabalho temporário no país, à medida que tal legislação regulou apenas as formas de contratação da força de trabalho permanente, deixando os volantes fora de seu espectro.

Assim, tratada como eventual, tal categoria de trabalhadores, uma vez desprovida de direitos trabalhistas, tornou-se funcional ao movimento de acumulação na agricultura, já que representou uma alternativa menos onerosa – do ponto de vista econômico e do compromisso trabalhista – de emprego da força de trabalho (MARTINS, 2006). Nesse sentido, o caráter de definição da contratação temporária no campo não se vincula apenas à introdução de progresso técnico na agricultura brasileira, mas revela também sua dimensão fundamentalmente política. Mão de obra marcada, portanto, desde seu aparecimento, pela precariedade e flexibilidade de seus vínculos empregatícios²³.

Desta forma, a extensão parcial dos direitos trabalhistas ao campo, ao limitar as formas de dominação tradicionais, colocou a maioria dos antigos moradores e colonos diante de uma situação de pauperização extrema. Expropriados dos meios que antes utilizavam para prover parte de sua subsistência, passaram a ter de obtê-la através da condição de assalariamento, sem que, com isso, estivessem protegidos por uma legislação que lhes garantisse direitos²⁴.

Vista de outro modo, a mudança de uma condição camponesa para a de trabalhador assalariado teria produzido não apenas a continuidade dos processos de exploração e dominação, mas uma ruptura. A uma mudança da “posição na estrutura”, uma mudança correspondente nas consciências e

²³ “Não se compartilha a ideia segundo a qual, pelo fato de serem temporários, sejam sobranes ou excluídos. Eles são incluídos. Defende-se aqui, a ideia de que este processo produziu uma diferenciação social (étnico-racial) entre os expropriados, sob a rubrica do Estado que os baniu da legislação. Não se trata de não considerá-los trabalhadores, pelo fato de serem boias-frias. São, ao contrário, trabalhadores com esta condição” (SILVA, 1999, p.72).

²⁴ As relações de trabalho que foram estabelecidas após a desagregação do regime de morada no Nordeste brasileiro foram analisadas por Lygia Sigaud (1979) na obra *Os clandestinos e os direitos: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. A autora aponta outros aspectos nas modalidades de uso da força de trabalho que indicam não apenas o interesse pela maximização dos lucros e a exploração do trabalho. Analisa como, por exemplo, ser um trabalhador *clandestino* tinha o sentido positivo de poder dispor livremente de sua força de trabalho; trabalhar como *fichado*, por seu turno – se tinha como vantagem o acesso a direitos trabalhistas – representava para os trabalhadores uma volta à condição de sujeição vivenciada anteriormente.

práticas. Foi Alves (1991) quem transpôs para os trabalhadores do corte manual de cana, por ocasião dos acontecimentos de Guariba em 1984²⁵, a esperada consciência e solidariedade de classe que alguns estudiosos viram como difícil de ser construída entre trabalhadores migrantes de origem rural. Tal visão é tributária de uma análise de cunho mecanicista/economicista e coaduna-se com o primado marxista da determinação em última instância pelo econômico.

Por outro lado, este mesmo autor aponta algumas características da produção canavieira (ALVES, 2007) e, através destas, intenta uma explicação sobre as mudanças nos locais de origem dos trabalhadores que se deslocam para este trabalho. A necessidade do setor canavieiro de trabalhadores mais produtivos faz com que a vinda de jovens de regiões mais distantes (estados do Piauí e Maranhão, por exemplo) seja explicada. A necessidade de ter um emprego para enviar remessas às suas famílias é o fator econômico apontado como causa destes deslocamentos atuais. Por serem jovens aptos a trabalhar duramente (socializados pelo e para o trabalho no campo junto aos pais) e necessitados do emprego, não fariam “confusão” e se mostrariam extremamente produtivos, aos moldes do “bom trabalhador” buscado pelas usinas.

Por outro lado, como causa explicativa da vinda destes jovens destas localidades, também é apontada a continuidade de processos de “expropriação” nos estados de origem. Por fim, sua interpretação sobre a migração, considerando-a como “expulsão”, como “processo forçado” e último recurso de sobrevivência pouco revela sobre o trabalhador que faz uso de tal prática.

Silva (1999) ainda que não se limite aos aspectos econômicos deste processo e considere, além da classe, as dimensões de gênero e étnico-raciais para a sua análise do conflito social, destacando inclusive o conteúdo simbólico destas relações, enfatiza também as inúmeras estratégias de exploração,

²⁵ As mobilizações dos trabalhadores canavieiros na região de Ribeirão Preto/SP têm seu marco de referência na greve de Guariba, realizada no ano de 1984. As reivindicações dos trabalhadores eram de melhorias salariais, condições de trabalho, volta ao sistema de corte de cana de cinco ruas, além de outras reivindicações. Para Alves (1991), os trabalhadores que fizeram parte destes movimentos não tinham como objetivo o retorno a sua condição anterior e estavam lutando pelo controle do processo de trabalho, o que os caracterizaria como operários típicos, com reivindicações semelhantes ao operariado urbano-industrial.

dominação e controle a que estão sujeitos os trabalhadores chamados “boias-frias”. As várias facetas que assume esta dominação moldam a subjetividade deste trabalhador. Assim, toda a disciplina no espaço de trabalho é vista, em termos foucaultianos, como um investimento de poder para a fabricação de “corpos dóceis”. À disciplina no local de trabalho soma-se uma *hexis* corporal e um *habitus* que os fazem naturalizar a dureza do cotidiano do trabalho das usinas e a dominação, o que potencializaria as investidas de controle empresarial sobre estes sujeitos:

O espaço do trabalho como espaço de poder não foi criado sobre um vazio social. Estes trabalhadores trouxeram em seus corpos as cicatrizes da dominação anterior. Não seria o ETR o instrumento capaz de apagá-las. Ao contrário, a proletarianização, ao jogá-los na cidade, aumentou, ainda mais, a sua despossessão: perderam a roça, a morada, a parcela, enfim, algumas condições objetivas garantidoras de sua sobrevivência. Sem estes pressupostos históricos, que incluem as relações de classe, gênero e raça/etnia, pois, boa parte destes trabalhadores é constituída de não-brancos e originários de outras partes do país, a compreensão da disciplina fica comprometida (SILVA, 1999 p.87).

Sem compartilhar de uma análise fundada na classe como “posição na estrutura” e sem apostar na completa eficácia simbólica da dominação, outros autores enfatizaram a capacidade destes trabalhadores de responder às investidas dos processos de dominação e exploração. Mais que uma consciência de classe fundada na mudança de posição na estrutura de produção, Barone (1996) inspirado em Thompson (1998), lança mão de uma “economia moral” que estaria na base das práticas de populações camponesas para compreender tanto os acontecimentos de Guariba como o movimento de luta pela terra que constituiu assentamentos²⁶. Menezes (2002) e Marcelo Saturnino Silva (2011) também questionam a eficácia dos sistemas de dominação em reduzir a ação dos indivíduos das classes subalternas a

²⁶ Barone (1995) estuda a dinâmica de formação do assentamento Monte Alegre, localizado na cidade de Araraquara, além da Greve da Guariba – movimento que encetou as reivindicações por terra na região – e explora a partir do referencial thompsoniano os códigos culturais sobre os quais se constroem ações coletivas. Tal referencial compreende a cultura popular dos grupos camponeses não somente como uma cultura tradicional, isto é, conservadora e mantenedora da ordem, mas, acima de tudo, uma cultura dos de baixo, que sinaliza a real situação dos trabalhadores e camponeses, compondo o conteúdo das críticas e revoltas por ele estudadas.

estratégias puramente autorreferentes, destinadas a garantir sua sobrevivência.

Tais abordagens têm o mérito de entender as classes sociais como processo histórico, à luz das quais se podem entender as dimensões simbólicas e políticas. Deste modo, ambas as posições tendem a ler as estruturas das relações em termos de como estas são vividas e experimentadas e atentar para outras práticas que não têm sua expressão nas formas da política institucionalizada, tal qual foi proposto por Scott (2002). Não obstante, a análise thompsoniana recai na experiência e na vontade, ou seja, na tomada de consciência²⁷ como definidora das práticas, e a segunda, parece saturar e alargar demais o campo da política, onde práticas voltadas à sobrevivência são classificadas como atos de resistência²⁸.

Tais construtos sociais em torno das ações e comportamentos políticos deixam entrever que “neutralidade axiológica” não me parece e não é um postulado viável sobre o qual apoiar estudos. Derivam daí, sempre, posições políticas. Nesse sentido, reconheço-me como mais uma (re)produtora de sentido sobre a realidade, sem contudo querer enveredar pelos caminhos que colocam em suspenso as possibilidades de objetividade da pesquisa social. Desta forma, desenvolvo a pesquisa em consonância com a afirmação de Garcia Jr. e Heredia (2002) sobre os entendimentos dos modos de dominação e a experiência cotidiana que se tem deles:

Entender os modos de dominação social, as tensões a que estão submetidos, as mobilizações de diferentes grupos e seus efeitos, bem como as transformações possíveis com maior ou menor probabilidade, implicava distanciar-se de qualquer perspectiva homogeneizadora de classes em disputa,

²⁷ Para Hall (2011) os chamados Estudos Culturais – desenvolvidos a partir de meados da década de 1950 e dos quais faz parte E. P. Thompson – têm seu centro em torno da tentativa de fazer aparecer o sujeito e a subjetividade onde o estruturalismo não os fez aparecer. Como crítica aos processos sem sujeito do estruturalismo, o “culturalismo”, nas palavras de Hall, restauraria o sujeito unificado (coletivo ou individual) da consciência no centro da estrutura.

²⁸ Monsma (2000) aponta algumas contradições na perspectiva de Scott (2002) acerca da resistência cotidiana. Segundo o autor, alguns dos problemas na abordagem de Scott decorrem das concepções de estrutura e da ação humanas implícitas nela. Scott, segundo Monsma, trataria a estrutura da dominação como algo “exterior” aos atores humanos, especialmente aos subalternos, e, por isso, desconsideraria a participação dos próprios subalternos na reprodução da dominação. Monsma, amparado nas teorias de Giddens (1984) e Bourdieu (1977) afirma ser importante reconhecer que, ao mesmo tempo em que as estruturas moldam, facilitam, e limitam as ações, são a ação e a interação humanas que reproduzem as estruturas. Assim, para usar uma estrutura, as pessoas necessariamente têm de mobilizar as categorias e entendimentos embutidos nela, reproduzindo-a.

sobretudo as visões dicotômicas simplistas, como exploradores e explorados, opressores e oprimidos etc., oposições facilmente encontráveis em retórica de denúncia de injustiças sociais flagrantes, mas de pouca valia quando se queria entender processos de transformação social e formas de percepção e experiência da vida cotidiana (GARCIA JR; HEREDIA, 2002, p. 218- 219).

Tendo-se como pressuposto as relações de poder e classe, tais grupos foram vistos ora como passivos, ora como potencialmente contestadores. Mas, quando se trata de grupos sociais que estão em situação de constante deslocamento laboral, é possível entrever que estes não constroem suas práticas e suas visões de mundo e não derivam suas identidades diretamente ou somente de sua posição nas relações sociais de produção. É no âmbito mais geral de suas práticas sociais que se podem encontrar os elementos que embasam suas percepções e que orientam suas ações individuais e coletivas.

Deste modo, entendo que os grupos sociais não expressam sua natureza unicamente por pertencerem a uma classe determinada – classe aqui entendida enquanto posição na produção –, mas que constroem e classificam o mundo a partir de orientações sociais variadas. Por assim ser, tampouco erigem suas identidades em relação a uma categoria profissional específica e única. Nesse sentido, compartilho da compreensão de Durham (2011), que identifica que, desta condição de permanente mobilidade laboral, deriva certa dificuldade conceitual em apreender estes grupos sociais a partir da chave analítica da classe social.

[...] eu estava trabalhando com migrantes, e eles eram uma porção de coisas: *Lumpen* proletariado de um lado, proletariados de outro, em diferentes momentos da vida eles arranjavam emprego em fábricas e em outros recebiam o Fundo Salarial, abriam um pequeno negócio e, quando iam à falência, iam trabalhar com outra coisa. Há uma mobilidade dessa população, que vem do campo e tem certas características culturais, mas que em grande maioria viviam em situação de pobreza, de pouca escolaridade [...] (DURHAM, 2011, p.297).

Convém ainda sinalizar que grande parte das análises sobre a migração dos trabalhadores rurais nordestinos enfatizou as motivações econômicas desse processo. De acordo com essa visão, a situação de miséria no campo, a concentração fundiária e o avanço do latifúndio sobre as terras dos pequenos

proprietários, assim como as alterações das relações de trabalho, o alto índice de crescimento demográfico nordestino e as periódicas secas seriam alguns dos fatores que imporiam a migração como última saída ao trabalhador rural. Este, por sua vez, se tornaria proletário, preenchendo a demanda por mão de obra nos “polos mais dinâmicos” da economia nacional, perspectiva da qual são tributárias as clássicas análises de Lopes (1964), Singer (1973) e Durham (1979).

Se tenho por certo que pressões econômicas influenciam e condicionam as decisões de migrar, estas se fazem em meio a uma complexa teia de fatores que as transformam em um processo ordenado e calculado, o que implica distanciar-se de uma perspectiva que considera tão somente as práticas migratórias como último recurso de sobrevivência, movimentação no espaço social realizada à mercê de constrangimentos e imposições e que, no limite, as colocam como práticas desestabilizadoras dos universos sociais dos agentes que as empreendem.

Importante ainda sinalizar que, no tocante às teses sobre a proletarização camponesa, Garcia Jr. (1989) observa que a venda da força de trabalho na indústria poderia não necessariamente conduzir à transformação definitiva dos trabalhadores que se deslocavam em proletários urbanos, e sim, na medida em que lhes oferecia uma possibilidade de acumulação, permitir-lhes adquirir terras na volta, afirmando-se como camponeses e evitando uma nova sujeição, aquela vivenciada como moradores de engenho. O enfoque deste autor está nas estratégias de reconversão dos agentes e, assim, o “*Sul*”, ao invés de ser caracterizado como o caminho de uma nova dominação enquanto trabalhador assalariado, estaria se constituindo como percurso para a transformação de “*sujeitos*” em “*libertos*”²⁹.

Assim, a análise de trajetórias individuais e familiares revela a existência, conforme o autor, de migrantes que se tornaram operários ou empregados urbanos no Sudeste, mas também a presença de indivíduos que

²⁹ Tais categorias nativas são representações mentais empregadas pelos informantes da pesquisa conduzida pelo autor e expressam seus entendimentos acerca das relações de moradia no Nordeste brasileiro. Ser “*sujeito*” diz respeito a estar na condição de morador e ao conjunto de obrigações que tal situação impunha. Já ser “*liberto*” diz respeito ao trabalhador que não mais estava nessa condição e podia vender “livremente” sua força de trabalho.

conquistaram ou reproduziram a condição camponesa graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho industrial. Deste modo, no que toca especificamente às práticas migratórias para o trabalho nas usinas paulistas, estas também não foram vistas apenas como sinônimo de um processo de assalariamento irreversível, mas consideradas enquanto estratégia para a reprodução social de uma condição camponesa (GARCIA JR., 1989; MENEZES, 1985; WOORTMAN, 1990), visto que esta condição em nosso país historicamente apresenta traços que a distinguem de outros contextos. Como afirma Wanderley (1997), tais traços distintivos dizem respeito à instabilidade estrutural desta condição e à mobilidade espacial. Mais que apenas resultado de um processo que coloca dificuldades de reprodução em seus locais de origem, os deslocamentos temporários muitas vezes possibilitam a continuidade de sua permanência nestes locais, possibilitando a reprodução de sua condição.

Woortmann (1990) já afirmara que os camponeses, além de produtores de alimentos, são “produtores” também de migrantes, já que migrar é condição para a permanência camponesa. Ademais, é preciso também apontar que as migrações não podem ser explicadas somente por fatores externos ao campesinato, como os já mencionados, mas são reflexo do próprio sistema de parentesco camponês, que expulsa pessoas através de seu padrão de herança, ordenando as formas de se realizar a migração para que esta se faça por intermédio dos grupos de parentes.

Portanto, são deslocamentos impulsionados tanto por causas externas, quanto internas ao grupo e remontam ao início do século XX, conforme aponta Menezes (2002) ao analisar o que considera como uma experiência histórica de migração do campesinato nordestino. É preciso ainda esclarecer de que campesinato aqui se está falando, pois este não compõe uma categoria homogênea, dada a diversidade de situações encontradas no espaço rural brasileiro.

É bastante conhecida a defesa da não existência do campesinato no Brasil, muito em função de uma transposição imediata de interpretações que dizem respeito ao contexto europeu – tendo como modelo as formas camponesas medievais – para o nosso contexto nacional. De outro modo, quando reconhecida sua existência, o campesinato foi fadado ao

desaparecimento, tendo-se como parâmetro algumas “leis gerais” do desenvolvimento capitalista que imporiam a esta forma seu fim.

Pela amplitude do debate e por já ter sido realizado em profundidade por outros pesquisadores, não retomo pormenorizadamente esta discussão. Ela é importante somente à medida que se relaciona ao objetivo geral de compreender as finalidades das práticas migratórias a que estou me referindo, além de ser uma abstração conceitual que considero válida para qualificar a condição social de meus entrevistados em seus locais de partida.

Considero características pertinentes à definição dos grupos camponeses, em termos de sua economia, a organização produtiva fundada em unidades familiares de produção e consumo, conforme aponta Chayanov (1966). No entanto, para alguns autores, esta definição apresenta certa incompletude, por ter como pressuposto da definição de um grupo apenas características que se referem a aspectos econômicos, reduzindo a condição camponesa às suas condições materiais de existência, produção e reprodução (PAOLIELLO, 1999; WOORTMANN, 1990a).

Nesse sentido, Woortmann (1990a) aponta que, no Brasil, o campesinato, com grande frequência, foi construído teoricamente como uma economia. Para o autor, seria necessário tratar o camponês não como um “pequeno produtor”, mas “deseconomicizar” a definição deste grupo e atentar para outro aspecto importante, aquele de uma ética ou de um *ethos* camponês, tratando-o como um grupo que expressa uma moralidade própria. De outro modo, também para Paoliello (1999) a demasiada ênfase sobre a unidade familiar como unidade de produção e consumo acabaria por subsumir a condição camponesa às condições materiais, reduzindo estes grupos a cultivadores de terra, redução a partir da qual as condições econômicas adquiririam o *status* de pressuposto de toda a sociabilidade deste grupo.

Assim, além de considerar como características do campesinato o vínculo entre terra, trabalho e família no plano de suas condições materiais de existência, busco atentar para a terra, o trabalho e a família em suas dimensões simbólicas, ou seja, enquanto símbolos organizadores de uma condição camponesa. É necessário apontar que tal condição se expressa empiricamente, contudo, numa diversidade de situações de trabalho no campo e de vínculos com a terra, que constantemente se atualizam.

O acesso à terra se realizava, para a maioria de nossos entrevistados, não através da posse ou da propriedade jurídica da terra, mas principalmente através da parceria e suas derivações, como é o caso da meação. Como já indicara Antônio Cândido no célebre *Os Parceiros do Rio Bonito*, “essencialmente a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro” (CANDIDO, 1964, p.81). Quando ocorre da divisão do produto ser estipulada em duas partes iguais, temos a chamada meação, ou o trabalho de “ameia”, conforme se diz correntemente. Predomina, assim, no contexto aqui pesquisado, a presença de migrantes não proprietários de terra, ainda que em menor número também se verifique a vinda de trabalhadores cujos grupos domésticos de origem possuem ou possuíam terra em suas localidades, ou migrantes cujas famílias acessavam terra e moradia através do regime de morada³⁰.

É importante ainda atentar para o fato de que esta abstração denominada “migrante” é um somatório de diversas condições e identidades sociais, ainda que comumente se empregue esta noção em função de características tais como os mesmos espaços de partida e condições socioeconômicas similares. Tenho por intenção operar, tanto quanto possível, com categorias que não sejam externas e/ou totalizantes, a exemplo de classificações objetivas e exteriores.

Em função desta preocupação analítica com as experiências concretas e as representações próprias a este grupo social é que também busco situar-me em relação às principais formas através das quais a migração foi pensada. Como já apontado, quando a preocupação central das análises recai sobre a migração – enquanto processo histórico vinculado a fatores da ordem da estrutura econômica – aqueles que a colocam em funcionamento acabam por ser pouco vistos neste processo ou seus deslocamentos aparentam obedecer a uma lógica unilateral. Considero que a perspectiva metodológica que tem seu foco no migrante seja mais adequada às intenções desta pesquisa, pois uma

³⁰ Sete dos vinte trabalhadores e trabalhadoras entrevistadas viviam e trabalhavam em terra familiar em seus locais de origem, fosse ela de propriedade de seus pais ou dos pais do cônjuge. Dois acessavam terra e moradia juntamente com suas famílias através do sistema de morada. O restante dos trabalhadores migrantes arrendavam terras no regime de meação, e viviam com suas famílias nos pequenos povoados ou cidades próximas às terras que cultivavam.

vez que se passa da “migração” àqueles que a realizam, outros elementos vêm à tona, tais como suas redes de relações, representações e práticas.

Deste modo, meu objetivo até o momento foi o de situar o (a) leitor (a) em relação ao debate mais amplo em que se insere este estudo, apontando aproximações e distanciamentos em relação às principais formas pelas quais o trabalho e os deslocamentos foram pensados, bem como para a construção dos caminhos analíticos privilegiados na abordagem do problema empírico central desta pesquisa.

Passo a seguir à contextualização do cenário de trabalho reestruturado no qual se inserem os agentes dos deslocamentos recentes para o trabalho na produção canavieira, tendo em conta as mudanças que se apresentaram com maior intensidade entre os anos de 2007 e 2015, conforme se descreve a seguir. Tal contextualização tem como objetivo reconstruir algumas das principais mudanças processadas na atividade manual do corte da cana ao longo dos últimos anos, por ser esta a atividade que mais empregou trabalhadores oriundos de outros locais do país.

Não examino as reconfigurações laborais deste setor à exaustão, pois não tive como finalidade apontar todos os fatores, as instituições e as causas que impulsionaram este processo. Conforme mencionei, considero este contexto enquanto pano de fundo socioeconômico para a análise dos deslocamentos aqui apontados. Enquanto cenário, faz parte dos deslocamentos, porém não condiciona ou determina suas significações últimas, uma vez que este fenômeno de mobilidade associa-se e é impactado pela modernização recente deste setor, mas apresenta-se também a partir de uma lógica interna própria, com seus sentidos e finalidades³¹.

³¹ Ao longo do desenvolvimento da pesquisa questionei-me sobre as chaves de compreensão acerca do fenômeno da mobilidade, no sentido de pensar como estas práticas estão menos vinculadas a um tipo de trabalho e atividade específica e mais a uma tradição de mobilidade que faz parte da cultura migratória destes grupos. Questionamento semelhante aparece em Guedes (2012), que aponta o encontro entre grandes projetos de modernização no interior do país e uma já existente tradição de mobilidade popular que integraria o que autor chama de “cultura sertaneja”.

1.2 Das transformações na produção canavieira: o trabalho reestruturado nos canaviais paulistas.

No meio rural paulista e, em especial na região Nordeste do estado de São Paulo, é amplamente observável o modelo hegemônico de desenvolvimento adotado para a agricultura brasileira. Caracterizado, sobretudo, pela concentração da propriedade da terra e pela integração da produção agrícola às cadeias produtivas, financeiras e comerciais globais, este “território do agronegócio” é uniformemente coberto pela imensidão verde dos canaviais que se espraiam por todas as porções do estado.

A produção canavieira nesta região consolidou-se há pelo menos três décadas e seu desenvolvimento sempre contou com amplos subsídios governamentais. Desde sua expansão em São Paulo, que remonta a meados da década de 1950, este setor produtivo passou por várias fases de desenvolvimento, consolidando-se na década de 1970, especialmente em função dos investimentos advindos do PROALCOOL³².

Já no início dos anos 2000, uma retomada fundamental de crescimento no setor assemelhou este novo ciclo aos tempos do programa governamental de 1975, proporcionada novamente por amplos subsídios que tiveram como resultado a expansão e modernização tecnológica desta produção. Os chamados biocombustíveis tornaram-se chave para uma nova “diplomacia do etanol” e, sob muitos aspectos, erigiu-se um “novo” setor. Na gestão, passou-se das “famílias aos acionistas” (MUNDO NETO, 2012); no campo da representação dos interesses empresariais, consolidou-se a União Nacional de Cana de Açúcar (UNICA), e no processo produtivo foram introduzidas tecnologias que reconfiguraram profundamente o labor nos canaviais.

Tendo em vista que a introdução de tecnologias produtivas teve como contrapartida a redução de trabalhadores empregados, a este cenário somaram-se iniciativas governamentais e empresariais para “qualificar” os

³² A regulamentação do setor canavieiro adquiriu novas bases a partir da criação do PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool, em 1975. A origem deste programa está vinculada à queda nas cotações internacionais do açúcar, verificada a partir de 1973 tendo como objetivo um incremento da produção de álcool. Em âmbito internacional a alta do petróleo também fez com o que o álcool se tornasse uma alternativa energética para o momento de crise. Os recursos fartos oferecidos pelo Estado brasileiro dinamizaram a produção no estado de São Paulo, que expandiu sobremaneira a área cultivada com cana e a produção do combustível (COLETTI, 1998; SCOPINHO, 2000).

trabalhadores para o uso destas novas tecnologias. Programas empresariais de qualificação profissional que carregam nomenclaturas como as de “Cana Limpa” (PERA, 2011), ou “Renovação” (SALATA, 2013), complementados por arranjos institucionais tais como o Protocolo Agroambiental (2007) e o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar (2008), contribuíram para a construção da imagem que se desejava consolidar, qual seja, a de uma produção “nova” e “limpa” em seus aspectos ambientais e trabalhistas, haja vista a redução das queimadas da cana de açúcar e a conseguinte substituição do trabalho do corte manual pelo corte mecanizado.

Historicamente, a atividade do corte manual da cana de açúcar fora realizada por trabalhadores marcados por inúmeras e cíclicas trajetórias de deslocamentos entre diversos estados do Nordeste brasileiro e os municípios da chamada “Califórnia brasileira”, porção Nordeste do Estado de São Paulo que tem como polo principal a cidade de Ribeirão Preto.

Como já apontado, tais práticas migratórias para o trabalho nos canaviais paulistas vieram paulatinamente reconfigurando-se em função desta nova dinâmica e a imagem dos grandes batalhões de trabalhadores manuais deslocando-se para o eito deu lugar às maquinarias que eliminaram, ao longo da última década, muitos postos de trabalho. Assim, a modificação dos fluxos migratórios na região forma parte da reestruturação deste setor, que paulatina e continuamente vem transformando os padrões anteriores de deslocamentos.

Conforme apontam Baeninger e Maciel (2013), se nos de 1970 as migrações chegaram a responder por quase 70% do crescimento absoluto da região, nos anos 2000, apesar de se manterem positivos, os fluxos migratórios respondem por cerca de 50% do crescimento absoluto da população na década. No que tange às migrações interestaduais, os dados levantados pelas autoras apontam para a importância do “corredor” da migração nordestina consolidado a partir dos anos de 1990.

Neste novo cenário há duas mudanças importantes a serem destacadas. A primeira delas refere-se à redução do número de trabalhadores empregados neste setor, em função da introdução de tecnologias poupadoras de força de trabalho. O avanço da mecanização na lavoura canavieira promoveu profunda mudança na composição da ocupação sucroalcooleira. Conforme apontam

Baccarin e Camargo (2014) o número de trabalhadores canavieiros formalmente ocupados em empresas sucroalcooleiras de São Paulo reduziu-se em aproximadamente 84 mil entre 2007 e 2013, ou seja, em 47,1%.

Tabela 1 – Evolução da média mensal do ano de trabalhadores canavieiros ocupados em empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo, 2007-2013.

Ano	Número	Total	Taxa de Crescimento
2007	178.510	56.5%	
2008	171.228	53.4%	-4.1%
2009	154.274	49.7%	-9.9%
2010	140.460	45.2%	-9,0%
2011	128.895	42.7%	-8.2%
2012	112.268	37.5%	-12.9%
2013	94. 425	31.7%	-15.9%
2007/2013	- 84.085		-47.1%

Fonte: Adaptado de Baccarin e Camargo (2014).

Conforme já foi dito, não tenho como objetivo principal a explicação da natureza das forças sociais, políticas e econômicas que continuamente vêm transformando o trabalho nas usinas, mas é necessário sinalizar que as inovações tecnológicas deste setor se inseriram em um quadro mais amplo de reorganização do agronegócio no Brasil, especialmente durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), e sustentaram-se através de processos de fusões, aquisições e transnacionalização deste setor produtivo³³.

Os investimentos no setor possibilitaram a utilização dos recursos disponíveis para a modernização do parque produtivo e para a compra de maquinários agrícolas. As linhas de crédito que foram disponibilizadas colocaram em relevo a sustentação do Estado para este setor. Conforme

³³ No âmbito da política agrícola interna, conforme aponta Boito Jr. (2007), este governo seguiu na mesma direção daquela iniciada pelo segundo governo de FHC, centrando sua política de exportação no agronegócio, nos recursos naturais, nos produtos industriais de baixa tecnologia e implantando as medidas cambiais e creditícias para a manutenção desta política. Ainda conforme o autor, no ano 2003, o agronegócio foi responsável por 40% de todas as vendas do país no exterior, destacando-se o complexo da soja que lidera as exportações, seguido por carnes, madeiras, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas.

aponta Alves (2007), no tocante à captação de recursos, a grande parte dos investimentos foi oriunda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e captada em várias fontes – a principal delas é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Tal aspecto também é sinalizado por Balsadi (2008), para quem a introdução de tecnologias para a mecanização da colheita foi bastante estimulada pelas diretrizes desta política econômica, principalmente através dos financiamentos com juros reduzidos.

Além dos recursos fartos, há ainda outro elemento a ser considerado quando se trata de abordar a introdução de progresso técnico no setor. A assinatura pelas empresas paulistas do Protocolo Agro Ambiental, colocando metas para o fim das queimadas, atuou no sentido da aceleração da mecanização. Assinado no mês de junho de 2007, este arranjo institucional foi uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo juntamente com a UNICA, representante dos industriais produtores de açúcar, etanol e bioeletricidade.

A assinatura indicou o aceite das usinas paulistas em antecipar os prazos legais para o fim da colheita de cana queimada: de 2021 para 2014, em áreas onde já é possível a colheita mecanizada, e de 2031³⁴ para 2017 nas demais áreas³⁵. A UNICA tem sido a principal entidade interlocutora dos governos estadual e federal no que diz respeito à adequação da produção canavieira e à reorientação das relações de trabalho no corte, de acordo com critérios do que se convencionou chamar de “boas práticas agrícolas e empresariais”, consideradas importantes fatores de inserção em mercados mundiais. Assim, o avanço da colheita mecanizada ao longo da última década atuou como principal elemento na redução do número de trabalhadores rurais empregados.

Além desta modificação, há outra que interfere sobremaneira na dinâmica migratória para esta região e diz respeito à mudança nos padrões de contratação da força de trabalho. Classificadas como “migrações permanentemente temporárias” (SILVA, 2005) por seu caráter de repetição todos os anos, trabalhar nas usinas hoje impõe outra dinâmica para as idas e vindas destes trabalhadores. Para aqueles que se mantêm na atividade

³⁴ Lei Estadual 11. 241/02

³⁵ As demais áreas compreendem os terrenos com declividade superior a 12%, dificultando a colheita com máquinas, devido ao risco de acidentes e tombamentos dos maquinários.

canvieira, há a necessidade de fixação na região, uma vez que os contratos de trabalho, em sua maioria, são realizados hoje não mais por safra, mas por tempo indeterminado. A figura do trabalhador sazonal, aquele sai de seu “lugar de origem” e passa os meses da safra nos municípios canavieiros paulistas, dá lugar ao trabalhador que agora necessita se fixar nestes locais. Assim, há uma inserção diferenciada destes trabalhadores nos municípios paulistas.

Estas mudanças nas formas de contratação, caracterizadas pelo aumento da formalidade do trabalho, também são fruto deste mesmo processo de reconfiguração do trabalho nos canaviais que deu origem, no ano de 2008, à Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar, e que resultou, em 2009, na assinatura pelas empresas sucroalcooleiras do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar³⁶. Ainda que esta iniciativa tenha sido criticada por sua ineficácia em relação à resolução dos principais problemas trabalhistas que historicamente marcam a produção canvieira, sua assinatura deu margem para que adquirissem maior visibilidade na cena pública expressões como “trabalho degradante” ou “trabalho análogo à escravidão”, geralmente associadas ao trabalho na atividade do corte manual.

Nesse ponto, devo destacar que ao descrever tais mudanças de maneira ampla, não tenho por intenção generalizá-las como realidade homogênea para toda a produção canvieira do estado, pois há diferenças que dizem respeito às realidades regionais, e também às diferentes unidades produtivas³⁷. No entanto, no que toca à realidade de trabalho no contexto aqui analisado, são válidos os aspectos apontados.

Ademais, a pujança econômica deste setor, tanto no que se refere à área plantada quanto aos níveis de produtividade, tem apresentado certa

³⁶ A mesa de diálogo que deu origem ao Compromisso Nacional teve como objetivo debater e propor soluções no sentido de reorientar as relações de trabalho na cultura canvieira, discutindo itens como os contratos de trabalho, saúde e segurança do trabalho, remuneração, jornada de trabalho, transporte, qualificação profissional entre outros pontos. Disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/compromissos-nacionais/canadeacucar>. Acesso em 10 dez. 2015.

³⁷ Alguns autores vêm enfatizando que neste novo cenário existe a combinação do trabalho manual e do trabalho mecanizado tendo como objetivo o rebaixamento de custos de produção e o aumento da produtividade do trabalho (ALVES; REIS, 2014), pressuposto inerente à lógica capitalista de produção de mercadorias. Ainda, aponta-se que não obstante os trabalhadores safristas hoje realizarem contratos diretamente com as empresas, diminuindo a incidência dos gatos, as práticas de terceirização continuam a ocorrer, além do desrespeito aos direitos trabalhistas e da superexploração do trabalho (PITTA; MENDONÇA, 2010).

reversão nos últimos anos, fato que está relacionado ao processo crescente de financeirização da economia. Segundo Pitta e Mendonça (2010), há uma constante demanda por créditos neste setor, e a crise financeira de 2008 impediu a costumeira rolagem das dívidas, fato que demonstraria a histórica incapacidade de desenvolvimento e sustentação desta atividade sem acesso a créditos. Como resultado, aumentaram os processos de fusões de unidades produtivas, aquisição de usinas por grandes grupos internacionais ou mesmo o fechamento e falência de unidades menores.

Ao reconstruir as trajetórias de trabalho na região, pode-se notar como tais mudanças interferiram na dinâmica migratória e foram sentidas pelos trabalhadores. Como no início dos anos 2000, devido ao momento da pujança econômica do setor, a demanda por mão de obra ainda era considerável, boa parte dos trabalhadores possuem em seu histórico de trabalho as chamadas “safras da cana”, período que condicionava a permanência nas cidades.

Atualmente, o município de Santa Lúcia não possui mais turmas de trabalhadores que executem o corte da cana manualmente e, por conseguinte, as contratações em caráter temporário não fazem mais parte da realidade de trabalho para quem ali reside ou para quem costumava se dirigir ao local para empregar-se nestes períodos. Tais aspectos implicaram em mudanças nas trajetórias migratórias dos trabalhadores que se mantiveram na atividade canavieira, condicionando a fixação no pequeno município, como se pode observar na tabela abaixo, construída a partir de algumas trajetórias migratórias.

Tabela 2 – Caracterização dos movimentos migratórios

Entrevistados	Local de Origem	Ano e local da primeira migração	Número de deslocamentos entre cidades ou Estados ao longo da vida*	Ano de chegada em Santa Lúcia e Número de deslocamentos entre Santa Lúcia/SP e terra natal**	Ano da fixação em Santa Lúcia/SP
José Carlos	Presidente Dutra/ MA	1989 – Altamira/PA	3	2001 – 0	2001
Henrique	Virgem da Lapa/MG	1995 – Cravinhos/SP	5	2005 – 0	2005
Manoel	Gonçalves Dias/MA	2001 – Mato Grosso	2	2007 – 1	2011
Edson	Gonçalves	2001 – Santa	1	2001 – 4	2005

	Dias/MA	Lúcia/SP			
Francisco	Gonçalves Dias/MA	2001 – Santa Lúcia/SP	1	2001 – 3	2004
Wagno	Gonçalves Dias/MA	2001 - Santa Lúcia/SP	1	2001 – 4	2006
Eugenio	Gonçalves Dias/MA	2002 – Santa Lúcia/SP	1	2002 – 3	2005
Maria Irlei	Barros/CE	2006- Santa Lúcia/SP	1	–	2006
Rosilene	Gonçalves Dias/MA	2005 – Santa Lúcia/ SP	1	2005 – 4	2009
José Bento	Gonçalves Dias/MA	2006 – Osasco/SP	2	2007 – 0	2007
Adailson	Gonçalves Dias/MA	2009 – Santa Lúcia/SP	1	2009 – 0	2009
Francinaldo	Capinzal/M A	2013 – Santa Lúcia/SP	1	2013 – 1	2014

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/2015.

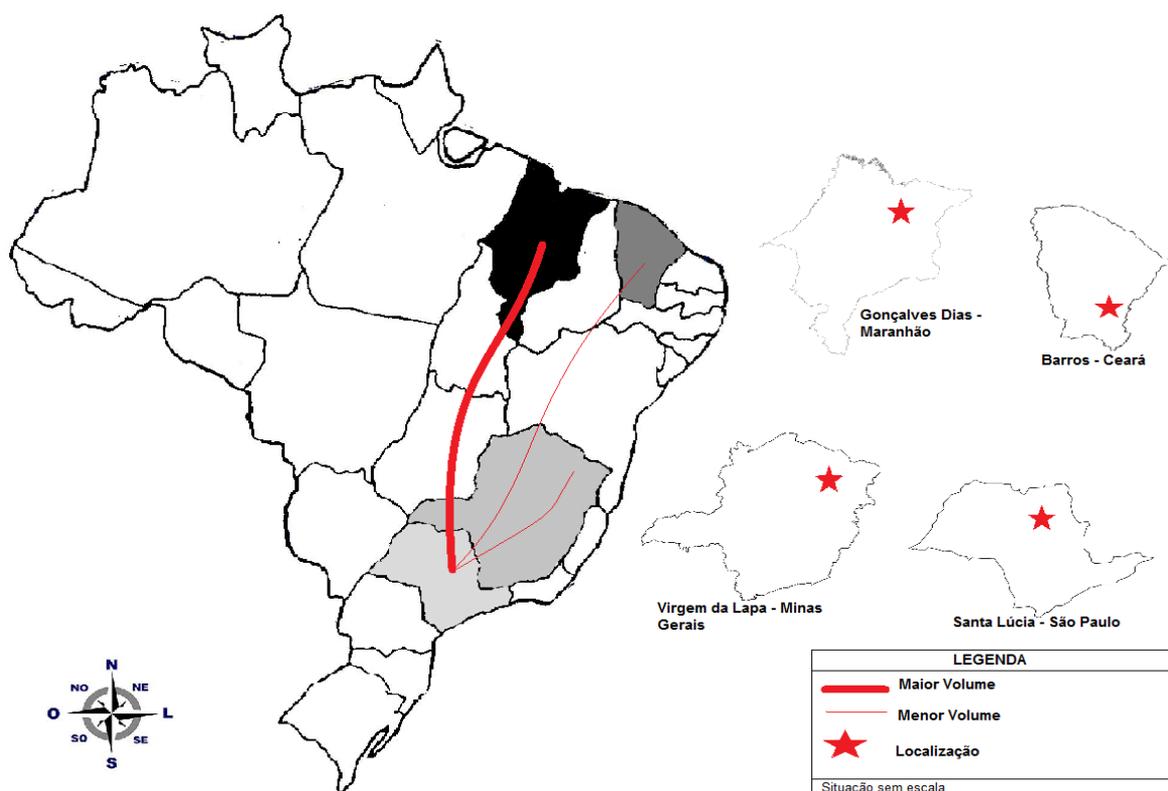
* Foram considerados os deslocamentos ao longo da vida entre cidades e Estados, incluindo-se o deslocamento para Santa Lúcia/SP.

** Não foram contabilizados os retornos à terra natal para visitas aos familiares; apenas retornos que compreendessem estadia prolongada, destinados à inserção em atividades com vistas à obtenção de renda.

Conforme se pode observar, ao longo dos anos 2000, em função das mudanças nas formas de contratação, os trabalhadores retornaram pouco ou nenhuma vez aos locais de partida. Em sua maioria mantiveram vínculo empregatício com a usina onde trabalhavam como cortadores manuais, sendo remanejados, principalmente durante o ano de 2015, para novas funções.

Conforme se pode observar pela tabela, o estado do Maranhão, com destaque para o município de Gonçalves Dias, constitui o principal local de partida daqueles que se deslocaram para Santa Lúcia na última década. Localizado na região dos cocais no estado do Maranhão, Gonçalves Dias está a 340 km de distância da capital São Luís. De acordo com os dados do censo do IBGE de 2010, tem uma população de 17.485 habitantes, dos quais 9.707 vivem na zona rural. Possui 112 povoados, ou *interiores*, conforme a linguagem local, onde vivia ou trabalhava a maioria dos entrevistados. Na sequência, podem ser observados os principais fluxos migratórios identificados no município paulista.

Mapa 1 – Principais fluxos migratórios – Anos 2000



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de campo, 2015-2016. ³⁸

Para a maioria dos homens que realizava a atividade do corte manual da cana, o encaminhamento foi feito para o trabalho no “rastelo”, como é conhecido entre os trabalhadores. Esta função continua sendo realizada na parte agrícola da usina, e dá suporte à atividade da colheita, agora mecanizada. Consiste em recolher, com um grande rastelo de ferro, os restos da cana que caem na passagem da colheitadeira para o transbordo e ficam espalhados pelo canavial, visando minimizar os desperdícios da matéria-prima. Como o que caracteriza o trabalho nas usinas na atualidade é a execução de várias atividades diferentes por um único e mesmo trabalhador, o que estudos do trabalho chamam de polivalência, os “rastelistas” também realizam o trabalho de colocar as lonas nos caminhões carregados de cana e realizar o

³⁸ Conforme havia apontado anteriormente, tomei contato durante a pesquisa de campo com um migrante com origem em São Joao do Piauí, município localizado no sul do estado do Piauí, e entrevistei-o. Além de Barros no Ceará, indicado no mapa, também entrevistei uma pessoa com origem em Fortaleza (CE). Não indiquei estas localidades no mapa tendo em vista que estas duas pessoas residiam em Santa Lúcia no ano de 2015, mas compunham parte de outras rotas migratórias, direcionadas para a capital, São Paulo, onde trabalharam por muitos anos. Como não tinham histórico de deslocamentos voltados para o trabalho nas usinas da região, optei por não indicar conexões entre tais localidades e o município de Santa Lúcia.

controle do número de carregamentos que seguem rumo à parte industrial das usinas, para a moagem.

Este acúmulo de funções é sentido pelos trabalhadores, que costumam dizer que “a usina hoje quer fazer muito com pouco trabalhador”, seguindo a tendência de reorganização do trabalho presente na maioria das empresas. A mudança do corte manual para o rastelo é percebida como positiva, tendo em vista o aspecto relacionado ao esforço físico que era dispendido na colheita manual. Contudo, se ganha menos no rastelo que no corte, visto que a remuneração na nova atividade não é realizada por produção, mas sim com base em um salário fixo.

Ademais, por fazer parte da dinâmica agora mecanizada, esta função é executada em três turnos de trabalho, o matutino, o vespertino (que adentra uma parte da noite), e o noturno, que vai das 23:00h às 07:00h da manhã. O trabalho noturno, combinado ao sistema 5x1, torna-se desgastante à medida que traz implicações para a sociabilidade, visto que os feriados e domingos nem sempre coincidem com os dias de folga. Encontrar os colegas também não é mais tão comum, conforme relatou José Carlos, visto que cada qual foi remanejado para um turno de trabalho.

Outros três trabalhadores, Francisco (MA, 32), Manoel (MA, 33) e Carlos (MA, 37) lograram se inserir como tratoristas, função que é bastante valorizada e que constitui o ápice das funções da parte agrícola das usinas, estando abaixo apenas da operação da colheitadeira, função que exerce certo fascínio entre aqueles que trabalham nas usinas, não somente pelas condições objetivas do trabalho, mas pela própria tecnologia empregada.

O manejo de máquinas no campo parece conferir outro *status* aos trabalhadores, afastando-os da qualidade de “trabalhador braçal”. Estes se sentem ganhando em importância por realizarem um trabalho que apenas alguns realizam e que supostamente nem todos seriam capazes de realizar, um trabalho que envolveu preparação e qualificação, normalmente oferecidas pela própria usina através de seus cursos de qualificação. Além disso, há o fato de assumirem para si a responsabilidade pelo manuseio de um maquinário que geralmente implica em altos custos para as usinas.

A valorização da função de tratorista passa também pelos rendimentos mais altos (em média R\$2.200,00), e pela condição de trabalho que, em

comparação com as outras atividades no campo, requer ainda menos dispêndio de força física. A função, entre outras atribuições, consiste em acompanhar a colheitadeira com o trator, que possui uma gaiola de ferro acoplada, onde a cana de açúcar é depositada; inclui também o transporte destas gaiolas até os caminhões, que conduzirão a matéria-prima para a moagem.

Lá, outros trabalhadores esperam os caminhões para realizar a função que consiste em desengatar e, após o descarregamento, engatar as grandes carrocerias de ferro dos chamados bi-trens, função para a qual Adailson (MA, 26) foi remanejado do corte manual. Outros trabalhadores ainda foram direcionados para a área de topografia, função que consiste basicamente no levantamento das áreas disponíveis para plantio – os chamados talhões – e na demarcação de curvas de nível e carregadores nos canaviais, como foi o caso de Wagno (MA, 33).

Para garantir minimamente tal possibilidade de reinserção laboral, os trabalhadores se utilizam principalmente de estratégias educacionais, realizando os cursos de qualificação que a empresa oferece e retomando os estudos básicos. A desejada recolocação na usina, apesar dessas estratégias, nem sempre ocorre de maneira rápida, conforme se nota no caso de Maria (CE, 40). Desde sua chegada a Santa Lúcia, empregou-se na usina Santa Cruz, no trabalho do corte de cana manual, na mesma turma do esposo que, no último ano, mudou de função, trabalhando hoje como tratorista, com salário e condição de trabalho melhores.

[M] *Eu tava cortando cana, né? Tem sete anos que eu entrei na turma lá, na mesma que ele trabalhava, né? Aí ele saiu eu fiquei, mas aí agora a turma vai acabar, parece [risos].*

[R] *Que é a turma do Zé Carlos...*

[M] *É, mas tem o quê? Cinco anos que eu pejejo pra sair dali, mas não tenho chance, não. Mulher vai fazer o quê? Eu queria ir pra turma da recubrição³⁹, né? Aí falaram assim, no repasse, é só pra cobrir cana? Não tem que ter carta, tem que estudar. Eu falei, oxe, eu vou estudar e vou tirar minha carta. Aí voltei pra escola, porque lá no Ceará eu parei no primeiro, começou aparecer criança e parei. Aí eu fiz até o primeiro lá. Aí eu falei, vou fazer minha matrícula, consegui o histórico escolar que eu tinha tirado lá da oitava série, né? Aí eu fiz aqui o primeiro, segundo e terceiro.*

³⁹ A atividade consiste no fechamento dos sulcos na etapa final do plantio da cana de açúcar.

[R] Já terminou?

[M] Já. Aí eu falei, vou terminar meu estudo pra ver se arrumo um serviço melhor. Aí falaram tem que ter carta pra ir pra lá pra turma do repasse.

[R] Mas o repasse precisa de carta?

[M] Não. Mas falaram que precisava. Falei, oxe, eu vou! Aí fui na autoescola dei entrada lá, tirei. E nada...

[R] Não chamaram...

[M] Continuei cortando cana. Mas quietinha, né? Falei, oxe, não precisa. Aí falaram, vai ter o curso de operador de transbordo, quem tiver carta pode fazer. Falei será que mulher pode? Ah, eu acho que pode. Aí fui e fiz. Passei três mês, fiz o curso, até hoje nada [risos]. Aí o ano passado falaram, tu tem que trocar, "Lôra" tu tem que trocar a letra da carta porque vai precisar de mulher pro ônibus dos banheiro, que tem os ônibus, né? Aí eu disse, então tá bom, né? Mas tu tem que trocar daqui pra dezembro. Eu disse, tá bom, fui lá e troquei pra "D", né? Até agora eu acho que eu vou é pra rua [risos].

[R] E a senhora tá no corte de cana até hoje...

[M] É. Nós tá, agora acabou assim a nossa turma de negócio de corte de cana, né? Nós tá fazendo o quê? Replantando, carpindo, essas coisinhas, mas disse que não vão mandar embora, vão passar pra indústria, né?

É corrente entre os trabalhadores a impressão de que se mantêm na empresa aqueles que são considerados "bons trabalhadores", aqueles que não faltam e não "dão problemas". Conforme me relatou Adailson (MA, 26) "só sobrou na usina hoje quem não é *nó cego*", ou seja, aqueles trabalhadores inteiramente voltados ao trabalho, que não faltam, não *colocam atestado*, tampouco fazem *corpo mole*, ou seja, mostram-se altamente produtivos e dedicados.

Nota-se também uma reinserção laboral mais incerta para as mulheres, haja vista que as vagas no processo agora mecanizado são preferencialmente ocupadas por homens, que supostamente teriam um maior domínio das tecnologias empregadas. Conforme relatou Maria (CE, 40), algumas mulheres chegaram a ocupar alguns desses postos de trabalho, no período noturno, mas os fiscais de turma e a gerência da usina consideraram que "mulher não pode trabalhar no mecanizado, porque dá muito problema". Quando questioneei Maria sobre o que seriam tais problemas causados pelas mulheres, ela me disse que se trata de relacionamentos afetivos ou sexuais que ocorrem especialmente no período noturno. Desta forma, como o corte mecanizado funciona em três turnos de trabalho, as mulheres acabam sendo alijadas da contratação para estas funções.

Outro caso, o de Rosilene (MA, 44) também demonstra essa mesma dificuldade de reinserção laboral nas usinas. Trabalhando por cinco anos no corte da cana, não logrou reinserir-se na atividade canavieira, visto que sua produtividade passou a ser considerada baixa, e ela foi dispensada. Vive hoje em Santa Lúcia com o esposo, também ex-cortador de cana, cultivando hortaliças no quintal de sua casa para comercialização no local.

Conforme já mencionado, o recurso ao aumento de escolaridade como forma de se manter nas usinas hoje é discurso e prática corrente entre os trabalhadores. Edson (MA, 33) empregou-se, desde sua vinda para Santa Lúcia, sempre na mesma usina, “fazendo as safras” e, em 2006, foi contratado por tempo indeterminado na atividade do corte manual. Cursa hoje o terceiro ano do ensino fundamental num curso supletivo da cidade, mas diz que está encontrando muita dificuldade em aprender depois de tantos anos fora do ambiente escolar.

[E] *Nada, ainda não leio nada, mas vou indo. Aí lá onde eu trabalho o pessoal fala, isso aqui se não tiver a 4ª série não tem jeito, tem que ter a 8ª série. Aí eu não posso mudar pra lugar nenhum. Eu sou o único lá que não sirvo pra nada. Porque aí chega lá o cara tem estudo, o cara tem nome. Se o cara não tem nome? Vão desmanchar minha turma daqui dois dias⁴⁰. Se os caras não me ajeitar pra jogar pra outro lugar eu sou um homem fora, aí eu não sirvo. Aí é muito difícil pra quem não sabe ler hoje é muito complicado. Aí fica difícil, não é questão deles. Eu posso trabalhar 200 anos e não perder nenhum dia, né? Mas se eles me entregar um trator ou qualquer outra máquina?... eu não sei nem ligar, porque tudo é coisa nova, tudo é computador...*

À parte as mudanças apresentadas nos padrões de contratação da força de trabalho na região, é preciso apontar que alguns trabalhadores, em função da idade ou do grau de escolaridade, acabam por serem excluídos do trabalho nas usinas. E este processo leva a uma reinserção laboral que reproduz padrões precários de utilização da força de trabalho que predominaram neste setor durante décadas, e que foram personificados na figura dos chamados “gatos”. Conhecidos nos canaviais, também são chamados de “turmeiros” ou empreiteiros e têm como função a seleção, a organização, o transporte e o acompanhamento do trabalho daqueles que arregimentam.

⁴⁰ Em agosto de 2015 Edson foi remanejado para a função do rastelo.

Se hoje, conforme o contexto de trabalho aqui investigado, há a predominância da contratação direta de trabalhadores pelas usinas, realizada dentro dos padrões formais com registro em carteira, fora das usinas, especialmente em áreas de fornecedores de cana de açúcar, a figura do empreiteiro reaparece. É o caso de Eugênio (MA, 37) que trabalha no corte manual de cana sem registro em carteira, em fazendas fornecedoras de cana.

[E] *Antes arrumar serviço aqui era mais fácil né... hoje as empresa exige isso daí, oitava série. Eu tenho as carteira lotada aí de registro. Mas hoje mudou demais... hoje tem faixa etária pra trabalhar, passou de 42 anos eles não querem mais. Hoje eu faço uns bicos aí cortando cana.*

[R] *E você ganha bem?*

[E] *Esse mês mesmo eu tirei R\$2000,00 reais, só que não tem registro. Registrado ganha menos. Só que nosso patrão, ele tem uma bondade com ele, sabe? Eu adoeci, peguei uma febre aí, pois os 13 dias que eu fiquei em casa ele pagou 50 reais por dia...*

[R] *E você prefere trabalhar sem registro?*

[E] *Sem registro ganha mais, mas é assim né, eu preferia ter um pagamento de R\$1200,00 do que estar lá se matando, porque é puxado, hein! Lá a gente não tem horário pra nada, tem dia que eu nem como, de tanta água que eu bebo...*

Conforme apontou Eugênio, aqueles que chegam mais recentemente encontram um cenário de trabalho bastante diferente daqueles que chegaram no início dos anos 2000 e se mantiveram na atividade canavieira. É o caso de Francinaldo (MA, 26) que veio para Santa Lúcia no ano de 2013 para trabalhar no corte da cana, mas dadas as condições de trabalho e os rendimentos baixos do corte manual, pediu demissão da usina e hoje trabalha em um frigorífico na cidade vizinha, Américo Brasiliense.

Esta nova configuração do trabalho tem implicações sobre a dinâmica dos deslocamentos para Santa Lúcia e para as cidades de região, visto que esta se reduziu em número e hoje há a necessidade de permanência destes trabalhadores na cidade por todo o ano. A volta aos estados do Nordeste passa a ocorrer, assim, apenas no período das férias, ainda que não se concretize todos os anos, a fim de comemorarem as festas e visitar os familiares que lá ficaram. Implica também no movimento contrário, o da vinda de parentes, especialmente os pais, para passarem temporadas nas casas dos filhos. Considerando-se apenas os aspectos demográficos na definição da migração,

esta poderia ser classificada nesse contexto como “definitiva”, ou seja, opõe-se aos padrões anteriores de sazonalidade e circularidade entre os canaviais e os locais de partida.

Entendo, contudo, que tais definições são excessivamente rígidas e pouco úteis para pensar os deslocamentos, que apresentam sempre um caráter processual e, portanto, abertos a novos movimentos ou a uma fixação demográfica mais prolongada, como é o caso aqui exposto. Além disso, outros aspectos, que não apenas os de ordem demográfica, devem ser considerados na definição da migração, como aqueles de cunho subjetivo e relacionado aos próprios projetos migratórios, conforme abordarei no terceiro capítulo deste trabalho.

Todavia, dada esta possibilidade de contratação por todo o ano nas usinas, há uma tendência destes trabalhadores de se fixarem no município paulista, trazendo para Santa Lúcia os cônjuges e os filhos. Há casos também da constituição de núcleos familiares com pessoas do próprio município, o que passa também a condicionar a permanência neste local. Em ambas as situações, o que se nota como central nos projetos migratórios destes trabalhadores é a aquisição de terrenos para posterior construção de casas de moradia, especialmente no bairro Nova Santa Lúcia, predominando neste contexto uma forma específica de organização familiar e redes de amizade e sociabilidade construídas e ampliadas nesta localidade. Deste modo, passo a seguir, nos próximos dois capítulos, a discutir tais elementos.

2. O PÉ VERMELHO: UM BAIRRO E SUAS REDES

A casa pode ser o domínio privado da família, mas a porta principal abre para a rua, e aquele que desce um degrau, ou nele se senta a gozar o fresco nas noites bonitas, passa a tomar parte na vida do bairro.

Hoggart (1973, p.71)

Antes de abordar, a partir dos valores e símbolos correntes entre os migrantes, a aquisição da “casa própria”, elemento de destaque na conformação de seus projetos migratórios, viso neste capítulo introduzir o leitor ao espaço mais amplo onde se as constrói, o município de Santa Lúcia, e ao bairro específico onde desenvolvi a maior parte deste estudo, o Nova Santa Lúcia.

Este bairro é localmente identificado como *Pé Vermelho*. Para aqueles que têm origens rurais, tal denominação é imediatamente compreensível e faz alusão à situação dos pés de quem circulava por ali há alguns anos, quando ainda não havia asfaltamento na maior parte de suas ruas. Revela, sobretudo, como é comum a outros bairros periféricos, a ausência de infraestrutura no local.

Entre os moradores do município, o Nova Santa Lúcia também é identificado como o “lugar dos maranhenses”, apesar de não ser local de moradia exclusivo desta população, abrigando também, ainda que em menor número, pessoas oriundas de outros estados brasileiros, como Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, e outros com origem na própria localidade, antigos moradores de áreas rurais, ou mesmo de cidades próximas, que foram adquirindo lotes nesta área.

É comum em municípios que recebem consideráveis fluxos migratórios a formação de bairros que concentram a população que vem “de fora”. Outras cidades do interior paulista apresentam esta mesma configuração espacial, como é o caso do Bairro Alto na cidade de Guariba, o Cruzado, na cidade de Ibaté, o Cidade Aracy, em São Carlos ou mesmo o conhecido bairro de São Miguel Paulista, na capital São Paulo⁴¹. Nos casos apontados, assim como o

⁴¹ Estive pela primeira vez no Bairro Alto no ano de 2011, momento em que visitei a Pastoral do Migrante, localizada na cidade de Guariba. Para a identificação deste bairro enquanto local de concentração da população migrante, conferir o trabalho de Vettorassi (2006); sobre o bairro

Nova Santa Lúcia, a conformação destes bairros periféricos não é apenas reflexo das relações de poder que permeiam o espaço, sinônimos de uma inserção precária ou marginal desta população, mas reflete *pari passu*, as próprias redes de relações sociais em que estão envolvidos os agentes para realização de seus deslocamentos, conforme já apontara o clássico estudo de Durham (1979).

Trata-se, assim, de um processo de apropriação que carrega estes espaços com as marcas do vivido. Entendo este processo no sentido que Lhe confere Haesbaert (2007) que, amparando-se em Lefebvre (1986), diferencia apropriação de dominação do espaço. Apropriação, no sentido que Lhe conferem os autores, distingue-se de propriedade, e está relacionada ao tempo dos usuários, sempre diverso e complexo. Dominação, por sua vez, relaciona-se à lógica hegemônica do poder, que produz política e economicamente espaços ou territórios e os torna uni-funcionais. Nesse sentido, apropriar-se do espaço é carrega-lo simbolicamente, construir sobre ele um território, um espaço onde não apenas se trabalha, mas onde se vive e se tecem relações.

Tal apropriação, por certo, não se faz passando ao largo de relações de poder que permeiam o espaço, tampouco, quando se trata de uma construção feita a partir de trajetórias e experiências de mobilidade espacial, distante de redes de relações que são tecidas antes, durante e após os processos migratórios. Em Santa Lúcia, os elementos que levaram ao estabelecimento dos trabalhadores neste bairro específico, levando-os a ali fabricarem novos territórios de vida, constituem um imbricamento destas duas ordens de relações⁴².

Cruzado em Ibaté/SP, ver Mello (2008); acerca do bairro Cidade Aracy, ver Maciel (2013) e Silva (2007) e sobre São Miguel Paulista, consultar o importante estudo de Fontes (2004).

⁴²Vale salientar que encontrei, junto à prefeitura desse município, certa resistência para obter informações sobre a formação do bairro Nova Santa Lúcia. Mesmo após minha identificação como pesquisadora, inclusive através da apresentação de documentos comprobatórios que oficialmente me vinculavam à universidade, ainda fui alvo de certa desconfiança por parte dos funcionários. Acredito que tal fato se deva à falta de familiaridade destes funcionários em interagir com instituições que estão distantes da dinâmica das relações locais. De acordo com as escassas informações ali obtidas, o loteamento Nova Santa Lúcia teria sido aberto pela prefeitura no início da década de 1990, a partir da aquisição de áreas de fazendas circunvizinhas. Dada esta dificuldade de obter mais informações, busquei-as a partir da experiência de pessoas do próprio município, que acompanharam a dinâmica de formação do bairro.

Conforme me relatou Luciano (SP, 45), morador de Santa Lúcia desde a infância, a área onde hoje se localiza o bairro era de propriedade da família Estourani, que possuía uma usina de açúcar nas proximidades do município de Américo Brasiliense, localizado a sete quilômetros de Santa Lúcia. Ele era morador da área, no momento em que esta foi adquirida no final dos anos de 1980 por Airton Garcia, proprietário à época de uma imobiliária, a Faixa Azul⁴³.

Conforme relembra, sua família morava em casas que eram antigos barracões, utilizados para o alojamento de trabalhadores que ajudaram a construir o trecho da ferrovia nas imediações de Santa Lúcia. Após o final do trabalho de construção, os barracões foram subdivididos em unidades menores, e as famílias que trabalhavam para “os Estouranis” pagavam um pequeno aluguel para ali residir.

No momento da aquisição da área por Airton Garcia, aos moradores foi oferecida a possibilidade de aquisição de lotes para ali continuarem residindo. Após a compra pela imobiliária, os lotes foram vendidos a preços baixíssimos e houve o princípio de formação de uma pequena favela na localidade, visto que os compradores não tinham condições de construir imediatamente após a aquisição dos lotes, ocupando-os com moradias precárias. O prefeito do município naquela época, numa atitude autoritária, decidiu colocar todos os barracos abaixo, uma vez que não queria ser responsabilizado pela formação de uma favela em Santa Lúcia durante seu mandato.

Não havia no local luz elétrica, rede de esgoto, tampouco asfaltamento, e toda a infraestrutura necessária foi sendo construída pela prefeitura municipal ao longo de várias gestões, sendo concluída apenas no mandato de Antônio Carlos Martins, entre os anos de 1997 e 2000. A falta de água, especialmente, foi motivo de muita agitação no local, já que os moradores promoviam

⁴³ Interessante observar que Airton Garcia, candidato eleito a prefeito de São Carlos/SP nas últimas eleições municipais, também realizou um processo semelhante na cidade de São Carlos, na área onde hoje se situa o Cidade Aracy, bairro periférico que é local de moradia de muitos migrantes. Conforme Virginia Ferreira da Silva (2007) a formação do Cidade Aracy iniciou em meados da década de 1980, quando a família Pereira Lopes passou a comercializar lotes de sua fazenda. Em seguida, Airton Garcia, através da Faixa Azul, passou a doar terrenos na área, com a condição de que aqueles que o tomassem iniciassem imediatamente algum tipo de construção. Assim, após as doações, as famílias iniciaram a construção no local, que ainda não possuía nenhuma infraestrutura. Apenas após o período de 10 anos começaram a ser implantados serviços básicos no bairro.

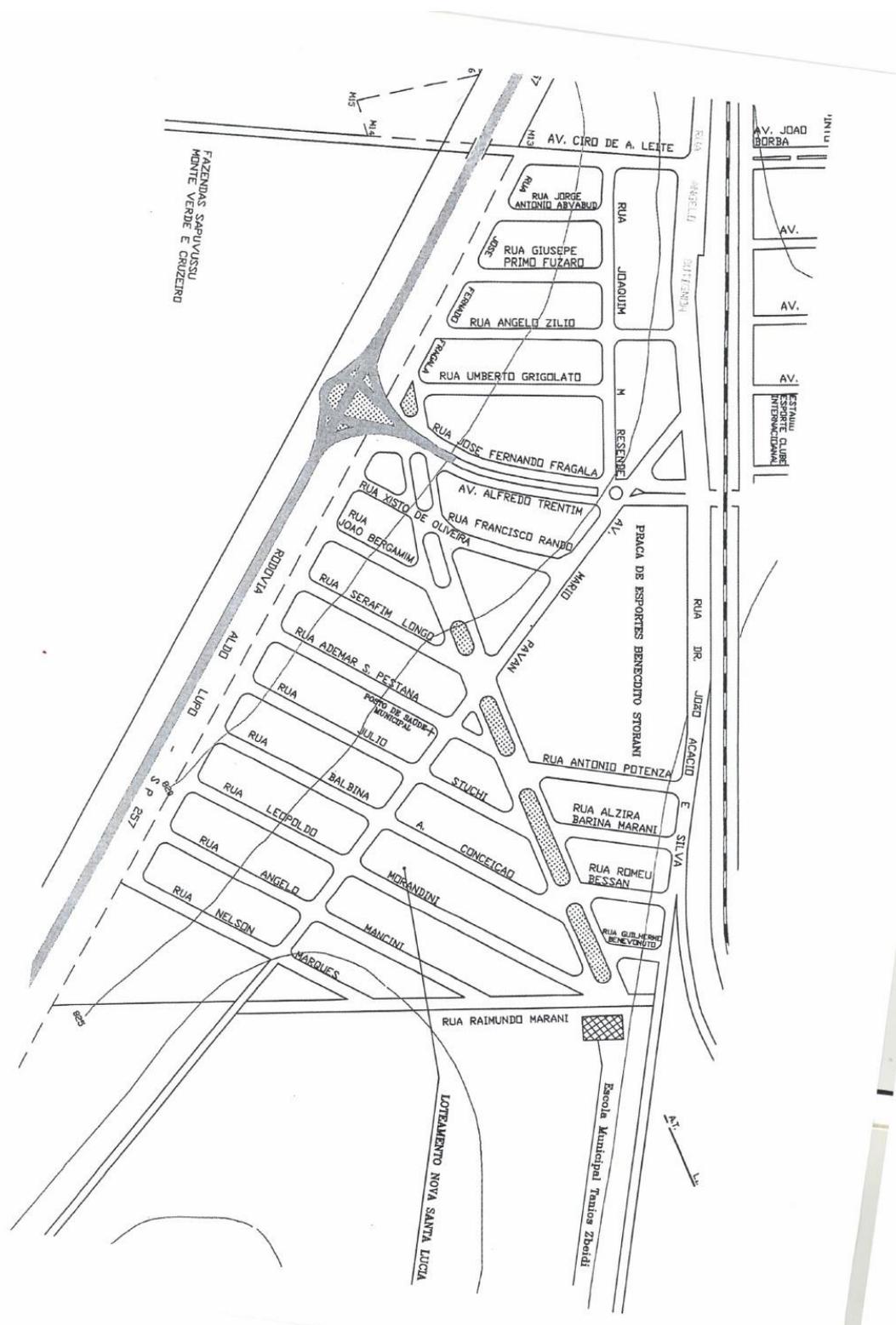
“panelaços” e protestos, reivindicando da administração municipal a instalação do serviço.

A origem e o desenvolvimento deste bairro estiveram, assim, envoltos em interesses por vezes conflituosos de grandes proprietários de terra, especuladores imobiliários e a administração municipal. Segundo informações da prefeitura, o bairro conta hoje com uma média aproximada de três mil habitantes, e os serviços de infraestrutura atendem 100% da população. O bairro localiza-se entre a linha férrea que corta o município e a rodovia Aldo Lupo (SP 255), que dá acesso às cidades vizinhas de Araraquara, Rincão e Ribeirão Preto. Esta construção espacial é comum a diversos municípios, onde a linha férrea tende a ser um demarcador entre o centro e os bairros periféricos. Nas imagens a seguir, pode-se observar a linha férrea que conforma esta divisão espacial, e após, a malha urbana do loteamento.



Foto 1: Estrada de ferro pertencente à Linha Tronco da Companhia Paulista. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Mapa 2: Malha urbana do Loteamento Nova Santa Lúcia



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Lúcia. Pesquisa de campo, 2015.

De acordo com a prefeitura municipal⁴⁴, até 1907 existiam em Santa Lúcia apenas algumas casas de comércio, e a povoação não se desenvolvia devido à ausência de acordos para a venda de terrenos. Por iniciativa de um influente político da região à época, Bento de Abreu Sampaio Vidal, uma área de terra foi comprada de Luciana Machado de Campos e posteriormente loteada, além de ter sido destinada à abertura de fazendas cafeeiras pelos seus compradores. Assim, em 1910, foi criado o distrito de Santa Lúcia, que em 1959 obteve sua emancipação política em relação à cidade de Araraquara.

Este pequeno município está localizado na Região Administrativa (RA) Central do Estado de São Paulo e na Região de Governo (RG) de Araraquara, que é composta ao todo por 19 municípios. A ocupação da RA Central de São Paulo inicia-se em fins do século XVIII e consolida-se após 1830, a partir da introdução da lavoura cafeeira que, demandando muitos braços para seu cultivo, estimulou fortemente o crescimento populacional.

Após os anos de 1930, com a decadência deste cultivo, a produção agrícola diversificou-se para, a partir de 1970, voltar a se concentrar em torno de alguns cultivos específicos, como a cana de açúcar e a laranja, sobretudo em função do direcionamento de investimentos para a formação dos complexos agroindustriais no interior paulista. Em função deste processo de interiorização da indústria, a região recebeu um fluxo crescente de expressivos contingentes migratórios, especialmente a partir da década de 1970 (BAENINGER; MACIEL, 2013).

Santa Lúcia, inserida neste processo de desenvolvimento das agroindústrias, recebeu ao longo das últimas décadas, especialmente a partir dos anos de 1980, diferentes fluxos migratórios. Nos anos de 1980, conforme contam os moradores mais antigos da cidade, foi a “época dos mineiros”, de todos os lugares do estado, chegarem à Santa Lúcia. Alguns anos depois, veio a “época dos baianos”, que vinham tendo como destino a cidade vizinha de Américo Brasiliense, mas, em função da insuficiência habitacional deste município, passavam a residir em Santa Lúcia.

Ao longo dos anos de 1990, Pernambuco e Alagoas foram os estados de onde provinha a maioria dos migrantes que ali chegavam e, a partir dos anos

⁴⁴ Disponível em <http://santalucia.sp.gov.br/site/historia-da-cidade>. Acesso em 18 nov. 2015.

2000, intensificou-se a presença de pessoas com origem em diversas partes do estado do Maranhão. A composição populacional da localidade está, assim, intrinsecamente relacionada à dinâmica da atividade canavieira regional.

O pequeno município de Santa Lúcia tem 8415 habitantes (IBGE, 2014). Conforme dados do censo demográfico de 2010, residiam em Santa Lúcia 6470 pessoas naturais do estado de São Paulo, e 1778 pessoas provenientes de outras unidades da federação. A tabela abaixo sintetiza o tempo de residência das pessoas não naturais do estado de São Paulo no município, revelando um declínio da dinâmica migratória⁴⁵:

Tabela 3 – População não natural da UF por tempo de residência em Santa Lúcia/SP

Tempo de residência no município	Número de pessoas
Menos de 1 ano	135
De 1 a 2 anos	158
De 3 a 5 anos	263
De 6 a 9 anos	129
10 anos ou mais	1093
Total:	1778

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Localizada em meio a vastas porções de terra que se encontram recobertas pela cultura canavieira, Santa Lúcia possui uma configuração espacial que, ademais, pode ser percebida na maioria dos municípios da região central e nordeste do estado de São Paulo, onde a formação, a dinâmica e o crescimento que adquire cada município se dá em função do desenvolvimento ou declínio das culturas agrícolas e de sua integração à dinâmica industrial.

A homogeneidade das paisagens que cercam estes municípios faz as pequenas cidades aparecerem como pequenos pontos de diferenciação na imensidão verde das plantações, invertendo a ordem segundo a qual estamos habituados a interpretar as relações campo-cidade. Quando alguém acessa a SP 255, tendo como destino Santa Lúcia, Rincão ou Ribeirão Preto, a impressão que se tem dos municípios é de isolamento, de localidades inóspitas, perdidas em meio aos canaviais, especialmente quando as plantações estão crescidas, prestes a serem colhidas. À época da colheita, a

⁴⁵ Deve-se ressaltar que as dinâmicas migratórias muitas vezes não são adequadamente captadas pelos censos oficiais, uma vez que se baseiam na população residente no local, deixando de fora outros percursos migratórios, mormente aqueles relacionados às chamadas migrações temporárias ou de curta duração.

paisagem se transforma, o horizonte se amplia um pouco mais além, e o verde dá lugar então às enormes máquinas colhedoras, que parecem ter sido ali forçosamente inseridas. Produz-se, assim, um cenário semelhante ao de um deserto, onde poeira e ruídos intensos tomam conta da paisagem.

Todavia, apesar de estar situada em meio a extensas fazendas produtoras de cana de açúcar e próxima a duas usinas⁴⁶, Santa Lúcia tem características diferentes de outras cidades paulistas, como Matão, Araraquara ou Sertãozinho⁴⁷, por exemplo, onde uma complexa estrutura de indústrias e serviços voltados ao atendimento das necessidades dos complexos agroindustriais se formou. Dentro desta configuração, Santa Lúcia parece ocupar uma posição periférica dentro da lógica das chamadas “cidades do campo” (ELIAS, 2005). Na figura abaixo, pode-se observar a localização do Nova Santa Lúcia, bem como a área ao redor do município, toda recoberta por plantações canavieiras.

⁴⁶ São elas: usina Santa Cruz, hoje pertencente ao grupo São Martinho, situada entre Santa Lúcia e Américo Brasiliense e Usina Maringá, situada entre Américo e Araraquara. Esta unidade teve suas atividades encerradas entre os anos de 2014 e 2015, devido a um processo de falência.

⁴⁷ Em Matão, por exemplo, existem grandes indústrias de implementos agrícolas e redes bancárias bem desenvolvidas. Em Sertãozinho, a Dedini S/A tinha toda sua produção voltada a atender as necessidades das usinas, fabricando, entre outros produtos, caldeiras utilizadas no processo produtivo do açúcar e do álcool. A empresa paralisou suas atividades no ano de 2016, em função da suposta crise do setor canavieiro. O que desejo destacar a partir desta comparação é que são processos de desenvolvimento local que, apesar de estarem interligados, parecem não ser homogêneos a todas às cidades envolvidas pela dinâmica do agronegócio canavieiro, tendo em vista que não se observa o mesmo padrão de desenvolvimento em Santa Lúcia.

Figura 1 – Santa Lúcia e a localização do bairro Nova Santa Lúcia (em destaque)



Fonte: Google Earth. Disponível em www.earth.google.com. Acesso em 15 nov. 2015

De acordo com dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) situava o município no grupo 4 no ano de 2012, o que caracteriza níveis de riqueza e escolaridade baixos. O setor de serviços é o maior responsável pelo número de empregos formais gerados (59,23%); em seguida, o comércio (15,38%), a agropecuária (14,31%), e por último a indústria, gerando apenas 6,31% dos empregos formais⁴⁸.

Conforme apontei, Santa Lúcia possui características como as de uma periferia da cidade de Araraquara, para onde partem muitos ônibus todos os dias. São diversos os horários das linhas intermunicipais, que circulam também aos finais de semana e feriados, e estão quase sempre com sua lotação máxima, especialmente nos horários da manhã e do final da tarde, momentos que coincidem com a entrada e a saída do trabalho no setor do comércio e serviços, já que muitos santa-lucienses se empregam em Araraquara.

Muitas mulheres deslocam-se diariamente nos ônibus suburbanos para trabalhar como empregadas domésticas; as mais jovens empregam-se

⁴⁸ Dados disponíveis em www.imp.seade.gov.br. Acesso em 12 nov. 2015.

normalmente no comércio, como vendedoras ou como atendentes em padarias, pequenas lanchonetes, supermercados, em clínicas médicas, farmácias, dentre outros, ou deslocam-se para realização de cursos profissionalizantes. Os homens mais jovens cursam em grande número o SENAI (Serviço Nacional da Indústria). Também se empregam como frentistas em postos de abastecimento de combustíveis.

Os deslocamentos entre estes locais se dão, ademais, também pela falta de muitos serviços em Santa Lúcia, como educação, saúde, comércio e diversão para os mais jovens. O comércio local atende apenas às necessidades básicas de alimentação e vestuário, e normalmente estes estabelecimentos comerciais são de propriedade de famílias mais abastadas do local⁴⁹. São inúmeros os pequenos comércios de variedades, geralmente produtos de baixo valor agregado, destinados ao ambiente doméstico ou artigos de papelaria. Não há grandes redes de supermercado e drogarias, o cartão de crédito/débito não é utilizado em todos os estabelecimentos e a rede bancária conta com apenas uma agência⁵⁰. Não há hospital local, somente dois postos de saúde em funcionamento. Só existe uma escola de ensino médio e não há oferta de cursos profissionalizantes, muito procurados pelos mais jovens.

Tais aspectos caracterizam uma urbanização deficitária no município e conformam um cenário de precariedade de serviços para a população, que busca acessá-los nas cidades médias vizinhas. Apesar destas características, no que toca propriamente aos serviços de infraestrutura urbana do município, a coleta de lixo cobre 100% dos domicílios e os serviços de água e esgoto sanitário 99,96%. Além disso, o grau de urbanização em 2014 atingiu a marca de 94,95%⁵¹.

As festividades locais são poucas e a mais importante delas é a feira agropecuária anual, onde há exposição de animais e alguns shows musicais, normalmente de duplas sertanejas regionais. Não há livrarias, bancas de

⁴⁹ Conforme identifiquei na localidade, tais famílias são compostas por descendentes dos “antigos colonos do café”, em sua maioria italianos de diversas regiões, que compuseram as grandes levas migratórias do final do século XIX e início do século XX.

⁵⁰ A única agência presente é a do Banco Santander. Os serviços do Banco do Brasil podem ser acessados, mas apenas através da agência dos Correios, que disponibiliza algumas operações, como saques e depósitos.

⁵¹ O grau de urbanização refere-se ao percentual da população urbana em relação à população total. É calculado, geralmente, a partir de dados censitários.

revistas, cinemas ou outras atividades culturais disponíveis. Tais aspectos, apesar do grau de urbanização apresentado, parecem impor alguns limites para que a vida no município possa ser entendida como uma verdadeira experiência urbana.

A “trama espacial e social” deste pequeno município faz entrecruzarem-se dimensões que são características tanto dos espaços rurais quanto urbanos, tal qual apontado por Wanderley (2001), que ressalta a presença do “mundo rural” na dinâmica dos pequenos municípios⁵². Não tenho por intenção aqui analisar pormenorizadamente tais características, mas devo ressaltar esta configuração em que ruralidade e urbanidade parecem estar imbricadas. Dentre os elementos apontados pela autora, a irregularidade na ocupação do solo urbano é visível no município como um todo e no bairro Nova Santa Lúcia em especial. É comum a existência de terrenos vazios ao lado de áreas construídas, que servem como espaços para o cultivo de hortas ou para a criação de animais, conforme é possível ver pelas imagens a seguir.



Foto 2: Terreno vazio ao lado de área construída. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

⁵² A autora em questão utiliza-se de cinco categorias de análise para pensar os pequenos municípios, quais sejam: o exercício das funções propriamente urbanas atribuído a toda aglomeração, sede municipal, qualquer que seja o seu tamanho; a intensidade do processo de urbanização; a presença do mundo rural; o modo de vida dominante e a dinâmica da sociabilidade local. Tão somente inspiro-me na caracterização realizada pela autora e não a utilizo de forma rigorosa.



Foto 3: Terreno ao lado de área construída, utilizado para a criação de animais. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Boa parte da população de Santa Lúcia tem sua origem no campo. A experiência de ter vivido nas grandes colônias das fazendas cafeeiras⁵³ que existiam em seu espaço rural faz parte da memória dos moradores mais velhos. Entre os mais jovens, é comum que os pais tenham sido ou ainda sejam trabalhadores nas áreas rurais, de modo que elementos de uma cultura propriamente urbana sejam permeados por hábitos culturais dos espaços rurais, conforme sugere a imagem abaixo:

⁵³ Além da Fazenda Atalaia, que mantém conservada sua sede e o terreiro de café e que é aberta para visitação, funcionando apenas como ponto turístico, há que se fazer referência à Fazenda Alpes, grande produtora de café, de propriedade da família Sampaio Vidal, cuja colônia abrigava, no início do século XX, cerca de 2.500 pessoas. Muitos moradores do município lembram-se desta fazenda como sendo um grande modelo.



Foto 4: Jovens circulando pelas ruas do bairro a cavalo. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Aos domingos e feriados, o *Pé Vermelho* tem suas ruas bastante movimentadas por pessoas que circulam a pé, em bicicletas, carros ou motocicletas. Nas calçadas das casas juntam-se vizinhos que compartilham cerveja e música. As mulheres se encontram com vizinhas ou sentam-se também à porta das casas, onde muitas crianças brincam. Salta aos olhos a quantidade de pequenos bares e mercearias, que permanecem abertos o dia todo, inclusive nos feriados, atraindo bastante movimento. José Carlos me disse que “o verdadeiro centro da cidade é o *Pé Vermelho*”. Tal afirmação refere-se ao contraste evidente entre a movimentação de pessoas em suas ruas e a quase ausência de pessoas e carros nas demais partes da cidade, especialmente aos domingos e feriados.



Foto 5: Crianças utilizando a rua para jogo de futebol. Ao lado e ao fundo, carros reproduzem em som alto o forró eletrônico⁵⁴. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Foto 6: Bar e mercearia localizado no bairro Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

⁵⁴ O forró eletrônico ou forró estilizado é um subgênero do forró tradicional que utiliza, além dos instrumentos tradicionais, guitarras, teclado e contrabaixo.



Foto 7: Bar localizado no Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Outra característica marcante do local são as relações de interconhecimento. As relações de proximidade com os vizinhos tornam-se visíveis pela prática de colocar cadeiras ou pequenos bancos nas calçadas, transformando-as em ponto de encontro com os mais próximos, conforme se pode observar:



Foto 8: Família descansa na área externa da residência. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Tais características, como a ocupação irregular dos terrenos ou seu uso para outras atividades que não apenas a de construção de prédios comerciais ou moradias, bem como as relações de interconhecimento pessoal não são apenas indícios de uma sociabilidade trazida dos espaços rurais, mais evidentes em pequenos municípios, mas são também elementos encontrados em bairros periféricos de cidades de maior porte e com grau de urbanização mais acentuado. Hoggart (1973), em seu estudo sobre os bairros operários ingleses, aponta para a presença de “terrenos vagos, constelados de lixo e tijolos partidos, de onde a setecentos ou oitocentos metros situa-se um terreno vago, conhecido pelo nome de baldio” e onde “toda a gente sabe a vida de toda a gente, e em grande pormenor” (HOGGART, 1973, p.72- 73).

O bairro é assim identificado como *lócus* de construção de sociabilidade e referência de identidade para os trabalhadores ali residentes, fato também identificado por Zaluar (1994) em estudo realizado no Rio de Janeiro. Conforme a autora, o local de moradia é onde os trabalhadores constroem mais fortemente sentimentos de pertencimento e laços de solidariedade. É na vizinhança, segundo a autora, que se experimentam sentimentos de construção de identidades comuns e de pertencimento a um nós que é distintivo. Em Santa Lúcia, este sentimento de coletividade e de pertencimento a um grupo específico que se distingue dos demais pode ser percebido pela identificação do Nova Santa Lúcia, tanto externa quanto internamente, como “o lugar dos maranhenses”.

Ali se desenvolve uma sociabilidade marcada pelo amplo conhecimento que cada um possui dos demais, pela liberdade e informalidade através das quais as pessoas são identificadas e contatadas. Entretanto, não apenas o local de moradia atual os identifica, mas também, e especialmente, os locais de origem comuns, além do local de trabalho que, neste contexto, fornece também um referencial para a ampliação dos laços de amizade e interconhecimento.

As próprias redes de José Carlos, através das quais desenvolvi a maior parte das entrevistas, deixam tais elementos de identificação claros, uma vez que, além me apresentar este bairro como o “lugar dos migrantes”, entre seus amigos e conhecidos estavam não apenas pessoas com origem no estado do Maranhão, mas também pessoas oriundas do Ceará, de Minas Gerais e do Piauí, com as quais os laços foram construídos através do trabalho na usina.

Predominam, assim, no bairro, relações de proximidade e de conhecimento construídas durante e após os processos migratórios. Redes que não se esgotam, portanto, no pertencimento a localidades de origem comuns.

Por outro lado, o compartilhamento de um referencial identitário propicia também a reprodução de hábitos culturais próprios no bairro paulista. É exclusivamente no bar e mercearia de Laiana e de seu esposo, por exemplo, que se encontram produtos como a farinha de puba, utilizada em bolos e massas em geral, e a farinha de arroz, própria para o cuscuz de arroz, que se costumava comer no Maranhão.



Foto 9: Flocos de arroz. Produto comercializado no *Bar do Caboco*. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Foto 10: Farinha de puba. Produto comercializado no *Bar do Caboco*. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Assim, se muitas vezes as práticas migratórias são percebidas como aquelas que lançam os sujeitos à esfera dos “não-lugares”, aos espaços de trânsito dos quais nos fala Augé (1994), diametralmente opostos aos espaços personalizados e em relação aos quais construímos um sentido de lugar, pode-se perceber que, apesar dos deslocamentos, há uma resignificação constante de práticas e modos de vida que são construídos em referência aos lugares de origem e em conexão com os novos espaços sociais que agora são vividos (Durham, 1979; Menezes, 2002; Nogueira, 2010). Deste modo, mais que realidades ou lógicas opostas, portanto, há a tessitura de redes que permitem o

fluxo e o diálogo constantes entre múltiplos espaços laborais, culturais e identitários construídos entre estes lugares.

Pode-se observar, inclusive, que o próprio bairro possui certa autonomia e se diferencia do restante da cidade, uma vez que o comércio e os serviços no local são razoavelmente bem desenvolvidos, ainda que possamos inclui-los no chamado “circuito inferior da economia” (SANTOS, 2004), já que é constituído por atividades de pequena dimensão e que estão enraizadas na esfera local, não extrapolando os limites da região e nem mesmo da cidade que os abriga.

Existem ali oficinas mecânicas, lojas de materiais de construção, serviços de marcenaria e serralheria, pequenos mercados, mercearias que comercializam inúmeros produtos para a casa e alimentação, lojas de artigos para festas, distribuidora de bebidas, pequenas lojas de roupas e salões de beleza. O bairro possui também um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental.



Foto 11: Comércio local. Mercado localizado próximo à praça central. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Foto 12: Comércio local. Distribuidora de bebidas. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Foto 13: Serviços locais. Salão de beleza. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Foto 14: Comércio local. Perfumaria. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

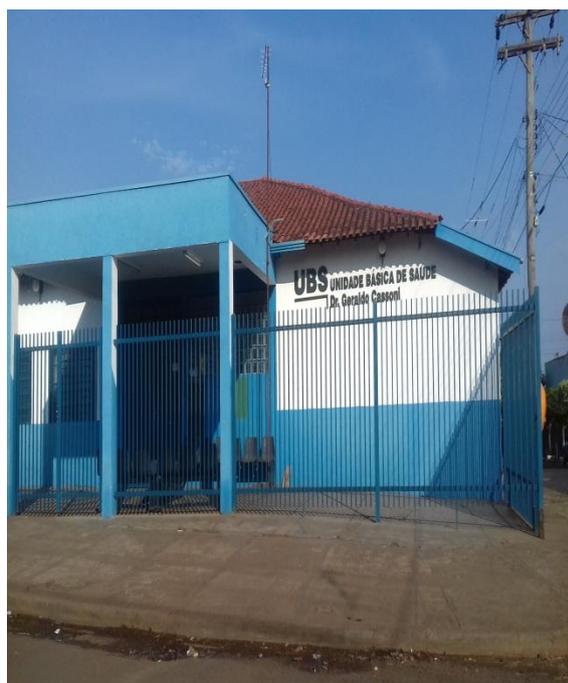


Foto 15: Serviço público local. Unidade Básica de Saúde. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Deste modo, parte significativa daquilo que se necessita para a sobrevivência diária, para a prática religiosa, para a inserção em postos de trabalho ou para momentos de lazer e diversão pode ser encontrada no próprio bairro. Conforme aponte, ali existem diversos bares e pequenas mercearias e três destes estabelecimentos são de propriedade de trabalhadores oriundos do

estado do Maranhão. Assim como no caso do bar de Laiana e seu esposo, os demais estabelecimentos estão situados em prédios alugados, cujos proprietários são também donos de estabelecimentos maiores no município, especialmente os supermercados, e de casas de moradia que são também alugadas para os trabalhadores migrantes⁵⁵.

Ali está presente também uma empreiteira, que contrata trabalhadores e trabalhadoras que não lograram se inserir no trabalho reestruturado das usinas, mas que continuam na atividade canavieira como cortadores manuais, trabalhando agora em fazendas fornecedoras de cana de açúcar para as usinas. Há também a contratação, nesse caso especialmente feminina, de trabalhadoras que realizam a colheita manual da laranja.

⁵⁵ O incremento de pequenos empreendimentos em bairros periféricos abertos pelos próprios moradores vem, segundo Boechat (2015), reconfigurando territórios periféricos, antes hegemônicos por práticas reprodutivas. Este processo modifica, segundo o autor, os circuitos de mobilidade espacial dos moradores das periferias, já que estes agora podem permanecer mais circunscritos aos próprios bairros, que passam a concentrar trabalho, consumo e moradia.



Foto 16: Empreiteira de mão de obra localizada no bairro. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Foto 17: Mulheres retornando do trabalho na colheita da laranja. Bairro Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A relativa autonomia e identidade própria do bairro em relação ao município podem ser percebidas também através de experiências associativas e recreativas, como os times de futebol. Conforme me relatou Antônio Carlos (SP, 65), ex-prefeito da cidade, na década de 1990 coexistiam em Santa Lúcia dois times de futebol formalmente registrados, o Santa Lúcia e o Nova Santa Lúcia Futebol Clube, formados respectivamente por pessoas naturais do município, em sua maioria residentes nas áreas centrais, e por migrantes oriundos de Minas Gerais, moradores do *Pé Vermelho*.

Chama a atenção também, o número de igrejas pentecostais e neopentecostais ali presentes. Alguns moradores de Santa Lúcia atribuem a proliferação destas igrejas à chegada dos migrantes, especialmente os de origem nordestina, visto que há algumas décadas havia no município apenas duas instituições religiosas, a Igreja Católica e a Congregação Cristã no Brasil.

Apesar desta relação, foi possível perceber certa reticência em parte dos entrevistados em se declararem evangélicos. No caso de José Carlos, o apelido “Irmão” deixa clara esta inserção. No entanto, ele próprio afirma que deixou de frequentar a igreja há algum tempo, apesar de sua esposa e filhas serem frequentadoras assíduas.

No caso de Henrique (MG, 37) me foi relatado que ele teve problemas em permanecer como integrante de uma igreja porque sempre gostou de “tomar uma cervejinha aos finais de semana”. Maria (CE, 40), por exemplo, me relatou a dificuldade que teve em se manter no catolicismo quando chegou à Santa Lúcia, tendo em vista que seus meninos diziam não entender “a língua do padre”. No entanto, ela reafirma sua vinculação a esta igreja, participando inclusive da Pastoral da Criança⁵⁶. Assim também como Nelsa (CE, 46) que possuía, bem no centro da parede da sala principal de sua residência, um quadro de Padre Cícero.

Apenas Carlos (MA, 37) e principalmente sua esposa Eliane (SP, 35) enfatizaram abertamente seu pertencimento à igreja neopentecostal “Assembleia de Deus”. No caso deste casal, foi possível perceber uma adesão aos preceitos de uma teologia voltada à ideia de prosperidade material contínua⁵⁷,

[E] Nós vamos lá por causa de várias coisas, mas o que mais me motiva assim é o incentivo, as palavras que você ouve e aquilo te anima a continuar indo pra frente, porque as coisas vai dar certo na sua vida. É gostoso porque vai bastante conhecido, quem me chamou pra ir inclusive foi uma prima minha. Depois que começamos a ir lá a gente melhorou muito, nós vamos de pouquinho em pouquinho só melhorando, só crescendo. Que nem eu falei pra você, ele chegou aqui e não tinha nada e hoje nós já tá bem melhor.

O fato de notar certa imprecisão quanto a este aspecto nas demais narrativas talvez expresse muito daquilo que atravessa as trajetórias de vida em seus aspectos identitários, uma vez que agora, moradores de Santa Lúcia, são envoltos por novas redes de amizade e interconhecimento. A comunidade religiosa pode ser percebida como uma maneira de buscar a construção e a manutenção de novos laços, como também redes de ajuda mútua, aspectos apontados por Francisca (MA, 54),

[F] Eu saio bem pouco aqui. Não passeio muito não, porque trabalho de segunda a sábado e aí no domingo é muita coisa

⁵⁶ A Pastoral da Criança é um organismo de ação social vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

⁵⁷ De acordo Gracino Júnior (2007) a “Teologia da Prosperidade” defende a crença de que o cristão, além de liberto do pecado original pelo sacrifício de Cristo, adquiriu o direito, nesta vida, à saúde física perfeita, à prosperidade material e a uma vida abundante, livre do sofrimento.

pra ajeitar, roupa pra lavar e tudo. Mas na igreja até que eu to indo, porque tem uma colega minha de trabalho que me chamou, e ela fala, vamos lá com a gente, então eu vou indo.. Eu falei assim pra ela que será que o pastor lá não ia achar ruim de eu estar lá, porque eu deixei claro que eu vou lá mas minha religião mesma é a católica. Mas ela falou que não, que tudo bem. E eu sou bem acolhida lá.

Nesse sentido, é possível apontar que tanto elementos internos aos preceitos religiosos do neopentecostalismo, vinculados a uma narrativa de ascensão, progresso e vitória, quanto elementos que considero externos a esta matriz religiosa em específico, como o sentido de comunidade e ajuda mútua, misturam-se para construir, em maior ou menor grau, o sentido de pertença às comunidades religiosas de base pentecostal ou neopentecostal⁵⁸. A seguir pode-se observar a grande diversidade de igrejas presentes no bairro.



Foto 18: Prédio da igreja Assembleia de Deus. **Foto 19:** Placa indicando igreja. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

⁵⁸Devo ressaltar que este aspecto, o da religiosidade e seus sentidos, mereceria uma investigação mais pormenorizada no conjunto dessa tese, para que fosse possível construir uma interpretação mais sólida sobre as conversões religiosas e seu papel junto aos trabalhadores migrantes. A lacuna deverá ser preenchida com investigações futuras e trabalhos posteriores.



Foto 20: Prédio da Igreja Congregação Cristã no Brasil. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Foto 21: Prédio da Igreja Batista. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Foto 22: Prédio da Igreja Ide Pregai. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.



Foto 23: Prédio da Igreja Só o Senhor é Deus. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Ademais, é preciso sinalizar que a inserção destes trabalhadores no município de Santa Lúcia não se restringe ao Nova Santa Lúcia. Ao enfatizar o bairro como local de sociabilidade e pertencimento, devo ressaltar que não forma parte da realidade dos migrantes nesta cidade a conformação de uma comunidade estritamente fechada e/ou isolada do restante da dinâmica do município, ainda que possamos entender o *Pé Vermelho* enquanto um

“microterritório” (MARANDOLA JR., 2009), ou seja, um espaço onde são exercidas práticas sociais e onde se afirmam aspectos e atributos identitários.

As conexões com outros espaços, grupos e instituições se dão principalmente no âmbito da inserção laboral nas usinas, onde se trabalha cotidianamente, seja com migrantes de outros estados, seja com pessoas da própria localidade. Ademais, são tecidas também relações com os empreiteiros locais, na escola estadual, onde muitos trabalhadores cursam os supletivos ou seus filhos estudam, e com os proprietários de imóveis locais, donos dos bares e dos comércios, pelos quais muitas vezes se nutre um sentimento de *consideração*, visto que teriam prestado *ajuda* e *favores* quando da chegada dos migrantes, fornecendo moradia e auxiliando no estabelecimento na cidade.

Os casamentos com mulheres de Santa Lúcia também introduzem os migrantes em outras relações de parentesco, que acabam contribuindo, inclusive, para o sentimento de pertença à localidade paulista. Das dezoito entrevistas realizadas em profundidade, ocasiões em que pude saber mais detidamente sobre as relações conjugais de cada um, identifiquei cinco homens de outros estados que se casaram com mulheres de Santa Lúcia. Em todos os casos, me foi afirmado que o fato de terem estabelecido relações afetivas no município paulista havia reconfigurado as expectativas de um retorno ao local de origem, que agora teria de ser melhor negociado com as esposas, caso houvesse essa necessidade⁵⁹.

Desta forma, moradia, trabalho, sobrevivência física e emocional, participação política e religiosa e necessidades educacionais são os principais elementos através dos quais as conexões se expandem para além daquelas pelas quais os deslocamentos foram orientados. A inserção no município aparece na maioria das narrativas e percepções dos migrantes como algo que vai se construindo positivamente ao longo dos anos. É comum, assim, a temporalidade estar associada, tanto por aqueles que se deslocam quanto pela população local,

⁵⁹ Ademais, é preciso considerar que o casamento entre “maranhenses” e “paulistas” não parece ser bem visto por todos, uma vez que se considera que nesse tipo de casamento, as mulheres paulistas tendem a “mandar” nos homens, já que os veem como *frouxos*. Quanto às mulheres maranhenses, estas veem os homens paulistas como *moleques*, de maneira oposta às “atitudes de homem” que costumam ser percebidas e valorizadas nos homens de seus lugares de origem.

a uma maior integração e também uma ampliação de conexões e relações no município, conforme me relatou Carlos (MA, 37),

[C] *No começo quando eu cheguei aqui o povo estranhou um pouco sim, podia até ser um preconceito. Mas eu até entendo, porque quando a gente chega aqui, a gente anda em bando né. Eu vim e morava numa casa com mais seis homens, e quando ia sair, a gente saía todo mundo junto pra rua. Aí o povo estranhava né, aquele monte de homem estranho tudo em bando andando pra rua. Depois vai passando o tempo e o povo acostuma, hoje eu não sinto mais isso, do povo estranhar. Sou tratado normal, conheço mais gente na cidade, casei com ela aqui. Inclusive sou muito agradecido ao senhor que alugou casa aqui pra nós quando nós chegou, tenho muita consideração por ele, ele me ajudou muito, o povo daqui tem gente boa.*

Carlos explica que a prática de *andar em bando* está relacionada ao desconhecimento inicial da localidade paulista e à insegurança daí advinda. Também estava vinculada à formação de seu grupo primário, composto por amigos da mesma localidade que passaram a coabitar a moradia alugada. As saídas eram sempre para comprar alimentos nos supermercados da cidade, que eram divididos pelo grupo, ou para dar “uma volta” pelas ruas de Santa Lúcia, conhecer pessoas e ir a algum bar. A estranheza dos moradores de Santa Lúcia e o medo do *bando* têm raízes, sobretudo, na associação entre os nordestinos e o uso da violência⁶⁰.

Além dos bares e mercearias que estão quase sempre com algum movimento, conforme apontado, a praça central do bairro também é ocupada durante o dia, ainda que seja evitada pela maioria dos moradores do bairro no período noturno, uma vez que é associada ao consumo e venda de entorpecentes.

Durante o dia, os bancos desta praça estão quase sempre ocupados por homens que, pela aparência e pelos horários, são aposentados. É também um ponto de comércio informal durante o dia, onde se vendem guloseimas, tapetes, óculos de sol, etc. São também espaços onde aqueles que se dirigem para o

⁶⁰ *Puxar o facão* é uma expressão conhecida e faz parte do imaginário local. É usada para identificar a maneira como supostamente os migrantes resolveriam seus conflitos ou desavenças, já que estes, aos olhos dos moradores locais, seriam pessoas que “não levam desaforo pra casa”.

trabalho nas usinas, nas fazendas fornecedoras de cana ou para os laranjais da região, aguardam o transporte que os conduzirá ao trabalho.



Foto 24: Trabalhadores deslocando-se da praça central do bairro, em direção ao ponto de ônibus. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Foto 25: Trabalhadores dirigindo-se para o ponto de ônibus, localizado ao lado da praça central do bairro. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Existe no município certa estigmatização do bairro, ao qual é atribuída toda a sorte de características negativas. Ali se vendem e se consomem drogas, ali desavenças podem terminar em grandes brigas e mortes e, apesar do tamanho reduzido do município, o *Pé Vermelho* ainda acaba sendo associado a uma condição rural. Os mais jovens relatam que, sobretudo em Araraquara, local onde

mais buscam empregos, percebem certo estigma relacionado ao seu local de moradia.

Tal atribuição pejorativa perpassa as relações internas ao pequeno município e remete à lógica das relações de poder entre os que são “estabelecidos” e aqueles que são considerados “de fora”, para usar os termos propostos por Elias e Scotson (2000) em seu estudo etnográfico sobre uma pequena comunidade inglesa. Antônio Carlos (SP, 65), ele próprio membro das famílias mais antigas de Santa Lúcia, e bastante bem inserido nos postos de poder local (já foi prefeito e foi por muitos anos diretor da única escola estadual), ao ser questionado sobre a atribuição de classificações negativas ao bairro, relembra que, antes de sua formação, existia outro loteamento em outra área do município, onde hoje está situado o Jardim Esperança.

Antônio Carlos relembra que as construções “do Esperança” foram erguidas no início dos anos 1960 por novatos em Santa Lúcia e, em meio às casas que estavam sendo levantadas, muitos bares surgiam, tanto que o local era chamado de *Pé de Cana*, e era identificado pelos moradores do centro antigo como foco e causa de graves problemas sociais, especialmente associados ao alcoolismo. Hoje não se ouve na cidade nenhuma referência negativa ao local, que está integrado ao centro velho da cidade, e o *Pé Vermelho*, por sua formação mais nova, passou a ser o local “para onde os problemas sociais teriam migrado”. No entanto, segundo Antônio Carlos, tal configuração estaria também em mudança, pois em outra área da cidade um novo loteamento foi aberto e hoje é o alvo dos comentários e das “preocupações” dos santa-lucienses.

Na localidade paulista, podem-se considerar “estabelecidos” os descendentes de imigrantes de origem europeia, sobretudo italianos, antigos trabalhadores das fazendas cafeeiras que ocupam a região de povoamento mais antiga do município, o que hoje é conhecido como o centro antigo, e são proprietários dos maiores estabelecimentos comerciais do local, os supermercados, além de serem donos de imóveis que são alugados para a população migrante, seja com fins de moradia, seja com fins comerciais.

Sua distinção parece estar baseada, sobretudo, no “princípio de antiguidade, encarnando valores da tradição e da boa sociedade” (ELIAS; SCOTSON, 2000), visto que boa parte dos problemas sociais identificados é

atribuída às áreas de ocupação mais recentes. Os “de fora” são os migrantes de todas as partes do país, que trazem consigo abalos na “união” que até então operava na localidade, criando diferenciações por partilharem de outros valores e modos de vida. Contudo, apesar de serem assim identificados, existem subdivisões nas classificações e atributos que são conferidos aos diferentes grupos de migrantes.

Nota-se, assim, que aos paranaenses e mineiros, são atribuídas características positivas, já que estes estariam inseridos em outras funções nas usinas que não apenas aquelas vinculadas ao “trabalho braçal”, ocupando funções como as de operadores de máquinas ou motoristas de caminhões ou ônibus, seja nas usinas, seja enquanto funcionários públicos na prefeitura local. Estes teriam mais estudo, mais disposição para aprender, em contraste com os nordestinos de maneira geral, e os maranhenses, em especial, que seriam mais *parados*, ou seja, é possível perceber certo estigma que os condenaria à ocupação dos piores postos de trabalho, associando-os ao atraso⁶¹.

Há que se considerar ainda as próprias características étnico-raciais presentes nestas classificações, visto que os santa-lucienses são em sua maioria brancos e, tanto paranaenses quanto mineiros possuem maior proximidade sociocultural com o estado de São Paulo⁶², além do fato destes dois grupos formarem parte dos fluxos migratórios mais antigos no município, ou seja, o fator temporal parece ter permitido a criação de laços sociais ampliados na localidade.

Se atentarmos para apenas um aspecto da inserção desta população no município – a disputa pela política local – podem-se notar diferenças entre estes e os demais grupos de migrantes. Em 2016, Santa Lúcia teve 109 candidatos a vereança, para um número de nove cadeiras. Dentre os 109 candidatos, 29 eram

⁶¹ Rumstain (2012), em pesquisa na Cidade do Eixo (MT), verifica que, apesar dos trabalhadores maranhenses ocuparem postos de trabalhos como o de tratoristas no interior das fazendas, estes continuam sendo associados ao “trabalho braçal”. Se antes operar máquinas compreendia também o manejo dos tratores, a partir do momento em que trabalhadores do Maranhão passaram a ocupar tais postos, ser “operador de máquina” passou a ser exclusividade dos gaúchos na localidade.

⁶² Importante salientar que Elias e Scotson (2000) tratam de uma comunidade relativamente homogênea em termos de renda, educação e tipos de ocupação. Não é exatamente o que se nota em Santa Lúcia, visto que há diferenças quanto a estes indicadores, aos quais acrescentei as diferenças étnico-raciais. Há que se considerar ainda que, em Winston Parva, mesmo a terceira geração dos estrangeiros sofria com os estigmas e a rejeição do grupo que se percebia como estabelecido. Deste modo, apenas um olhar de longo prazo, ou do processo social, poderia indicar se estas atribuições e diferenciações apontadas poderiam ser colocadas em novas bases a partir de um tempo de estadia e/ou fixação mais prolongadas destes diferentes grupos migrantes.

naturais de outros estados da federação e, dentre estes, 10 eram mineiros e 11 paranaenses. Apenas dois eram pernambucanos, três eram maranhenses, um candidato era alagoano, uma candidata piauiense, e uma baiana. Dentre os nove candidatos a vereador eleitos, três deles são de outras localidades, sendo dois paranaenses e um pernambucano⁶³. Nota-se assim que o grupo oriundo do estado do Paraná, assim como o de Minas Gerais, têm inserções diferenciadas do restante dos migrantes na política local.

Se para boa parte dos moradores mais antigos de Santa Lúcia o *Pé Vermelho* é percebido através de características negativas, no interior do bairro esta imagem reverte-se, sendo ali enfatizados aspectos positivos do local. A maioria dos entrevistados considera que ali se está em casa. Viver no bairro parece evocar assim, um sentimento de continuidade territorial, conectando simbolicamente espaços geográficos que distam nunca menos que dois mil quilômetros. É nesse bairro que, em sua maioria, meus entrevistados constroem suas casas. Ainda que alguns poucos trabalhadores residam no bairro através do aluguel de imóveis, todos os entrevistados que viviam fora dali, principalmente no bairro central da cidade, não possuíam casa própria, mas sim alugada ou de propriedade dos parentes do novo cônjuge, quando ocorreu de se casarem com pessoas da cidade.

O primeiro elemento a ser considerado para que o Nova Santa Lúcia fosse escolhido para a construção de moradias é o custo baixo dos terrenos, principalmente no início dos anos 2000, realidade que vem se transformando nos últimos anos, conforme me foi informado pelos entrevistados. Atualmente, devido à escassez de lotes para a venda e à completa infraestrutura presente na localidade, o solo urbano valorizou-se, de tal modo que não se adquire um terreno médio por menos de R\$80.000,00. Devido ao aumento nos preços, é comum a prática de comprar uma área e subdividi-la em meios-lotes. Esta divisão obedece aos imperativos econômicos, contudo, são preferidos para a prática de dividir os terrenos alguns parentes, como irmãos, sobrinhos ou primos, ou amigos da mesma localidade de origem.

⁶³ Disponível em <https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-santa-lucia-sp/>. Acesso em 29 out. 2016.

A segunda motivação para o estabelecimento no bairro são as redes de relações tecidas durante o processo migratório, já que a maioria dos trabalhadores apontou que, quando da chegada à cidade pela primeira vez, residiam em pequenas casas alugadas no bairro com outros companheiros de trabalho que já estavam ali estabelecidos. No caso de Maria (CE, 40) o aluguel de uma casa no bairro se deu após o marido, que trabalhava como pedreiro, vir ao local para auxiliar na construção da casa de um conterrâneo. Esta prática é comum entre parentes e amigos de outras localidades, e foi também identificada em outros momentos da pesquisa.

As redes sociais construídas direcionam os trabalhadores para o município, uma vez que os entrevistados apontaram que já *conheciam* Santa Lúcia por intermédio de parentes ou amigos que haviam realizado deslocamentos para o local. As redes são também facilitadoras do estabelecimento neste bairro em específico. O caso de Manoel (MA, 33) é emblemático ao descrever sua chegada e o estranhamento e desconfiança dos proprietários de imóveis que os alugam na cidade,

[M] *Até quando eu vim não conhecia tanta gente, até pra alugar essa casa ali foi sofrimento também pra alugar. O cara não me conhecia. Cheguei sozinho só com uma bolsa nas costas, bati no portão assim... E a casa era no fundo, pior ainda. É difícil, né? Cê tem uma casa, chega uma pessoa, bate e cê vai por pra dentro? Aí cheguei conversei com ele. Ele perguntou se eu era crente⁶⁴, falei que não, perguntou se eu bebia, falei de vez em quando, bebo um pouquinho, ele já começou a olhar torto [risos]. Ele não conhecia. Sozinho com uma bolsa nas costas é esquisito. E a casa no fundo. Ele tinha duas filhas moças já e a mulher. Às vezes ele pensou, se eu coloco esse cara aqui, não sei quem é... Aí eu conversei com ele e ele não mandou nem eu entrar pra dentro não. Aí conversou e conversou; perguntou “cê tem dinheiro pra pagar adiantado?” Eu falei “eu tenho a metade do mês”, se quiser confiar pra eu pagar o resto depois... Perguntou se eu tava trabalhando eu falei que não, tinha chegado aquele dia.*

Para cumprir com o pagamento devido da metade restante do aluguel que acordara com o proprietário do imóvel, Manoel iria realizar a venda de uma moto, por intermédio de sua esposa, que à época ficara no Maranhão. As redes, contudo, ajudaram-no a conseguir rapidamente um trabalho, o que tornou

⁶⁴ “Crente” é a forma usual e abrangente utilizada para fazer referência aos frequentadores das igrejas evangélicas. Sob esta denominação congregam-se várias correntes do protestantismo.

desnecessária a venda daquele bem. O dinheiro para o pagamento do aluguel só foi despendido naquele momento porque a ajuda de conhecidos que já estavam estabelecidos na cidade e trabalhando nas usinas era tida como certa.

[M] *Era todo o dinheiro que eu tinha. Ainda bem que tinha um pessoal aqui que eu já conhecia. Eu coloquei a bolsa lá, já fechei a casa e saí pra fora, saí na rua aí, né? Um pessoal que eu conhecia do Maranhão. O pessoal que veio do Maranhão. Fui saindo na rua e já fui vendo uns deles, já. Ele disse “rapaz, você aqui, não sei o quê”. Aí conversamos um monte de coisa, perguntou se eu tava trabalhando, falei que tinha chegado naquele dia. Ele falou que ia conversar lá com o líder da turma dele pra me colocar no corte de cana. Quando foi na outra semana eu já tava fichado⁶⁵.*

Em situações de insegurança laboral, para alguns trabalhadores tais redes continuam ainda a cumprir um importante papel na busca por novos empregos. No caso de Maria (CE, 40) nossa conversa se deu em um momento em que o desmanche de sua turma no corte manual já havia sido anunciado, mas ela ainda não lograra uma nova colocação na usina, mesmo após ter investido em diversas estratégias educacionais,

[M] *Tem uma comadre minha que trabalha nas piscinas, fazendo piscina, né? Acabamento, ela trabalha lá.*

[R] *É aquela fábrica na saída de Américo?*

[M] *É, é ali. Aí ela trabalha lá. Aí ela já vai conversar lá amanhã, mas eu falei não, não é nada certo, de certeza, né? Porque se eles, lá eu não sei as vagas que eles vão ter e pra quê lá na usina. Na indústria eu não sei, vou esperar a decisão deles pra saber. Aí qualquer coisa, eu já falei pra ela, qualquer coisa eu lhe aviso, aí ela falou, então segunda-feira eu já vou falar com ela, com a encarregada lá, e ela disse que qualquer coisa já deixa uma vaga pra mim.*

Edson (MA, 33) também em um momento de insegurança em relação a sua permanência na usina, apontou os irmãos estabelecidos em outra cidade como mediadores para uma possível reinserção laboral.

[E] *Olha, eu tenho uns irmãos lá pros lado de Cordeirópolis, eles trabalha numa fábrica lá de cerâmica. Aí como meu estudo é pouco e eles já trabalha lá dentro, tem um lá que já trabalha tem uns dois anos. Eles falaram se acabar aí, cê pode vir pra cá que nós te encaixa aqui. Tenho três irmãos que trabalha lá.*

⁶⁵ *Fichado* é termo corrente utilizado para fazer referencia a contratos de trabalhos formais, que incluem garantias e direitos. Cf. Sigaud (1979).

Como já fora apontado por muitos estudiosos dos processos migratórios⁶⁶, os deslocamentos não são realizados de maneira isolada, individualmente. Inserem-se, antes, em redes sociais que facilitam e direcionam a movimentação, auxiliam no estabelecimento e na apropriação dos espaços e são importantes à medida que se pode a elas recorrer para troca de *favores* e *ajuda*. Como apontado, as redes são acionadas por estes trabalhadores em momentos de incerteza laboral e funcionam na obtenção de informações sobre trabalho, constituindo um caminho possível para novas inserções laborais através de indicação pessoal nas empresas.

As redes perfazem esse importante papel nos processos migratórios e ao mesmo tempo são atualizadas e/ou ampliadas conforme os deslocamentos, mostrando-se bastante amplas, uma vez que conectam localidades muito distantes entre si. Muitos foram os relatos de irmãos, sobrinhos e filhos de trabalhadores e trabalhadoras que hoje residem em outros estados, tais como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Piauí, etc. Esta movimentação para outros espaços se dá, entre outros fatores relacionados às próprias dinâmicas familiares, muito em função das mudanças nas usinas que, hoje empregando um contingente muito menor de trabalhadores, faz com que muitos busquem trabalho em outros estados onde a mecanização de algumas funções agrícolas ainda se dá em menor escala.

Ademais, além destes aspectos, tais redes também reconstroem, em Santa Lúcia, sociabilidades, espaços de lazer, diversão e associações recreativas. Carlos (MA, 25) esposo de Laiana, conhecido na cidade como *Caboco*, é o responsável por organizar um time de futebol no bairro, ainda que de maneira informal, composto em sua maioria por migrantes maranhenses, os quais são seus parentes (primos, sobrinhos, cunhados) vizinhos e amigos das localidades de origem e colegas de trabalho.

Com alguma frequência, e especialmente nos feriados, são organizados campeonatos com times de outras cidades da região, e os ganhadores realizam churrascos em frente ao seu bar. Uma caixa de cerveja é oferecida como prêmio, caso a partida seja vencida pelo time. Os churrascos realizados ao ar livre, nas

⁶⁶ Somente para citar uma importante coletânea de artigos sobre o assunto, fruto de pesquisas atuais sobre a temática das redes sociais, conferir Menezes; Godoi (2011).

calçadas das casas ou em espaços vagos, como os canteiros das avenidas do bairro, à sombra das árvores, são uma prática de lazer constantemente realizada pelos migrantes do Nova Santa Lúcia.



Foto 26: Churrasco realizado após campeonato de futebol. Bairro Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Participavam deste churrasco os jogadores do time, formado de acordo com os laços de amizade, conhecimento e parentesco apontados acima, além de parentes de Laiana, como sua mãe e seu sobrinho, destacando-se, sobretudo, a origem comum que, no caso de Laiana e *Caboco*, tem como referência o município de Gonçalves Dias (MA) e seus arredores, formados pelos *povoados* que o compõem.

“Eu não sei se você sabe, mas maranhense gosta muito de carne!” foi uma afirmação recorrente durante as entrevistas, quando questionei sobre os hábitos alimentares e sobre o gosto pelos churrascos. As práticas alimentares selecionam, assim, dentro de inúmeras possibilidades, elementos que se tornam culturalmente necessários. A carne, nesse contexto, aparece revestida de muitos valores simbólicos, sendo entendida como comida (junto ao arroz e feijão, consumidos diariamente) e como fonte de substância, que fornece o necessário para a vida e o esforço físico, mantendo a força daqueles que têm que enfrentar a

lida diariamente. Seu consumo remete, também, a um contexto onde se está distante da privação alimentar, visto que seu valor está associado a um quadro de abundância e de *fartura*. Os churrascos, além de serem momentos em que a carne é o principal alimento consumido, constituem também espaços onde circulam parentes, amigos, *favores*, dons e contra dons (MAUSS, 2003).

À época da campanha eleitoral para os cargos municipais, também tomei conhecimento de muitos churrascos que estavam sendo realizados na casa de alguns migrantes, oferecidos por candidatos a prefeito ou vereadores. Alguns, inclusive, deslocaram-se até a cidade de Cordeirópolis nessa época, para lá participar de churrascos com seus parentes e amigos, também oferecidos por políticos locais envolvidos na disputa eleitoral.

Ademais, os modos de realizar os churrascos também remetem a uma forma particular de apropriação espacial, que pode ser concretamente observada tanto pela quantidade de pessoas a circularem pelas ruas, quanto pelo uso feito das calçadas como ponto de encontro, local de descanso e de lazer. A utilização dos canteiros centrais das avenidas, das calçadas ou parte das ruas para a prática dos churrascos, contrasta com o uso feito pelos moradores do centro da cidade, onde as ruas estão quase sempre vazias. A esta forma de apropriação do espaço incidem, inclusive, críticas dos moradores da região central, que atribuem aos “maranhenses” o que seria certa “falta de preocupação” com a conservação dos “patrimônios e espaços públicos”.

É possível entrever, assim, que a delimitação entre o que se considera público ou privado, e as maneiras de se apropriar destes distintos espaços, são fruto de interpretações culturais, e se materializam de maneiras diversas, conforme as lógicas e os códigos próprios a cada grupo social. No Nova Santa Lúcia, assim, não predomina apenas a lógica da construção de “casas” pensadas como espaços das relações pessoais e afetivas, em contraponto à lógica da “rua” como lugar da impessoalidade e das relações formais, tal qual a fórmula damattiana⁶⁷.

⁶⁷ Para Da Matta (1991) casa e rua não designam apenas espaços geográficos, mas, sobretudo entidades morais, esferas de ação social, capazes de despertar emoções, reações, leis. Assim, na interpretação dual deste autor, a casa seria o domínio da pessoa, o reino dos sentimentos e da afeição. A rua, por oposição, seria o espaço dos códigos formais e impessoais que guiam o comportamento do indivíduo.

Os espaços do bairro, pelo contrário, são apropriados segundo os códigos culturais de parentesco, amizade e local de origem, compondo um domínio intermediário entre a casa e a rua, o qual Magnani (2012) chamou de “pedaço”. O autor cunhou esta categoria analítica justamente para apontar a existência, em bairros periféricos, de espaços de interação⁶⁸ que são lugares dos colegas, dos chegados, onde todos sabem quem são e de onde vieram, onde nem todos são parentes, mas grupos específicos se constroem e se mantem. Ali se está *em casa*, como foi recorrente ouvir sobre o bairro.

Convém destacar, contudo, que tais redes de proximidade e sociabilidade não são homogêneas, sobretudo quando observamos algumas dinâmicas locais, que compõem parte da sociabilidade dos trabalhadores. As redes familiares e de amigos que envolvem os migrantes são marcadas por fissuras ou falhas, ou seja, pela construção de proximidades, mas também de distanciamentos. Especialmente no espaço dos bares, pude observar certas diferenciações internas ao grupo migrante, que dizem respeito, sobretudo, às diferenças na inserção laboral nas usinas, bem como aos locais de origem.

Não foi mera coincidência, assim, o fato de ter encontrado no bar de Laiana apenas um trabalhador anteriormente entrevistado, ou seja, aqueles que compunham a rede de José Carlos, seus colegas de trabalho, de fato não frequentavam os bares do bairro, como haviam apontado durante as entrevistas. Entre eles pude observar que as práticas preferenciais de lazer se concentravam em torno de pescarias com os amigos ou estavam mais relacionadas a atividades realizadas com todo o núcleo familiar, incluindo as esposas e os filhos.

Aqueles trabalhadores que se empregam no chamado sistema 5x1 nas usinas, portanto, a maioria de meus entrevistados, pouco frequentavam os bares, visto que têm apenas um dia de folga, e este nem sempre coincide com os finais de semana. Muitos utilizam este dia, inclusive, para resolver pendências relacionadas à casa e aos cuidados com os filhos. Muitos trabalham, conforme já mencionei, no período da tarde ou da noite, de forma que as idas aos bares, normalmente realizadas após o turno de trabalho, ficam limitadas.

⁶⁸ Clementino e Menezes (2016) também destacam, na Vila Liviero, município de São Paulo, espaços de proximidade e sociabilidade construídos por migrantes oriundos do estado do Ceará. Os autores apontam para a proximidade desta forma de apropriação espacial com a categoria “pedaço”, cunhada por Magnani (2012).

A maior frequência aos bares se dá, assim, entre aqueles que trabalham para a empreiteira local e que, portanto, têm apenas um turno de trabalho, realizado durante o dia, geralmente entre sete horas da manhã e quatro horas da tarde. Deste modo, estes trabalhadores têm todos os dias da semana com tardes livres para frequentar o bar, além dos domingos sempre disponíveis para o lazer, uma vez que na empreiteira se trabalha de segunda a sábado.

Além disso, também é mais constante no espaço dos bares a presença de trabalhadores que estão em empregos temporários na região, como o caso de Mathias (MA, 27) com quem conversei por alguns minutos. Ele estava em Santa Lúcia há quatro meses, trabalhando na construção de um prédio na cidade vizinha de Américo Brasiliense, e planejava seu retorno a Gonçalves Dias dentro de poucos meses, assim que a obra terminasse.

Sobretudo no que toca às identidades destes trabalhadores, é possível perceber diferenças entre aqueles que compõem as redes de José Carlos, e estes outros trabalhadores que encontrei nos bares. O uso de expressões e marcas linguísticas locais tornava mais evidentes traços de uma identidade cultural referida às suas localidades de origem, assim como o conteúdo de suas conversas, sempre remetidas aos parentes e cônjuges que estavam no Maranhão. O gosto pelo trabalho árduo, através do qual se pode progredir, entre estes trabalhadores, não se apresentava com tanta intensidade como no outro grupo de trabalhadores que acessei através da mediação de José Carlos.

Por sinal, pode-se considerar que aqueles são os “bons trabalhadores” que restaram empregados pelas usinas. Certamente a menor frequência a bares e, por conseguinte, o menor consumo de bebidas alcólicas, ajuda a constituir a identidade do “bom trabalhador”. Ademais, além destas diferenças referentes à inserção laboral, também é preciso apontar as próprias diferenças internas ao grupo mais geral dos migrantes, que inclui no bairro pernambucanos, alagoanos, mineiros, piauienses, baianos, cearenses, paranaenses, etc.

Aparecida (MA, 46), mãe de Laiana, que veio a Santa Lúcia para ajudar sua filha mais velha nos cuidados com o neto recém-nascido, e hoje trabalha na colheita manual da cana através da empreiteira da cidade, diz nunca ter tido problemas com os “pernambucanos”, com os quais trabalha cotidianamente. A ausência de problemas com grupos migrantes de localidades de origem

diferentes, contudo, não significa o estabelecimento de relações de proximidade, já que o contato não extrapola o ambiente de trabalho,

[A] Aqui a gente não tem problema com os outros não, eu trabalho com pernambucano de monte, e eles são tranquilos, tudo gente boa de trabalhar junto. Mas eu não tenho muito contato com eles fora do trabalho, não conheço eles muito bem pra falar verdade pra você, nem os pernambucano nem os outros também. O problema no trabalho mesmo são os paulista, que acha que a gente veio foi pra tomar o trabalho deles.

Segundo Aparecida, existe muita competição no trabalho e isso ocorre porque os “maranhenses” trabalham muito mais que os “paulistas”, porque “nordestino pega a empreita e faz mesmo”. Sua fala reafirma as características positivas de seu grupo, em contraponto aos estereótipos negativos atribuídos, que classificam os “maranhenses” como *parados*, como *gente devagar*. Aparecida julga, inclusive, que os “maranhenses” são alvo de maiores críticas porque estariam em evidência, já que estão presentes em maior número na cidade em relação aos outros grupos de migrantes.

Assim, quando se trata de construir uma auto representação positiva acerca dos migrantes na cidade, as localidades de origem não são fatores considerados decisivos, o que pode gerar a impressão de uma unidade interna ao grupo daqueles que, em Santa Lúcia, são considerados “de fora”, já que a identidade de “nordestino” é utilizada e positivada como algo que os unifica frente aos “paulistas”.

Contudo, quando se adentra as relações ao próprio grupo, diferenças sutis podem ser percebidas. Não há relatos de brigas ou ofensas que ocorreram entre trabalhadores por conta de rivalidades regionais, tal qual apontado por Fontes (2004) em sua pesquisa em São Miguel Paulista, na capital São Paulo. No entanto, se não há fortes desavenças, também não há relações muito próximas ou tão intensas, conforme apontou Aparecida.

No espaço dos bares, isso pode ser notado claramente quanto à divisão espacial que é realizada. No *Bar do Caboco*, por exemplo, como o espaço interno é pequeno e ocupado por prateleiras, o lado externo, incluindo as calçadas e também o canteiro da avenida onde está localizado o estabelecimento, é ocupado pelos frequentadores, que o subdividem seguindo a lógica dos grupos de origem. Assim, é comum agruparem-se jovens de origem maranhense tanto nos canteiros

centrais da avenida quanto na calçada do lado esquerdo do bar, ao passo que, na calçada, ao lado direito, juntam-se mineiros em frente à casa de Henrique (MG, 37), que está situada ao lado do estabelecimento. A maior frequência de maranhenses também está vinculada à própria origem de Carlos e Laiana, donos do estabelecimento.

O Nova Santa Lúcia aparece, assim, no espaço do município, como importante *locus* de articulação e expansão das redes sociais e de experiências comuns entre os trabalhadores. Existe ali toda uma trama de relações pessoais com parentes, amigos, conterrâneos e colegas de trabalho. Ali se conservam e também se criam novas relações, o que o caracteriza como um espaço de troca de experiências e “produção de cultura” (HOGGART, 1973).

Conforme apontei, se externamente o bairro é visto com certa homogeneidade, como “o lugar dos migrantes”, percebe-se que os locais de origem são os referenciais fundamentais segundo os quais os diversos grupos são construídos e mantidos. A esta visão homogeneizadora, que na maioria das vezes comporta estigmas, é contraposta a identidade de “nordestino”, como forma de unificar o grupo e positivar suas características. Internamente, porém, as subdivisões regionais, referenciadas aos locais de origem, são aquelas que mais firmemente constroem identidades e mantêm vínculos no bairro. Deste modo, diferenças e identidades são criadas e mobilizadas em relação aos estereótipos que são atribuídos aos migrantes.

Foi possível perceber, assim, as mudanças identitárias produzidas pelo fenômeno migratório. Se, na terra de origem destes trabalhadores, poderia haver pouca consciência de pertencimento a um grupo com características comuns, como os “maranhenses”, os “pernambucanos”, os “mineiros”, etc., o contato com a população santa-luciense e também com outros grupos migrantes vai moldando tais identidades, que passam a fazer sentido apenas a partir do quadro migratório.

Devo ressaltar ainda que, não apenas os locais de origem, mas igualmente os laços de trabalho e as diferentes inserções laborais, conforme busquei demonstrar, também são elementos que criam diversidades e identidades, distanciamentos ou proximidades relativas aos vínculos de amizade e espaços de sociabilidade no bairro.

Também as relações com os parentes são de certa forma reordenadas a partir das diferentes trajetórias de migração. Quando soube por Laiana que seu primo, também da localidade de Gonçalves Dias, possuía um comércio no bairro (uma distribuidora de bebidas), decidi me dirigir ao local para uma possível conversa. No entanto, quando cheguei ao seu estabelecimento e citei o nome da prima, qualquer possibilidade de diálogo passou a ser evitada. Mais tarde, soube por Laiana que ela e o esposo haviam tido fortes desentendimentos com o primo e sua esposa, por conta de um desacordo financeiro relativo aos estabelecimentos dos casais. Para Laiana, tanto o casamento do primo, quanto certa ascensão social que este teria obtido com o comércio no bairro, fizeram-no passar a estabelecer outras relações com ela, o esposo, e também com outros conterrâneos e amigos, não mais fundadas nas costumeiras práticas de ajuda mútua. Deste modo, as diversidades regionais, as diferenças nas inserções laborais, e os próprios rearranjos nos grupos familiares e de vizinhança ocasionados pelos processos migratórios vão produzindo “falhas” ou “fissuras” nas redes, que se expandem ou se contraem em função dos elementos acima apontados.

3. A CASA PRÓPRIA: ESPAÇOS DE VIDA E A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS NÚCLEOS FAMILIARES

Mas, tudo esvaziava de sentido quando comparado ao sonho que estava cumprindo, que datava de menina e morava num casebre de pau-a-pique, chão de terra-batida, nos cafundós-do-judas, gostava nem de lembrar: viver debaixo de um teto decente, seu, com um bonito amarelão no cimento liso. Esse, seu único pedido. Econômica, ajuntou nota a nota, separadas da paga pela lavagem das trouxas de roupa, e correu loja por loja de material de construção atrás do pó da cor de sua exigência.

RUFFATO (2006, p.56)

Seja porque as condições gerais de trabalho nos canaviais sempre saltaram aos olhos por sua precariedade, seja pela lógica que coloca a necessidade básica de sobrevivência material como fim último a ser alcançado nos processos migratórios, o trabalho ocupou o centro das atenções no universo de estudos das migrações para os canaviais paulistas. Tal preocupação, claramente, não é apenas de cunho teórico, mas empírica e legitimamente expressa pelos sujeitos migrantes. Contudo, muitas vezes adotou-se sem críticas a ideia de que os deslocamentos são motivados tão somente pelas chamadas necessidades básicas, restringindo-os a cálculos econômicos.

As dificuldades em garantir um rendimento fixo ao longo dos meses nos locais de partida são sempre apontadas como motivação inicial para as primeiras saídas. E para estas dificuldades concorre uma série de fatores de ordem econômica e política que estão relacionados às configurações socioeconômicas dos pequenos municípios de partida, e que conformaram uma experiência histórica de deslocamentos dos estados do nordeste brasileiro para outros lugares do país. Estes trabalhadores queixam-se, assim, com frequência, da ausência dos padrões de remuneração que estão geralmente associados ao exercício de um trabalho assalariado e em muito diferem daqueles que logram obter através da parceria e da meação da terra em suas localidades de origem.

A partir das entrevistas e das observações realizadas, foi possível perceber que, tão logo as saídas propiciem a inserção em mercados de trabalho, com acesso a rendimentos estáveis, os trabalhadores engajam-se em um processo

que tem relação muito próxima com a migração – a construção de casas ou o sonho da casa própria⁶⁹, que buscarei abordar neste capítulo.

A construção da casa tem grande importância nos projetos de vida destes trabalhadores. Conforme aponta Lobo (2006), este elemento assume tal centralidade em contextos migratórios por simbolizar um lugar de pertencimento, uma vez que as casas são percebidas como âncoras que prendem o indivíduo a um grupo num contexto inseguro e de difícil atualização dos laços familiares⁷⁰. A construção de uma casa em determinada localidade indica, assim, a existência de um projeto de ali permanecer por um longo período ou um ponto certo para onde se pode retornar. As casas não são construídas a esmo.

É certo que a valorização da casa própria e dos investimentos para sua aquisição não são uma exclusividade e um desejo apenas dos grupos que empreendem práticas migratórias. “Sair do aluguel”, “este suor suado à toa para matar a sede do senhorio” (RUFFATO, 2006, p.79), é objetivo de parte considerável das classes trabalhadoras, visto que confere certa segurança às famílias, figurando como garantia de um local de morada em momentos de dificuldades financeiras.

Que as posses materiais, como a casa, cumpram a função de suprir certas necessidades, isso é um fato obviamente reconhecido. Contudo, ao mesmo tempo, dos bens é feito outro uso importante, que é o de estabelecer e manter relações sociais. Busquei, desta forma, compreender a importância que a casa adquire para estes trabalhadores, não apenas enquanto um bem material, que atende a uma necessidade física de abrigo ou a uma necessidade subjetiva de segurança, buscando atentar para as relações que poderiam ser sustentadas e/ou atualizadas a partir desta aquisição.

Apesar de todas as dificuldades e contradições nas quais estão envolvidos os agentes dos processos migratórios – a saída, a distância da terra natal, a chegada e a adaptação em novo local, o trabalho árduo nos canaviais paulistas, etc. – são recorrentes a valorização dos rendimentos estáveis e do acesso a determinados bens de consumo que se pode obter somente pela via destes

⁶⁹ Relação também identificada também por outros pesquisadores de processos migratórios. Cf Durham (1979, 2004); Menezes (2002); Machado (2009); Nogueira (2010).

⁷⁰ Lobo (2006) realiza estudo sobre a organização familiar na Ilha de Boa Vista, Cabo Verde, em um contexto de emigração feminina.

processos⁷¹, e que, nesse contexto, parecem contribuir para a sustentação de relações familiares. Neste processo, a família e as relações de parentesco aparecem então como fundamentais, uma vez que, para Machado (2014), por exemplo, as próprias movimentações espaciais respondem a imperativos que são da ordem do parentesco, e são realizadas para produzir o próprio parentesco.

Nogueira (2010) em estudo sobre a construção de territórios por famílias camponesas do município de Aracatú (BA) que empreendem práticas migratórias identifica esta relação muito próxima entre a migração e a construção de casas. Nos termos da autora, muito mais que a reprodução de um modo de vida camponês – entendido como o trabalho familiar numa terra familiar – as práticas migratórias constituem para estas famílias uma estratégia de reprodução da casa camponesa. É em Levi Strauss (1999) que a autora se inspira para compreender a construção destas casas como a expressão de uma entidade moral, ou seja, a casa camponesa aparece como elemento em torno do qual se articulam relações de parentesco e se demarca o “lugar certo onde se deve morar” (NOGUEIRA, 2010, p.207).

Apresentando a dinâmica de construção de várias casas de moradia dentro das fazendas, a autora aponta como estas se relacionam ao mesmo tempo com a construção de novos núcleos familiares e, por conseguinte, com a autonomia dos novos casais, sem haver, contudo, um rompimento com a chamada “casa maior”, que se objetiva na fazenda sertaneja e se perpetua em razão do vínculo com uma parentela. Ou seja, a partir do modelo analítico de “casas” empregado pela autora, pode-se afirmar que se perpetuam os grupos familiares e se reforçam seus laços de pertencimento a um lugar. Em outros termos, a construção de casas restauraria o traço tido por característico da vida camponesa, o vínculo entre terra e família.

Em outro contexto, agora urbano, Machado (2009) também estabelece vínculos entre os processos imigratórios de moradores da cidade de Governador Valadares (MG) e a aquisição de casas próprias, que conforma parte substancial dos projetos de quem se dirige desta cidade ao exterior, principalmente para os Estados Unidos e Portugal. Contudo, enquanto Nogueira (2010) atribui esta

⁷¹ A importância atribuída à aquisição de alguns bens de consumo e seus significados são abordados mais detidamente no quarto capítulo.

construção à perpetuação de relações com a parentela das fazendas, neste contexto o que se nota é o contrário.

Em Valadares, segundo Machado (2009) as pessoas migram para construir um futuro de suas famílias e constituir novas centralidades em suas relações, assim como em Acaratú (BA). Mas, em Valadares, estes projetos não pressupõem uma continuidade com a casa dos pais, e sim uma ruptura. A construção de uma casa própria aqui simboliza a marcação de distanciamento em relação aos núcleos familiares anteriores e a formação de um novo núcleo familiar centralizado nos novos cônjuges e em seus filhos⁷².

Assim como nos contextos estudados por Machado (2009) e Nogueira (2010), a construção ou melhoria da casa perpassa a maioria dos projetos migratórios dos entrevistados. Manoel (MA, 33) é casado, pai de três filhos e nasceu em Gonçalves Dias. A melhoria da antiga casa em seu local de origem e, após estabelecer-se em Santa Lúcia em 2011, a manutenção de uma casa alugada na cidade, onde vive com a esposa e os filhos, figura como elemento importante a conformar sua trajetória de deslocamentos:

[R]: *Mas a primeira vez que você saiu de lá, você me disse que queria ganhar um pouco mais de dinheiro. O que você queria fazer com o dinheiro que iria ganhar?*

[M]: *Eu pensava em arrumar minha casa. E se eu quisesse comprar umas coisinhas a mais, eu tinha de sair de lá. Minha casa lá era assim de barro. Não sei se você já viu casa de barro. Aí eu pensava primeiro em arrumar minha casa ou fazer outra mesmo. E comprar outras coisas mesmo pra dentro, igual geladeira, televisão melhor.*

A principal atividade econômica do seu município de origem é a agricultura e Manoel trabalhava arrendando terras para o plantio de arroz e milho. Fez sua primeira *saída*, quando ainda morava com seus pais, no ano de 2001, com 19 anos, portanto. Foi para o estado de Mato Grosso, trabalhar no algodão e na soja. Em 2007 fez sua segunda *saída*, pois havia muita gente que vinha para São Paulo e retornava ao Maranhão com “algum dinheirinho”. Veio numa *lotação* e se

⁷²Machado (2009) explica que autores como Carsten (2004) têm reelaborado a ideia de "sociedades de Casa" de Lévi-Strauss (1986; 1999), usada como instrumento para renovar os estudos sobre parentesco. Carsten não se interessa tanto pela ideia da Casa como uma pessoa moral, ou seja, uma entidade metafísica que perdura para além da vida dos seus membros, mas sobre a Casa como um universo de construção de relações fundamentais da vida de pessoas no mundo inteiro. Assim, conforme o autor, podemos perceber, em diferentes contextos etnográficos, o modo como o parentesco é "feito" em oposição a um parentesco "dado".

empregou na Usina Maringá⁷³, onde “fez uma safra” no corte manual da cana, residindo numa casa de três cômodos no Bairro Nova Santa Lúcia com mais 12 trabalhadores que vieram também de sua cidade natal. Já em 2011, retornou a Santa Lúcia, desta vez trazendo a esposa, que hoje trabalha como faxineira na cidade de Araraquara, e seus três filhos, visto que fora empregado por tempo indeterminado na usina onde trabalha, ainda na atividade do corte manual.

No mês de abril de 2014, Manoel trocou de função, após curso de qualificação, e assumiu a função de tratorista na mesma usina. Hoje obtém uma renda maior e julga ter uma condição de trabalho melhor que no corte manual, pois já pôde alugar uma casa no bairro Nova Santa Lúcia, que ele chama de *barraquinho*⁷⁴, além de começar a projetar a construção de sua própria. Denomina-se e sente-se como um “morador da cidade”, condição esta que passa pela possibilidade de poder fazer planos para o futuro, a partir da estabilidade conseguida com o emprego por tempo indeterminado na usina e sua recolocação profissional.

[R]: *E você pensa ou quer voltar para lá?*

[M]: *Estou bem aqui, mas a pessoa nunca diz que não volta mais, mas isso é mais por causa dos parentes que ficam lá mesmo. Desde 2011 não vejo meu pai. Mas por enquanto não vou voltar mais pra lá não. Eu mandava dinheiro pra lá enquanto eles não estavam aqui, mas era mais pra sobrevivência mesmo, eu nunca pensei em investir em coisa lá. Minha mulher agora não quer voltar pra lá de jeito nenhum também. Às vezes falo assim brincando com ela, “bora voltar pro Maranhão?” Ela faz que não. Gosta muito daqui.*

Assim como Manoel, Henrique também tem em sua trajetória inúmeros deslocamentos, que remontam ao ano de 1995. Fixou-se na região em 2007, a

⁷³ A usina Maringá é lembrada por muitos trabalhadores como um lugar bom para se trabalhar, que pagava bem e tinha sempre muito emprego. Entrou em processo de falência no início do ano de 2014, momento em que os trabalhadores organizaram uma grande greve em função de diversas irregularidades relativas aos encargos trabalhistas. Esse mesmo movimento deu origem a uma ocupação de terras na cidade de Araraquara próxima ao Jardim das Hortênsias, denominada Capão dos Angicos. Realizei no ano de 2014, em conjunto com André Rocha Rodrigues e Carlos A. Ludwig, um registro audiovisual do início desta ocupação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4N-dP9SIr4s>. Acesso 17 jul. 2017.

⁷⁴ Cover (2011) identifica que os trabalhadores migrantes costumam atribuir a denominação *barraco* aos alojamentos das usinas, que são normalmente divididos com outros trabalhadores. Para o autor, a expressão remete menos às condições objetivas do alojamento e mais ao sentido de provisoriade e transitoriedade, visto que ninguém deseja morar definitivamente em um barraco. No caso de Manoel, a expressão é usada para fazer referência à casa alugada, em oposição à casa que deseja construir para si e para a família.

partir das mudanças nas formas de contratação das usinas, empregando-se como cortador manual de cana por tempo indeterminado. Não apenas tais mudanças contribuíram para sua permanência na região, também seu casamento com uma colega de trabalho, natural de Santa Lúcia, com quem tem dois filhos. O casamento condiciona hoje tanto os investimentos que obtém com o trabalho na região quanto sua permanência no município.

Saiu pela primeira vez de Virgem da Lapa, norte do Estado de Minas Gerais, e lembra que naquela época era mais difícil fazer isso, mas que hoje São Paulo já é o “caminho da roça” para muita gente que vem de fora. Em Virgem da Lapa morava com os pais, que trabalhavam como meeiros.

[R]: *Você disse que trabalhava na roça lá em Virgem da Lapa. A terra era da sua família lá?*

[H]: *Não, eu trabalhava de ameia; o fazendeiro dava a terra meu pai plantava e era dividido o que colhia.*

[R]: *E vocês moravam na cidade?*

[H]: *Não, antigamente a gente não tinha casa própria, morava na fazenda dele mesmo. Ele dava a terra, dava a casa e a planta pra plantar e depois o que colhia era dividido no meio. Hoje eles são aposentados e moram em Virgem da Lapa, na cidade mesmo. Lá a gente diz que eles têm uma rocinha, né? É no fundo do quintal, só pra comer mesmo.*

[R]: *Por que você resolveu sair de lá?*

[H]: *Por que sair de lá pra cá era mais fácil pra poder arrumar um dinheiro; lá você colhia, mas não tinha aquele emprego pra trabalhar direto, né? Às vezes você trabalhava uma semana e ficava o resto do mês parado.*

[R]: *Então o que você queria era ter um emprego com salário fixo?*

[H]: *Isso, ter um rendimento todo mês. Lá pra gente comprar qualquer coisa era difícil, né? Comprar alguma coisa assim.*

A casa própria, na fala de Henrique, remete àquela que se opõe à casa cedida pelo fazendeiro, dono da terra onde a família morava e trabalhava. Não ter casa própria, neste contexto, relaciona-se ao fato de estabelecer um vínculo de dependência com o fazendeiro, o que extrapola os limites do contrato individualizado de trabalho.

Henrique dirigiu-se, após sua primeira *saída*, para a cidade de Cravinhos/SP, onde trabalhou como safrista no corte de cana numa usina localizada na cidade. Foram inúmeras as idas e vindas entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, e a memória parece apenas não falhar em virtude da importância que tais deslocamentos adquirem nas trajetórias de vida, como

marcadores temporais⁷⁵. Henrique indica também passagens pelas cidades de Taquaritinga, Jaú, e Américo Brasiliense, onde trabalhou como *terceiro* para uma empreiteira da cidade que prestava serviço para a Usina da Serra, localizada no município de Ibaté/SP.

Em 2007, empregou-se por tempo indeterminado no trabalho do corte manual. A decisão de se mudar definitivamente para Santa Lúcia se deu quando conheceu sua esposa na Usina da Serra e decidiram se casar. Hoje trabalha como cortador manual, na última turma do corte na usina localizada ao lado do município. Esperava para o dia seguinte à nossa conversa alguns encaminhamentos da empresa relativos à realocação do pessoal de sua turma⁷⁶.

Mesmo com as incertezas advindas das mudanças na usina, não pensa em se mudar novamente ou voltar para Minas, pois ele e a esposa já têm um “lar construído” em Santa Lúcia. Investiu seus rendimentos na construção de uma pequena casa na cidade, que ainda demanda alguns acabamentos e melhorias, conforme me relatou.



Foto 27: Vista externa da casa de Henrique, construída no Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

⁷⁵ Ao serem perguntados sobre as datas de suas saídas e possíveis retornos, tempo de trabalho ou permanência nas localidades e troca de funções, em todas as entrevistas foi interessante notar a precisão com a qual os trabalhadores indicam tais momentos. Isso parece apontar para a importância que os deslocamentos assumem no curso de vida de cada um.

⁷⁶ Em agosto de 2015 Henrique foi remanejado para a função do rastelo, no turno da noite, no chamado sistema 5X1.



Foto 28: Henrique na sala de sua casa. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Menezes (2009) já afirmara que a migração é mais comum entre os trabalhadores que não possuem terra em suas localidades, como são os casos de Manoel e Henrique. Contudo, sabe-se que a migração também é praticada por aqueles que possuem terra, frente às dificuldades de reprodução de sua condição social, como no caso de Edson (MA, 33), que trabalhava com o pai e os irmãos nas terras de sua família.

Saiu pela primeira vez de Gonçalves Dias, no Maranhão, com apenas 17 anos de idade, em 2001. Seus deslocamentos sempre estiveram direcionados para o município de Santa Lúcia, haja vista que seus irmãos mais velhos já trabalhavam no local, também como safristas no corte manual de cana nas usinas da região. Além dos fatores econômicos, Edson faz bastante referência à autoridade paterna ao explicar o motivo de sua saída⁷⁷,

[R] *E por que você resolveu sair de lá?*

[E] *Porque aqui o ganho é melhor, né? Eu achei melhor do que lá, certo? A minha vida aqui também não foi fácil, trabalhar pesado e tudo mais, mas ganhava mais do que lá, né? Lá eu ganhava menos, praticamente minha renda lá era zero. Acho que nem pra*

⁷⁷ Esta questão será melhor abordada no quinto capítulo.

comer acho que não dava. Trabalhava mais meu pai, aí tudo que botava era dele, eu não tinha nada.

[R] *Ah, vocês ajudavam o pai, mas na renda era ele quem mandava?*

[E] *É.*

[R] *E aí não dividia nada com vocês?*

[E] *Não. Comigo não.*

[R] *Você é o filho mais velho?*

[E] *Não, sou quase que o mais novo.*

A trajetória migratória de Edson remete ao que Garcia Jr. (1988) já indicara sobre a migração de jovens. Esta está muitas vezes associada à afirmação de sua plena masculinidade, uma vez que o trabalho junto à família é na maioria das vezes entendido como *ajuda* e não propriamente como um trabalho a ser remunerado, como bem aponta Edson. Entre as idas e vindas, Edson trouxe sua esposa para viver em Santa Lúcia no ano de 2006. Os rendimentos que obteve com o trabalho na usina foram todos empregados na construção de sua casa na cidade.

[R] *Aí ela passava com você aqui o tempo da safra...*

[E] *E nós voltava pra lá. Aí nós viemo de novo e tornemo a volta pra lá. Aí eu falei um dia, nós não vamos mais voltar, vamos ficar pra cá até mais um tempo. Aí nós ficemos uns oito anos sem voltar, né? Oito ano efetivado, aqui direto. Aí eu consegui um terreno, fomos trabalhar, fazer essa casa. Fui fazer o projeto, até quando conseguimos, quando a gente tava mais ou menos, mais estabilizado um pouquinho, né? Aí eu disse, agora nós vamos. Aí nós voltemo três anos em seguida. Aí agora vai fazer dois anos que não vamos...*

O projeto de construção da casa própria interfere e regula, inclusive, o tempo do “retorno” para os locais de origem, que neste contexto é realizado principalmente no período das férias, e tem o caráter de *visita* aos familiares, amigos e parentes das localidades de origem. Nota-se, assim, que, neste contexto, as práticas migratórias estão imbuídas da perspectiva de construção de novas casas, marcando também a construção de novas centralidades nas relações familiares.

[R] *E você se sente bem aqui na cidade?*

[E] *Arram, eu hoje, praticamente tô em casa. Antes morava mais meu pai, era mais difícil. Morar mais pai eu não achei bom, não. Nós era em nove irmão, era tudo unido, mas sei lá, é gente demais dentro de uma casa. Eu falava sempre, quando eu*

completar dezoito anos aqui eu não fico. Não sei como pai consegue ficar tanto tempo num lugar ruim desse. E eu sumi mesmo.

Wagno (MA, 33), cuja família também era proprietária de terras, iniciou sua trajetória de migrações, saindo de Gonçalves Dias no ano de 2001, trabalhando no corte manual de cana. Hoje trabalha na mesma usina, na área de topografia⁷⁸, e valoriza a “pressão” que a empresa faz para que os funcionários aumentem o nível de escolaridade, atribuindo um sentido positivo à busca por educação e ao aprendizado constante na usina, aspecto também apontado como decisivo para sua troca de função.

O acesso à educação para as duas filhas também é elemento importante nas escolhas que faz em relação à sua permanência na cidade. Até o ano de 2005, permaneceu fazendo as safras da cana, e, entre estas idas e vindas, decidiu que permaneceria em sua cidade natal para lá trabalhar. No entanto, as dificuldades econômicas o fizeram buscar novamente trabalho em São Paulo e, em 2006, empregou-se na usina Santa Cruz com contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Luziane, sua esposa, sempre acompanhou Wagno conforme as safras que o companheiro fazia. No Maranhão, Wagno comprou uma casa com os rendimentos adquiridos com o trabalho nos canaviais. Quando de sua contratação por tempo indeterminado na usina, se desfez da casa comprada no Maranhão para poder investir na compra de um terreno e construção de sua nova moradia em Santa Lúcia. Antes de sair de lá, morava com a mãe e uma tia materna em Gonçalves Dias e trabalhava nas terras da família, que a avó havia deixado como herança. Os setenta e cinco hectares de terra eram utilizados tanto para plantações como eram também *alugados* para outras pessoas.

[R] *E vocês tinham terra lá?*

[W] *Minha vó quando morreu, ela deixou terra.*

[R] *Quantos hectares?*

[W] *Ela tinha setenta e cinco hectares.*

[R] *E aí vocês viviam do trabalho nessa terra...*

[W] *Isso. Terra nossa.*

[R] *Entendi. E como funcionava? O que plantavam?*

[W] *Então, nós plantava, nós roçava, tinha pasto. Nós pegava e alugava pra outras pessoas também, pra poder pegar o dinheiro.*

⁷⁸ São atribuições dessa função a marcação de curvas de nível, levantamento e cadastramento de talhões de cana de açúcar.

Alugava, a pessoa vinha, nós cobrava nesse tempo R\$35,00 por cabeça. Aí ficava um mês. Vamos supor, o cara vinha, aí tinha bastante pasto ainda aí alugava outro mês. Então a gente já partia e já comia aquele dinheiro. Então nós brocava, nós limpava aquela terra pra plantar arroz, feijão, fava, milho pra tirar o alimento pra gente comer.

Assim como boa parte dos outros entrevistados, relaciona a necessidade de migrar à obtenção de rendimentos estáveis para o sustento da família que viria a constituir com Luziane,

[W] *Ah, tipo assim, pra você fazer uma casa boa, pra você comprar um carro, cê vai comprar um móvel à prestação cê não tem com que fazer uma prestação porque não tem de onde cê tirar. Se você trabalhar, vamos supor, duas semana, três semana boa, mas na outra semana cê já não tem... Eu tenho um serviço fixo aqui. Aqui você, tipo assim, eu chego o final do mês eu sei da onde eu vou tirar, lá eu chego o final do mês eu não sei da onde eu vou tirar...*



Foto 29: Vista externa da casa de Wagno e Luziane, construída no Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Foto 30: Vista externa da casa de Wagno e Luziane. Destaca-se a transformação da fachada. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Como se pode observar pelas imagens acima, no intervalo de aproximadamente um ano, a casa de Wagno e Luziane ganhou novos ares, através da pintura de sua parte externa. No Nova Santa Lúcia, muitas ruas assemelham-se a “canteiros de obras”; em muitos terrenos vagos e também nas calçadas, acumulam-se pilhas de tijolos, montes de areia ou de pedras, tendo em vista que ali as casas são sempre projetos inacabados, em processo. Normalmente, o interior das casas tem precedência sobre o exterior, já que normalmente os cômodos internos são os primeiros a receber melhor acabamento, como pintura e pisos, e a parte externa das residências vai ganhando melhoramentos ao longo do tempo.

Luziane hoje trabalha em uma fábrica de meias na cidade de Araraquara, seu primeiro emprego em *São Paulo*. Contudo, ela não aponta a busca de trabalho como principal motivo de sua vinda a Santa Lúcia, mas sim a distância do companheiro e a vontade de sair de sua terra, de *viajar*.

[R] *E você veio por causa de Wagno? Veio contrariada ou veio feliz?*

[L] *Eu vim feliz e por causa dele também.*

[R] *Mas tinha vontade de vir pra cá? Nunca tinha vindo?*

[L] *Nunca. Eu vim porque eu nunca tinha saído de lá mesmo [risos]. Eu nunca tinha viajado pra lugar nenhum. Então eu gostei da ideia, e vim feliz.*



Foto 31: Casal e filhas na sala da residência. Da esquerda para a direita, Luziane, as três filhas do casal, Wagno e José Carlos na sala da residência. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

[JC] Sabe, é aquele negócio, vai pra São Paulo! [risos]

[W] “Vai pra onde, meu filho?” “Tô indo pra São Paulo, mãeinha”.

[JC] Aquela ansiedade! [risos]

[R] É? Tem disso?

[W] Lá se ouve muito dizer, fulana, menina, “seu filho tá pra onde?” “Meu filho tá pra São Paulo!” [risos].

Esta última frase, “*Meu filho tá pra São Paulo!*”, é pronunciada em tom divertido, em meio a brincadeiras e risadas. A entonação utilizada por eles quando se referem a “*São Paulo*” dá a entender que a condição de ter um filho por aqui é vivenciada com certo orgulho por quem fica. Tal sentimento parece estar vinculado aos elementos próprios à cultura migratória destes grupos, que compartilham de uma espécie de moral de êxito associada aos deslocamentos.

A “vontade de sair de lá”, conforme aponta Luziane, que “nunca tinha *viajado* pra lugar nenhum”, e o complemento de José Carlos, sobre a ansiedade que permeia tal deslocamento, dá a dimensão de como as práticas migratórias são envoltas em expectativas baseadas na ideia de melhoria, de progresso, de evolução em relação às condições de vida de suas localidades. Além disso, o aspecto positivo atribuído ao ato de *viajar*, presente na fala de Luziane, comporta

ainda o sentido do valor que se atribui ao fato de conhecer, acessar e estabelecer conexões com outros lugares (GUEDES, 2012; MACHADO, 2002).

Ademais, é preciso dizer que, apesar desta moral de êxito associada às migrações, ocorre também certa decepção em quem aqui chega pela primeira vez e vem informado apenas pelos relatos e impressões de quem já fizera antes o deslocamento. Todos os entrevistados afirmaram que sabiam o que vinham fazer em Santa Lúcia – trabalhar com o corte da cana – e que já estavam acostumados ao trabalho pesado. No entanto, quando questionados se encontraram aqui o que esperavam, foi recorrente dizerem que a realidade não era bem como os outros contavam, pois aqui não se ganhava tanto dinheiro quanto era dito e que nos primeiros dias “dava muita vontade de voltar”.

Penso que tal moral de êxito possa formar parte da cultura migratória destes grupos, para os quais a possibilidade do fracasso nos projetos migratórios parece apresentar-se como um tabu. A necessidade de afirmação de um projeto migratório bem sucedido é a condição para legitimar diante da família, dos amigos e dos vizinhos, o risco da experiência de migração. Como consequência, há um aspecto ficcional complexo nestas narrativas, o qual contribui imensamente para a manutenção concreta das redes que propiciam as movimentações espaciais (FRANGELLA, 2014).

Ainda que a migração para este trabalho na região remonte há pelo menos três décadas, sendo, portanto, bastante conhecidas suas condições, alguns símbolos e valores compartilhados e transmitidos, uma espécie de matriz de significados comuns acerca do trabalho em São Paulo continuam operando, de modo a manter em funcionamento esta corrente migratória. Hoje, por certo, ela se apresenta bastante reduzida, mas ainda assim sustentou-se até bem recentemente, haja vista que entre eles a confirmação de que o corte manual de cana iria acabar também se deu contra suas impressões e certezas de que este trabalho não deixaria de existir.

Também na trajetória de Maria (CE, 40), o direcionamento dos rendimentos para a aquisição de terrenos e construção de casas ganha destaque. De Barros, sua cidade natal, *saiu* pela primeira vez em 2006, e chegou a Santa Lúcia alguns meses após a vinda do esposo. Em Barros, fazia faxina para complementar a renda obtida com o arrendamento de terras onde eram cultivados o arroz, o milho

e o feijão. Maria explicou-me que, como seu pai é doente, ela também cuidava de duas *tarefas*⁷⁹ de plantação do pai, mais a *tarafa* de seu próprio núcleo familiar. Residia com o esposo em uma casa alugada e as despesas eram grandes com os cinco filhos que teve.

Maria diz sempre ter gostado muito da roça, do tempo das colheitas, da preparação de comidas com o que o provinha da terra⁸⁰, apesar da vida difícil que levava. O que a motivava a pensar em *sair* era o incômodo que sentia em receber *ajuda* do pai, doente, utilizando-se de parte de sua aposentadoria para cuidar dos filhos. Seu esposo era pedreiro em Barros e, conforme me disse Maria, nunca gostou da roça, pois considerava que “aquilo não era serviço de gente”. Em 2006, ele foi chamado por um amigo para construir sua casa na cidade de Santa Lúcia, visto que os pedreiros em São Paulo cobravam muito caro por este trabalho e o esposo veio então *ajudar* o amigo, “levantando” sua casa por um preço mais baixo. Não apenas nesta ocasião, mas também em outras trajetórias, pude notar que, se as casas estão voltadas à autonomia da família conjugal, elas não são fechadas sobre si mesmas. São, antes, projetos coletivos, que envolvem a vinda e ajuda de amigos e parentes, gerando redes de reciprocidade.

Após o término da construção, o esposo acabou se empregando na usina da cidade, como tratorista, e alugaram uma casa ao lado daquela que ele havia construído. Tempos depois, Maria chegou a Santa Lúcia, e desde então se empregou na mesma usina que o esposo, no trabalho do corte de cana manual. Diz sempre ter gostado de cortar cana, ainda que o esposo lhe reprove, a exemplo do que fazia quando expressava seu gosto pelo trabalho na roça em Barros. A valoração positiva do novo local de moradia e de sua condição de vida atual a faz recordar o passado como um tempo de dificuldades. Tais fatores, além dos novos laços construídos aqui por seus filhos, trazem implicações para possibilidades de um retorno ao Ceará.

⁷⁹ *Tarefa* é o nome dado ao correspondente a um hectare de terra. Maria trabalhava nas tarefas de seu núcleo familiar e na parcela do pai no sistema de 3x1. Tal sistema consiste em dividir a produção como forma de pagamento pelo arrendamento da terra: a cada três sacos de milho, arroz ou feijão colhidos, um era do dono das terras e dois da família de Maria.

⁸⁰ Maria recorda a preparação de pamonhas, após a colheita do milho. Fazer pamonhas é bastante trabalhoso, pois demanda a separação das palhas, a retirada dos grãos, o cozimento e por fim a amarração na palha. A comida é bastante tradicional no meio rural e sua preparação geralmente congrega mais membros da família.

[R] *E hoje, depois desses anos, como que é a vida de vocês aqui na cidade?*

[M] *Eu gosto daqui.*

[R] *Por que você gosta?*

[M] *Ah, porque trabalho, serviço tem. Já tem dois filho casado que eu sei se eu voltar pra lá eles não vão voltar comigo porque as mulher não vai querer ir, que uma é daqui, a outra é do Maranhão...*

[R] *E estão morando aqui, mas na casa deles já...*

[M] *É. Não, não é deles, é alugada também, mas cada um mora no seu cantinho. Mas eu não tenho vontade não de ir embora pra lá... Daqui pra trás, não.*

A expressão “daqui pra trás” é pronunciada juntamente com um gesto de mãos. Ao usar tal referência socioespacial, Maria aponta as mãos para frente, como se quisesse indicar o *Norte*. Complementa dizendo que “até Minas ainda é bom”, mas mesmo este estado vizinho parece ser visto como um retrocesso em relação à sua vida em *São Paulo*. Fatores sócio-afetivos, familiares e de saúde compõem, assim, parte significativa dos projetos migratórios do núcleo familiar de Maria, tanto no que diz respeito à iniciativa inicial de *saída* quanto às considerações sobre a possibilidade de voltar à terra natal. A importância da família organiza os investimentos familiares, e por vezes coloca no cenário a possibilidade de um retorno,

[R] *Vocês não investem em nada por lá, então? Você falou que tá comprando um terreno pra fazer uma casa em Araraquara, é isso?*

[M] *Nós comprou, nós tinha dois terreno lá no Ceará, mas nós tinha uma casa lá e nós vendeu, né? Aí nós comprou dois terreno lá e um comprou aqui em Araraquara. Só que o daqui é financiado, né?*

[R] *E lá no Ceará...*

[M] *Ele tava tentando, tava querendo ir no final do ano pra construir lá... Aí apareceu essa oportunidade daqui, ele falou nós vai construir, nós vamos fazer uma casa grande lá, não sei o quê, fazer uma piscina, lá, né? Falei, fazer uma piscina pra encher com sol, meu filho?[risos].*

[R] *Mas aí ficou os terrenos lá parados, então?*

[M] *Tá. Tudo parado. Deixa lá...*

[R] *E é lá em Barros mesmo?*

[M] *É. O pai dele vai carpir lá. Por enquanto nós deixou quieto lá. Nós vai ver se constrói aqui...*

[R] *Aí comprou os terrenos lá pra caso cês retornasse pra lá...*

[M] *É. Porque o pai dele tava doente. Tava com hanseníase, né? Meu sogro. Aí ele falou, Lôra, esse negócio de nós tá pro meio do*

*mun*do⁸¹ não dá certo, não. Teu pai já tá doente, mãe tá com diabete, a mãe dele, né? É melhor nós voltar pra cá. Final do ano passado quando nós foi. Aí eu falei, é, você quer, nós volta. Ele falou, não, vamos comprar esses terreno aqui, nós constrói, aqui vai dar pra construir tudo e não sei o quê, fez os planos dele lá, eu falei tá bom. Aí agora apareceu aquele ali, Bela Vista, não é? Perto do Selmi Dei⁸², ali. Acho que é isso. Foi lá que ele conseguiu comprar. Aí ele disse, vamos ajeitar e construir aqui. Graças a Deus, os velhos tá bem hoje.

Conforme anteriormente apontado, nem todos os trabalhadores neste contexto logram uma inserção por eles considerada satisfatória no processo de transformações no trabalho. No caso de Eugênio (MA, 37) esta inserção reproduz padrões precários de utilização da força de trabalho, configurada pela informalidade do trabalho no corte de cana manual e realizada por intermédio de empreiteiros em fazendas fornecedoras de cana de açúcar para as usinas. Após sucessivas safras na região, não logrou uma inserção laboral por tempo indeterminado, um trabalho fixo, e aponta sua idade como fator principal para tal dificuldade, já que teria enviado muitos currículos e tem a carteira de trabalho repleta de contratos. Visto que experiência não lhe falta, o critério da produtividade baixa, associada pelas usinas aos trabalhadores mais velhos, concorre para que tenha que continuar trabalhando no corte manual, mas de maneira informal, sem carteira assinada.

Apesar de Eugênio julgar positivo o fato de receber mais sem carteira assinada, disse que trocava pelo menos a metade de seu salário por um contrato formal de trabalho, visto que este lhe garantia *direitos*.

⁸¹ Conforme diz Scott (2009) o “cativo” e o “meio do mundo” são duas opções domésticas entre as quais agricultores e trabalhadores rurais nordestinos se articulam historicamente. Como “cativos”, colocam o seu trabalho à disposição de empregadores locais em troca do salário e de alguns “favores”. Como viajantes “no meio do mundo”, são móveis e disponíveis a empregadores em áreas mais dinâmicas, cada vez mais separadas das suas casas de origem. Estar no “meio do mundo” diz respeito à perda definitiva dessa força de trabalho familiar, sem se especificar quem agora controla esse trabalhador.

⁸² O Jardim Roberto Selmi Dei é um bairro periférico da cidade de Araraquara, onde o valor do solo urbano é mais baixo. O bairro cresceu bastante nos últimos anos em função de projetos habitacionais público-privados, como o “Minha Casa, Minha Vida”.



Foto 32: Eugênio na cozinha da residência alugada no bairro central da cidade, onde vive com a esposa. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Assim como os demais trabalhadores, a primeira motivação apontada por Eugênio para sua primeira saída de Gonçalves Dias foi a busca de recursos fora de seu local de origem,

[R] *E porque resolveu sair de lá?*

[E] *É porque lá a consequência de serviço é muito pouca e naquelas influencias de 2002, corte de cana, a gente ganhava bastante dinheiro, eu vim e até me dei bem aqui. No primeiro ano que eu vim eu comprei uma moto, que os meus colegas tudo tinha e eu não tinha, e eu realizei esse sonho. Parecia um garimpo na volta do corte de cana! Tinha colega meu que chegava a levar daqui 10 mil reais. Pedacinho de terra, gado, casinha boa, tudo compravam com dinheiro daqui. Ai eu continuei fazendo safra e voltando, fazendo safra e voltando, aí em 2005 eu trouxe uma mulher pra cá, aí eu fiquei e não deu certo com ela, aí ela foi e eu resolvi ficar, peguei o gosto de Santa Lúcia e fiquei. Morando direto to aqui desde 2005.*

[R] *E o que fazia lá no Maranhão?*

[E] *Eu fazia de tudo, eu carpia, eu roçava mato, eu trabalhava na roça, eu tomava de conta de gado, de tudo, mas a gente vivia mais de roça, sempre ajudei meu pai. Minha mãe verdadeira mora no Goiás, eu vivia mais meu pai e minha madrasta. Lá meu pai*

tinha uma casa na cidade e aqui, aqui a gente chama sítio né, lá chama interior, entonce nós vivia no interior e final de semana nós vinha pra cidade.

Ao me contar sobre a separação de sua primeira companheira, Eugênio diz que sua intenção era ter comprado um terreno no *Pé Vermelho* para construir uma casa, mas quando o negócio já estava quase encaminhado, a companheira decidiu abandoná-lo e voltar para sua terra natal. Ele vive há sete anos com sua nova companheira que, por ser aposentada, também trabalhadora por muitos anos no corte de cana, contribui com as despesas referentes ao aluguel da residência onde vivem. Apesar de sua esposa atual não fazer planos de sair da cidade, Eugênio afirma sua condição de *peão trecheiro*⁸³, a contragosto da companheira. Apesar do retorno ao seu local de origem não figurar como horizonte imediato, as terras da família no Maranhão parecem constituir uma referência de lugar e pertença frente à instabilidade de seu futuro,

[E] *Meu pai tem uma terra grande lá, uns 150 ha de terra. Nossa terra tá avaliada lá em 120 mil reais. Lá mora hoje meu pai, minha madrastra, minha irmã, o marido dela e o netinho do meu pai. Essa terra deu até uma encrenca lá, porque meu pai tá doente e minha irmã é doida pra vender essa terra e eu disse que enquanto eu ser vivo essa terra não vai ser vendida, porque hoje em dia é assim, hoje eu tô aqui e amanhã eu posso ir embora e se eu vendo, fico com a cara pra cima; entonce tá lá essa terra lá e ela é braba comigo por causa disso isso. E eu breco ela e não vendo mesmo. Porque você vende e acaba o dinheiro depois. Entonce deixa lá... 2012 eu fui passear lá, fiquei, fui bem recebido, e se vende, minha irmã vai embora, pra onde que eu vou?*

Apesar da segurança que o capital imobilizado na terra poderia conferir a Eugênio, um sentido de lugar, e um vínculo que deseja manter com sua família, aparecem muito fortemente quando, apesar da distância já de tantos anos, se pergunta para onde iria caso tudo fosse vendido. Diferentemente dos demais entrevistados, foi possível notar que Eugênio percebe como fracassada sua

⁸³ Guedes (2012) aponta que o termo “trecho” começa a aparecer em estudos acadêmicos sobre trabalhadores móveis nos anos de 1980. Uma das possíveis origens deste termo está ligada às grandes e lineares obras de estrada, em que é comum se dividir o volume global do serviço em várias empreiteiras, que ficam responsáveis, cada uma, por um trecho da construção. Cada trabalhador, portanto, identificava-se fazendo referência ao trecho no qual trabalhava. Extrapolando suas fronteiras iniciais, passou a ser usado para fazer referência a todos os serviços temporários que implicam deslocamentos de trabalhadores.

tentativa de constituir um novo núcleo familiar, especialmente quando faz referência ao fim do primeiro relacionamento, depois do qual ele “desandou na vida”. Tal fato parece contribuir para seu vínculo com a terra familiar, indissociável de seu grupo doméstico de origem.

Outros trabalhadores, como Francisco (MA, 32), têm uma inserção diferente frente às mudanças nas usinas, que ele próprio considera como satisfatória. Ao reconstruir sua trajetória de trabalho, a função que hoje executa aparece como símbolo de melhoria e sucesso em seu projeto migratório. Francisco saiu a primeira vez de Gonçalves Dias aos dezessete anos de idade, no ano de 2002. Por ter se casado muito cedo, seu deslocamento teve como principal objetivo sustentar o novo núcleo familiar que estava constituindo. Em Gonçalves Dias morava com os pais e mais sete irmãos em uma fazenda cujo dono era produtor de gado, e ali cultivavam principalmente o arroz, dividindo o que era produzido com o proprietário da terra. Como o trabalho que realizavam “dava só pra comer”, Francisco saiu em busca de um “dinheiro extra” em São Paulo. Fez várias safras na região, até ser contratado para a função de tratorista pela usina na qual hoje trabalha,

[R] *E o que você fez com o dinheiro que ganhou aqui?*

[F] *O dinheiro que eu ganhei aqui eu comprei lá um chão de casa⁸⁴. Aí depois voltei aqui de novo e ajeitei um dinheirinho pra construir lá, aí olhei assim, aquela situação e não tive coragem de fazer não, porque naquela situação, ficar indo e voltando, não tive coragem. Daí eu vim pra cá cheguei aqui e comprei. Depois fui construindo aqui, sempre cortando cana. Aí chegou um tempo, eu trabalhando nas usinas e o pessoal sempre avisando, olha, volta a estudar que o corte de cana vai mudar, vai acabar, aí eu fui pela ideia deles, voltei a estudar, tirei habilitação, fiz uns cursos de tratorista lá, aí na hora certa eu tava preparado e hoje eu to como tratorista lá, aí hoje as coisa melhorou muito.*

⁸⁴ *Chão de casa* equivale a um terreno, normalmente em área urbana que é destinado à construção de moradia. Há também o *chão de roça*, área destinada somente à agricultura.



Foto 33: Vista externa da casa de Francisco, construída no Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Francisco investe seus rendimentos hoje na melhoria da casa, na compra de móveis e eletrodomésticos e no cuidado dos seus dois filhos. Dos seus sete irmãos, apenas o mais novo, ainda solteiro, permanece morando com os pais, que obtiveram do fazendeiro o direito de permanecerem na casa onde residiam, tendo em vista o longo tempo de morada.

Os trabalhadores que chegam a Santa Lúcia mais recentemente encontram um cenário de trabalho bastante diferente daqueles que chegaram no início dos anos 2000. Francinaldo (MA, 26), por exemplo, *saiu* de Capinzal, sua cidade natal, pela primeira vez no ano de 2013 para trabalhar no corte da cana, mas, dadas as condições de trabalho e os rendimentos baixos hoje auferidos com o trabalho manual, pediu demissão da usina e hoje trabalha em um frigorífico na cidade vizinha de Américo Brasiliense. Sua trajetória de trabalho em seu local de origem é marcada por inúmeras ocupações, tanto no campo quanto na cidade, e sua família trabalhava como parceira de grandes proprietários de terra na região

de Capinzal. O acesso a rendimentos fixos, os quais podem oferecer margem para algum tipo de planejamento, e a direitos advindos de um contrato de trabalho formal, foram as principais motivações que orientaram sua *saída*. Conforme relatou, o dinheiro obtido com o trabalho na safra foi empregado na compra de um terreno, que é mantido na localidade de origem. Assim como em outros casos já apontados, o casamento reorientou os deslocamentos de Francinaldo, que tinha como planejamento inicial passar apenas um curto período de tempo em Santa Lúcia. Divide a casa na qual reside com a esposa e com sua sogra, que é proprietária do imóvel.

[R] *E você me disse saiu de lá pra conseguir um emprego. Qual a diferença entre o que você fazia lá e aqui?*

[F] *Ah, aqui é melhor. Assim, você lá nunca podia planejar nada contando com o dinheiro de lá porque não era trabalho fixo, com carteira assinada, essas coisas, não tinha certeza de nada.*

[R] *E então quando você começou a ter um trabalho e um salário fixo aqui, o que você planejou? Em que gastava o salário?*

[F] *Eu tenho um terreno lá no Maranhão que eu comprei pra fazer uma casa. Que eu contei de passar aqui só um ano mesmo, e depois voltar pra lá. Aí no final do ano eu fui lá, comprei o terreno, depois voltei de novo, aí foi o tempo que eu conheci essa mulher aí, aí casei e hoje tô morando aqui. Aí eu já pretendo fazer mais coisas não é tanto lá como aqui, porque eu já tô casado aqui. Mas o terreno tá lá.*

Francinaldo considera voltar ao Maranhão apenas por conta de sua inserção na política local. Por ser vinculado ao PC do B (Partido Comunista do Brasil) em sua cidade, na última eleição foi chamado para trabalhar como cabo eleitoral para o candidato a prefeito de seu partido, mas, em função da incerteza da vitória, a partir da qual poderia acessar algum cargo público em seu município, decidiu ficar em São Paulo. Nas cidades de origem da maioria dos entrevistados, o emprego público constitui uma das poucas possibilidades que têm de melhorarem sua condição de vida. A inserção na política, assim, é uma estratégia utilizada para acessar os empregos e cargos junto à prefeitura das cidades. A participação nos sindicatos locais também aparece como estratégia para a estabilidade no emprego e a construção de influência nas cidades.



Foto 34: José Carlos (à esquerda) e Francinaldo (à direita) na sala da residência onde mora com a esposa e a sogra no bairro central da cidade. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Assim como no caso de Francinaldo, Adailson (MA, 26) também se casou com uma santa-luciense e assim, foi incorporado à casa da esposa. A expectativa, neste caso, é a economia dos rendimentos auferidos com o trabalho na usina, que já fora no corte manual da cana, mas que hoje é desempenhado na parte industrial, na área da moagem. Também no caso de Adailson, a “poupancinha” que realiza terá como destino a construção da casa própria, aquela que abrigará o casal e o filho recém-chegado.

[A] *Eu faço uma poupancinha porque eu moro em dois cômodos no fundo da casa do meu sogro. Tinha um cômodo lá, aí eu levantei mais um e a cozinha e o banheiro. E pra fazer o que a gente pensa é muita coisa. Eu tenho vontade de comprar um terreno aqui pra construir uma casinha. Hoje em dia quanto mais a gente ter a casinha da gente é melhor do que viver de favor dos outros. Eu tenho vontade de comprar um terreno pra mim e construir uma casinha. Principalmente porque agora tenho a minha família, nasceu meu molequinho e tudo...*

Conforme se pode notar, a compra de terrenos para a posterior construção de moradias é comum à maioria das trajetórias. Quando não se pode ter acesso a compra de um terreno, as casas são alugadas e nelas também os trabalhadores residem com seus cônjuges e filhos, o que coloca a família conjugal como modelo central de organização familiar. É conhecida a importância da família como unidade socioeconômica, tanto no que toca ao campesinato brasileiro, quanto mais especificamente nos estudos sobre migração. O grupo doméstico sempre aparece como unidade em torno da qual se constrói e se organiza a dinâmica dos deslocamentos. Há o predomínio aqui, conforme pode se observar, da família conjugal, formada, portanto, pelos cônjuges e seus possíveis filhos, como modelo organizador destes grupos.

Questionei-me acerca de uma aparente contradição que poderia ser aqui apontada entre este modelo de família e a origem rural de nossos entrevistados, uma vez que a família conjugal foi muitas vezes concebida como resultado de transformações na estrutura da sociedade rural ou como consequência da urbanização. Contudo, conforme aponta Durham (1979), tal contradição pode ser explicada levando-se em conta a ênfase que foi dada aos estudos sobre família no país.

Os estudos sobre o Brasil sempre salientaram a importância da família como unidade socioeconômica, mas atribuíram importância fundamental à família patriarcal extensa como forma típica tradicional de organização do grupo doméstico⁸⁵ [...] Essa aparente contradição entre os dados dos trabalhos de campo e os resultados das análises sociológicas globalizadoras deve-se, ao que parece, ao papel que a família das classes dominantes desempenhou como foco de atenção dos estudos sociais. Os estudos sobre a sociedade brasileira tradicional sempre acentuaram a dicotomia entre senhores e escravos como base da organização social. Desse modo, a organização familiar se caracteriza, de um lado, pela família patriarcal própria das classes dominantes, de outro, pela ausência de família regularmente constituída na plebe e na população escrava [...] (DURHAM, 1979, p.60-61).

A autora aponta, assim, que a existência da família conjugal nas camadas inferiores da sociedade rural brasileira nunca foi fruto de um processo de

⁸⁵ Sobre a predominância de análises que têm como modelo a família patriarcal no Brasil, ver o excelente artigo de Corrêa (1982) – Repensando a Família Patriarcal Brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil).

fragmentação de famílias outrora extensas⁸⁶, mas sempre esteve presente como modelo organizador frente às condições de existência destes grupos.

A constituição da casa, nesse sentido, é fundamental, tanto no sentido físico, enquanto garantia de habitação, quanto para a relação moral, uma vez que a casa garante a sustentação da centralidade das relações dos novos casais. Ela representa a possibilidade de casamento para os mais jovens, simbolizando, assim, a maturidade e o rompimento com a casa dos pais.

Desde esta perspectiva, não apenas aspectos ou ganhos econômicos são perseguidos e conquistados através dos deslocamentos, já que a casa aqui não aparece apenas como a configuração de um espaço de segurança familiar, estando imersa em um universo de valores morais que são compartilhados pelo grupo, ao qual a casa física oferece concretude. A importância conferida à construção das casas desvela, assim, como estes deslocamentos estão intrinsecamente relacionados a vínculos familiares e de parentesco, cumprindo, desta maneira, o papel de construtores de novas centralidades nas relações familiares.

Devo ressaltar ainda que, por mais que as casas construídas sejam destinadas às famílias conjugais, coabitando nelas apenas o casal e os possíveis filhos, as casas não configuram em Santa Lúcia lugares fechados ou isolados, mas se relacionam também com outras casas, à medida que sua construção em determinada localidade, conforme apontei no capítulo anterior, segue a lógica das redes de relações referenciadas principalmente àqueles que têm o local de origem comum.

Ademais, a construção das casas muitas vezes é um projeto coletivo, que envolve a participação de parentes e conterrâneos para sua concretização. No Nova Santa Lúcia, as casas estão ligadas por laços de amizade, referenciados aos locais de origem e de trabalho, e ao parentesco. Na dinâmica de construção de casas que se expandem hoje para além deste bairro, relações que já estavam ali estruturadas também são transportadas para outros lugares, configurando uma espacialidade específica, conformada por estas redes de relações, conforme relatam Eliane e Laiana,

⁸⁶ Com ressalva para o caso pesquisado pela autora de famílias descendentes de imigrantes italianos, onde a família extensa é substituída pela família conjugal.

[E] *Então, como aqui hoje tá muito caro e quase que não tem mais terreno, nós comprou o nosso lá na Bela Vista, que é aqui pertinho em Américo. Acho que vai ter uma parte lá que é só maranhense, viu. Os amigos que a gente tem que tão aqui em Santa Lúcia, esse povo todo que a gente conhece, um foi falando assim pro outro, eu comprei lá e o outro foi e comprou também. Então vai ser muito bom, uma rua assim só com maranhense...*

[L] *Como o terreno lá (em Américo Brasiliense) era muito grande e muito caro, nós comprou ele e dividiu com meu primo.*

[R] *E vocês vão construir juntos?*

[L] *Não, não vamo fazer a casa junto. Cada um vai ter a sua, com muro, tudo divididinho, porque o terreno é grande. Nós ainda vai demorar pra erguer a nossa, até acabar de pagar o terreno e tudo. Mas meu primo já começou, já chamou o marido da Lôra, você conhece, né? pra ir lá levantar a casa pra ele...*

No caso da compra dos terrenos no novo bairro na cidade vizinha, conforme relata Eliane, a construção das casas seguirá a lógica de relações já existentes em Santa Lúcia, ainda que nesta cidade a lógica da ligação entre as casas não seja dada pela proximidade geográfica, mas sim por laços de conhecimento e amizade trazidos do local de origem. A proximidade residencial no novo espaço se funda justamente em torno destes laços já estruturados em Santa Lúcia⁸⁷.

No caso de Laiana, assim como no caso de Maria, abordado neste capítulo, a construção da casa assemelha-se a uma operação coletiva, uma vez que mobiliza os parentes, conhecidos e conterrâneos para que se decida onde e com quem se vai construir, além do barateamento e divisão dos custos, seja

⁸⁷ Autores como Pina-Cabral e Godoi (2014), Clementino e Menezes (2016) e Frangella (2014) têm utilizado o conceito de vicinalidade para explicar como espaços de morada se agregam e se relacionam entre si. Pina-Cabral e Godoi (2014) explicam que, por oposição à vizinhança, a vicinalidade descreve uma proximidade aberta entre espaços de morada. Não são vizinhanças, zonas territorialmente demarcadas, mas processos de aproximação territorial constitutiva. Como categoria analítica, portanto, o conceito assume que casas, tendas ou domicílios tendem a se agregar territorialmente segundo lógicas plurais, por exemplo, amizade, homonímia, interesse político, geração, afinidade, matrilateralidade, etc. Por comportar relações que são constitutivas das próprias pessoas, e que envolvem circulação de coisas e pessoas entre as casas, ajudas, coabitação, etc., considero que seria necessário um maior aprofundamento teórico e empírico para que pudesse utilizar tal conceito com rigor para descrever a lógica de agregação territorial no contexto aqui investigado.

através da divisão do lote, seja na própria construção, caracterizando práticas de entreaajuda.

Ademais, a construção de casas de moradia no município paulista conduz à reflexão acerca de uma redefinição dos espaços de vida destes grupos, fenômeno inerente às mobilidades. Nota-se, nesse contexto, a existência de um processo social no qual os migrantes estabelecem relações com campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas, conforme apontam Almeida e Baeninger (2013).

As tomadas de decisão, e os sentimentos de preocupação são gerados dentro de um campo de relações sociais que unem os locais de partida e de chegada, que não são pensados como espaços dicotômicos, apartados. Há uma proximidade simbólica entre Santa Lúcia e os vários pontos de origem de onde partem estes trabalhadores, manifesta na maneira através da qual estas pessoas se referem a estas localidades, ao fluxo de informações sempre atualizado que circula sobre seus familiares e sobre a vida nestes lugares.

Parece-me, portanto, que se torna pouco esclarecedor trabalhar com definições dos processos migratórios que levem em conta apenas perspectivas estritamente demográficas ou temporais para classifica-los como temporários, definitivos, pendulares, de retorno, etc. O próprio conceito de migração nos parece fechado em demasia para caracterizar realidades que se aproximam muito mais de processos de circulação e movimentação entre espaços sociais diferenciados, de forma que tratar tais deslocamentos a partir da chave analítica da mobilidade parece ser mais conveniente (MENEZES, 2012).

Ademais, há dificuldades em definir o lugar de residência de um indivíduo, pois este depende, mais do que sua localização no espaço físico, de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertença e de apropriação espacial, que nem sempre correspondem ao lugar de residência. Deste modo, Baeninger (2013) aponta que é recomendável compreender as relações com os locais de partida e de chegada simultaneamente, os chamados “espaços de vida” (COURGEAU, 1988), ou seja, aquelas porções do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades e se realizam.

Nesse contexto, nota-se que preocupações relacionadas aos membros da família que lá ficaram, vinculações políticas ou mesmo a insatisfação com a

inserção laboral ou com relações afetivas mal sucedidas recolocam os lugares de partida como pontos para onde se pode retornar. No entanto, a um só tempo, a presença de parentes, amigos ou a realização de casamentos com pessoas dos espaços de chegada, bem como as percepções sobre inserções laborais satisfatórias, são também fatores que contribuem para o fortalecimento dos sentimentos de pertencimento nestes espaços, visto que tais sentimentos passam também pela questão central que orienta os deslocamentos, qual seja, a possibilidade de encontrar trabalho e prover a sustentação dos novos núcleos familiares. A apropriação espacial também é gerada, portanto, em sua relação com a tão desejada “melhoria de vida”. *São Paulo* é tido, assim, como um lugar que, a despeito do trabalho árduo, oferece suas contrapartidas.

Não se pode desconsiderar ainda que a construção de casas de moradia no município paulista representa um projeto, ainda que aberto e inconcluso, de permanecer em *São Paulo*, visto que o “retorno” não figura para a maioria dos entrevistados como vontade ou necessidade. Ao contrário, é percebido apenas como último recurso, caso não logrem uma colocação nos mercados de trabalho regionais. As percepções sobre um possível “retorno” também associam os locais de origem aos momentos de descanso, projetados em relação ao tempo da aposentadoria dos trabalhadores.

É comum, assim, que as relações sejam mantidas com os locais de partida através principalmente de telefonemas, que são feitos via telefonia móvel. Os celulares são bastante utilizados e vistos como facilitadores dos contatos, uma vez que os telefones públicos, hoje quase inexistentes no município, restringem os contatos a horários específicos. Em menor medida, aplicativos e redes sociais, tais como o *facebook*, também são utilizados e auxiliam na construção de uma “proximidade à distância” (LOBO, 2006), uma vez que atualizam informações e acontecimentos ligados aos familiares e aos locais de origem.

A circulação de remessas em dinheiro também comunica e atualiza o *status* das relações entre os que estão em *São Paulo* e os parentes que lá ficaram (especialmente os pais e irmãos), mas estas não são constantes ou regulares. Seu caráter é fundamentalmente o de *ajuda* em momentos de necessidade dos familiares, seja em situações de doença, seja para arcar com o pagamento de pequenas dívidas ou prestações com as quais não se pode arcar.

As *visitas* aos familiares, devido à dinâmica de trabalho atual, ficam restritas ao período das férias, que normalmente ocorrem no período da entre safra, entre dezembro e janeiro de cada ano, e diminuem em número e frequência conforme se passa a investir no projeto de construção da casa. A vinda de parentes em outras épocas do ano é mais comum, uma vez que o trabalho nos locais de partida é marcado por outra temporalidade.

Os espaços de vida destes trabalhadores são marcados, portanto, pela inserção em grupos de parentesco, de amizade e de trabalho no bairro e no o município paulista onde hoje residem, mas suas vidas e seus projetos caracterizam-se, sobretudo, pelo envolvimento simultâneo com duas ou mais localidades.

Assim, a partir da lógica de construção de casas no município paulista, pode-se perceber que a casa pode ser, para alguns, aquela real ou projetada em seus locais e origem e pode significar o lugar material e simbólico, constituído por familiares que lá foram deixados e para o qual se deseja voltar, ainda que não se tenha a exata ideia de quando se irá voltar, como no caso de Maria e Francinaldo que, a despeito de terem tecido relações sociais, afetivas e laborais em *São Paulo*, mantêm seu *chão de casa* nas localidades de origem, ou, como no caso de Eugenio, que preza pela manutenção da terra familiar, simbolicamente representativa de um local certo para onde se pode, devido às vicissitudes da vida, voltar se assim for necessário.

Contudo, o principal sentido do qual estas casas estão investidas, nesse contexto, remete à concretização da busca e do “sonho da casa própria”, representando a afirmação de certa mobilidade social, bem como a constituição de unidades familiares autônomas. O tempo de estadia mais prolongado, as inserções laborais relativamente estáveis e consideradas satisfatórias, assim como os casamentos, podem reorientar as projeções em torno da casa para os locais de destino, como procurei demonstrar.

A casa também representa a reconstrução de lugar e localidade (FRANGELLA, 2014). Enquanto lar e referência de pertença, as casas aparecem, nesse contexto, como uma construção dinâmica que envolve o ato de imaginar, criar, desfazer, transformar, perder ou deslocar casas ou lares. Portanto, são nestes deslocamentos geográficos e de casas, lares e símbolos que se movem e

se alargam também os sentimentos de pertença a grupos familiares e de parentesco, que vão assumindo novos contornos e conformando “lugares ampliados de pertença”⁸⁸.

⁸⁸ “Lugar ampliado” é um termo cunhado por Machado (2002) para tratar de identidades na mobilidade. Segundo o autor, a identidade dos passenses, moradores do distrito de Passos, Sul de Minas Gerais, não está vinculada unicamente ao lugar da vila, mas também aos vários “lugares” espalhados por um “espaço fragmentado” ao redor da Estação Passos. Passos é onde estão passando seus cidadãos, o que envolve uma ideia de movimentação constante entre os vários lugares. Ao acrescentar ao termo cunhado por Machado (2002) o qualificativo “de pertença”, quis indicar que, se a construção da casa está relacionada à reconstrução de lugar e localidade, estes aspectos não estão circunscritos ao município paulista, mas somam-se aos outros lugares com quais os migrantes desenvolvem sentimentos e elos de pertencimento.

4. O DINHEIRO DE SÃO PAULO: CONSUMO E CULTURA MIGRATÓRIA.

Quando se trata de manter uma pessoa viva, a comida e a bebida são necessárias como prestações físicas; mas, quando se trata da vida social, são necessárias para ativar a solidariedade, atrair apoio, retribuir gentilezas, e isso vale tanto para os pobres quanto para os ricos.

(DOUGLAS & ISHERWOOD, 2013, p. 39)

Conforme apontei em outros momentos deste trabalho, é corrente entre os trabalhadores-migrantes considerar que a necessidade de *sair* de suas localidades se dá fundamentalmente porque o que se conseguia obter com o trabalho na terra era suficiente apenas para a satisfação da mais básica necessidade, a alimentação. O trabalho na terra, após o pagamento devido da renda aos proprietários locais, tinha como resultado gêneros alimentícios que eram consumidos pelas famílias e, em momentos de necessidade, comercializados para a obtenção de alguma renda monetária.

Em uma de nossas conversas, Laiana me contou sobre a extrema dificuldade em se obter tais recursos no *povoado* próximo a Gonçalves Dias, onde viveu sua infância. O pouco dinheiro que ela e a mãe conseguiam advinha da venda do coco babaçu, muito comum naquela região do estado maranhense. Três horas a pé separavam o povoado onde mãe e filha moravam da cidade mais próxima, onde comercializavam o babaçu e, com o dinheiro obtido, perfaziam o suficiente apenas para comprar café, que misturado à farinha de arroz, era servido como primeira refeição do dia.

A condição daqueles cujas famílias detêm ou detinham a posse ou a propriedade da terra não diferia muito daqueles que as tomavam em arrendamento. Dada a falta de recursos para investimentos e melhoramentos da produção, esses pequenos proprietários eram levados a *alugar* suas terras a fim de também obter renda monetária. Predomina, deste modo, a percepção de que uma vida minimamente confortável e satisfatória só pode ser obtida através das *saídas*. Conforme já explicitado, a conquista de uma condição de vida melhor está atrelada ao recebimento de rendimentos fixos através dos quais podem acessar alguns bens que antes figuravam como muito distantes de suas possibilidades.

Nota-se, assim, a perpassar todas as narrativas sobre a vida nas localidades de origem, a presença de um forte *ethos* local⁸⁹ de migração, que se conforma na ideia de que “no Norte não se constrói nada”, ou seja, que é preciso *sair* para progredir. Desta maneira, foi recorrente ouvir dos trabalhadores que tudo que puderam comprar foi “graças ao *dinheiro de São Paulo*”, ou que tudo que se tem é de *São Paulo*.

[R] *Lá eu não tinha era nada, só a roupa do corpo e os meus chinelo mesmo. Sabe, a gente não vive só de comida... e o Norte é isso. Lá não se passa fome, mas eu não trabalho só pra comer, eu quero me vestir, me calçar, andar bem. Não é luxo, mas se fosse pra eu poder luxar eu queria sim, viver bem vestida e bem cheirosa... queria não, eu quero.*

[W] *Rapaz, eu cheguei aqui e eu não tinha era nada. E hoje eu não tenho nem uma bermuda mais que seja lá do Maranhão. Tudo que tenho é daqui de São Paulo.*

Foi possível perceber que o acesso a determinados bens de consumo assume nos discursos dos trabalhadores uma grande centralidade, conformando e compondo as narrativas sobre o que é “melhorar de vida”. Deste modo, neste capítulo, meu objetivo foi o de tratar os significados do consumo nos projetos migratórios, discussão que foi paulatinamente ganhando um papel importante para o conjunto desta pesquisa, tendo em vista as valorações que foram empiricamente expressas pelos trabalhadores.

Enquanto elementos importantes para o conjunto dos projetos migratórios, não pretendo afirmar aqui que os bens sejam seus fins últimos, tampouco que sejam os determinantes ou desencadeadores dos processos migratórios. Entretanto, a possibilidade de acessá-los parece conferir um grande sentido às expectativas de êxito que permeiam tais processos, oferecendo concretude aos elementos que são próprios às culturas migratórias⁹⁰.

⁸⁹ Utilizo a expressão “*ethos* local” ao me referir às localidades de origem, especialmente Gonçalves Dias e seus povoados, no Estado do Maranhão, de onde partiu a maioria de nossos entrevistados. Tais localidades são aqui percebidas e interpretadas a partir da fala destes mesmos entrevistados, já que não realizei pesquisa de campo nestes locais. Utilizo a noção de *ethos* em sentido próximo ao weberiano, ou seja, como um conjunto de preceitos sociais e morais que organizam a conduta e as atitudes de determinado grupo social, seu “espírito motivador”.

⁹⁰ A categoria cultura migratória, apresentada por Marroni (2006) envolve projetos de vida, troca de informações, auto reprodução do processo e regiões de origem e destino unidas por meio de redes. Pode ser pensada, segundo a autora, como um capital social de raiz comunitária, própria dos habitantes de um contexto específico, independentemente de que tenham ou não migrado, e

Devo ressaltar que a relação entre práticas migratórias e consumo, especialmente quando se trata da migração para o trabalho nos canaviais paulistas, não é tema corrente na literatura socioantropológica. Entendo que esta relativa ausência sobre a temática possa ser explicada, por um lado, pela centralidade que as análises sobre as condições de trabalho assumiram no contexto das migrações vinculadas à produção canavieira. Penso também que seja possível apontar que a preponderância de uma determinada perspectiva teórico-metodológica sobre a migração, ao interpretá-la tão somente como último recurso de sobrevivência, possa ter oferecido pouca margem para discussões que não tivessem seu foco na satisfação das chamadas “necessidades básicas”⁹¹.

Na intenção de compreender adequadamente a valorização do acesso aos bens de consumo presente nas narrativas e assim, aproximar-me de seu sentido junto aos trabalhadores migrantes, busquei adotar uma perspectiva que tivesse como centro o ponto de vista dos agentes, a fim de conferir legitimidade aos seus discursos e visões de mundo. Mais que uma obviedade, um procedimento básico de pesquisa, ou mesmo uma entre outras possíveis opções teórico-metodológicas, legitimar as visões de mundo dos próprios trabalhadores sobre estes bens me pareceu um esforço necessário, frente a algumas interpretações correntes sobre o estatuto das mercadorias em nossa sociedade e a suposta sedução que estas exerceriam, sobretudo sobre os mais pobres.

Nesse sentido, vale salientar, antes de adentrar propriamente na discussão central deste capítulo, que não foi raro, ao longo de minha trajetória de pesquisa, encontrar no discurso de pessoas do município, de agentes de instituições ligadas à questão migratória e ao trabalho nos canaviais, ou mesmo nas entrelinhas de alguns discursos acadêmicos, certo espanto ou incompreensão quanto à questão do consumo. Assim, quando o assunto era a aquisição de bens pelos trabalhadores, para muitos parecia figurar como um

de sua disposição ou rechaço em fazê-lo. Dito de outro modo, podemos compreender esta cultura como a inclinação para a migração, como um fato que permeia os projetos e as expectativas de vida de uma determinada localidade e que afeta mesmo aqueles que não realizam deslocamentos. De todos estes elementos, enfatizo especialmente a dimensão dos projetos de vida, que neste trabalho são representados pelas expectativas e desejos de mobilidade social, intensamente presentes no vocabulário dos migrantes.

⁹¹ Douglas e Isherwood (2013) lembram que é muito pouco esclarecedor tentar definir *a priori* o que são ou não necessidades básicas, visto que são um fenômeno moldado por considerações de ordem cultural.

projeto imbuído de pouquíssima racionalidade o fato de pessoas saírem de suas distantes localidades de origem “apenas” para comprar um aparelho televisor, um DVD, ou mesmo uma motocicleta.

Certa vez, ouvi de um representante do movimento sindical o quão espantoso lhe parecia que os trabalhadores não se queixassem da forma de pagamento por produção, usual quando o corte da cana é realizado manualmente, e que se torna extremamente extenuante para quem o realiza. Em sua visão, os trabalhadores não reclamavam ou reivindicavam mudanças neste padrão, já que essa forma de pagamento lhes possibilitava ganhar mais e assim, adquirir mais “coisas”.

Alguns pressupostos teóricos parecem também contribuir para legitimar uma visão análoga à do “senso comum” sobre a aquisição de bens. Guedes (2012) ao tratar a mobilidade popular em Minaçu, município do extremo norte de Goiás, aponta como o estatuto do consumo é visto por alguns autores enquanto parte de um processo de alienação e reflexo da ignorância que marcariam os trabalhadores migrantes, entendimento que acaba por reduzir suas práticas a meros reflexos automáticos de uma lógica mercantil dominante.

O autor em questão chama a atenção para análises como as de Martins (1988), por exemplo, segundo a qual a fala do migrante seria sempre dominada pela lógica da mercadoria, do dinheiro e da quantidade, vocabulário e lógica que não pertenceriam aos próprios trabalhadores, mas sim àqueles que os exploram e dominam. Guedes (2012) tece uma crítica a tal interpretação e sinaliza, sobretudo, a necessidade de análises que levem em conta os contextos concretos onde as mercadorias são consumidas, a fim de serem identificados seus significados junto àqueles que as consomem. A aquisição de carros e cavalos, destacada pelo autor no contexto por ele investigado, por exemplo, esconderia à primeira vista um valor fundamental para as pessoas daquela localidade, que seria o valor da própria mobilidade.

É importante sinalizar ainda que os estudos sobre consumo não ocuparam o centro das atenções na tradição das ciências sociais de forma geral, uma vez que a produção e seus temas correlatos gozaram de certa superioridade, ensejando críticas de cunho moralista sobre a superficialidade do consumo ou sobre a influência nefasta do fenômeno do consumismo na contemporaneidade

(MILLER, 2004; 2007). De acordo com Duarte (2010) os legados de pensadores como Marcel Mauss e Karl Marx foram responsáveis por manter por muito tempo o interesse sobre o consumo à margem das preocupações teóricas e empíricas das ciências sociais.

Segundo a autora, teríamos emprestado de Marcel Mauss o modelo teórico por ele desenvolvido no clássico *Ensaio sobre a Dádiva*, que coloca em oposição as lógicas da dádiva e da mercadoria – a primeira relacionada às sociedades não ocidentais e à segunda vista como exclusiva das sociedades capitalistas modernas. Tal modelo teria contribuído para a construção de uma percepção dual e excludente, visto que, se a dádiva, conforme afirma Mauss⁹², está presente apenas nas sociedades primitivas, não restaria aos membros das sociedades ocidentais outra forma de se relacionar com os objetos que não fosse aquela da troca fria e impessoal.

Ainda de acordo com a autora, a influência do modelo teórico marxista também impactou na construção de visões que tenderam a negligenciar um olhar mais detido sobre o consumo na nossa sociedade. A ênfase na produção como atividade que produz identidades teve sua contrapartida na desvalorização do consumo, visto como mero resultado dos interesses capitalistas, que criam desejos e necessidades com vistas à obtenção de lucro. Desse modo, “os usos sociais dos objetos e seus papéis como instrumento de auto realização do sujeito foram negligenciados” (DUARTE, 2010, p. 369).

Ao buscar construir um olhar mais detido sobre os significados internos que o consumo adquire entre os trabalhadores-migrantes, é possível perceber como o acesso a determinados bens coaduna-se com o ideal de construção de uma vida melhor, de progresso e de mobilidade social. A exemplo do que me disse Rosilene, é recorrente entre os trabalhadores migrantes a valoração positiva atribuída à *saída* para São Paulo, um lugar em que, apesar e a partir do trabalho árduo, se pode *conquistar* o que era impossível obter no *Norte*,

[R] *Aqui eu tenho hoje minhas coisas dentro de casa que antes eu não tinha. Cama confortável, que antes eu dormia na rede,*

⁹² Ressalto que a interpretação do pensamento de Marcel Mauss acerca da ausência da dádiva nas sociedades modernas feita por Duarte (2010) não é hegemônica. Para uma análise que considera a presença da lógica da dádiva na modernidade, ver Lanna (2000).

geladeira, que eu bebia água de cacimba⁹³. Tenho uma TV de 42 polegadas, que eu sempre tinha vontade, que trabalhei bastante pra pagar, mas paguei. Meu filho hoje trabalha e tem um carro e compramos um terreno em Araraquara. Jorge meu marido tem uma motinha pra andar. Ter essas coisas aqui não é fácil, mas se você trabalhar direitinho dá.

A partir da fala da entrevistada, é possível destacar o primeiro elemento das representações e dos significados que o consumo pode assumir para estes grupos. A possibilidade de consumir determinados objetos figura em suas narrativas de vida como expressões de êxito e de sucesso em seus projetos migratórios. Faz-se importante antes, deixar claro que os bens aos quais faço referência são em sua maioria os mesmos apontados na fala de Rosilene, que é por este motivo, representativa das demais. Ao serem perguntados sobre os itens de consumo adquiridos através das migrações, os bens de consumo duráveis, como móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos figuravam como as principais escolhas de consumo de todos os entrevistados.

Compreender estes bens materiais como símbolos de êxito dos projetos migratórios e, portanto, marcas da desejada mobilidade social, torna-se possível na medida em que se desloca o olhar da mercadoria adquirida em si, para reinseri-la na totalidade do sistema social, tornando evidente, assim, sua qualidade de signo, conforme apontou Baudrillard (1973). Para este autor, os objetos, assim como seus usos, podem ser compreendidos como signos de uma pretendida ascensão social, uma necessidade de pertencimento a um grupo, o que torna possível vislumbrar o consumo como elemento de progresso. São signos que, no contexto global de uma sociedade capitalista e de consumo integrariam o que autor denominou de “sistemas de *status*”.

No entanto, se conforme aponta o autor, a ideologia de mobilidade social exprime-se através de determinados objetos que assumiriam o caráter de signos de promoção social, o que se nota para o contexto aqui investigado não é exatamente uma busca por distinção social (Bourdieu, 2007) operada através do consumo, conforme os padrões das classes sociais mais elevadas, uma vez que a ruptura com fronteiras de classe não se coloca como horizonte para estes

⁹³ A cacimba é uma espécie de poço artesanal, típico do Nordeste brasileiro. É feito através de perfurações profundas no solo, e serve à obtenção e ao armazenamento de água.

trabalhadores e também não se concretiza no plano das condições “objetivas e externas”.

Assim, o acesso a determinados bens, apesar de carregar a “marca do progresso”, não representa propriamente um projeto de ascensão social, que teria como marca fundamental uma mobilidade vertical, mas sim um processo de mobilidade horizontal, que é realizado internamente ao grupo e dentro de um mesmo universo simbólico. Possuem, deste modo, mais um sentido de relativa prosperidade do que de distanciamento ou ruptura com seu lugar social.

Conforme buscarei apresentar ao longo do capítulo, a aquisição de bens não situa estes agentes na lógica da imitação ou da distinção, apesar de operarem enquanto materiais mediadores que oferecem concretude às narrativas e aos projetos de melhoria de vida.

Ou seja, se num primeiro olhar estes bens poderiam figurar como símbolos distintivos, este sentido é modificado quando são apropriados por estes trabalhadores, que os ressignificam de maneira própria, conforme os valores compartilhados pelo grupo. Conforme pude observar em campo, o desejo de êxito e mobilidade que compõe parte da cultura migratória destes grupos é a chave para a interpretação destes bens não como marcadores de distinção social, mas sim como símbolos que ajudam a compor as narrativas sobre a construção de uma vida melhor.

A importância do acesso a bens de consumo para trabalhadores migrantes também foi identificada por Maciel (2013; 2016) em pesquisa com trabalhadores migrantes piauienses. Aponta a autora para a importância das chamadas “coisas de São Paulo” que, uma vez levadas para os locais de origem dos trabalhadores, passariam a atuar como reorganizadoras das relações sociais nestes contextos locais. Observadas não apenas em seu caráter prático-utilitarista, estas coisas cumpririam o papel de reorientar as expectativas de vida dos que lá estão, já que circulariam como símbolos de *status* e de um estilo de vida urbano que é socialmente valorizado nas localidades de origem dos trabalhadores, em oposição ao modo de vida rural característico, operando assim como símbolos de distinção social.

Desta maneira, através da aquisição de bens, os trabalhadores estariam operando um distanciamento em relação às suas comunidades de origem,

afastando-se de um modo e estilo de vida que eles próprios passam a desvalorizar ao tecerem relações com outros espaços sociais.

Deve-se levar em conta que a perspectiva esboçada pela autora acerca dos bens enquanto marcadores de diferenças sociais, estilos de vida e distinção é tributária da perspectiva bourdiesiana, que o autor Daniel Miller (2013) compreende como pioneira para uma interpretação dos bens na sociedade moderna que os situe para além de suas funções prático-utilitaristas. Tomo, assim, de Pierre Bourdieu (2007), aquilo que me parece sua lição fundamental acerca das práticas sociais, e que se choca frontalmente com os construtos da teoria econômica, a saber, o fato de que não é possível conhecer um consumidor reduzindo-o ao seu poder de compra. Meu intento, assim, é tomar certa distância daquilo que entendo como um “economicismo” demasiado, que pode ser definido como a compra de bens como realização para o capital ou vinculada somente à renda dos que consomem.

De acordo com a visão econômica, o produto que se adquire pode ser reduzido a funções técnicas supostamente idênticas para todos. Tal ponto de vista economicista-utilitarista sobre os bens é radicalmente contestado por Bourdieu (2007) ao demonstrar que rendas idênticas resultam, muitas vezes, em consumos diferentes, já que as práticas estão investidas de um *habitus* próprio a cada grupo social. De outro modo, dissimulando as visões de mundo que estão na base dos esquemas de apreciação e percepção, estaríamos reforçando aquilo que o autor entende como “racismo de classe”, ou seja, julgando as classes dominadas como aquelas que “não sabem viver”, associando muitas vezes suas práticas de consumo ao exagero, ao mau gosto ou à irracionalidade.

É certo que os bens em nossa sociedade cumprem a função de marcadores sociais, uma vez que, a um só tempo, são classificatórios e classificam, comunicando o lugar social de seus portadores. Assim, as práticas de consumo identificadas através de uma visão panorâmica dos espaços sociais e levando em conta a centralidade das relações hierárquicas de nossa sociedade são e podem ser vistas tendo como princípio básico a distinção, já que estão investidas de poder e entram no jogo das disputas simbólicas.

No entanto, ainda que os bens sejam potencialmente marcadores de classe, o que do ponto de vista da análise sociológica é factível, penso ser

conveniente guardar certa distância do que compreendo como um excessivo “sociologismo”, que se baseia tão somente na distinção social pela via do acesso ao consumo, como se todos os bens necessariamente fossem instrumentalizados para este fim e todos aqueles que os adquirem adentrassem na lógica da distinção.

Contudo, é preciso novamente indicar que não realizei pesquisa de campo nos locais de origem, uma vez que o grupo de trabalhadores entrevistado mantém contato com suas localidades à distância, de modo que estes bens não são levados para estas localidades, mas sim adquiridos e consumidos no âmbito da casa construída em Santa Lúcia.

E, no contexto das famílias ora residentes neste município, o fato de haver entre elas certa regularidade quanto aos bens consumidos, preferencialmente aqueles que vinculados ao universo da casa, me parece um forte indicativo de que a lógica que perpassa a aquisição destes bens reforça a centralidade do valor-família, tal qual apontado no capítulo anterior.

Deste modo, pude perceber certa homogeneidade nos padrões de consumo, que se materializa nas construções das casas, majoritariamente com fachadas e exteriores inacabados, e nos objetos para o interior da casa, que são adquiridos em lojas pertencentes a grandes redes de consumo popular, tais como as Casas Bahia ou Magazine Luiza, no município vizinho de Américo Brasiliense.

Faz-se importante ainda sinalizar, de acordo com Castro (2014), que as análises sobre o consumo contemporâneo têm adquirido maior proeminência no debate atual em virtude das mudanças ocorridas na estrutura social brasileira na última década, em que parcelas significativas da população foram “inseridas” através do consumo. Grosso modo, boa parte de tais análises tende a considerar que pessoas das faixas de renda mais baixas de nosso país absorveram valores e princípios consumistas que vieram a reboque das políticas de crédito e que ampliaram o assim chamado “poder de compra”. As pessoas são apresentadas como presas fáceis de ideais de consumo que estariam sendo disseminados pelos veículos de comunicação de massa, conformando uma suposta adesão a padrões de uma tradicional classe média consumidora.

Considera-se que este aumento do poder de consumo da população esteve atrelado, além de outros fatores, às políticas sociais de transferência de

renda implantadas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que, segundo Márcio Pochmann (2011), baseou-se em um padrão de crescimento econômico que diferiu em termos substanciais do receituário neoliberal aplicado pelos governos anteriores. Os efeitos dessa política econômica foram a valorização do salário mínimo, com o aumento do seu poder aquisitivo, a diminuição do desemprego e da informalidade do trabalho. Este quadro de mudança social no país é associado muitas vezes à ascensão de uma “nova classe média”, a chamada “classe C”⁹⁴, que teria tido então seu poder de consumo elevado.

Ainda que programas sociais de transferência de renda, especialmente o “Bolsa Família”, sejam apontados como impulsionadores de uma condição de vida melhor para amplos segmentos da população brasileira, especialmente para aqueles da região Nordeste, os trabalhadores aqui entrevistados não recebem o benefício, em virtude das exigências máximas de renda⁹⁵. Apontam, contudo, que em suas localidades de origem seus familiares acessam ou já acessaram este benefício.

Estar acima destas exigências de renda, além de representar no plano das condições materiais de existência uma situação de melhoria de vida, figura também nas narrativas, especialmente nas masculinas, como símbolo de orgulho, sentimento que está assentado em uma moralidade relacionada aos papéis sociais do homem como bom provedor e responsável pelo sustento da casa.

Já nas narrativas de mulheres que migraram sem cônjuges, o acesso ao benefício adquire outra conotação, sendo muito valorizado, especialmente quando não podiam contar, em seus locais de origem, com pensões dos ex-maridos para o cuidado dos filhos ou mesmo porque os cônjuges “não gostavam de trabalhar” ou de “pegar no pesado” para cuidar da família. Nos dois casos de migração feminina com os quais tomei contato, os rendimentos para o sustento da casa eram obtidos através do trabalho como empregadas domésticas, e o complemento desta renda através do “Bolsa Família” foi apontado como extremamente importante para a sobrevivência e cuidado dos filhos.

⁹⁴ Para uma interpretação crítica da noção economicista de “nova classe média” no Brasil, consultar Souza (2012).

⁹⁵ Para acesso ao benefício a renda *per capita* das famílias deve estar entre 77,01 e 154,00. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/perguntas-frequentes>. Acesso em 15 nov. 2015.

[L] *Minha mãe trabalhava lá de empregada doméstica e como ela não tinha ajuda do meu pai, que eles são separados, ela contava muito com a bolsa família, era uma ajuda pra ela, né. A gente usava o dinheiro em casa, era importante.*

[F] *Eu recebo (o Bolsa Família) sim, mas não aqui, lá. Porque desde que eu peguei o cartão eu já deixei ele com minha filha, que eu entendo que esse dinheiro é pra ela, né. Depois que ela engravidou então, aí que eu não quis nem ver mais a cor do dinheiro mesmo, fica lá com ela que lá as coisas são mais difíceis. Sempre ajudou muito, ainda mais que eu nunca contei com a ajuda do pai dela.*

Seria sem dúvida equivocado tratar os trabalhadores migrantes como uma nova classe média, já que se leva em conta comumente para tais análises apenas aspectos relacionados à renda *per capita*, ignorando-se outros aspectos, especialmente aqueles relacionados à posse de outros capitais, que não apenas o econômico. É inegável, contudo, que o acesso ao sistema creditício e à aquisição de alguns bens, conforme tento demonstrar, seja uma realidade vivida pela maioria destes trabalhadores.

Se é certo que as mercadorias cumprem em nossa sociedade a função de geração de lucro, que as trocas mercantis são partes estruturantes do sistema social, e que os meios de comunicação disseminam constantemente ideais e padrões de consumo, também se deve atentar para os usos e os significados dos bens em contextos particulares.

A partir do que pude observar em Santa Lúcia, nada me pareceria mais arbitrário que classificar os trabalhadores e suas famílias como integrantes de uma nova classe média, e nada está mais distante de sua realidade do que uma autoimagem de classe média, que poderia ser construída a partir do acesso a determinados bens, sob a influência de padrões difundidos por veículos e discursos midiáticos.

Desta maneira, o lugar do argumento que aqui se desenvolve segue a esteira de autores que consideram o consumo como parte essencial do sistema social, atuando como mediador das relações sociais estabelecidas. Considero, assim, o consumo numa perspectiva integradora, tal como é apresentado por Douglas e Isherwood (2013):

A ideia mesma do consumo tem que ser trazida de volta para o processo social, deixando apenas de ser vista como um resultado ou um objetivo do trabalho. O consumo tem que ser reconhecido

como parte integrante do mesmo sistema social que explica a disposição para o trabalho, ele próprio parte integrante da necessidade social de relacionar-se com outras pessoas e ter materiais mediadores para essas relações. Esses materiais mediadores são: comida, bebida e hospitalidade da casa para oferecer, flores e roupas para sinalizar o jubilo compartilhado, ou vestes de luto para compartilhar a tristeza. Os bens, o trabalho e o consumo têm sido artificialmente abstraídos da totalidade do esquema social. O modo como essa abstração é feita prejudica a possibilidade de entender esses aspectos de nossa vida (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2013, p.20).

Ao construir uma casa de tijolos, em oposição às casas de taipa ou de barro de suas localidades de origem, o que se está a fazer não é a concretização de um projeto de ascensão, que aproximaria subjetivamente estes grupos dos padrões de vida das classes mais altas, inclusive reformulando suas identidades e seus estilos de vida, mas sim por um senso de necessidade prática, sobretudo as necessidades familiares de bem-estar e de autonomia, que estão na base de suas escolhas de consumo.

No mesmo sentido, a compra do aparelho televisor, apontado como item adquirido pela maioria dos trabalhadores – aquele de modelo mais moderno, com telas grandes e planas, com o número de polegadas escolhido – figura principalmente como elemento que dá sentido a uma trajetória de trabalho árduo, símbolo do sacrifício e da *conquista*, muito mais que expressão de uma subjetividade seduzida ou impelida a consumir os lançamentos industriais com vistas a se diferenciar.

Foi recorrente, após serem questionados sobre os bens adquiridos através das práticas migratórias, ouvir: “Trabalhei muito para pagar, mas paguei!” Notei, desta forma, o que também foi apontado por Zaluar (2002), o fato do consumo estar intrinsecamente atrelado ao trabalho. O discurso do “pobre”, segundo a autora, foi percebido devido à associação da pobreza ao trabalho, já que o “pobre” só conseguiria comprar as coisas se trabalhasse, enquanto o rico já é rico “por definição”, ou seja, é aquele que tem recursos pra comprar o que quiser.

Não há, portanto, necessariamente um processo de equiparação, ainda que no nível simbólico, com outras camadas sociais por conta da aquisição de bens de consumo. Opera, entre estes trabalhadores, um processo muito semelhante ao apontado por Souza (2012) em sua investigação sobre o que

denominou como “nova classe trabalhadora brasileira”, ou, nos termos do autor, os chamados “batalhadores brasileiros”.

Ao discutir o quadro contemporâneo brasileiro e a dinâmica das classes sociais – com vistas a refutar as teses sobre a consolidação de uma nova classe média no país – o autor chama a atenção para a ausência de participação desta nova classe trabalhadora nas lutas simbólicas por distinção social.

A nova classe trabalhadora não participa desse jogo da distinção que caracteriza as classes alta e média. Como na reportagem de um número recente da revista *Negócios e Finanças*, que foi pensada como um “elogio” a essa classe, mas que estranha que a classe C não se mude de bairro quando ascende economicamente, ela tem opções e gostos muito diferentes. Ela é “comunitária” e não “individualista”, por exemplo, nas suas escolhas. Ficar no mesmo lugar onde se tem amigos e parentes é mais importante que se mudar para um bairro melhor (SOUZA, 2012, p.49-50).

A aquisição de bens materiais, e a percepção de que agora participam de um universo social ao qual antes não pertenciam, mas que não os aproxima da classe média, também é identificada por Castro (2016) em trabalho realizado em um bairro periférico do município de Santo André, na grande São Paulo.

Conforme a autora, ainda que no plano material seja percebida uma melhoria das condições de vida – o que aproxima o discurso dos moradores daquele veiculado pela mídia e que afirma a existência de uma nova classe média no país – no plano simbólico o consumo destes grupos não tem como finalidade a imitação-distinção social. Nas palavras da autora:

[...] as práticas de consumo, dentre este grupo de baixa renda, não têm necessariamente o sentido de imitar a classe média ou denotar distinção social, mas também de acessar este universo alheio, circular por ele – brincando e ironizando – e permanecer no seu próprio, do qual extraem prazer e ao qual expressam, algumas vezes, orgulho de pertencer. A lógica da imitação-distinção não é o que, exclusivamente, orienta o grupo em suas práticas de consumo, que a conhece e joga / brinca com ela. (CASTRO, 2016, p. 114).

Nesse sentido, Castro (2016) chama atenção para o fato de que os indivíduos não apenas reproduzem a lógica que orienta a sociedade, mas dela se apropriam e a ressignificam em suas relações cotidianas. A ideia de um orgulho de pertencer a um grupo bem marcado, conforme aponta a autora, transparece

também nos discursos dos trabalhadores migrantes, que reafirmam sempre que a possibilidade que hoje têm de acessar determinados bens materiais está vinculada a uma trajetória de vida de dificuldades, de esforço e de sofrimento. “O nordestino é um povo sofrido”, ou “o nordestino é um povo que não tem medo do trabalho”, são afirmações correntes que evocam uma auto-representação positiva acerca de suas trajetórias, identidades e lugares sociais, e que é construída em oposição aos tantos estereótipos e estigmas sobre os migrantes de origem nordestina.

Assim, “o paulista”, apesar de ser visto como um povo bom, não é percebido como bom trabalhador, uma vez que, segundo a interpretação corrente entre os migrantes, não realiza tipos de trabalho muito pesados, relegando-os ao povo nordestino. É interessante observar, assim, como este sentimento de pertencimento, expresso com orgulho, não passa apenas pela afirmação de ser um bom trabalhador, mas também pelo sentido de pertença ao grupo migrante.

[C] Assim, rapaz, eu não tenho nada que reclamar do povo daqui não, eles são bom, trabalham e tudo, mas o paulista não enfrenta o trabalho como o nordestino, porque os trabalho que os paulista não querem, por ser muito pesado, quem faz é o nordestino. E nós faz mesmo, nós pega mesmo.

Não tenho por intenção afirmar que os trabalhadores por mim entrevistados compõem parte desta nova classe trabalhadora analisada por Souza (2012) uma vez que julgo necessária uma pesquisa mais criteriosa para apontar seu real pertencimento de classe. Um primeiro ponto que mereceria tratamento mais minucioso é o próprio adjetivo “nova”, acima explicitado pelo autor, uma vez que, como buscamos deixar claro ao longo do trabalho, as trajetórias de vida destes trabalhadores remetem a um processo histórico de longa data. Estabelecer nexos acerca de sua condição de classe e o período atual de acumulação capitalista, como faz o autor em sua análise, demandaria um esforço analítico mais abrangente e que faria subsumir, no mais das vezes, as especificidades e diferenças internas à própria classe⁹⁶. Não foi este meu intento.

⁹⁶ Fica a questão, assim, do que há de realmente novo na “nova” classe trabalhadora, posto que esta seria resultado das mudanças profundas operadas pela instauração de uma nova forma de capitalismo no Brasil, o capitalismo financeiro – arcabouço teórico utilizado pelo autor para qualificá-la. Como esta nova fase permeia de modo distinto espaços rurais e urbanos, levando-se em conta as especificidades culturais de cada espaço social, parece ser ofuscado nesta

No entanto, podemos estabelecer possíveis paralelos, especialmente no que toca ao acesso ao mercado de trabalho formal a partir dos anos 2000, a conquista de uma relativa estabilidade laboral e material, assim como os significados que esta relativa prosperidade representa, e que não estão necessariamente vinculados às estratégias de distinção social.

Além disso, é claro, a ausência de capital cultural e econômico quando comparados àqueles de outras classes sociais também são elementos comuns às trajetórias sociais daqueles que Souza (2012) chama de “batalhadores”, e os trabalhadores por mim entrevistados. Outros aspectos apontados pelo autor também se mostram presentes nas trajetórias de vida dos trabalhadores migrantes de Santa Lúcia. O “lugar ao sol” conquistado por esta nova classe, nas palavras do autor, só foi possível,

[...] à custa de um extraordinário esforço, à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho (SOUZA, 2012, p.57).

Assim, se o consumo tem o atributo de reconstruir e moldar identidades, ele também deve ser pensado enquanto tributário de determinados valores e visões de mundo, uma vez que constitui um meio pelo qual os indivíduos e grupos objetivam seus valores e normas (MILLER, 2007). E tais valores e visões de mundo, incluem, sem dúvida, o valor do trabalho como organizador da experiência e da ação deste grupo.

Além do atributo de conferir concretude às expectativas de melhoria de vida, é importante destacar outro aspecto sobre os itens preferenciais de consumo. Como já apontado, nota-se que os bens a que se pode ter acesso a partir das práticas migratórias – geladeira, fogão, e demais eletrodomésticos em

abordagem geral sobre as classes sociais, realizada na referida obra. Apenas para citar um exemplo, tal fato torna-se explícito quando é descrita a trajetória de um “novo batalhador rural”, assim denominado uma vez que teria conseguido comprar a propriedade na qual os pais e ele próprio trabalharam por muitos anos como meeiros. Afirma-se na referida obra que a unidade entre família e esfera produtiva é a base de organização para a prosperidade dos “batalhadores” no contexto rural e coaduna-se com o novo momento do capitalismo. Essa afirmação causou-me certa estranheza uma vez que, ao assim definir a forma de organização do trabalho e da vida no campo, uma grande produção acerca dos modos de organização do trabalho e da vida dos grupos que se convencionou chamar de camponeses em nosso país parece ter sido negligenciada.

geral, cama, guarda-roupas, aparelhos televisores e de som – são itens básicos que compõem o ambiente doméstico da maioria dos domicílios brasileiros. E por serem justamente estes itens adquiridos e valorizados, penso com Miller (2007) acerca da necessidade dos bens e dos objetos para a vida social. Para o autor, numa época em que mais da metade do mundo não possui bens de primeira necessidade, torna-se difícil corroborar com abordagens do consumo cuja única consideração seja aquela que destaca principalmente o caráter supérfluo das mercadorias.

Os trabalhadores entrevistados estão dentro de uma faixa salarial que vai dos R\$700,00 aos R\$2.200,00 reais mensais. Na faixa de renda individual mais baixa, entre R\$700,00 e R\$1000,00, estão localizadas as mulheres que entrevistei, corroborando uma realidade que é conhecida no mercado de trabalho, ou seja, o fato de as mulheres ganharem menos que os homens. Maria, que à época de nossa conversa conseguia obter apenas R\$700,00 com o trabalho no corte manual da cana; Rosilene, que estava desempregada e obtinha por volta de R\$800,00 com a venda de legumes e verduras que plantava no fundo de seu quintal, e Francisca, que ganha por volta de R\$1000,00 também no corte manual da cana, trabalhando para uma empreiteira do município. No caso de Maria, o esposo e o filho, empregados na usina, compõem a maior parte da renda da casa. No caso de Rosilene, Jorge seu esposo, ex-cortador manual, perfaz rendimentos médios de R\$1600, 00 por mês, trabalhando como pedreiro. O filho, já com 21 anos, também compõe o orçamento doméstico com o salário de R\$1200,00, recebido pelo trabalho em uma fábrica de artigos de vestuário, no município vizinho de Araraquara.

A maioria dos entrevistados localiza-se na faixa salarial intermediária, entre R\$1500, 00 e R\$1800,00, que são despendidos para o cuidado de toda a família, incluindo-se a esposa e em média, mais dois filhos por casal compondo o grupo doméstico⁹⁷. Apenas três famílias têm filhos com idade suficiente para a

⁹⁷ Esta média, portanto, não representa cada família de forma individual. Existem famílias, como as de José Carlos, compostas por seis filhos, número máximo encontrado. Outras, como as de Adailson, tem apenas um filho. Importante destacar que esta média refere-se ao grupo doméstico, ou seja, aos indivíduos que vivem sob mesmo teto, uma vez que, no caso de Maria, por exemplo, apenas um filho vive com ela, e os outros quatro casaram-se e compuseram um novo núcleo familiar. No caso de Rosilene, uma de suas filhas vive com a avó, no Maranhão. Ademais, encontramos dois casos em que foi apontada a existência de filhos de matrimônios anteriores, que vivem com as mães em outras localidades, normalmente nos estados de origem.

entrada no mercado de trabalho que, neste contexto, inicia-se mais cedo, já entre os 15 e 16 anos, geralmente em ocupações informais. Nesta faixa salarial, apenas em duas famílias as mulheres trabalham em empregos formais e remunerados, as demais exercem o trabalho doméstico de cuidados com a casa e os filhos.

Na faixa salarial mais alta – entre R\$2000,00 e R\$ 2200,00 reais – estão situados aqueles trabalhadores que lograram se inserir na operação de maquinários no corte mecanizado ou como motoristas de caminhão. Nesta faixa salarial, ainda que a família seja composta em média por dois ou três filhos pequenos, o trabalho das mulheres fica restrito aos cuidados com o ambiente doméstico. Vemos assim, um modelo familiar onde os papéis de gênero tradicionais operam muito fortemente, visto que, no momento em que o homem passe a ganhar mais, percebe-se que a preferência é que as mulheres assumam o cuidado integral da casa.

A maior parte do salário dos trabalhadores, como foi apontado, é empregada na compra de terrenos, construção e ampliação das casas. Para tanto, os trabalhadores realizam pequenas poupanças, abrem crediários em lojas de materiais de construção ou se utilizam de cartões de crédito para realizar o parcelamento dos custos dos materiais. De todos os trabalhadores entrevistados, apenas seis famílias não haviam direcionado os rendimentos para a aquisição de terrenos ou construção da casa própria.

As despesas domiciliares com a manutenção da casa, tais como pagamentos de água, energia elétrica, internet e TV a cabo compõem ainda parte significativa dos gastos dos trabalhadores. A presença da TV a cabo em algumas residências deve-se ao fato de que muitos jogos de futebol dos times para os quais os trabalhadores torcem não são transmitidos pelas emissoras da televisão aberta.

A alimentação também é apontada como item em que mais se dispendem gastos. No entanto, é comum que boa parte do que necessitam em matéria de consumo alimentar seja suprido com o valor que recebem nos cartões-alimentação, os chamados *tickets*, que são assegurados pelas empresas, nos casos de contratação formal. Seus valores situam-se normalmente entre R\$400,00 e R\$600,00.



Foto 35: Vista externa da casa de Wagno. Destaca-se a antena de TV a cabo, utilizada para acompanhar os jogos de futebol do time preferido. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Aqueles que possuem vínculos formais de trabalho indicam também gastos reduzidos com saúde, uma vez que possuem planos familiares custeados em parte pelas empresas. Como a maioria deles tem filhos ainda em idade escolar regular, os gastos com educação são baixos, visto que todos se utilizam da rede pública, seja municipal ou estadual, presente no próprio município.

[W] Agora, nesse momento, com educação, eu gasto bem pouco, assim. Porque as meninas ainda estão estudando aqui na escola do município mesmo, e eu mesmo também estudei ali na outra escola e o curso que eu fiz foi a empresa que deu, né. Penso é mais no gasto no futuro mesmo, quando elas precisarem assim fazer um curso técnico, de informática ou alguma coisa assim, porque o estudo hoje tá muito importante, né. Não tem mais emprego sem estudo.

Para o caso dos filhos mais velhos, em idade entre 15 e 16 anos, o comum é que iniciem suas trajetórias profissionais em trabalhos que não possuem registro em carteira, como a colheita de laranja na região ou como empacotadores nos pequenos supermercados do município. Após a conclusão do ensino médio, a expectativa é que não trilhem o mesmo caminho dos pais. Realizam, para tanto, cursos técnicos de baixo custo e de curta duração em centros de formação

profissional ou mesmo no SENAI (Serviço Nacional da Indústria). No entanto, o que se pode notar nestes casos é que o desejo de acessar a universidade não é a regra entre eles. A perspectiva de melhorar de vida, neste contexto, restringe-se à realização de trabalhos que não sejam manuais. A perspectiva é que se insiram nas usinas – em funções como as de mecânico, eletricista ou operadores de máquinas – que se empreguem em linhas de produção de empresas da região (frigoríficos, metalúrgicas, empresas ligadas ao agronegócio citrícola) ou ainda em trabalhos administrativos ou no comércio das cidades vizinhas.

[R] *Meu filho, quando tinha uns 14 anos, ele vinha me pedir dinheiro e eu dizia que não tinha né. Aí ele veio me pedir se podia trabalhar que ele já queria desde essa idade ter o dinheirinho dele né. Então ele começou apanhando laranja mesmo. Aí depois eu fui lá e comecei a pagar um curso pra ele, na Microlins, acho que era alguma coisa de administração. Mas não consegui pagar tudo, aí ele ficou só com uma parte do curso. Mas mesmo assim ele conseguiu lá na Lupo⁹⁸, ele trabalha na produção lá. Conseguiu comprar o carrinho dele já, e ainda ajuda em casa.*

[L] *Eu trabalho ali na Cutrale⁹⁹, na linha da seleção de frutas. Que quando chega na indústria vem tudo misturado né, então a gente separa entre aquelas que são mais bonitas. Eu faço isso o tempo inteiro. Eu até que gosto de trabalhar lá, o salário é até que bom. Mas dá uma dor nas costas esse trabalho...*

Laiana foi minha aluna no último ano do ensino médio em 2015. Filha de mãe migrante, que veio a Santa Lúcia para ajudar a filha mais velha nos cuidados com o neto recém-nascido, acabou seguindo a mãe e estabelecendo-se no município. Conforme apontei no início do trabalho, Laiana e o esposo, além dos trabalhos formais, tocam um pequeno estabelecimento comercial localizado no Nova Santa Lúcia. Quando perguntei se ela não gostaria de trocar de trabalho, por conta de suas reclamações de dores nas costas, ela disse que emprego hoje está difícil. Perguntei então, ainda em certo tom “professoral”, se ela não pretendia prosseguir com os estudos, realizando, por exemplo, um curso superior em alguma faculdade. Ela me respondeu que não, dizendo que “maranhense não

⁹⁸ Esta empresa localiza-se em Araraquara e é uma grande produtora de artigos de vestuário esportivos e de vestuário em geral, especialmente meias e roupas íntimas. É comum vermos ônibus fretados pela empresa, cujos assentos são ocupados especialmente por mulheres, circulando pelas ruas de Santa Lúcia.

⁹⁹ A Sucocitrico Cutrale Ltda. é uma empresa do ramo do agronegócio citrícola com sede administrativa localizada em Araraquara e que tem outras unidades nas cidades de Colina, Conchal, Uchoa e Itápolis. Seu processo produtivo envolve desde a formação de mudas, plantio e processamento da fruta e figura como uma das maiores produtoras de suco de laranja do mundo.

gosta muito de estudar, não”. O gosto aparece como algo naturalizado na fala de Laiana, e revela em muito as opções que se apresentam disponíveis e possíveis dentro do universo social e das trajetórias individuais.

Boa parte dos trabalhadores informou que a prática de realizar poupança é corrente, e sempre que possível e “nem que for pouquinho, a gente faz uma poupancinha”, demonstrando uma extraordinária capacidade de economia, quando se observa o que perfazem com os rendimentos obtidos com o trabalho e todos os gastos que possuem na sustentação da casa e dos filhos. Apesar de ser realizada em todas as faixas de renda, ela é maior entre aqueles trabalhadores que estão na faixa salarial mais alta (entre R\$2000,00 e R\$2.200,00) sendo destinada para a compra de materiais de construção e de acabamento (assentamento de pisos ou pintura) ou para a ampliação da casa (construção de garagem, área de serviço ou novos cômodos).

[R] *E você faz alguma economia? Uma poupança, por exemplo?*

[F] *Ah, isso a gente sempre tenta fazer. Depois que eu passei para essa função (de tratorista) eu to conseguindo guardar um pouquinho a mais.*

[R] *E você planeja fazer o que com esse dinheiro?*

[F] *Melhorar a casa, vou fazer uma área de serviço lá no fundo e cobrir e uma garagem.*

[JC] *E garagem pra que se você nem tem carro, meu filho?*

[F] *Mas quando eu tiver já vai estar pronta, né.*



Foto 36: Francisco na sala de sua casa. Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Conforme anteriormente apontado, e como pode ser visto na sala de Francisco, os itens destinados ao conforto e melhoria do ambiente doméstico são muito valorizados e representam parte significativa dos investimentos da renda dos trabalhadores. A maioria das casas não possui computadores, visto que o uso atribuído a este equipamento nas residências é em sua maioria o de acesso à internet, o que é realizado principalmente através de aparelhos celulares mais modernos, que hoje possibilitam o mesmo acesso a redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea, que são utilizados para o contato com amigos e parentes de outros lugares. Ou seja, o uso que é realizado destes aparelhos, tem como função principal a manutenção de relações sociais à distância.

Além dos aparelhos celulares, também estão presentes em boa parte das residências outros aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos. Eliane fala com orgulho e entusiasmo sobre a sua “cozinha completa” e sobre outros itens adquiridos por ela e o esposo e que são expressão de uma melhoria de vida.

[E] *Vixe, quando ele chegou aqui e nós fomos morar junto ele tinha três panela e um colchão só, né, bem? (risos). E hoje a gente tem muita coisa. Na cozinha mesmo, tenho ela completinha, com liquidificador, batedeira, jogo de panela, pratos, tudo. Compramos máquina de lavar e tenho secador de cabelo também. Tudo. Ainda falta o micro-ondas e uma mesa rústica que quero comprar pra combinar com minha cristaleira, mas isso só quando a gente entrar na casa nova...*

Por outro lado, os gastos com lazer são mínimos, já que os projetos familiares de construção da casa e da compra das *coisas pra dentro de casa* sobrepõem-se aos *luxos*, que são classificados como a compra excessiva de artigos de vestuário, cuidados com a estética e os gastos com lazer e diversão. A necessidade de economizar para obter a casa própria e as *coisas pra dentro de casa* restringe até mesmo as *visitas* que são feitas aos parentes nas cidades de origem. Planejadas sempre para as festividades de final de ano, que coincidem com o período da entre safra nas usinas, as visitas diminuem e passam a ser realizadas em espaços de tempo maiores, a cada dois, três ou até mesmo quatro anos, conforme se decide direcionar recursos para a compra da casa. Este projeto familiar também se coloca como prioritário frente à aquisição de

automóveis, por exemplo, já que aqueles que estavam em processo de construção de construção das casas, em sua maioria, não possuíam carros ou motos.

Os momentos de lazer, assim, resumem-se às poucas opções que o próprio município oferece. O trajeto até o trabalho costuma ser realizado através dos ônibus fornecidos pelas empresas, de modo que os trabalhadores não possuem gastos de transporte. Os ônibus intermunicipais só são utilizados quando há necessidade de acessar algum serviço não disponível em Santa Lúcia. Comer um lanche na praça da cidade com a família, tomar uma cerveja com os amigos, e em ocasiões especiais, realizar churrascos são as principais práticas de lazer evocadas. Tais aspectos também são valorizados na construção de suas narrativas sobre “melhorar de vida” e, em meu entendimento, figuram como formas de sociabilidade e manutenção de relações sociais e de amizade no município paulista.

[F] *Ah, lá era uma vida muito sofrida. E muito parada também. Chegava final de semana você não tinha onde ir, e ir com o quê? Que dinheiro também não tinha. Aqui é diferente, de vez em quando você já pode juntar um pessoal e fazer um churrasco na sua casa ou na casa de alguém aí, cada um leva uma coisa sabe, ou que nem assim, ir de fim semana em algum botequinho aí bater um papo e tomar uma cerveja.*

Pode-se observar, assim, que os rendimentos obtidos com o trabalho na região são quase que inteiramente direcionados para a sustentação de seus núcleos familiares, já que não há envio de remessas regulares para as localidades de origem, a não ser em momentos de necessidade de algum familiar. Remessas ocorrem apenas quando algum parente encontra-se com problemas de saúde, ou para arcar com pequenas prestações atrasadas.

O quanto adquirir o que parece um simples item básico nas cozinhas dos domicílios brasileiros torna-se difícil nas localidades de origem também nos dá a dimensão dos motivos da grande valorização destes bens, que figuram como uma verdadeira *conquista* nas trajetórias de vida. Ademais, a ajuda que é possível dar aos pais, obtida somente através das práticas migratórias, revela também o caráter anteriormente apontado, o de manutenção dos laços de parentesco, entendido aqui como obrigação moral dos filhos para com os pais,

[L] *Eu mando dinheiro às vezes pra lá, mas é mais pra algum caso assim de necessidade mesmo, né? Que nem, minha mãe mesmo, no mês passado, me ligou falando que tava precisando de ajuda pra pagar o fogão. Porque lá, assim, ela comprou o fogão, mas não conseguiu o dinheiro pra pagar a prestação, né? Então eu mandei, foi coisa de 100 reais eu acho.*

[C] *Eu tenho um terreno lá no Maranhão, que eu comprei depois que vim aqui pra Santa Lúcia. Eu acho que vou precisar vender. Meio contrariado, mas vou vender, porque minha mãe tá precisada de fazer uma cirurgia e lá é difícil. Já marcou umas três vezes, mas agora parece que vai. Então vou vender o terreno, ficar com metade para mim e metade vou dar pra ela, pra ela poder pagar.*

É necessário considerar ainda que o acesso ao crédito para poder parcelar compras não é a regra entre todos os trabalhadores. O uso do cartão de crédito, por exemplo, é feito com extremo cuidado e apenas para o parcelamento de materiais de construção, mas não é uma prática naturalizada entre os trabalhadores, visto que seu uso está envolto em certa desconfiança. Para quem não sabe usar, o cartão de crédito “pode ser uma arma”, um fator que pode comprometer todo o orçamento familiar, já que “deixa o cabra muito endividado”. Em outros casos, percebe-se que o cartão de crédito não faz parte do próprio código cultural, sendo preferido o parcelamento através de crediários abertos pelas próprias lojas,

[F] *Lá no Magazine, lá, em Américo que eu comprei a geladeira e o fogão lá e a loja fez parcelado.*

[R] *A senhora não quis pagar no cartão de crédito, por exemplo?*

[F] *Então, menina, até uma conhecida minha veio me falar isso aí depois, falando Francisca, você pagou juro a mais, se tivesse usado o cartão era melhor. Aí eu até arrependi, né, mas essas coisas de cartão eu não conheço muito, não sei bem como que funciona. Então como que a gente não tá acostumado, eu fiz lá na loja mesmo.*

Para o caso da construção da casa, recorre-se também a linhas de crédito e empréstimos bancários, como os que são oferecidos pela Caixa, por exemplo. No entanto, a afirmação de que há a preferência por economizar para adquirir bens à vista, como aparelhos celulares e de som ou mesmo alguns móveis foi recorrente.

Nesses casos, o objetivo é comprar estes bens com desconto, principalmente à época de queimas de estoque e promoções, que ocorrem

normalmente no mês de janeiro de cada ano. A possibilidade da aquisição de bens pela via da poupança é motivo de orgulho entre muitos trabalhadores. A prática de pagar à vista carrega assim uma dimensão moral, ligada ao fato de não dever para ninguém e que está bastante associada à ideia de honra, principalmente à masculina.

[A] *Eu tenho aqui um carro, que não é muito novo, mas eu tenho. Ele tá no valor de mais ou menos uns três mil reais hoje. Comprei aqui e paguei à vista.*

Não à toa é comum encontrarmos circulando em bairros periféricos, fixados em carros usados, adesivos com os dizeres: “*É velho, mas tá pago!*”. O fato de ser “bom pagador” parece constituir uma fronteira simbólica entre os trabalhadores, que se afirmam enquanto financeiramente responsáveis, pois consomem o que podem pagar, diferentemente daqueles que, por exemplo, andam em um carro novo, mas que ainda não lhes pertence, prática que podemos associar às classes médias. A preferência pelo pagamento à vista também está ligada a certa carga de incerteza sobre a possibilidade ou não de arcar com as prestações, ou seja, o planejamento em curto prazo vincula-se ainda neste contexto a certa instabilidade financeira.

Na grande maioria das narrativas, aparece assim, o consumo de bens que não são de uso individual, mas sim de uso coletivo. Dado o primeiro passo – a construção da casa – o segundo momento é aquele de *comprar as coisas pra dentro de casa*. A aquisição dos itens para o quarto do casal aparece quase sempre em primeiro plano, reforçando a centralidade da constituição de um novo núcleo familiar, e é seguido da compra dos itens para a cozinha e demais eletroeletrônicos e eletrodomésticos, conforme já apontado.

[F] *Então, a primeira coisa que nós comprou foi as coisa do quarto mesmo, cama, guarda-roupa, essas coisa. Aí fomos indo, veio as coisas da cozinha, geladeira, fogão novo. Depois as coisas pra sala, o som novo que você tá vendo aí, a TV. Depois celular, que aí a gente vai guardando um dinheirinho pra comprar, esse mesmo (mostrando o celular que tinha em mãos) eu comprei começo desse ano, paguei à vista.*

Ainda que estes itens sejam valorizados por todos, é possível perceber como nas narrativas femininas os bens destinados à cozinha são altamente valorizados e, nas narrativas masculinas aparecem com maior destaque a

aquisição dos terrenos, construção de casas e compra de carros ou motos aparecem com maior ênfase.

Quando perguntados sobre a administração do dinheiro, muitas mulheres apontaram que são elas que dizem aos cônjuges o que está precisando em casa, mas quem decide sobre a aquisição ou não de determinados bens são os homens. Ou seja, no âmbito doméstico, as mulheres procuram orientar onde se deve gastar, mas nos casos em que elas não contribuía para a renda com trabalhos remunerados, os homens é que tinham a palavra final sobre a compra ou não de algum bem. Por serem os bens destinados ao ambiente doméstico os primeiros a serem adquiridos, pode-se pensar que o papel feminino de direcionar o orçamento doméstico seja realmente grande entre as mulheres, fato que possivelmente não tenha sido explicitado durante as entrevistas por conta da presença masculina do cônjuge.

Em alguns casos, quando a entrevista foi realizada apenas com os homens, ocorreu também destes afirmarem que as decisões sobre o orçamento doméstico eram tomadas de forma igualitária. Penso que esta forma de responder ao meu questionamento possa estar relacionada ao fato de não gerar nenhum mal estar, pelo de ser a pesquisadora uma mulher. É, de fato, uma resposta padrão e bem aceita tanto entre homens quanto entre mulheres.

Deste modo, a partir dos aspectos acima apontados, é possível indicar outro aspecto do consumo nos projetos migratórios, qual seja, a sua relação central com os projetos familiares. A importância da família no universo cultural dos trabalhadores já fora identificado por autores como Duarte (1986) e Hoggart (1973) quando tratam sobre as produções culturais e o universo de significações nas quais estão inseridas as “classes populares”.

Apesar dos referidos autores tratarem de universos empíricos distantes no espaço e no tempo e especificamente de trabalhadores urbanos ocupados em fábricas, acredito que esta aproximação não seja forçosa, dado que não compreendo os universos socioculturais nos quais estão inseridos os trabalhadores a partir de uma visão estanque e essencialista, como se fossem formados por valores permanentes e que não se entrecruzassem com outros. Nesse sentido, busco distanciar-me de certos substancialismos relativos à

clássica oposição rural *versus* urbano, e pensar também nos movimentos socioculturais que ocorrem *pari passu* aos deslocamentos espaciais.

O que se verifica nestes autores e o que se encontra também nas práticas de consumo destes grupos aponta para a centralidade das relações familiares, que seguem um padrão tradicional de autoridade e de hierarquia em que o “todo”, nesse caso a família, tem precedência sobre as “partes”, ou seja, sobre os indivíduos. Conforme Duarte (1986):

Ao nível de uma “identidade emblemática” os traços portados concentram-se unanimemente sobre tripé “família/trabalho/localidade”; ou melhor, sobre uma valoração muito intensa dos vínculos e pertencimentos à “família” (tanto no sentido de “parentela” quanto no de “grupo doméstico” – mas, sobretudo neste último); de uma legitimação fundamental pelo desempenho do “homem da família” no “trabalho” (entendido como certo tipo de trabalho – sobretudo envolvendo o dispêndio de força física) e, finalmente, de um sentimento e prática de pertencimento a um grupo de coabitantes de uma mesma região social. [...] essas características determinam uma reiterada ênfase na preeminência do “grupo” sobre o “indivíduo” [...] (DUARTE, 1986, p. 132).

A alocação dos recursos segue assim este padrão, tal qual exposto por Hoggart (1973), onde os bens de consumo coletivo reforçam a solidariedade familiar, desvelando uma moralidade que está intimamente associada ao universo da casa enquanto valor cultural. Verifica-se também o que fora apontado por Miller (2002) sobre o ato de comprar, entendido pelo autor como um ato que não se finda em si, mas sim como um “sacrifício devocional”, já que o ato de compra “é visto como um meio de descobrir, mediante observação acurada das práticas das pessoas, algo sobre seus relacionamentos” (Miller, 2002, p. 19).

Foi possível perceber esta dimensão do “zelar pela família” tanto nas práticas dos pais quanto nas dos filhos, que, mesmo que dispendam parte de seus rendimentos na aquisição de bens individuais, empregam a maior parte de suas rendas para arcar com as despesas que são de todos os membros da família. Assim, na grande maioria das famílias, não identifiquei uma colisão entre práticas de consumo individuais e aquelas voltadas à hierarquia familiar, uma vez que na maioria dos casos os filhos dos trabalhadores ainda não estavam em idade produtiva. Nos casos em que os filhos já haviam se inserido no mercado de

trabalho, a ajuda para a família foi sempre apontada pelos pais, que diziam com orgulho sobre o fato de terem “bons filhos”,

[M] *Vixe esse menino meu mais velho é sossegado, ele ajuda bastante em casa, ajuda na despesa com luz, internet, essas coisas. Ele pega o pagamento dele e tirando um dinheirinho pro lanche ou pra ele comprar um calçado novo, uma peça de roupa, ele entrega o pagamento dele limpinho. Ele não dá trabalho.*

Deste modo, ao priorizarem bens de consumo destinados ao conforto do ambiente doméstico em situações onde normalmente o dinheiro é contado, a escolha de um determinado bem significa o não consumo de outro. Assim, escolher bens duráveis que trarão conforto e bem-estar para a família, ou mesmo priorizar o auxílio financeiro para o pagamento de despesas domésticas no caso dos filhos, desvela que se está investindo na coletividade e na manutenção dos laços familiares, e não em um consumo individualizado.

A este respeito, é possível indicar também que mesmo o consumo de bens que poderiam ser vistos como individualizadores, no contexto investigado, assume uma conotação mais ampla, uma vez que se vinculam a alguns rituais dos ciclos de vida, especialmente no tocante ao consumo feminino, e não deixam de reiterar a função integradora dos itens ou serviços adquiridos, atuando como mediadores de relações familiares e de vínculos de amizade e parentesco:

[E] *Roupa a gente não compra muito não, é mais pra alguma ocasião especial, que nem, semana que vem a gente tem um aniversário pra ir, aí vou ver se compro uma roupinha nova. Mas é mais nessas data mesmo, ocasião especial, né.*

[R] *Não, roupa a gente quase que não compra não, viu. Compra mais quando tem algum convite assim, né, casamento essas coisas, que aí precisa de um vestido mais bonito.*

[F] *Meu gasto com roupas é bem pouco mesmo. Já gastei mais quando morava com meu filho e aí ele ajudava em casa. Então ia mais em salão, assim, uma vez por mês, ajeitar o cabelo e fazia umas prestações de roupa que ia pagando. Mas agora que moro só, é bem pouco. Uma colega minha de trabalho, me chamou pra um chá de bebê lá da filha dela mês que vem, aí sim pensei em comprar uma pecinha nova e vou fazer a unha também, se der pra dar uma ajeitada no cabelo...*

As ocasiões especiais citadas são, assim, rituais importantes que marcam ciclos de vida – como nascimentos, batismos, aniversários ou casamentos. O

consumo de artigos de vestuário também está preferencialmente relacionado aos filhos menores, que “gastam muita roupa”,

[A] *Com roupa a gente gasta bastante.*

[R] *Quanto gastam?*

[A] *Uns duzentos, trezentos reais, mas não é todo mês, é mês sim, mês não. Mas é mais pro molequinho, que o bichinho tá gordinho e a roupa perde ligeiro. É gordinho, rapaz! Compra roupa hoje e quando é com dois meses já não serve mais, por isso que a gente tá sempre comprando.*

As festividades de final de ano, especialmente o Natal, festa familiar por excelência, também é uma data em que é quase uma obrigação portar nem que seja uma peça de roupa nova. Ao circular no ônibus intermunicipal entre Santa Lúcia e Araraquara, em mais de uma ocasião foi comum ouvir comentários de passageiras sobre vestidos que estavam dispostos nos manequins das vitrines de algumas lojas: *“Ah, aquele vermelhinho ali, aquele é perfeito pro Natal!”*.

Faz-se importante, assim, sinalizar que outras análises, especialmente as desenvolvidas a partir dos anos de 1980, apontam para um cenário tido como extremamente negativo produzido pela sociedade de consumo de massa contemporânea. Nesta perspectiva, cuja análise de Zigmunt Bauman (2008) me parece emblemática, o consumo é tido como expressão de uma cultura individualista, fragmentada, baseada em valores desumanizantes e erosivos de laços sociais significativos e autênticos¹⁰⁰.

Embora o fenômeno do consumismo seja realidade pungente na contemporaneidade, e a “futilidade” e a ostentação tenham sempre caracterizado a vida das classes dominantes, entendo que a sociedade moderna seja uma sociedade de consumo não porque a massificação tenha levado o conjunto da sociedade a introjetar a necessidade de consumir cada novo produto lançado pela indústria e promovido pela publicidade, mas porque os produtos de consumo são, em sua maioria, condição de acesso à sociabilidade, e não necessariamente substitutivos de laços sociais ditos autênticos, tal qual nos revelam os contextos aqui apontados onde estas mercadorias são consumidas.

¹⁰⁰ Duarte (2010) aponta a perspectiva de Michel de Certeau (1984) como possível resposta ao suposto poder massificador da cultura contemporânea, deslocando o olhar para as táticas de resistência e subversão destes padrões, apontando para um movimento reativo dos consumidores.

A partir das entrevistas e das observações realizadas no bairro não identifiquei o consumo de artigos que fossem a reprodução de grandes marcas em objetos como bonés, relógios, bolsas, camisetas ou outros itens que tivessem como função a marcação de diferenças de classe. Foi-me apontado que a maioria dos artigos de vestuário é adquirida nos pequenos comércios do próprio bairro ou em lojas de consumo popular nas cidades vizinhas. Tanto entre os homens quanto entre as mulheres, o mais comum, tanto no cotidiano da casa quanto na rua, é o uso de bermudas e chinelos, sendo a roupa nova um item valorizado e adquirido apenas para ocasiões especiais, ligadas a rituais importantes dos ciclos de vida, conforme apontei anteriormente.



Fotografia 37: Comércio local. Artigos de vestuário e variedades. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

De acordo com Zaluar (1994), a roupa parece ser o objeto de consumo que, do ponto de vista individual, oferece a oportunidade mais clara e acessível de fugir à identificação de pobre, ou pelo menos a ilusão de poder fugir a essa identificação. No contexto pesquisado pela autora, a roupa estava dividida em dois tipos, a de “ficar em casa”, e a “de sair”. A roupa de cama, por exemplo, por ser um item que não estaria exposto à exibição social, não sofreria esta mesma

divisão e não seria tratada com a mesma importância que a roupa individual, destinada a ser exposta no espaço público.

Conforme aponte, no contexto aqui investigado, esta lógica parece se inverter, dado que as *coisas para dentro de casa* são as mais valorizadas, e os artigos de vestuário aparecem como *luxos*, ou seja, bens que poderiam atuar como marcadores de distinção no espaço público, mas que não fazem parte do repertório privilegiado de aquisições pelos entrevistados. Considero, assim, esta lógica hierárquica de valoração dos bens coletivos e que serão utilizados no ambiente interno à casa como mais um indício de que a afirmação de uma mobilidade através da melhoria dos padrões de consumo não está necessariamente ligada à lógica da imitação ou da distinção. Também está relacionada, conforme abordarei na sequência, à questão geracional.



Foto 38: Família passeando pelas ruas do Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Ainda no tocante à centralidade da família nos projetos migratórios e nas práticas de consumo, é importante fazer referência ao que Souza (2012) chama de “capital familiar”. Para os autores, o relativo sucesso e prosperidade da nova classe trabalhadora estão vinculados a este tipo de capital específico que, na ausência de outros capitais, como o econômico e o cultural, propiciam o acesso e

permanência dos trabalhadores no novo mercado de trabalho. Esta seria uma marca social que distingue a nova classe dos trabalhadores do que o autor, talvez na ausência de um termo melhor, chamou de “ralé estrutural”. Na interpretação do autor, vários membros desta nova classe trabalhadora tiveram sua origem na “ralé”, ou na “elite da ralé”,

Chamamos esse conjunto interligado de disposições para o comportamento de “capital familiar”, pois o que parece estar em jogo na ascensão social dessa classe é a transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas. Se o capital econômico transmitido é mínimo, e o capital cultural e escolar comparativamente baixo em relação às classes superiores, média e alta, a maior parte dos batalhadores entrevistados, por outro lado, possuem família estruturada, com a incorporação dos papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados (SOUZA, 2012, p. 50).

Conforme já sinalizei anteriormente, o termo “nova classe trabalhadora”, bem como o termo “ralé”, parecem-me muito amplos, de modo a produzir efeitos demasiado generalizantes. Creio que não seja adequado considerar a situação de pobreza vivenciada por estes camponeses em seus locais de origem nos termos de uma “ralé” – até mesmo porque em suas comunidades de origem não viviam necessariamente situações de uma família desestruturada, constante atravessados por uma lógica que opunha pobres trabalhadores e pobres delinquentes, conforme a interpretação desta classe dada pelo referido autor.

Entretanto, é certo que, para alcançarem e manterem seus postos de trabalho, seja nas usinas, seja em outros empregos, o que se demanda destes trabalhadores é uma ética ou um *habitus* do trabalho árduo, que sem dúvida foram aprendidos no âmbito da família. No entanto, mais que um “capital”, a família neste contexto aparece como valor cultural, que passa a organizar as condutas em torno de um projeto de construção de vida melhor.

De maneira geral, pude observar que substituir a *rede de dormir* pela cama e o colchão, o *radinho a pilha* por um grande aparelho televisor, trocar a *água de cacimba* pela água refrigerada, poder realizar um churrasco e tomar uma cerveja com os amigos aos finais de semana, são símbolos fortes de inclusão em um espaço social ao qual antes não pertenciam, e que não lhes pertencia. Esta inserção abre a possibilidade de criação de novas relações e isto me parece próprio a contextos de mobilidade, tanto espacial, quanto social e simbólica.

Nota-se assim, que a principal fronteira simbólica que é transposta a partir destes deslocamentos é aquela que condenaria estes trabalhadores ao imediato, à luta diária por garantir o essencial para a sobrevivência de cada dia. O futuro como algo que pode, ainda que à custa de muito trabalho, ser construído, manipulado, como um horizonte aberto de possibilidades, me parece o núcleo central da transposição propiciada pelas movimentações espaciais aqui identificadas. E os bens materiais parecem oferecer concretude a esta mobilidade. Novamente faço referência a Souza (2012) para tratar desta questão,

A capacidade de planejar a vida e de pensar o futuro como mais importante que o presente é privilégio das classes em que o agulhão da necessidade de sobrevivência não as vincula à prisão do presente sempre atualizado como necessidade premente. A “ralé” é refém do “presente eterno”, do incerto pão de cada dia, e dos problemas que não podem ser adiados. As classes privilegiadas pelo acesso à capital econômico e cultural em proporções significativas “dominam o tempo”, porque estão além do agulhão e da prisão da necessidade cotidiana. O futuro é privilégio dessas classes, e não um recurso universal. (SOUZA, 2012, p. 76).

Foi recorrente nas narrativas dos trabalhadores a ideia de que no *Norte* só era possível obter recursos para satisfazer as necessidades mais imediatas e de que a incerteza da produção em terra alheia lhes impedia o planejamento a médio ou longo prazo. Assim, a possibilidade de planejar, ou seja, conquistar uma relativa estabilidade que lhes permita não apenas olhar para o agora e suprir as necessidades imediatas, mas olhar para o futuro, é a expressão de uma movimentação simbólica no espaço social, de um projeto de mobilidade que agora se torna possível.

Não tenho por intenção aqui expressar uma visão entusiasta dos deslocamentos laborais como se apenas houvesse êxito e melhoria, ignorando todos aqueles que, mesmo após anos de sucessivas migrações, ainda se veem constrangidos pela necessidade diária da sobrevivência, ou carregam em seus corpos as marcas de anos de ocupações mal pagas e extenuantes. Nem mesmo poderia afirmar que a situação presente garante o “acesso ao futuro” de forma irreversível, sendo o “domínio do tempo” ainda um atributo dos grupos dominantes em muitos aspectos.

Entretanto, esta tímida possibilidade de planejamento, por ser tão importante e valorizada nas narrativas de vida, indica que, se fronteiras simbólicas de classe não são transpostas (e este não é o projeto do qual estes trabalhadores estão imbuídos) as práticas migratórias neste contexto parecem propiciar a construção de um “lugar social ampliado”. Passa-se, assim, de um espaço social visto como fechado e limitante de melhores condições de vida no *Norte*, para o mundo da mobilidade de *São Paulo*, valor ao qual os bens de consumo acessados oferecem concretude.

Assim, foi possível perceber que ainda que a lógica do dinheiro e da possibilidade da aquisição do acesso a mercadorias que este passa a conferir seja parte integrante e fundamental nas histórias de vida, tais mercadorias não são a representação de subjetividades dominadas pela lógica mercantil, cujo imperativo do consumo apresenta-se como máxima sedutora, ou ainda, a expressão da adoção de hábitos ou estilos de vida que estejam estritamente relacionados a um modo de vida urbano ou sejam a expressão da criação de laços de pertencimento a uma nova camada ou classe social.

Faz-se importante ainda fazer referência a interpretações que afirmam que as construções identitárias contemporâneas não mais são erigidas em relação ao trabalho, mas fundamentalmente construídas através das práticas de consumo. Reconheço, sem dúvida, a importância do consumo como *locus* de criação de identificações na contemporaneidade, assim como o enfraquecimento do trabalho enquanto elemento de organização e composição de uma narrativa totalizante de um “nós” na sociedade contemporânea, sobretudo quando se tem em mente um “tipo ideal” de classe trabalhadora, mobilizada a partir de identidades muito firmemente ancoradas no “mundo do trabalho”.

Como bem apontou Menezes (2002) pode-se perceber que as identidades destes trabalhadores são múltiplas e, conforme meu entendimento, não derivam somente de sua posição nas relações sociais de produção. Não convém aqui resgatar toda a vasta literatura que compõem a discussão sobre os processos identitários na contemporaneidade, mas é importante destacar que qualquer identidade erigida é parte de um caleidoscópio de inúmeros arranjos possíveis. Assim, tentativas de apontar seus núcleos, buscando um único elemento estruturante, tornam-se bastante limitadoras, tanto quanto definir a cultura,

valores e visões de mundo dos trabalhadores migrantes a partir de traços de uma cultura urbano-proletária, de elementos associados tão somente a uma moralidade camponesa ou mesmo essencializar traços de uma identidade étnica referenciada aos estados de origem.

Deste modo, nunca é demais reafirmar que a espinha dorsal da presença destes trabalhadores neste município paulista é o trabalho e, se suas identidades não produzem necessariamente aquilo que se convencionou compreender enquanto “solidariedade de classe”, entre eles existe muito fortemente um *ethos* do trabalho, que perpassa as trajetórias de vida, marcadas pelo trabalho duro na terra desde a infância e pelas constantes *saídas* em busca de um tipo específico de trabalho – o assalariado. O consumo, neste universo, reflete menos uma narrativa identitária individual que se pretende construir, do que certos valores presentes no universo das classes populares, conforme busquei evidenciar.

Nesse sentido, o intento foi não o de apresentar o consumo enquanto parte central das construções identitárias dos trabalhadores, tampouco erigi-lo como fio condutor para uma interpretação dos processos migratórios. Migra-se, como já foi dito, em busca de trabalho, ou, melhor dizendo, em busca de um determinado tipo de trabalho que propicie a inserção em mercados – tanto o de trabalho, quanto o de consumo.

Tive como intenção, sobretudo, compreender o consumo dentro da lógica cultural e simbólica que é ordenadora do universo de valores e que está implícita no modo de vida de todo e qualquer grupo social. Deste modo, busquei ressaltar o que compreendo como os principais significados assumidos pelo consumo no contexto aqui pesquisado, quais sejam: sua função de mediação e sociabilidade, seu papel enquanto marcador de rituais associados aos ciclos de vida, sua ligação a projetos familiares e às expectativas de mobilidade social. Desejar a mobilidade não significa necessariamente desejar distinguir-se. Destarte, a lógica da compra de bens materiais, se no plano sociológico e estrutural pode ser vista por esta ótica, os indivíduos aqui analisados ressignificam-na, inserindo-a dentro de seu próprio universo simbólico e social.

Vale apontar ainda que, como todos os entrevistados para esta pesquisa eram casados, com exceção de Francisca – cuja trajetória será abordada com mais detalhes no próximo capítulo – não pude estabelecer maiores comparações

entre o consumo dos trabalhadores solteiros ou mais jovens. O cenário atual de trabalho favorece a permanência deste perfil de trabalhador, que busca fixar-se e estabelecer-se no município e, portanto, traz ou forma a família neste processo. Fui informada de que, quando havia trabalho abundante nas usinas, especialmente à época da safra da cana, mais jovens solteiros chegavam ao município para “fazer a safra”. Provavelmente entre estes poderia se verificar outro padrão de consumo que não apenas este de caráter coletivo, onde os gastos com a família tem precedência sobre os demais.

Devo ressaltar, contudo, que pude perceber um uso diferente dos bens no espaço público a partir das idas ao bar de Laiana e, através de nossas conversas, foi possível acessar outros sentidos do consumo adquiridos entre os mais jovens, que fazem parte de suas redes de amizade e de conhecimento.

Assim, se o consumo assume as características que descrevi no âmbito da família, entre os trabalhadores mais jovens, na faixa etária dos 18 aos 26 anos, a utilização dos bens enquanto marcadores de diferenças sociais aparece com mais nitidez. Os carros e as roupas não são marcadores por si só, mas são utilizados para promover diferenciações relativas aos espaços sociais e aos modos de vida, de forma a opor “maranhenses” e “paulistas”.

Ao permanecer no bar de Laiana por algumas horas, é visível, conforme chega o entardecer, o aumento da circulação de pessoas e veículos pelas ruas. Muitos chegam em bicicletas, e param para tomar uma cerveja com os colegas. Outros tantos circulam pela rua em carros. Neste espaço, as diferenças entre os mais jovens e os mais velhos se fazem nítidas. Normalmente os homens mais velhos chegam ao bar, ainda com as roupas do trabalho, pegam o litro da cachaça ou algumas latinhas de cerveja, pagam ou solicitam aos donos do bar que “marquem na conta”, e voltam para casa. São os mais jovens que permanecem no entorno do bar, normalmente no gramado situado de frente ao estabelecimento.

Os mais jovens seguem o padrão predominante de vestimenta dos demais no bairro, usando camisetas, bermudas jeans e chinelos. Contudo, pequenas diferenças podem ser notadas nestes itens, sobretudo nos chinelos, que são cópias de modelos de grandes marcas esportivas. Nos bonés se podem ver escritos, as bermudas possuem pequenos detalhes diferenciados, como bolsos e

barras diferentes, nas camisetas são reproduzidos imagens e dizeres com materiais brilhantes. Alguns portam óculos escuros que, após o entardecer, são colocados nas abas dos bonés.

[L] tem os carros também, que todos os maranhenses compra carro quando chega aqui, aí fica passando aqui na frente, querendo se mostrar, tem uns tipo de maranhense metido que vou te contar! Aí eu até dou razão pros paulista, porque a pessoa sai de lá do meio do mato e da seca, num lugar que nem água pra beber tinha direito, e chega aqui e quer ser mais que os outros. Não é todo mundo que é assim, mas acontece viu...

Quando questionada sobre a idade e o estado civil dos migrantes que adquirem carros e roupas, Laiana aponta para diferenças relativas à geração, que no âmbito das entrevistas realizadas por intermédio de José Carlos, não haviam ficado nítidas. Por ser mais nova, sua rede de conhecidos e de amizade é com pessoas da faixa etária entre 18 e 26 anos, que, mesmo alguns sendo casados, os carros e as roupas parecem adquirir maior proeminência no âmbito do consumo.

No âmbito do consumo dos mais jovens, a produção de novas identidades através destes bens aparece com mais nitidez, uma vez que este consumo não tem como função primordial o sentido de pertença a outro estrato ou classe social, mas sim, o sentido de se diferenciar daqueles que em Santa Lúcia são facilmente identificados como de outros estados por trazerem consigo as marcas de sua localidade, seja na maneira de vestir, na maneira de falar ou mesmo nas práticas de sociabilidade e momentos de lazer, como os churrascos. Estes bens marcam assim, o sentido da apropriação de outros códigos que circulam em terras paulistas.

Não à toa o “querer falar como paulista” é criticado por Laiana, que vê na tentativa de muitos “maranhenses” pronunciarem a letra “r” de modo vibrante e retroflexo, como é comum no interior de São Paulo, a vontade de querer ser paulista. Diz que muitos “acham bonito” falar desta maneira, e se apropriam de outras maneiras de falar, de vestir e de se comportar, transformando-se em “maranhenses metidos a paulista”.

[R] *Mas você estava me falando disso, do maranhense metido a paulista, como é isso?*

[L] *Ah, assim, que nem, tem uma conhecida minha, ela é um ano mais velha que eu. É do Maranhão também e trabalha lá na Cutrale comigo, faz a mesma coisa que eu. Você sabe que aqui a gente gosta de fazer churrasco, né, que maranhense gosta muito de comer carne (risos). E tem churrasco aqui na frente (do bar) e tem ali na rua de trás também. Então tá todo mundo lá, e eu e todo mundo se veste assim como você tá vendo, vai de bermuda, chinelo, roupa normal, e ela chega toda arrumada, com roupa nova e fica olhando com aquela cara diferente pra gente, cara de nojenta, aí não come, não conversa mais direito, quer falar diferente, não se enturma mais. Parece que a gente é diferente dela, e que ela esqueceu que veio do mesmo lugar que nós.*

Como bem apontou Laiana, isso não ocorre com todos, inclusive com ela. O fato de “dar razão aos paulistas” sobre os maranhenses que “chegam aqui e se esquecem de onde vieram” reflete claramente um lugar social que os moradores de Santa Lúcia destinam aos trabalhadores migrantes, ou seja, muitas vezes é vista como inaceitável a tentativa de promover uma equiparação aos hábitos e estilos de vida de *São Paulo*, numa tentativa simbólica de marcar um espaço e um pertencimento social diferenciado.

Assim, um tenso jogo de construções identitárias pode ser observado, uma vez que a marcação de diferenças gera tensões tanto interna, quanto externamente ao grupo. Para Laiana, “querer ser paulista” e se esquecer de onde veio é visto como um defeito imperdoável daqueles que “querem ser o que não são”. Apesar da melhoria de vida, assim, Laiana reafirma suas características identitárias e seu pertencimento social, ressaltando que tanto seu modo de viver e de falar, quanto suas práticas e hábitos de lazer e sociabilidade, em especial os churrascos, foram mantidos.

Assim, pode-se perceber que entre os mais jovens os bens de consumo e outras práticas a eles associados produzem diferenças internas ao seu próprio grupo social. O que parece estar em disputa neste contexto é a construção de novas identidades, nesse caso a de “paulistas” opondo-se à de “maranhenses”. Construção tal que adentra a lógica das disputas simbólicas, tanto entre aqueles que compartilham destes códigos, quanto daqueles que não os reconhecem como meios legítimos de diferenciação.

5. AS TERRAS DOS OUTROS E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA

As probabilidades de manter o barco à tona de água, de “poder continuar a olhar as pessoas de frente”, são reduzidas. Convém pois, salvaguardar a própria independência e dignidade, que ninguém nos pode tirar. “Trabalhei muito toda a vida”, dizem as pessoas, e “não devo nada a ninguém”. Também não possuem nada, a não ser algumas peças de mobiliário, mas nunca esperaram vir a possuir mais do que isso.

(HOGGART, 1973, p. 95)

A busca de recursos econômicos através da mobilidade espacial constitui estratégia de longo alcance de diversos grupos sociais, abrangendo diferentes modalidades e escalas de migração. É a causa explicativa mais comumente mobilizada para caracterizar a mobilidade. Os significados que adquirem as práticas migratórias, desde o ponto de vista dos valores e olhares daqueles que estão envolvidos neste processo, não se esgotam, contudo, neste aspecto.

Conforme bem apontou Pereira (2011) em estudo sobre os jovens rurais que migram do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, para diversos lugares do Brasil e do exterior, os condicionantes sociais da migração apontam, paradoxalmente, para a fuga da pobreza, a manutenção do lugar de origem e as possibilidades dos jovens construírem ou ampliarem suas experiências de vida. Assim, aponta o autor que, “embora a migração ocorra a partir de relações sociais determinadas, como as relações capitalistas, ela não se funda exclusivamente nestas relações” (PEREIRA, 2011, p. 230), mas também nas ações que são engendradas pelos migrantes para a realização de suas necessidades e desejos.

Conforme apontei anteriormente, a busca de tais recursos encerra outras significações, como a construção de novas centralidades nas relações, através da constituição de unidades familiares autônomas. Neste capítulo, pretendo demonstrar como as práticas migratórias configuram-se também enquanto tentativas de afastamento de formas de trabalho e de esquemas de dominação presentes nos locais de partida dos trabalhadores, partindo da categoria nativa *nas terras dos outros*.

Tal categoria nativa coloca constantemente em oposição o trabalho nos canaviais de *São Paulo* e aquele realizado em terra familiar ou no regime de parceria nas localidades de origem. Buscarei destacar como a mobilidade está

entrelaçada à possibilidade de superação tanto de esquemas de dominação quanto de tensões internas aos próprios grupos domésticos de origem. Também apontarei, a partir de trajetórias de migração femininas, como a mobilidade relaciona-se à busca de autonomia diante de contextos em que as mulheres passam a ocupar o posto de “chefes de família”.

Conforme apontei em capítulos anteriores, a maioria dos trabalhadores que se deslocaram para o município de Santa Lúcia nos anos 2000 era oriunda do estado do Maranhão, onde viviam nos povoados ou nos *interiores* do município de Gonçalves Dias. Garantiam sua reprodução social e o acesso à terra principalmente através do arrendamento. Quando perguntados sobre o trabalho que realizavam em suas localidades, respondiam sempre que era trabalho na *roça* e, quando questionados sobre a propriedade da terra, a resposta imediata era que trabalhavam *nas terras dos outros*.

Estes *outros* são, nos locais partida, os grandes e médios proprietários locais. Segundo José Carlos, naquela região, “as melhores terras estão tudo (sic) nas mãos dos grandes, e não sobra nada pros pequenos”, de modo que todos aqueles que não possuem terras as *alugam* para o cultivo de itens básicos para a sobrevivência, como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca. Normalmente, o trabalho era feito com base na *ameia*, visto que metade daquilo que se produzia era destinado ao pagamento da *renda* ou do *aluguel* ao dono da terra.

No Nordeste brasileiro, ao tratar sobre as transformações ocorridas nas grandes plantações açucareiras, Garcia Jr. (1988) põe em discussão as representações mentais dos trabalhadores acerca das formas disponíveis de acessar terra e moradia. Conforme descreve o autor, depois da abolição da escravatura, a parte essencial do trabalho nos *engenhos* foi efetuada por *moradores*. Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente, e que assumia entre os trabalhadores um forte significado de dependência.

[...] quem se apresentava ao *senhor de engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças que podia vir pedir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*,

quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estrita dependência do *senhor*, à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria [...] (GARCIA JR, 1988, s/p).

Ainda segundo o autor, a entrada no *engenho* era marcada pela atribuição de uma casa destinada à família, e a *morada* compreendia um teto e um espaço maior ou menor em torno da casa, onde podia haver árvores frutíferas e um terreiro onde as mulheres criavam galinhas, porcos, cabras e os homens podiam cultivar produtos de base como a mandioca para fazer farinha, feijão e milho.

O *morador* podia ainda ter acesso, mediante acordo com o proprietário, a terrenos que permitissem intensificar o trabalho agrícola com a ajuda dos membros de sua família. Em regra geral, podiam cultivar produtos para subsistência doméstica, culturas temporárias que só ocupavam o terreno por um ano ou dois, um tipo de exploração agrícola denominada *roçado*.

Cabe registrar que, com as transformações no regime de morada a maior parte dos antigos moradores foi submetida a um processo de pauperização, porque se viram expropriados de suas condições tradicionais de existência, sem que isso tenha significado sua transformação em um novo proletariado rural, titular de direitos e obrigações. Ao sair da propriedade, o trabalhador se via forçado a ter que assumir os custos materiais de uma nova morada. Não dispunha mais do acesso à água e à lenha da antiga propriedade, e todo terreno de lavoura supunha agora contrapartida sob a forma de arrendamento ou meação, ou seja, a terra passava a ser acessada somente pela via mercantil, e se impunha como mercadoria a todos.

Conforme se pode notar a partir de algumas trajetórias de trabalho, a lembrança de ser morador juntamente com o grupo doméstico de origem vem sempre acompanhada da negação e mesmo do desinteresse de algumas famílias em serem moradoras nos locais de partida. José Carlos, por exemplo, conta que saiu cedo de sua localidade de origem visto que não queria trilhar o mesmo caminho dos pais e ser morador. Considera que “morar no emprego não é bom, a

gente trabalha demais, de segunda a segunda”, referindo-se às relações de morada vivenciadas com sua família em sua terra natal. Conta que, enquanto vivia com os pais nas terras de um produtor de cana de açúcar, a vida era sofrida e controlada, e ele e a família tinham que estar sempre à disposição do patrão.

Henrique também relembra sua juventude quando morava com os pais: “O fazendeiro dava a casa pra morar, dava a terra e a planta pra plantar, mas quando colhia ainda tinha que dividir com ele no meio”. Francinaldo (MA, 26) cuja família vivia do arrendamento das terras no município de Capinzal, disse que seus pais nunca tiveram interesse em ser moradores, pois “ser morador é só trabalhar no que é dos outros e para os outros, e nunca para você mesmo. Hoje lá ainda tem as casa que os fazendeiro dão pra gente morar, mas compensava mais você morar em outro lugar e só ir pra lá para trabalhar mesmo”.

Tal compreensão negativa sobre as relações que se estabelecem a partir da *morada* é bastante próxima da *sujeição*, categoria nativa identificada por Garcia Jr. (1988; 1989) em pesquisa no estado da Paraíba. Conforme o autor, ser *sujeito* significava ligar-se ao patrão e dever a este uma série de obrigações morais e dias de trabalho não remunerados. Em oposição, existia a categoria *liberto*, utilizada para aqueles que, ainda que tivessem de vender sua força de trabalho ou arrendar terras, faziam fora dos domínios dos grandes fazendeiros e de tais redes de dependência que eram estabelecidas na *morada*.

Contudo, ainda que a relação de meação ou arrendamento não suponha, como a de morador, uma série de contrapartidas com os proprietários, o trabalho em terra alheia comporta, nos esquemas mentais de representação dos trabalhadores no contexto aqui pesquisado, mais um significado de dependência que propriamente um sentido de liberdade, já que em seus locais de partida estes trabalhadores dependem da oferta da terra para o arrendamento, além de terem de dispor de parte do que produziram para o pagamento da renda.

Assim, se a relação de meação, em comparação com o regime de morada pode ser preferida pelos trabalhadores, conforme relatou Francinaldo, pode-se apontar que a possibilidade de realizar *saídas* para outros lugares ressignifica esta relação, que passa também a ser desvalorizada e percebida como extremamente desvantajosa para aqueles que dela dependem.

Parece sintetizar, a um só tempo, a ausência de liberdade que a propriedade da terra poderia conferir e uma relação de dominação explícita, que implica em ter que dispor de metade de tudo o que foi produzido para o pagamento da renda da terra. Além destes aspectos, a ausência de rendimentos regulares conferida pelo trabalho fixo, assim como os direitos que são decorrentes do contrato de trabalho incidem sobre uma valorização positiva atribuída às inserções laborais obtidas através das migrações,

[W] *Aí então, eu vou pra lá e trabalhar nas terras dos outros? Não, prefiro ficar aqui. Vou ter que pagar renda, pagar tudo, então aqui não, o que eu ganho durante o mês é meu, é ganho limpo.*

[F] *Ah, aqui é melhor que trabalhar nas terras dos outros. Assim, você lá nunca podia planejar nada contando com o dinheiro de lá, porque lá não tem trabalho fixo, com carteira assinada, essas coisas, não tinha certeza de nada. Lá se trabalha naquilo que é dos outros, não naquilo que é seu.*

Observa-se assim que, dentro das opções disponíveis em seus locais de partida e aquelas que logram obter através das práticas migratórias, estas últimas são percebidas como um trabalho que se realizaria “para si”, ou em benefício próprio, em oposição a um trabalho que se realiza apenas em benefício de outros. Em alguma medida, a inserção laboral conseguida através das *saídas* é percebida como tentativa de construção de um espaço de autonomia e liberdade pelos trabalhadores, visto que lhes possibilita planejar e, portanto, viver para além das necessidades imediatas de sobrevivência.

É preciso ressaltar, contudo, que *trabalhar naquilo que é seu*, conforme aponta o entrevistado, não se materializa na compra de terras nos locais de partida, obtendo através da migração o acesso ao *roçado*, tal qual apontara Garcia Jr. (1989). Tampouco significa trabalhar por conta própria, como fica claro, mas significa dispor de recursos estáveis para a manutenção dos novos núcleos familiares constituídos, o que é concretizado através da aquisição dos terrenos e da construção de casas de moradia, conforme discuti anteriormente. Assim, o *ganho limpo*, conforme apontou Wagno, é aquele que se obtém com o trabalho assalariado, sem ter de retirar dele parte para o pagamento da renda aos proprietários locais.

Marcos Lanna (1995) em etnografia realizada no sertão pernambucano e na costa do Rio Grande do Norte aponta para a centralidade da figura do patrão nas trocas e para o caráter hierárquico de sua autoridade. Conforme o autor, em um contexto em que o controle da terra é exercido por poucos e há uma força de trabalho numerosa, os trabalhadores sofrem uma dupla exploração, assentada na superposição de assimetrias capitalistas e não capitalistas, ou seja, o caráter desta exploração está fundado no amalgamento entre dominação de classe e desigualdade.

Para o autor, tanto a morada quanto a parceria no Nordeste brasileiro podem ser compreendidas a partir do que ele denomina como “reciprocidade hierárquica”, ou seja, um sistema de trocas de dádivas de caráter estrutural que amarra moradores, produtores independentes e parceiros a mecanismos de dependência a um patrão. Estes trabalhadores buscam, assim, construir autonomia distanciando-se de tais relações.

O recebimento da forma salário e a inserção no mercado de trabalho através do contrato individualizado, nesse sentido, lhes confere a inserção em relações que são então associadas a uma maior liberdade. Assentada em que está essa percepção?¹⁰¹ É necessário não recorrer tão facilmente à ideologia para explicar tal valorização. Poderia apontar para o ocultamento e a mistificação da apropriação pelo capitalista da mais-valia, fenômeno intrínseco à forma salário, para usar os termos marxianos. No entanto, devo ressaltar que tal percepção deve ser avaliada em termos relacionais, ou seja, além dos elementos já apontados, deve-se ter em conta que se trata de valorações construídas em relação às opções disponíveis de trabalho. O fato de perceberem de tal maneira suas trajetórias e sua condição atual de vida e trabalho e lhe atribuírem significação nada tem a ver com imobilismo, passividade ou aceitação¹⁰².

¹⁰¹ Esta discussão me remete à questão da presença da hierarquia nas relações com os patrões, onde a hierarquia e a dádiva englobam as relações de mercado, e não o contrário, como afirma Lanna (1995). Assim, caberia perguntar se e quais dádivas circulam neste mercado de trabalho. Quais as cosmologias que orientam estes trabalhadores em suas relações no mercado de trabalho e com os patrões? A preferência pelo contrato individualizado representaria a negação destas hierarquias? A relação capitalista de produção teria superado a autoridade hierárquica dos patrões?

¹⁰² São diversos os trabalhos a informarem sobre as percepções, práticas e identidades dos trabalhadores canavieiros e que se contrapõe à visão de que estes trabalhadores, por não expressarem uma oposição direta e aberta aos interesses capitalistas, seriam passivos ou não

Devo também deixar claro que a ideia de construção de autonomia me foi evocada pelos relatos e pela forma através da qual estes trabalhadores se referiam às relações de trabalho em suas localidades de origem, sempre apontando, de maneira abrangente e marcante para a presença destes *outros*, os verdadeiros beneficiários de todo seu trabalho. Assim, esta autonomia é compreendida como parcial e relacional, visto que construída pelos caminhos da inserção em um mercado de trabalho como o canavieiro, e sempre em relação ao seu oposto, o trabalho *nas terras dos outros*.

Visto que estes trabalhadores executam um trabalho heterônomo, está relacionada, sobretudo, ao acesso a alguns direitos decorrentes do contrato de trabalho e à possibilidade de transformação destes trabalhadores em “chefes”, ainda que no interior de suas famílias, conforme expus em capítulos anteriores. Autonomia, portanto, que não é concebida nos termos do indivíduo moderno, mas como autonomia da própria família nuclear, visto que um homem se diferencia dentro de sua família extensa ao agir como bom provedor para sua família nuclear e alcança a autonomia diferenciando-se de seu irmão, por exemplo, sendo melhor marido, provendo melhor seus filhos e esposa.

Lanna (1995) também chama atenção para o significado do acesso ao mercado pela ótica dos valores e da cultura, apontando como este espaço é compreendido como reservado para os patrões, carregando, portanto, um ideal de autonomia. O autor faz referência ao mercado de produtos agrícolas, cujos pequenos produtores independentes tinham extrema dificuldade de acessar, mas julgo que tal compreensão possa também ser estendida a outro mercado, o de trabalho, também visto como espaço de maior liberdade.

Trata-se assim, de conjuntos de representações dos trabalhadores que se expressam de forma relacional, normalmente referidos às relações de trabalho disponíveis em seus locais de origem e aquelas que logram acessar através das práticas migratórias. Os termos ou categorias nativas utilizadas podem variar – “sujeitos e libertos”, no caso de Garcia Jr (1988) ou a conhecida oposição entre o “cativeiro e meio do mundo”, identificada por Scott (2009) – mas em ambos os casos estão referidas as relações de trabalho de um passado escravista, onde se

expressariam uma consciência de classe. Apenas para indicar um importante artigo que condensa esta discussão, ver Menezes (2002).

pratica o controle direto e externo do trabalho dos grupos domésticos. Assim, no contexto das práticas migratórias aqui apresentadas torna-se importante destacar a presença de uma relação marcante entre o trabalho nas *terras dos outros* e o trabalho em *São Paulo*.

Faz-se importante, contudo, destacar que “o meio do mundo”, como categoria nativa que indica a existência de membros da família que saíram e estão há anos fora sem dar notícias, só apareceu na fala do esposo de Maria, quando do adoecimento de seus pais, que ficaram no Ceará. Esta expressão é sempre usada com um ar de perda e de saudade por trabalhadores em todos os contextos locais, pois carrega, inclusive, o sentido de ser desarticuladora de estratégias familiares de sobrevivência (SCOTT, 2009).

Na maioria dos casos a expressão não foi utilizada e isso pode indicar que, à parte uma desagregação inicial de seus grupos domésticos – todos os trabalhadores residiam com os pais nos seus locais de origem e a família toda era mobilizada para o trabalho na terra – os rearranjos familiares em torno de novos núcleos construídos durante e através dos processos migratórios tornam este “outro mundo” menos áspero e desagregador. No entanto, a valoração negativa associada ao trabalho nas *terras dos outros* está sempre muito presente quando se trata de comparar a situação de vida antes e depois dos deslocamentos para o trabalho em *São Paulo*.

Também tomei contato durante a pesquisa de campo, conforme apontei anteriormente, com trabalhadores cujos grupos domésticos de origem possuíam terra, e dela extraíam parte de seu sustento cultivando-a através do trabalho familiar. Os motivos para a *saída*, neste contexto em que havia a posse ou a propriedade da terra, mostraram-se semelhantes aos apontados por aqueles que trabalhavam *as terras dos outros*.

Tal fato ocorre uma vez que a posse da terra em si, desacompanhada da capacidade de agir no mercado, não permite a obtenção de autonomia. A posse da terra certamente pode diminuir a dependência em relação aos grandes proprietários locais, de modo que a condição de parceiros, posseiros ou proprietários não podem ser igualada, mas a ausência de rendimentos obtidos com o trabalho em terra familiar também foi apontada como a principal motivação para migrar, visto que o que se produzia era voltado apenas para o autoconsumo.

Jorge (MA, 37) e Rosilene (MA, 44) casados e residentes em Santa Lúcia desde o ano de 2007, conversaram brevemente durante a entrevista que realizei com Rosilene, após a primeira pergunta que lhe dirigi. O casal tecia comparações entre a vida em um povoado de Gonçalves Dias, onde viviam, e em *São Paulo*. O desacordo entre ambos parece trazer à tona tais aspectos,

[J] *Lá é melhor, Rosa! O bom de lá era que você não passava fome de jeito nenhum, quando morava mais meu pai... Aqui, fica um mês sem trabalhar para você ver! Lá você plantava e estocava o milho, o arroz, então tinha sempre uma vida com fartura. Aqui em São Paulo você vê o que é de gente em prefeitura, pedindo cesta básica!*

[R] *Ué, mas a gente não era dono de armazém para estocar coisa, Jorge! De que adianta você ter um armazém cheio desses, quem tem armazém é comerciante, é a Santa Cruz (usina). Lá não adianta, porque se você não vende não faz dinheiro. No Norte a vida é assim, você faz só pra comer.*

São correntes na literatura sociológica e antropológica acerca das áreas rurais do Nordeste brasileiro análises que enfatizam a importância dos processos migratórios para a reprodução social de grupos camponeses, seja propriamente através da compra de terra e da conquista da condição camponesa (GARCIA JÚNIOR, 1989), seja enquanto forma de manutenção ou melhoria das condições que possibilitam viver na e da terra na condição de pequenos proprietários ou rendeiros (MENEZES, 2002).

No entanto, a posse da terra parece não ser sempre, nem unicamente, o elemento definidor das identidades sociais e a reprodução de uma condição camponesa nem sempre é o projeto principal do qual estão imbuídos aqueles que realizam os deslocamentos. Um primeiro ponto a ser destacado na relação entre os deslocamentos e as chamadas estratégias de reprodução camponesa é que, se as *saídas* para o trabalho em *São Paulo* são expressões das formas como pode ser pensada a reprodução da família na terra, elas também têm implicações sobre esta dinâmica.

Assim, por um lado, a posse ou propriedade da terra pode indicar uma referência de fixação, mas por outro, ter direitos na terra depende de investimentos que são feitos na manutenção das relações com os parentes. Os deslocamentos aparecem então tanto impulsionados quanto reorganizadores dos

arranjos locais de parentesco e das relações com a terra, como sugerem os casos de Wagno (MA, 33) e de Edson (MA, 33),

[W] *Minhas tias, tudinho venderam, não tem mais nada. Aí, eu fiquei tipo assim, como eu sou registrado como filho da véia mesmo, da minha vó, eu tinha direito, elas venderam quando eu vim pra cá em 2001. Quando eu cheguei lá elas tinham vendido e não me deram nada. Então eu fui com o dinheiro, aliás, quando eu fui pra lá eu fui com o dinheiro, eu fui com a intenção de comprar a terra, de comprar a parte dos outros, mas aí não deu certo, quando eu cheguei lá já tinham vendido, aí eu comprei a casa. Então quando eu vim pra cá eu não vim com essa intenção, só que eu soube que iam vender. Eles iam vender, mas eu não sabia, aí depois falaram que iam vender. Aí eu pensei quando eu chegar lá eu compro a parte das outras tudo. Aí eu trabalhei, não saí, economizei bastante pra chegar lá com dinheiro suficiente. E eu cheguei com dinheiro que dava pra comprar, mas quando cheguei lá já tinham vendido.*

[E] *Lá eu trabalhava mais meu pai, porque meu vô tem muita terra, mas ele já tá véinho, aí um dia ele pode morrer, aí vende tudo e eu fico desempregado de novo. As terras dele fica longe da cidade, longe mesmo. Aí tinha que ter ou um jumento ou uma bicicleta pra você ir montado, passava, mais ou menos, umas quatro horas pra chegar. Aí trabalhei no interior que era onde o marido da minha sogra hoje trabalha, aí era mais perto, ficou mais perto um pouco, mas era longe também. Eu não sei, rapaz. Essas coisas da gente, de herança, eu não sei. Meu pai é daqueles mais grossão, aí não sei. Sei que as terras dele é muita, é muita terra mesmo, mas já tá véinho, aí um dia ele pode falecer e fica difícil do mesmo jeito pra mim, vou ter que trabalhar nas terra dos outros. Então acho que pra mim é melhor ficar pra cá, né?*

Ainda que o trabalho que Edson realize na usina seja também no campo, este é valorizado em relação ao trabalho na *roça* e nas *terras dos outros*. As terras que seu avô paterno possui não aparecem em seu horizonte como local de trabalho ou de moradia para ele e seu novo núcleo familiar. Verifica-se assim que, se os deslocamentos podem estar associados à possibilidade de reprodução de uma condição camponesa, eles são mais que apenas deslocamentos no espaço realizados dentro de uma “ordem moral rígida”, que associaria permanentemente os valores éticos que conformam uma “campesinidade”, conforme propôs Woortmann (1990a). São também movimentações no universo social, uma vez que inserem seus agentes em outras relações sociais que podem redirecionar expectativas e projetos.

Woortmann (1990a) entende por “campesinidade” uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos, compondo uma ética que se faz presente no universo simbólico de camponeses, onde terra, trabalho, família e liberdade são valores morais que estão em estreita relação. Uma vez que considera esses elementos a partir de uma perspectiva simbólica, a terra figura não apenas como meio de produção, tampouco enquanto mercadoria, mas como patrimônio da família. Do mesmo modo, o trabalho é analisado por este autor enquanto uma categoria moral, relacionando-a a outras categorias comuns entre os camponeses de que trata – o “cativeiro” e a “liberdade”. De acordo com o autor,

A condição de *liberto* é realizada plenamente pelo *sitiante* ou pelo *agricultor*; na medida em que este, enquanto par, tem o controle sobre a terra, o trabalho e o tempo. A situação máxima de liberdade é a do sitiante no interior do *Sítio*, onde ele é *liberto* porque é garantido pela “cápsula protetora” da comunidade e, através desta, pela tradição camponesa. Paradoxalmente, outra vez, é no *Sítio*, onde a terra não é livre, pois é aí pensada como um patrimônio que deve passar de geração a geração dentro de um território de parentesco, que se é *liberto* (WOORTMANN, 1990a, p.44).

Nota-se que no caso da família de Edson, a terra como patrimônio que deve ser preservado e transmitido aos filhos aparece ameaçada pela venda, e junto com ela seu “emprego”, transação que prefigura inclusive como certa após a morte do avô, e da qual ele não participa nem busca inteirar-se, ao que tudo indica, pelo motivo de uma relação distante e conflituosa com o pai.

As concepções de autonomia e liberdade restam, contudo, importantes à medida que, se a terra da família de Edson aparece como “livre no mercado”, enquanto objeto de compra e venda, a opção de trabalho que lhe restaria seria trabalhar nas *terras dos outros*, possivelmente como meeiro, o que ele rejeita, como no caso dos demais entrevistados. Assim, na ausência de terra, o valor-família, tal qual apontado por Woortmann (1990a) é reproduzido através do trabalho nas usinas, a partir do qual são construídas novas casas e novas centralidades nas relações familiares.

[E] *Olha, de primeiro quando eu não morava ainda na minha casa, quando morava na casa de meu pai, lá tinha só um radinho, cara. Eu fico pensando, não sei como consegue passar um tanto de tempo daquele e não construir uma coisa melhor pra ele. Ficar ali com uma casa, com um pote enfiado numa furquia. Olha, é incrível um negócio desse. O cara não querer sair pra lugar nenhum pra arrumar nada. Desde quando meu pai se enfia no mundo não tinha lugar melhor de trabalhar. E ele foi se focar num lugar pior que nem ele ficou. E hoje ele trabalha aí ó, nunca perdeu um dia de serviço, veio trabalhar depois de 40 anos pra cá. Depois que minha mãe chegou falecer que ele veio trabalhar.*

[R] *E hoje ele mora onde?*

[E] *Ele mora com meu outro irmão, lá embaixo.*

[R] *E tá na usina também?*

[E] *Não, ele trabalha aí noutra área. É laranja, é café. Ele veio pra cá depois que os filhos dele veio tudinho. Se ele tivesse vindo pra cá antes eu acho que hoje pelo menos estudo eu acho que nós tinha, viu?*

Existe sempre a necessidade de não se esquecer, sob o risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos ideais, mas sujeitos, e que situações empíricas observadas podem ser ambíguas. Nota-se, a partir das narrativas, que os trabalhadores não operam o tempo todo imbuídos de uma perspectiva de reprodução do patrimônio familiar, mas pensam também a partir de suas necessidades de reprodução social. A família camponesa parece comportar tensões, com o acesso à terra podendo ser concretizado no interior da família pela via mercantil, conforme desvelou o relato de Wagno sobre a venda da terra realizada pelas tias sem prévia comunicação, ou pela necessidade de lançar mão de outras estratégias não atreladas ao recebimento da herança, visto que sua incerteza coloca em cena a possibilidade do *desemprego*, fonte de tensão e de certa desarmonia no interior da família, como se pode notar a partir do relato de Edson.

Faz-se importante ainda destacar que a categoria nativa *nas terras dos outros* também carrega outras significações além daquelas já apresentadas, e que são relativas às próprias tensões relacionadas ao parentesco e aos grupos domésticos de origem¹⁰³. Assim, é importante sinalizar que estes *outros* não são apenas os grandes proprietários de terra locais, são também os próprios familiares ou parentes próximos, com os quais estes trabalhadores coabitavam, e

¹⁰³ Agradeço a John Comerford que, por ocasião da apresentação de meu trabalho durante a 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, apontou para esta dimensão relacional do parentesco e suas tensões.

com os quais mantinham relações cotidianas na lida da terra. Assim, quando fazem alusão às *terras dos outros*, referem-se também a padrões hierárquicos presentes no universo das próprias relações familiares, onde aparecem, por exemplo, a figura do sogro e do pai, aqueles que têm preeminência no controle e nas decisões sobre a terra e sobre a casa,

[JC] *Quando me casei eu fui morar mais a mulher nas terras do meu sogro, lá em Gonçalves Dias mesmo, mas eu quis sair, não gostei de viver lá não. Morar nas terras dos outros, e todo mundo junto assim dá problema, porque você quer mexer numa coisa, o outro não quer. Melhor ter uma coisa que é sua.*

[E] *Morar mais meu pai eu não achei bom não. Nós era em nove irmão, era tudo unido, mas sei lá, é gente demais dentro de uma casa. Ele que controlava tudo, e não dava muita coisa pra gente. Eu falava sempre, quando eu completar dezoito anos eu aqui não fico. Não sei como ele conseguiu ficar tanto tempo num lugar como aquele. O cara não querer sair pra lugar nenhum, então eu saí, construí uma coisa pra mim, e ele ficou lá nas terra dele.*

Sobre este aspecto, devo salientar que as relações de sujeição estabelecidas com os proprietários locais não carregam a mesma significação que aquelas que se mantêm com os parentes, como o pai ou o sogro. Assim, quando se trata de falar sobre a sujeição ao patrão, o que aparece como central é a questão do acesso a direitos, o contrato formal de trabalho e a estabilidade dos rendimentos.

No tocante à relação com os pais ou sogros, o que está em jogo é uma dimensão simbólica associada à transformação daqueles que se casaram ou desejam se casar em “homens”, em chefes de família, assim como a dimensão da autoridade paterna, das tensões e conflitos internos aos grupos familiares. Garcia Jr. (1989) e Woortmann (1990a) já apontaram para a dimensão simbólica da qual está imbuído este tipo de migração, realizada por aqueles que desejam se casar e construir um novo núcleo familiar, passando à vida adulta, à condição de homem provedor. Cabe destacar que tal passagem, no contexto aqui investigado, é marcada pela construção de casas no município paulista, e não pela construção de casas no espaço da terra familiar.

Deste modo, partindo das situações empíricas aqui apresentadas, noto que há um variado universo de símbolos e relações com a terra e com a organização familiar, que coloca algumas dificuldades para a construção de modelos abstratos acerca de um *ethos* ou de uma moralidade camponesa em suas relações com a terra e a família. O que é comum a todas as trajetórias de mobilidade, sejam elas realizadas por aqueles cujos grupos domésticos de origem possuíam ou não terra, é que são orientadas para a realização de valores morais, como a família e sua tão desejada autonomia.

Assim, se Scott (2009) identificava em pesquisas das décadas de 70 e 80 no Nordeste brasileiro que a migração não representava “o abandono de uma estratégia de vida camponesa, mas sim a tentativa de reforçar os próprios grupos domésticos com recursos que há poucos anos se apresentavam como disponíveis” (p. 264), o que se realiza a partir destas práticas migratórias não é necessariamente a reprodução de um modo de vida camponês, aqui compreendido como a realização de um trabalho familiar numa terra familiar, mas sim a constituição e a sustentação de novos núcleos familiares.

Tanto do ponto de vista das remessas em dinheiro, quanto da utilização dos rendimentos obtidos com o trabalho assalariado, o que está em jogo não é o investimento ou direcionamento de recursos para a compra de terras, de animais ou outros elementos relacionados à vida e ao trabalho na terra, mas está bem mais ligado à reprodução dos núcleos familiares e dos parentes, sejam estes os pais ou filhos que estão longe, e que o trabalho em *São Paulo* permite prover, seja com *presentes*, seja com *ajudas* que são enviadas em caso de necessidade.

Nogueira (2010) em pesquisa com camponeses migrantes do município de Aracatú (BA) também aponta que, naquele contexto, os deslocamentos não estão fundamentalmente ligados à reprodução de um modo de vida camponês. A autora propõe, então, um distanciamento das interpretações que associam as migrações às estratégias de reprodução camponesa, e postula que estas estão mais relacionadas à reprodução da casa camponesa – domínio material e simbólico que constitui lugar de referência – já que ao sair, aqueles que realizam os deslocamentos buscam trabalho fora e ao mesmo tempo garantem um espaço no interior da terra familiar, reproduzindo assim seus vínculos com os parentes e com o lugar de origem. A autora chama atenção ainda para a saída de parte da

família, que representa uma estratégia de preservação do patrimônio familiar, devido à sua não-partilha, patrimônio o qual o “parente ausente” volta a acessar, visto que lhe estaria garantido para o futuro.

Para o contexto aqui investigado, somente uma pesquisa de campo acerca dos padrões de herança (igualitária ou indivisa) realizada com os grupos domésticos nos locais de origem daqueles que possuíam patrimônio familiar poderia indicar se estas *saídas* relacionam-se à preservação do patrimônio. Para boa parte das trajetórias aqui apresentadas, a afirmativa parece válida, uma vez que não havia uma terra como espaço da família a ser preservada e transmitida.

Assim, ao apontar para a reprodução da família enquanto relação moral fundamental e como condição central a ser realizada através das práticas migratórias, não pretendi resgatar a antiga discussão que opunha proletarização à reprodução do campesinato, tratando um polo ou outro como condições extremas ou irreversíveis, tampouco afirmar que o acesso à terra perdeu definitivamente importância. É sempre necessário destacar que as visões, valores e discursos compartilhados pelos trabalhadores acerca da terra estão intrinsecamente relacionados com sua situação de vida atual, a um cenário onde estes julgam estar bem estabelecidos, o que não significa que a terra tenha saído permanentemente de seus horizontes.

Deste modo, suponho ter demonstrado o caráter relacional e situacional dos discursos e práticas aqui apresentados. Não se abandona a terra de origem para viver em outro lugar, já que a vida não está situada apenas em um ponto ou noutro, mas entre estes lugares, entre os quais são construídas relações e também sentimentos de pertencimento. Ocorre que contextos mais ou menos favoráveis de inserção laboral ou de relações afetivas e familiares vão conferindo maior peso, ao longo das trajetórias de vida, a um ou outro ponto.

Faz-se importante ainda destacar que os deslocamentos laborais não são um fenômeno essencialmente masculino, muito embora a migração de homens seja mais expressiva no contexto aqui investigado. Muitas vezes, nos estudos migratórios, os homens acabam ganhando certa proeminência, pois são aqueles que, dentro dos papéis tradicionais de gênero, são os responsáveis por prover o núcleo familiar e assim são os primeiros a *sair*. As mulheres acabam desempenhando, nos processos migratórios, o papel de acompanhantes, aquelas

que realizam os deslocamentos na esteira dos maridos. Conforme pude observar a partir das trajetórias, as mulheres não foram as primeiras a migrar, sendo este papel atribuído ao homem que, no entanto, não realizou o deslocamento com vistas a um projeto individual, mas sempre inserido em relações que levam em conta a sustentação do novo núcleo familiar.

Nesse sentido, o papel da mulher parece extrapolar aquele de mera acompanhante, já que no interior da família se faz presente nas decisões sobre os deslocamentos. Contudo, a migração com vistas à inserção laboral é principalmente aquela que é realizada pelos homens, e as mulheres, somente após o estabelecimento dos maridos nos locais de chegada é que buscam inserção no mercado de trabalho, passando então a desempenhar um papel importante na composição do orçamento doméstico, ainda que esta responsabilidade continue sendo atribuída ao homem, conforme apontei ao longo do trabalho.

Ainda que este seja o padrão dominante nos deslocamentos, foi possível identificar em Santa Lúcia, a presença de trabalhadoras que migraram sozinhas, visto que em seus locais de partida passaram, após a separação dos antigos cônjuges, a desempenhar o papel de “chefes de família”. No quadro do mercado de trabalho regional, estas trabalhadoras inserem-se, principalmente, na colheita da laranja ou no corte manual da cana de açúcar, geralmente através da contratação por empreiteiros de mão de obra, já que a introdução de maquinários no campo na fase da colheita da cana e a conseqüente redução do quadro funcional têm contribuído para a masculinização desta etapa da produção no interior das usinas.

Para este quadro concorre uma série de fatores, alguns já indicados ao longo do trabalho. A necessidade de alta produtividade está entre um destes fatores, já que fez com que a mão de obra feminina no corte manual fosse paulatinamente substituída pela força de trabalho de homens jovens (SILVA, 2010)¹⁰⁴. Atualmente, com a continuidade e aprofundamento da mecanização,

¹⁰⁴ Silva (2010) identifica que as mulheres foram, ao longo do tempo, sendo direcionadas para atividades no interior das usinas como a recolha de “bitucas”, o plantio das mudas de cana ou a aplicação de venenos. No contexto investigado, não encontrei nenhuma mulher que realizasse tais trabalhos, uma vez que a função da recolha dos restos da cana é realizada pelos chamados “rastelistas”, função majoritariamente ocupada por homens. O plantio mecanizado ocupa hoje pouca mão de obra, e sobretudo masculina, assim como a atividade de aplicação de agrotóxicos,

esta tendência continua reconfigurando a divisão sexual do trabalho, visto que o manejo dos maquinários é visto como atividade destinada aos homens. Trata-se ainda de um cenário em que, conforme relatamos no caso de Maria, a marcante presença masculina faz com as mulheres sejam vistas como fonte de “problemas” ao dividirem turnos de trabalho com uma maioria masculina. Ademais, como o quadro funcional não foi ampliado ao longo dos últimos anos, mas sim mantido e reconvertido para outras funções, a proeminência masculina tende a se manter neste contexto de introdução de tecnologias.

Assim, tomei contato com duas mulheres que migraram sozinhas do município de Gonçalves Dias, no Maranhão, para Santa Lúcia, Aparecida (46), mãe de Laiana, e Francisca (54). No entanto, me utilizei aqui em maior medida da entrevista realizada com Francisca, visto que Aparecida respondeu-me algumas perguntas, mas era bastante calada, direta, e evitava dar muitos detalhes de sua trajetória de vida, além de considerar que Laiana pudesse fazer as vezes da mãe, e me passar as “informações” que eu precisava. Francisca, por sua vez, revelou-se uma narradora exímia, encadeando fatos, acontecimentos e datas importantes de sua vida com grande precisão.

Foi por intermédio de Laiana que conheci Francisca, que residia em uma pequena edícula em terreno compartilhado com outra casa, ao lado do *Bar do Caboco*. No momento em que Laiana me conduziu até sua casa, Francisca lidava com um tanque cheio de roupas, as enxaguava, torcia e estendia no pequeno espaço reservado para o varal. Conversou durante uma hora comigo, sentada sobre o garrafão de água que levava todos os dias para o trabalho.

que é realizada através da operação dos chamados quadriciclos – veículos motorizados dirigidos pelos trabalhadores, onde ficam acoplados os reservatórios com os produtos a serem aplicados.



Fotografia 39: Francisca no quintal da casa alugada no Nova Santa Lúcia. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Francisca e Aparecida têm em comum o fato de terem saído de Gonçalves Dias após a separação dos antigos cônjuges. Os rompimentos se deram, entre outros aspectos, pois os maridos não eram, conforme me relataram, homens muito empenhados nos cuidados com a família e não demonstravam muito interesse no trabalho árduo para atingir tal objetivo. No caso de Aparecida, se durante o casamento a contribuição com o projeto familiar não era grande, após a separação a situação tornou-se ainda pior, pois o ex-marido nunca pagou a devida pensão para garantir o sustento das duas filhas. Neste contexto, Aparecida virava-se como podia, trabalhando como empregada doméstica na casa do prefeito de seu município de origem e, com as filhas, quebrava babaçu para obter alguma renda com a venda do coco.

Sua primeira saída se deu somente após a filha mais velha já residir em Santa Lúcia, juntamente com o marido. Aparecida veio para auxiliar a menina mais velha nos cuidados com o neto recém-nascido. Na sequência, Laiana, a filha mais nova, também veio e desde então, retornaram à terra natal apenas para visitar os parentes que lá ficaram. Aparecida tentou uma inserção na usina próxima ao município, mas a idade foi critério decisivo para a não aceitação no

trabalho. Desde então ela passou a buscar trabalho através das empreiteiras de mão de obra, trabalhando na colheita da laranja e no corte manual da cana.

Francisca tem uma trajetória de vida e trabalho semelhante à de Aparecida. Após a separação do ex-marido, cuidou sozinha de seis filhos. Arrendava terras próximas a Gonçalves Dias, que eram de propriedade do avô paterno de Laiana, e “ali botava roça de arroz, feijão, milho, tudo”. Como tinha de lidar sozinha com as plantações, quebrava coco babaçu e com a renda obtida, conseguia pagar alguém que lhe ajudasse nos momentos de maior trabalho, como na colheita ou na capina. O ex-marido de Francisca possuía um pedaço de terra, porém ela diz que esta sempre foi objeto de muita disputa e desentendimento entre os parentes do antigo cônjuge, e “pra não dar conversa, eu nunca quis mexer lá não, preferia pagar renda para não mexer por causa das implicância das irmã dele” (sic).

Além de o ex-marido contribuir pouco com o projeto familiar, era um homem violento e, quando propôs a separação, Francisca imediatamente consentiu. Quando seu filho mais novo completou dezoito anos, no ano de 2009, veio a Santa Lúcia para fazer uma safra, mas passou apenas 25 dias na cidade, visto que havia deixado sua companheira em Gonçalves Dias,

[F] *Ele não gostou de ficar aqui não, e voltou rápido porque tinha deixado a mulher lá. O problema foi que com dois dias que ele tava de volta lá, ele se acidentou, sofreu um acidente de moto. E minha casa lá era ruim, era uma casa de taipa, não sei se você sabe como é casa de taipa, foi a condição em que ele tinha me deixado, e eu com o menino acidentado. Eu dependia de um pessoal lá pra levar ele pra se tratar, que fazia fiado pra mim. Mas na hora de vir pra cá, o meu filho não tinha pagado a passagem, falou pro dono do ônibus que pagava na volta, e pagar com o que? Aí apareceu esse homem lá, cobrando essa dívida de R\$ 230, 00, dois meses depois do acidente. Eu falei que ficava responsável pelo dinheiro, mas eu não tinha condições ali. E esse homem ameaçou, falou que se eu não pagasse ele me colocava na cadeia e no meu moleque ele dava um coro.*

Diante das ameaças sofridas e com medo de ter a casa invadida pelo dono do ônibus que realizara a viagem do filho para Santa Lúcia, Francisca tomou R\$300, 00 emprestados do genro, que acabara que regressar de uma safra,

[F] *Eu sabia que meu genro tava com um dinheirinho a mais porque ele tinha nem bem acabado de voltar e então ele nem perguntou pra quê que eu queria. Eu peguei o dinheiro, voltei pra casa e comecei a arrumar uma mochila com roupa, nem mala não foi não, foi uma mochila mesmo. E meu menino viu aquilo e*

começou chorar e falou: Mãe, você vai me deixar aqui de muleta! E eu falei: Olha meu filho, eu fiz ali uma despesa, tem sua irmã aqui perto que vai cuidar de você, e eu vou viajar. Eu só volto um dia que eu puder pagar todas as contas. Praticamente eu saí fugida, porque se o cara soubesse que eu ia sair de lá, e que tava com dinheiro, ele ia me barrar. Eu saí praticamente fugida, peguei uma moto de noite pra ir tomar o ônibus.

De Gonçalves Dias Francisca dirigiu-se para o município de Santa Juliana/MG, próximo a Uberaba. Tinha um primo que vivia na localidade e, após dias de viagem, enfrentando sucessivos problemas com o ônibus, que quebrou cinco vezes, chegou à cidade. Mas ali não foi recebida como esperava pela prima.

[F] *Eu cheguei umas cinco e meia da manhã e só com R\$50,00, que eu tinha ainda porque não quis gastar com comida na viagem. E nem um prato de comida e uma cama pra dormir ela ofereceu. A gente considera né, porque é chegada da família da gente. Então fiquei ali do lado de fora, encostada, e quando foi umas sete horas passou um moço, que morava nos fundo do terreno, ele era meio assim, meio homem meio mulher, dois em um, sabe? Perguntou que eu tava fazendo ali eu falei, aí ele já me levou no lugar que ele trabalhava, que era na batata, né. Quando foi depois do almoço ele falou pode ir lá que vão te contratar, e eu vou te explicando tudo certinho como faz pra você não passar vergonha aqui. Aí foi 15 dias de trabalho num barracão, classificando¹⁰⁵ batata.*

Francisca passou os 15 dias neste trabalho e residia na casa dos primos, que alugavam quartos também para outros trabalhadores. Havia na casa e nos fundos, compartilhando o mesmo quintal, uma média de vinte homens. Durante este período, o rapaz que havia lhe conseguido o emprego no barracão alertou Francisca sobre os comentários que ouvia entre os outros trabalhadores, e demonstrava receio quanto à possibilidade de Francisca sofrer algum tipo de agressão ou violência sexual por parte dos homens que dividiam o mesmo espaço na casa,

[F] *Ele me disse, assim: olha Francisca, sabe que eu acho bom você vir morar comigo, porque eu ando ouvindo uns comentários por ai e fico com medo de alguma coisa acontecer com você, e se acontecer vai sair morte aqui. Eu tenho um namorado, se você não se importa, que mora aqui comigo. Ele não gosta muito de maranhense, mas vocês não precisa se gostar nem conversar. Então diante daquilo lá eu pensei, eu vou é terminar de chegar,*

¹⁰⁵ O trabalho consistia em separar os legumes que chegavam do campo, conforme qualidade e aparência, de acordo com os padrões que são exigidos pelos compradores.

vou pra Santa Lúcia lá encontrar com meu filho. Aí no dia 27 de março de 2010 eu cheguei aqui.

Em Santa Lúcia, Francisca tinha o filho mais velho, que trabalhava no corte manual da cana. Passou a residir com ele até que este decidiu “pedir as contas” e buscar outro trabalho em São Luís/MA. Desde então alugou o *barraco* onde hoje vive sozinha. Buscou emprego na usina próxima à cidade, mas assim como no caso de Aparecida, não foi aceita, porque “hoje eles não tão pegando mais mulher, e ainda com mais idade, eles não pegam mesmo”. Já trabalhou na colheita da laranja através da empreiteira de mão de obra localizada no bairro, mas achou o trabalho muito pesado. Os movimentos necessários na colheita da laranja, o subir e descer de escadas, somados à força dispendida para o carregamento das sacolas cheias do fruto lhe renderam fortes dores nas pernas. O corte manual da cana, em comparação com a colheita da laranja é menos pesado, segundo Francisca, pois “ali é só você cortar e jogar o feixe, não precisa ficar andando com aquilo tudo no braço”.

A mesma empreiteira que a contratou para a colheita da laranja manteve o contrato para o corte de cana, que é realizado nas fazendas vizinhas ao município, de propriedade de produtores que fornecem a matéria-prima para a usina. Em média, Francisca corta 280 metros de cana por dia e recebe por volta de R\$1000,00 mensais. Em 2010 conta que fez um contrato para a safra da laranja e, findo o período de trabalho, deu baixa na carteira e já iniciou a construção de sua casa em Gonçalves Dias, seu município de origem.

[F] *Então no dia 17 de maio de 2010 eu peguei o acerto e já comecei a fazer minha casa. Depois em 2011, peguei na cana, porque na laranja era pesado demais, não dava. E de lá pra cá eu fiquei na cana, e não parei mais. E nesse tempo eu paguei todo mundo, resolvi tudo. Eu sempre fazia plano de retornar pra lá todo ano, mas eu carreguei um capricho de fazer aquela casa! E eu tive esse capricho porque eu sempre fui muito humilhada, né. Então não queria mais depender de ninguém e ficar naquela humilhação. E em 2013 eu fui pra lá visitar os parentes e vi minha casa quase pronta, e fiquei foi muito satisfeita! Hoje ela tá lá, prontinha, mas fechada, que a gente não tem costume de alugar casa lá que nem aqui. E o padrão de casa lá não é que nem aqui também, com dois quartos, lá é tudo grande, coisa de cinco, seis quartos. Eu agradeço muito o estado de São Paulo, que minha casa hoje tem cinco quartos, não fiz seis porque o dinheiro não deu. Mas não é meio terreno não, é terreno inteiro. E eu comprei de tudo pra dentro dela. Coloquei há pouco tempo as coisas do*

banheiro, que era mais caro, comprei máquina de lavar, televisão, antena boa, só falta mesmo pôr, como é que vocês fala aqui, a laje né.

A construção da casa, da qual Francisca fala com muito orgulho, foi acompanhada pela filha e pelo genro que vivem em Gonçalves Dias. Os móveis e eletrodomésticos foram comprados por ela e enviados através do ônibus que faz o trajeto entre Santa Lúcia e várias cidades da região nordeste. Junto com os eletrodomésticos algumas vezes Francisca enviou presentes à filha e ao neto: “já comprei celular, mandei celular pra ela e pro meu neto, já comprei um tablet no aniversário pra ele também”.

Contou-me que a construção da casa foi realizada no local de origem, pois os custos são menores que uma construção em *São Paulo* e porque Francisca projeta viver em sua nova casa no momento de sua aposentadoria.

[F] *Quando eu me aposentar, no ano que vem se Deus quiser, aí vou estar sossegada, porque não tenho mais filho pra criar, e vou ter meu teto, pra descansar e ficar bem sossegada. Eu já tava pensando de voltar, mas o empreiteiro daqui não deixa. Porque eu peguei um problema no braço e foi aqui no serviço com ele, então ele tem medo de me mandar embora e eu por no pau. Mas já falei pra ele que não sou disso, que eu procurei emprego em usina e nenhuma me quis e ele me pegou pra trabalhar, então eu agradeço ele e não vou fazer nada disso. Mas como eu já tenho quase idade de me aposentar vou esperar 2017 completar 55 (anos) e aí me aposento e vou-me embora. É até bom porque ouvi dizer que meu ex-marido anda lá pelo Maranhão. Ele tava lá pro Mato Grosso, mas parece que agora apareceu lá. E a gente vê tanta coisa na televisão, esse caso de ex que mata mulher, eu fiquei com medo. Então é bom esperar um pouco mais, me aposento e 2017 eu vou.*

Considerarei importante tratar os fragmentos da narrativa de Francisca neste ponto do trabalho, pois, a meu ver, o ideal de independência e autonomia que a passagem pelo trabalho assalariado evoca em sua trajetória de vida assemelha-se aos demais discursos sobre a terra familiar, as relações tensas e por vezes conflituosas com os parentes, a vida difícil e incerta vivida através do arrendamento das *terras dos outros*.

A casa, na trajetória de Francisca, não representa a materialização da relação moral de construção de novos núcleos familiares, como apontei anteriormente, mas a fuga da dependência e da *humilhação*, personificadas, ao longo de sua vida, em figuras masculinas: o ex-marido, o dono do ônibus que fez

o transporte de seu filho e de quem sofreu ameaças, o genro a quem pediu dinheiro emprestado, os homens com os quais dividiu casa em Minas Gerais, o empreiteiro de mão de obra que a constrange a permanecer trabalhando.

Sua trajetória de vida e trabalho é exemplar e emblemática do que é o trabalho rural canavieiro para as mulheres migrantes no contexto atual, que são preteridas pelas grandes empresas do agronegócio citrícola/canavieiro e relegadas às empreiteiras de mão de obra. Paradoxalmente, foi *viajando* e se inserindo neste mercado de trabalho que Francisca pôde lidar com a *humilhação* e ressignificar seu lugar de origem, agora associado ao sossego e ao descanso na casa própria. Nesse sentido, se a autonomia materializa-se na casa, desvela-se também como um valor intrínseco à própria mobilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste estudo esteve em homens e mulheres que, na literatura em geral, foram descritos como “trabalhadores sazonais” ou “temporários”, “trabalhadores-migrantes” ou “trabalhadores-camponeses-migrantes”. O que motivou a construção desta pesquisa foi a compreensão dos significados de suas práticas migratórias em um contexto de trabalho relativamente diferente daquele que, há alguns anos atrás, lhes condicionava a constantes idas e vindas e que caracterizava seus deslocamentos como “permanentemente temporários”. Ao longo das últimas décadas, a atividade canavieira foi a principal responsável por compor um “corredor de migração” entre vários estados e localidades do Nordeste brasileiro e os municípios que estão inseridos na economia canavieira do estado de São Paulo, conformando “territórios migratórios” entre estes pontos e conectando simbolicamente tais espaços.

A conexão entre tais espaços foi se tornando clara ao longo da reconstrução de trajetórias que realizei a partir de um dos pontos deste amplo território, o pequeno município de Santa Lúcia. Através destas trajetórias, foi possível perceber que não se *saía* ou se *vijava* rumo ao desconhecido, ainda que as pessoas sempre tivessem que contar com as vicissitudes próprias à mobilidade espacial, mas se deslocavam inseridas e amparadas por redes de relações, que têm nos parentes, amigos e conhecidos de suas localidades de origem seus “nós” principais. As redes mostraram-se essenciais para a conformação dos deslocamentos – conforme já mostraram com acuidade outros estudiosos deste processo – e orientaram metodologicamente a própria construção deste estudo, realizado através das próprias redes de conhecimento, amizade, trabalho e parentesco dos migrantes. Tais redes de relações conformam uma apropriação espacial específica no município de Santa Lúcia, reconstruindo ali sociabilidades e modos próprios de viver e morar, que conferem vida e dinamicidade ao “lugar dos migrantes”, o Nova Santa Lúcia.

Além de outros fluxos migratórios identificados nesta localidade paulista, foi possível perceber que, durante os anos 2000, predominou a vinda de homens e mulheres com origem no município de Gonçalves Dias (MA), seus arredores e sua área rural, que é formada por inúmeros povoados. No *interior*, onde viviam ou trabalhavam, a principal atividade realizada era o trabalho na terra, seja esta

acessada através da posse, propriedade, morada ou através do arrendamento, condição predominante entre meus entrevistados.

Penso que um dos principais intentos deste trabalho tenha sido o de compreender as migrações como algo mais que uma economia, caracterizadas por lugares e fatores de “expulsão” ou “atração”, e entender o acesso ao mercado de trabalho pela ótica dos valores daqueles que a ele recorrem, para além do jogo entre oferta e demanda de mão de obra, tendo em vista que muito se priorizou a explicação deste mercado tendo como foco, por um lado, as necessidades empresariais e por outro, os trabalhadores que a ele recorrem como destituídos dos meios materiais. Essa tendência de pensar os trabalhadores a partir da produção fez com que fossem identificados como vendedores de força de trabalho, e “olhados apenas em sua condição de dominados, sendo mecanicamente destituídos de recursos simbólicos” (SARTI, 1996, p. 20).

Objetivei, sobretudo, compreender as motivações dos sujeitos que partem de suas localidades de origem em busca de um trabalho, mas não de qualquer trabalho. Como pretendi evidenciar, o trabalho em São Paulo é procurado tendo em vista certa estabilidade dos rendimentos que pode propiciar – o *ganho fixo e limpo* – além dos direitos e benefícios atrelados ao contrato de trabalho, que são valorizados tendo em vista a possibilidade que conferem à realização de seus projetos. Problematizei, assim, algumas interpretações correntes sobre o estatuto das migrações e seu caráter econômico, não para negá-las, tampouco superá-las, o que esteve distante de meu horizonte, mas buscando sempre apontar para a organização da experiência e da ação destes trabalhadores por meios simbólicos, como faz todo e qualquer outro grupo social, tal qual já fora apontado por Sahlins (1997).

Neste contexto, visei destacar certa dinâmica de reconversões profissionais, buscando evidenciar as representações destes trabalhadores sobre o trabalho que antes realizavam, seja o trabalho na terra nos locais de partida, seja o trabalho no corte manual da cana de açúcar, experiência pela qual todos os entrevistados passaram, seja sobre o trabalho que hoje realizam. Apesar dos estigmas construídos sobre os trabalhadores migrantes de origem nordestina e, especialmente sobre os “maranhenses”, os migrantes realizam hoje no interior das usinas trabalhos que não são apenas “braçais”, ainda que em sua maioria

permaneçam na parte agrícola das usinas. A imagem de *atraso* e de trabalhadores *parados* que muitas vezes é difundida contrasta com as diversas estratégias das quais lançam mão para manter-se neste trabalho, sejam elas estratégias educacionais, concluindo o ensino básico ou qualificando-se através dos treinamentos oferecidos pelas usinas, seja acessando suas redes de amigos, parentes e conhecidos para garantir a tão necessária e desejada inserção laboral, conforme demonstrei no primeiro capítulo do trabalho.

Também busquei sinalizar para reconversões espaciais, visto que a dinâmica atual de trabalho condiciona estes homens e mulheres a uma permanência mais prolongada nas localidades paulistas, para onde se dirigiam antes apenas para “fazer a safra”. Sobre esse aspecto, devo ressaltar que não seria adequado realizar afirmações sobre uma suposta novidade desta mudança, uma vez que, em outros fluxos e momentos migratórios, a fixação já ocorria desde o ponto de vista de muitas trajetórias ou biografias individuais. No entanto, este me pareceu um contexto importante de pesquisa, visto que a possibilidade de permanência mais prolongada em *São Paulo* desvelou de certa maneira os elementos que envolvem as decisões sobre o ficar ou o partir, não apenas vinculadas ao universo do trabalho, mas também referenciadas a outras questões importantes dos ciclos de vida e das aspirações de cada um.

Foi, assim, um momento privilegiado de pesquisa, onde pude me aproximar um pouco mais dos objetivos que tinha em vista ao construir o trabalho e também compreender que a ideia de um “retorno” ou de uma permanência mais prolongada não possuem os mesmos significados que um observador externo pode a eles atribuir, visto que não se deixa completamente de viver seu local de origem quando se está em outro lugar.

Lembro-me de minha última pergunta a uma entrevistada sobre este aspecto: “E você pensa em retornar?” A entrevistada embarçou-se muito, pensou, pensou e me disse: “Sabe que agora você me pegou? Voltar? Sabe que não tinha pensado nisso?”. Não se volta para a terra natal, quando dela não se saiu. O que existe na migração não são pontos separados, ainda que estejam geograficamente distantes, são reordenações e construções de novas centralidades nas relações sociais e nos projetos de vida feitos a partir da

mobilidade, lugares de pertença que são ampliados e não substituídos ou abandonados.

E a construção destes novos lugares de pertença está intimamente relacionada à dinâmica das redes sociais, que orientam os deslocamentos e expandem-se ou se contraem em função de diversos elementos, como o parentesco e suas tensões e conflitos próprios, os laços de trabalho e especialmente, os locais de origem, que se desvelaram como fatores importantes na construção de elos e alianças no município paulista, organizando, inclusive, a própria dinâmica da construção das casas, que reproduz no bairro e também para além dele agrupamentos de casas.

Os locais de origem também informam o estabelecimento de laços de amizade e grupos de sociabilidade, de acordo com o que pude observar a partir das práticas de lazer, centradas nas idas aos bares, nos jogos de futebol e nos costumeiros churrascos. Além de aglutinar a dinâmica da construção de casas, no bairro também se pode averiguar uma forma de apropriação espacial específica do que muitos entendem como um “espaço público” – em oposição a um “espaço privado” – e que contrasta sensivelmente com a dinâmica do restante do município, visto que é realizada a partir de códigos culturais próprios e que tornam o espaço da rua neste bairro menos impessoal ou desconhecido.

Devo ressaltar ainda que para mim foi uma tarefa difícil desarticular as informações e separá-las em capítulos. Desta forma, os construí majoritariamente sem subdivisões, e imagino que talvez esta escolha tenha tornado mais difícil, enfadonha ou repetitiva sua leitura. Todos os capítulos desta tese acabam por retomar, em maior ou menor medida, aspectos referenciados a um mesmo fenômeno: a reprodução da família, que se desvelou como motivação central e o principal significado assumido pelas práticas migratórias no contexto investigado. É em torno da reprodução de um determinado modelo familiar que aspectos ligados ao consumo, à construção da casa própria e também ao que denominei como “projetos de autonomia” ganham sentido.

Foi a partir desta chave analítica – a da reprodução familiar pensada não apenas em seus aspectos materiais, mas, sobretudo, como relação moral – que intentei também uma compreensão do consumo dos trabalhadores, e como tal prática guarda estreita relação com uma cultura migratória, identificada a partir da

importância que o *dinheiro de São Paulo* adquire nos discursos dos trabalhadores. Nesse ponto, procurei dialogar com perspectivas de outros autores que investigam os significados do consumo na sociedade contemporânea, mas que não tratam especificamente do consumo relacionando-o ao fenômeno migratório.

Uma abordagem do consumo mostrou-se pertinente e necessária uma vez que busquei compreender o fenômeno migratório para além da busca por sobrevivência imediata. Do contrário, nenhum sentido faria tratar deste aspecto. O consumo desvelou-se como atividade que não está apartada do restante da vida social, tampouco as práticas de consumo mostraram-se como expressões da sedução que as mercadorias poderiam exercer em nossa sociedade.

Os bens desvelaram-se, sobretudo, como materiais mediadores de relações. Pontuei como estes se relacionam ao universo da família, uma vez que a preferência pela aquisição das *coisas pra dentro de casa* reforça a proeminência do projeto familiar. Além deste aspecto, apontei como os bens também fazem parte dos ciclos de vida e dos rituais a ele associados e são marcadores de diferenças e identidades, operando na construção de diferenças internas ao grupo migrante em relação aos novos espaços sociais, aproximando “nordestinos” ou “maranhenses” dos “paulistas”.

Embora meu intento neste trabalho não tenha sido o de construir modelos gerais sobre migração, classes sociais, família ou padrões de consumo, chamou-me a atenção alguns aspectos que aproximam estes trabalhadores do que alguns autores, dentre eles especialmente Souza (2012) tem chamado de “nova classe trabalhadora”. Ainda que considere a análise deste autor sobre a dinâmica das classes sociais na atualidade demasiadamente generalizadora – e meu intento tenha sido o de me aproximar e trazer à tona as particularidades deste grupo social – é inegável que o acesso a bens de consumo, além do acesso à casa própria tenha se realizado para a maioria de meus entrevistados justamente ao longo dos anos 2000.

Há que se considerar ainda que este acesso foi possível à custa de um grande investimento no trabalho árduo, de sacrifícios e de uma grande capacidade de poupança. Existe entre boa parte de meus entrevistados – especialmente entre aqueles que lograram se manter em postos de trabalho

estáveis no interior das usinas – uma forte ética do trabalho, a qual é alimentada por aspectos que advêm de um discurso religioso que enfatiza a prosperidade e a possibilidade da tão desejada melhoria de vida. São elementos que, a partir de análise mais aprofundada, poderiam ser classificados como parte da cultura destes trabalhadores – discussão que, a meu ver, os estudiosos do trabalho desde os anos de 1990 parecem ter relegado, em benefício de análises que privilegiam as reconfigurações empresariais e seus efeitos sobre uma pressuposta unidade de classe, entre outros aspectos que não cabe nesse momento aprofundar.

Resta importante ainda destacar que os deslocamentos mostraram-se tanto impulsionados pelas relações com a terra e os arranjos de parentesco locais quanto reordenadores destas mesmas relações. Foi possível perceber que os trabalhadores não operam o tempo todo imbuídos da perspectiva da reprodução do patrimônio familiar, mas pensam também a partir de suas necessidades de reprodução social. Não se busca – ao menos no plano das condições materiais aqui analisadas – realizar investimentos que propiciem a reprodução de uma condição camponesa, entendida como trabalho familiar numa terra familiar. Esta aparece assim, menos vinculada ao trabalho e mais próxima dos laços de parentesco, como elemento que pode conferir um sentido de lugar. Lugar este que, ao longo das trajetórias de vida, é fluido e sempre reconstruído pela mobilidade.

No entanto, valores relativos à autonomia dos núcleos familiares, se não podem ser realizados em relação com a terra, são buscados em outros trabalhos. Assim, o valor da inserção no mercado de trabalho foi pensado desta perspectiva, e não simboliza a passagem de um universo pré-capitalista a relações capitalistas, opondo o tradicional ao moderno, ou o rural ao urbano. Procurei não trabalhar nesta chave analítica, pois em maior ou menor medida, ela sempre acaba por caracterizar a realidade a partir de dualismos e de oposições excludentes.

Por fim, resta reafirmar que a reprodução da casa e da família ganhou destaque no contexto aqui investigado, sendo este o principal sentido do qual estão investidas as práticas migratórias. Meu intento foi pensar a casa para além de sua materialidade, buscando apontar para a relação moral na qual está imerso

seu projeto de construção. Deste modo, quando fiz referência às tensões referentes aos laços de parentesco, não quis apontar propriamente para o rompimento de relações entre pais e filhos ou demais coabitantes de uma mesma casa nos locais de origem, mas assinalar, sobretudo, que existe o afastamento de determinadas relações, para que estas sejam reconstruídas a partir de novas centralidades.

Assim, se, em alguns contextos, a migração é pensada como prática que tensiona os projetos familiares ou esfacela laços de parentesco, levando muitos a perderem-se no “trecho” ou no “meio do mundo”, no contexto investigado ela pode ser vista como “construtora” destes mesmos laços, visto que os projetos destes trabalhadores estão firmemente ancorados na nova relação moral, centrada no casal e nos filhos, que é viabilizada através da mobilidade e da construção das casas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, M. S. K. ; ARANTES, A.A.; BRANDÃO, C.R.; CORRÊA, M. FELDMAN-BIANCO, B.; STOLCKE, V. ZALUAR, A. (Org.). **Colcha de Retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ALMEIDA, G.M.R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (Org.) **Migração Internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/Unicamp, 2013. p. 23-34.

ALVES, F. J. C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. 1991. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**. v.15, n.3, p. 90-98, Set-Dez. 2006.

_____. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: ALVES, F.; NOVAES, J. R. P. **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: Edufscar, 2007.

_____. Trabalho e trabalhadores no corte da cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. (Orgs). **Agrocombustíveis, solução?** A vida por um fio no eito dos canaviais. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, Serviço Pastoral dos Migrantes, 2008.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. Ap. L. Avanço recente na mecanização canavieira e efeitos na ocupação sucroalcooleira no estado de São Paulo. In: **VI Encontro da Rede de Estudos Rurais**, Campinas, Unicamp, de 2 a 5 de setembro, 2014.

BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. A. L. de; FERREIRA, J. V. B. N. **Boletim Sucroocupação Centro-Sul**, n.63, Junho, 2015. Disponível em www.fcav.unesp.br Acesso em 13 jun. 2016.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v.15, n.2. , p. 67-81, 1998.

BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia/SP, 2013. **Anais do 37º Encontro**

Anual da ANPOCS, 2013. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st31/8626-notas-acerca-das-migracoes-internacionais-no-seculo-21/file>. Acesso em 13 jun. 2017.

_____. MACIEL, L. (Orgs.) **Região Administrativa Central**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013.

BALSADI, O. V. Evolução das ocupações e do Emprego na Agricultura no período 1992-2006. In: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. **Emprego e trabalho na Agricultura Brasileira**. Brasília: IICA, 2008. p.95-127.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p.159-193.

BARONE, L. A. **Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos**. 1996. 166f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOECHAT, C.A.; GIAVAROTTI, D.M. Os Sentidos da Urbanização: Produção do Espaço de Bairros de Trabalhadores em Cidades do Estado de São Paulo. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 29-47, 2015.

_____. O estudo de pequenas cidades e o caso das cidades do agronegócio citrícola paulista. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória/ES, 2014. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014.

BOISSEVAIN, J. Apresentando Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p.195-223.

BOITO JR. A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.28, p. 57-73, Jun. 2007.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre/RS: Zouk, 2007.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. Oeiras: Celta, 2002.

BOTT, E. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1977.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

CARSTEN, J. The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood and relatedness among Malays in Pulau Langkawi. **American Ethnologist**, v. 22, p. 223-241, 2004.

CASTRO, A. L. Consumo popular e disputas simbólicas: impacto nas emoções, elos de pertença e estratégias de distinção. In: 29^a. Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 2014. **Anais da 29^a. ABA**, 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401715016_ARQUIVO_textoanaisaba2014.pdf. Acesso em 12 jul.2017.

_____. Grupos de baixa renda e classes médias: elos de pertença e fronteiras simbólicas. In: 38^o. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2014. **Anais do 38^o. Encontro Anual da ANPOCS**, 2014, p. 1-18. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt03-1/8838-grupos-de-baixa-renda-e-classes-medias-elos-de-pertenca-e-fronteiras-simbolicas>. Acesso em 12 jul. 2017.

_____. Sentidos do consumo e fronteiras simbólicas: uma etnografia entre grupos de baixa renda em um município da Grande São Paulo, Brasil. **Etnográfica**, vol 20, n.1, p. 101-117, 2016.

CHAYANOV, A. V. **The Theory of peasant economy**. Illinois: The American Economy Association, Homewood, 1966.

CLEMENTINO, J. O. ; MENEZES, M.A. Vicinalidades e configurações de casas: os Leandros de Várzea Alegre - CE e suas estratégias de moradia em São Paulo. In: 30^a. Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB, 2016. **Anais da 30^a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2016.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1998.

COVER, M. **O “tranco da roça” e a “vida no barraco”**: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. 2011. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011.

DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

DUARTE, Alice. A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades. **Etnográfica**, v. 14, n. 2, p. 363-393, 2010.

DUARTE, L. F. D. A construção social da pessoa moderna. In: **Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 35-59

_____. Modernidade e classes trabalhadoras urbanas. In: **Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p.119-142.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus**. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Editora da USP, 2008.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade**. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **A dinâmica da cultura**. Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosacnayf, 2004.

_____. Revisitando o “Caminho da Cidade” com Eunice Ribeiro Durham. [1º semestre, 2011]. Entrevistadora: L. M. Maciel. **Ideias** – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas (SP), n.2, Nova Série, 1º semestre, 2011. p. 293-307.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo/SP, 2005. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005**. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/14.pdf>. Acesso em 12 jul. 2017.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. Métodos. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FERRANTE, V. L. B. **A chama verde dos canaviais** (uma história das lutas dos boias-frias). 1992. 589f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1992.

_____. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos boias-frias. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 3, p. 93-104, 1994.

FLORES, S. M. L. Control del espacio e territorialidad en las migraciones rurales. Um ejembro en el caso de México. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Quito, Equador, 2006. **Anais do VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, 2006.

FONTES, P. Migração nordestina e experiências operárias. São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, C.H.M.; SILVA, F.T.; FORTES, A. **Culturas de classe**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 363-402.

FRANGELLA, S. O tênue equilíbrio no movimento: a vicinalidade na migração transnacional. **Revista de Antropologia** (Dossiê Vicinalidades e Casas Partíveis), São Paulo, v. 57, n. 1, p. 73-106, 2014.

GARCIA JR., A.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Volume 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-244.

GARCIA JR., A. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo. v.3, n.7, Jun. 1988.

_____. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; CNPQ; UNB, 1989.

GRACINO JR., P. Da comunidade de irmãos ao clube de empreendedores: a Igreja Universal e a nova face do fenômeno religioso na sociedade contemporânea. **Tempo e Presença**, Ano 2, n. 5, Nov. 2007. Disponível em http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=101&cod_boletim=6&tipo=Artigos. Acesso em 12 jul. 2017.

GRANOVETER, M. **Getting a job: a study of contacts and careers**. 2. Ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na lavoura canavieira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUEDES, A. D. Abrir no Mundo, Rasgando o Trecho: Mobilidade Popular, Família e Grandes Projetos de Desenvolvimento. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 21, p. 137-152, 2012.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 151-170, Nov. 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Volume 1. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

_____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Volume 2. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KUPER, A. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

LANNA, M. P.D. **A dívida divina**. Troca e patronagem no Nordeste Brasileiro. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 14, p. 173-194, Jun. 2000.

LEFEVBRE, H. The production of space. Oxford, UK; Malden, MA: Blackwell, 1991.

LEVI-STRAUSS, C. **Minhas palavras**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **História e Etnologia**. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 1999 (Textos Didáticos n 24) (tradução: Wanda Caldeira Brant).

LIMA, J. C. (Org.) **Outras sociologias do trabalho**. Flexibilidades, emoções, mobilidades. São Carlos: Edufscar, 2013.

LOBO, A. S. **Tão perto, tão longe**. Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista Cabo Verde. 2006. 266f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LOPES, J. R. B. **Sociedade Industrial no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1964.

_____. **Crise do Brasil Arcaico**. São Paulo: DIFEL, 1967.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, I. J. R. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol.15, n.31, p. 167-187, Jan.-Jun. 2009.

_____. Parentesco, migração e espaço: reflexões sobre o entrelaçamento entre movimento e família. In: 29ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 201. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014. Disponível em <http://www.ufscar.br/~igor/wp-content/uploads/paren.pdf>. Acesso em 12 jul. 2017.

_____. Lugar ampliado, espaço e poder. **Campos**, Curitiba, v. 02, p. 101-115, 2002.

_____. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, vol. 14, p. 5-26, 2010.

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração para o Interior de São Paulo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

_____. Entre o rural e o urbano: processos migratórios de trabalhadores rurais do alto médio Canindé piauiense para região central do estado de São Paulo. 2016. 310f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro**. Trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MARANDOLA JR., E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: VI Encontro Nacional sobre Migrações, Belo Horizonte/MG, 2009. **Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações**, 2009.

MARQUES, A.C. Movimentos em família. **Ruris**, v.9, n. 1, p. 13-27, mar. 2015.

MARRONI, M. da G. **Frontera Perversa, Famílias Fracturadas**. Los Indocumentados Mexicanos y El Sueño Americano. México: Instituto de Ciencias Sociales e Humanidades Alfonso Véllez Pliego, 2009.

MARTINS, J.de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. de S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil In: MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1986. p.43-61.

MARTINS, J. de S. Migrações temporárias. Problema Para Quem? **Revista Travessia**, n. 1, p. 5-8, 1988.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. **Agrária**, São Paulo, n. 4, p. 165-184, 2006.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003. p.183-314.

MELLO, B.M. **Migração, Memória e Território**: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MENEZES, M. A. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, 1985.

_____. Experiência Social e Identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira. **História Oral**, n. 3, p. 49-68, 2000.

_____. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, v. 21 n. 1, p. 32-44, Jan-Jun. 2002.

_____. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Volume 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 269-287.

_____. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses – migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

_____. Trabalhadores migrantes: processos de expropriação e reprodução da família. **VI Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Campinas/SP, 2014.

_____.; GODOI, E. P. (Org.) **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPQ, 2011.

_____. Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A.M. da C.; BAENINGER, R. (Org.) **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-40.

MILANO, M. T. **Qualificação profissional e políticas de emprego no Brasil nos anos 1990**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

MILLER, D. Pobreza da moralidade. **Antropolítica**. Niterói, n. 17, p. 21-43, 2. sem. 2004.

_____. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**. Ano 13, n. 28, p. 33-63, Jul.-Dez. 2007.

_____. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MONSMA, K. James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 49, p. 95-121, 2000.

MUNDO NETO, M. **Transformações na indústria sucroalcooleira brasileira no início do século XXI**: das famílias aos acionistas. 2012. 226f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

NOGUEIRA, V. S. **Sair pelo mundo**. A conformação de uma territorialidade camponesa. 2010. 283f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. Trabalho assalariado e campesinato: uma etnografia com famílias camponesas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.19, n. 39, p. 241-268, Jan.-Jun. 2013.

NOVAES, J. R. P. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: ALVES, F. J. C; NOVAES, R. P. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: Edufscar, 2007.

PAOLIELLO, R. M. **As tramas da herança**: da reprodução camponesa às atualizações dos sentidos da transmissão da terra. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Remanescentes de quilombos: redes sociais e processos políticos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 127-159, Jul.-Dez. 2007.

PERA, G.T. **Qualificação profissional no setor sucroalcooleiro de Ribeirão Preto/SP**: uma análise do Programa Cana Limpa. 2011. 88f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

PEREIRA, J. C. A. A migração internacional de jovens rurais do Vale do Jequitinhonha e a (des)estruturação do seu lugar de origem. In: MENEZES, M.A.; GODOI, E. P. (Org). **Mobilidades, redes sociais e trabalho**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPQ, 2011, p. 225-244.

_____. **O lugar desmanchado, o lugar recriado?** Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional. 2012. 298f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PINA-CABRAL, J. de; GODOI, E. P. de. Apresentação: Dossiê Vicinalidades e casas partíveis. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.57, n.2, p. 11-21, 2014.

PITTA, F. T. e MENDONÇA, M. L. O etanol e a reprodução do capital em crise. **Agrária**, São Paulo, n.13, p. 4-33, 2010.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **Revista SER Social**, Brasília, v.13, n.28, p. 12-40, Jan-Jun. 2011.

PRADO, M. L. **Flexibilização e novas estratégias de intensificação do trabalho na agroindústria sucroalcooleira nos últimos vinte anos.** 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

QUEIROZ, M. I. **O campesinato brasileiro.** Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

REIS, L. F.; ALVES, F. C. O novo modelo de modernização do CAI canavieiro paulista: a velha combinação entre o arcaico e o moderno. **Revista da ABET**, v.13, n.1, p.1-17, Jan-Jun. 2014.

RUFFATO, L. **Vista Parcial da Noite.** Inferno Provisório. Volume III. Rio de Janeiro: Record, 2006.

RUMSTAIN, A. **Peões no trecho.** Trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**, vol. 3, n. 1, p.41-73, 1997.

SALATA, R. **Novas formas de organização da produção canavieira na região de Ribeirão Preto/SP:** qualificação profissional e o “programa Renovação”. 2013. 151f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SARTI, C. A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, p. 7-32, Jan. 2000.

_____. **The Suffering of the Immigrant**. Tradução de David Macey. Cambridge: Polity Press Ltd, 2004.

SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil na última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.27, n. 2, p. 387-407, May-Aug. 2012.

SCOPINHO, R. **Vigiando a vigilância**: um estudo sobre a política e a prática em saúde e segurança do trabalho. 2000. 270f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

SCOTT, J. C. Formas Cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 01, p. 10-31, Jan-Jun. 2002.

SCOTT, R. P. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Volume 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 245-268.

_____. Gerações e famílias: polissemia, mudanças históricas e mobilidades. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n.2, p. 251-284, May-Aug. 2010.

SEYFERTH, G. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p.395-417, Aug. 2011.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, M. S. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas**: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência. 2011. 321f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011.

SILVA, M.A.M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

_____. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Z. B. F; TRUZZI, O. (Org.). **Estudos Migratórios**. Perspectivas Metodológicas. São Carlos: Edufscar, 2005. p. 87-130.

_____. Mulheres trabalhadoras rurais. Trajetórias e Memórias. **Ruris**. Campinas, v. 4, no. 2, p. 13-43, Set. 2010.

_____. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas**, Araraquara, v. 39, p. 11-49, Jan-Jun. 2011.

_____. BUENO, J. D.; MELO, B. M. **Quando a máquina “desfila” os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas**. Contemporânea, São Carlos, v. 41, n. 1, p. 85-115, Jan-Jun. 2014.

SILVA, V. F. Migrantes na periferia urbana: redes sociais e a construção do bairro. **Ponto Urbe**, 1, p. 1-20, 2007.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLCKE, V. **Cafecultura**. Homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

STRATHERN, M. O efeito etnográfico. In: STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 345-405.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

TRUZZI, O. **Italianidade no interior paulista**. Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). 1ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

VELHO, O. Sete teses equivocadas sobre a Amazônia. **Religião e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 1983.

VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Org). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1/. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p-89-96.

VETORASSI, A. **Espaços divididos e silenciados**. 2006. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

_____. **Laços de trabalho e redes dos migrantes**. Um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana e Guariba. 2010. 206f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2001. Disponível em: www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=224. Acesso em 06 mar. 2004.

WOORTMANN, K. Família, migração e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, p. 35-53, Jan.-Jun. 1990.

_____. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, 1990a, p.11-73.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

WEB SITES

Caixa Econômica Federal. Disponível em www.caixa.gov.br. Acesso em 17 fev.2017.

Eleições 2016. Disponível em <https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-santa-lucia-sp/>. Acesso em 29 out. 2016.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Disponível em www.imp.seade.gov.br. Acesso em 12 nov. 2015.

Google Earth. Disponível em www.earth.google.com Acesso em 15 nov. 2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 17 fev. 2017.

Prefeitura Municipal de Santa Lúcia. Disponível em www.santalucia.sp.gov.br. Acesso em 18 nov. 2015.

Secretaria Geral Presidência da República. Disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/compromissos-nacionais/canadeacucar>. Acesso em 10 dez. 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO UTILIZADO PARA ENTREVISTAS

Local _____ da _____ entrevista: _____ Data: _____
Duração: _____

1- Caracterização geral do entrevistado:

Nome Completo:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil. Casou-se antes ou após migrar? De onde é o cônjuge?

Número de filhos:

Local de Origem:

2- Caracterização geral do processo migratório

- a) Quando foi a primeira vez que migrou?
- b) Porque migrou?
- c) Que trabalho realizava no local de origem?
- d) Sua família tinha terra?
- e) Sua família tinha casa própria?
- f) Como foi feita a decisão de migrar?
- g) Como escolheu a cidade de Santa Lúcia?
- h) Como realizou a viagem para Santa Lúcia?
- i) Fale sobre sua chegada em Santa Lúcia.
- j) Onde se empregou? Como era o trabalho? Era o que esperava? Qual era o regime de trabalho (safra, jornada, rendimentos).
- l) Quais eram suas expectativas em migrar?
- m) Já conhecia alguém que tinha vindo antes? Qual era sua impressão sobre quem saía de lá para trabalhar em outros lugares?
- n) Tinha a intenção de retornar logo? Se sim, porque ficou? Se não, por quê?
- o) Descreva o trabalho que você realiza hoje na usina (ou outro trabalho).
- p) Como conseguiu se manter na usina?
- q) Quanto ganha hoje? Quais benefícios têm na empresa?
- r) Sua esposa (o) trabalha? Onde? Quanto ganha?

- s) Você faz projetos de retornar? Por quê?
- t) Como é sua vida em Santa Lúcia? Sente-se bem aqui? Gosta da cidade?
- u) Frequenta alguma igreja? A família é religiosa? Onde começou a frequentar?
- v) Participa do sindicato ou de alguma associação?
- x) É filiado a algum partido político? Já participou da política na sua localidade? Vota no estado de São Paulo ou no local de origem?

3- Sobre as relações de trabalho no local de origem:

- a) Que trabalho realizava em seu local de origem?
- b) Quem era o fazendeiro que cedia a terra?
- c) Quem era ele? Como você o conheceu? Qual sua relação com ele?
- d) O fazendeiro cedia a terra para todo o mundo ou escolhia algumas pessoas? Com base em quê era feita essa escolha?
- e) O pagamento para o fazendeiro era sempre feito em produto agrícola? Já pagou em dinheiro?
- f) Você vendia a parte que colhia? Onde? Para quem?
- g) Se não vendia, por quê?
- h) Fazia algum trabalho a mais para o proprietário da terra?
- i) No caso de grupos domésticos com posse ou propriedade da terra:
Como a terra era utilizada? Quem a cultivava, o que se plantava, como comercializavam? Quais eram os rendimentos?
- j) Já pensou em comprar terra?
- l) Se sim, por quê?
- m) Se não, por quê?
- n) Gostaria de ter um pedaço de terra?
- o) No caso de ter terra, a família pensa em vendê-la? Foi vendida? Por quê? Quem são os herdeiros? Como se mantém na terra?

4- Sobre a casa:

- a) Porque escolheu construir sua casa em Santa Lúcia e não em seu local de origem?

- b) De quem e por quanto comprou o terreno onde construiu sua casa?
- c) Pensa em vendê-la?
- d) Por que investiu numa casa e não em outra coisa?

5- Sobre os espaços de vida:

- a) Com que frequência volta ao local de partida? Quando e por quanto tempo fica lá?
- b) Fica hospedado na casa de quem?
- c) Visita os parentes? Seus parentes vêm para São Paulo? Quais?
- d) Se comunica sempre com os parentes?
- e) De que forma se comunica?
- f) Participa de alguma associação ou da política local?
- g) A maioria de seus amigos está lá ou aqui? Fala com eles?

6- Sobre rendimentos e consumo:

- a) O que você tinha quando saiu de lá?
- b) O que conseguiu adquirir depois de sair?
- c) Quem gerencia o dinheiro em casa? Quem decide o que vai comprar?
- d) De quanto é a sua despesa para manter a casa? (água, luz, telefone, internet, TV a cabo).
- e) Investe ou mantém algum negócio em seu local de partida? Comprou terra, animais ou chão de casa no local de partida?
- f) Tem cartão de crédito?
- g) Faz compras em crediário?
- h) Onde faz suas compras? No comércio local? Centro da cidade? Cidades vizinhas?
- i) Envia dinheiro para os familiares?
- j) Faz poupança? Para quê?
- l) Gasta com lazer?
- m) Paga alguma dívida?

n) Adquiriu carros ou motos?

7- Hábitos alimentares e de vestuário:

- a) Gastam quanto por mês com roupas? Em que época do ano as compram?
- b) O que costumam comprar para o consumo alimentar cotidiano?

8- Mobília:

- a) O que compraram primeiro?
- b) O que tem em casa em termos de mobília? O que ainda querem adquirir?

9- Eletrodomésticos:

- a) O que compraram primeiro?
- b) O que tem em casa em termos de eletrodomésticos? O que querem adquirir?

10- Eletroeletrônicos:

- a) O que compraram primeiro?
- b) O que tem em casa? O que querem adquirir?

11- Gastos com beleza e cuidados pessoais:

- a) Vão ao salão de beleza? Com que frequência?

12- Gastos com saúde/estética

- a) Quanto gasta mensalmente?

13- Gastos com educação

- a) Quanto gasta mensalmente?

Gastos com transporte

- a) Quanto gasta mensalmente?